

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
DOUTORADO EM LINGÜÍSTICA

METAFORIZAÇÃO TEXTUAL
a construção discursiva do sentido metafórico no texto

Ricardo Lopes Leite

Fortaleza
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ricardo Lopes Leite

**METAFORIZAÇÃO TEXTUAL: a construção discursiva do
sentido metafórico no texto**

Tese de Doutorado submetida à
Coordenação do Programa de Pós-
Graduação em Linguística da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do título
de Doutor em Linguística, sob a
orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Cristina
Pelosi Silva de Macedo e co-orientação
da Prof.^a Dr.^a Mônica Magalhães
Cavalcante

Fortaleza
2007

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Doutor em Lingüística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade. A citação de qualquer trecho desta tese é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

Ricardo Lopes Leite

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo
(Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante
(Co-Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo
Moura
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará

Prof.^a Dr.^a Maria Elias Soares
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Márcia Teixeira Nogueira
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dr.^a Paula Lenz Costa Lima
(suplente)
Universidade Estadual do Ceará/CE

Tese aprovada em: / 09/2007

À Alice, minha filha, que nasce
junto com este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Lívia, minha esposa, pela dedicação e paciência em compartilhar as angústias, conquistas e dificuldades da vida e do trabalho.

Aos meus pais, Francisco e Vilma, pela educação sólida e por terem cultivado desde cedo o fascínio que tenho pela leitura.

À Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo, minha orientadora, pela atenção, incentivo e sugestões feitas a este trabalho de tese.

À Prof.^a Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante, minha co-orientadora, por ter acreditado na minha capacidade e pela sua competência em apontar as lacunas e virtudes do meu trabalho.

Ao meu grande amigo, prof. José Américo B. Saraiva, a quem eu devo a iniciação na Semiótica e a interlocução sobre boa parte das reflexões centrais deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Maria Elias Soares, espectadora do meu aprendizado acadêmico, por ter posto à prova as versões preliminares da tese.

À minha colega prof.^a Silvana Maria Calixto de Lima, pelas discussões proveitosas sobre metáfora e recategorização, que engatilharam a idéia de estudar a metaforização textual.

Ao Prof. Dr. Paulo Mosânio, lingüista brilhante, de quem obtive valiosos ensinamentos.

À Profa. Dra. Emília Maria Peixoto Farias, pelas valiosas sugestões dadas nas duas qualificações da tese.

Aos membros da Banca Examinadora, pela presteza em atenderem à minha solicitação e por contribuírem positivamente para a versão final do trabalho.

À coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Lingüística, pela atenção e eficiência despendidas a mim durante o curso do doutorado.

Aos colegas da minha turma de doutorado (2003.1), pelo companheirismo e amizade.

À CAPES, pela concessão de uma bolsa de estudos no período inicial do doutorado.

Não há um único homem que não seja um descobridor. Começa descobrindo o amargo, o salgado, o côncavo, o liso, o áspero, as sete cores do arco e as vinte e tantas letras do alfabeto; passa pelos rostos, pelos mapas, pelos animais e pelos astros; conclui pela dúvida ou pela fé e pela certeza quase absoluta de sua ignorância.

Jorge Luis Borges

RESUMO

O presente trabalho de tese examinou a metaforização textual: fenômeno textual/discursivo no qual a metáfora é concebida como processo de constituição de sentidos, em vez de um simples jogo de semelhança entre figuras, restrito ao âmbito da palavra ou da sentença. Inicialmente, discutiu-se o conceito de metáfora nas principais teorias tradicionais, cujos mecanismos de interpretação fundamentam-se na substituição ou transferência de traços semânticos, na tensão estabelecida entre uma palavra (foco) e sua projeção sobre uma estrutura sentencial (quadro) ou ainda em uma pragmática presa a um contexto lógico-sentencial. Tal discussão revelou as limitações das teorias da metáfora-palavra e metáfora-sentença em circunscrever o fenômeno metafórico a uma semântica de cunho lexicalista, e a necessidade de deslocamento da metáfora para outro nível de interpretação, o nível textual/discursivo. Em seguida, analisou-se o modo como aspectos cognitivos, lingüístico-textuais e sócio-culturais interagem, simultaneamente, na construção do sentido metafórico a partir da diluição da dicotomia sentido literal/metafórico e da elaboração de um conceito de cognição aplicado à metaforização. Por fim, examinaram-se as limitações do conceito de recategorização metafórica estudado por Lima (2003), a fim de se propor a metaforização textual e sua descrição por meio de mecanismos de interpretação capazes de revelar a pluralidade de sentidos metafóricos em um nível textual/discursivo, além dos limites da palavra e da sentença. Realizou-se uma conjunção teórica das seguintes disciplinas: Semiótica Textual, Lingüística Textual (estudos sobre Referenciação) e Ciências Cognitivas, o que permitiu conceber a metáfora como um fenômeno cognitivo dinâmico, flexível, capaz de emergir e de se organizar na interação sócio-comunicativa. Esse enlace teórico interdisciplinar auxiliou a descrever a metaforização por meio de dispositivos ou mecanismos de interpretação, adaptados da semiótica textual de Eco (2000; 2004) e da semiótica literária de Bertrand (2003), quais sejam: a cooperação textual, o conceito de leitor-observador, a abdução, a seleção de propriedades conceituais e, por fim, o conceito de isotopia discursiva. A análise foi realizada aplicando-se os dispositivos interpretativos citados a um exemplário que compreendeu sobretudo notas jornalísticas e alguns textos humorísticos (piadas) de fontes variadas, coletados sem critérios definidos, e sem obedecer a uma ordem sistemática, procedimento que isentou o estudo de apresentar, em seu corpo, um desenho metodológico específico para justificar as análises. Tais análises demonstraram que, ao ultrapassar os limites da palavra e da sentença, manifestando-se em um nível textual/discursivo, a metáfora transforma-se em processo, em metaforização. Isto implica dizer que o fenômeno enquadra-se na dinâmica do texto, em um contexto discursivo, no qual é possível multiplicarem-se os sentidos metafóricos a cada movimento interpretativo ocorrido durante a leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora; Metaforização; Cognição; Recategorização metafórica; Semiótica Textual.

(418 palavras)

ABSTRACT

The present study introduces textual metaphorization: a textual/discursive phenomenon where metaphor is recognized as a practice of constitution of sense, rather than as an ordinary game of similarity figures, restricted to the word or sentence level. First, the study argues on the very concept of metaphor within the main traditional theories, whose interpretation mechanisms are established on the replacement or transfer of semantic features, on the tension set up between a word (focus) and its projection over a sentence structure (frame), or yet, on a pragmatic set to a logic sentential context. Such discussion showed the constraints of metaphor-word and metaphor-sentence theories as it circumscribes the metaphoric phenomenon to a lexicalist Semantics, as well as the need for transferring metaphor to another interpretation stage, the textual/discursive level. Secondly, the research investigates the way how cognitive, textual-linguistic, and socio-cultural features are engaged simultaneously in the foundation of metaphoric sense, from the dilution of literal/metaphoric dichotomy, and the drawing of a cognition concept applied to metaphorization. Finally, it examines the constraints of the concept of metaphorical (re)categorization presented by Lima (2003), in order to propose textual metaphorization and its description through interpretative mechanisms capable of revealing the plurality of metaphorical senses in a textual/discursive level, further than the word and sentence boundaries. The study presents a theoretical conjunction of the following subject areas: Textual Semiotics, Text Linguistics (studies on Referenciation) and Cognitive Sciences, which made possible the consideration of metaphor as a dynamic, flexible phenomenon, able to emerge and organize itself within socio-communicative interaction. Such an interdisciplinary theoretical blending aided to describe metaphorization through interpretation mechanisms or devices, adapted from Eco's (2000; 2004) text semiotics and from Bertrand's (2003) literary semiotics, which are: textual cooperation, the concept of reader/observer, abduction, conceptual properties selection and, lastly, the discursive isotopy concept. The analysis was carried out by applying the previous interpretative devices to a set of samples that comprehended mostly news notes and some humorous texts (jokes) collected from varied sources, with no definite criterion, and without obedience to a systematic order – this could justify the lack of a specific methodological design to validate the analyses. Such analyses showed that by overcoming the word and sentence limits, and by emerging in a textual/discursive level, metaphor becomes a process, the metaphorization. It means that the phenomenon is set in the textual dynamics, within a discursive context where metaphorical meanings can be multiplied whenever an interpretative movement acts during reading.

KEY-WORDS: Metaphor; Metaphorization; Cognition; Metaphoric recategorization; Textual Semiotics.

(412 words)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A METÁFORA NO NÍVEL DA PALAVRA	16
1.1 ARISTÓTELES E A METÁFORA	16
1.2 A TROPOLOGIA	23
1.3 A METÁFORA COMO COMPARAÇÃO E DESVIO	25
1.4 A METÁFORA E A ANÁLISE SÊMICA	29
1.5 A METÁFORA E A METONÍMIA: A SELEÇÃO E A COMBINAÇÃO NOS DOIS EIXOS DA LINGUAGEM	35
1.6 A SEMÂNTICA DA METÁFORA DE ULLMANN	37
1.7 O LUGAR DA PALAVRA NO PROCESSO METAFÓRICO	41
2 A METÁFORA NO NÍVEL DA SENTENÇA	43
2.1 A METÁFORA ENTRE A PALAVRA E A SENTENÇA: OS PLANOS SEMIÓTICO E SEMÂNTICO DE BENVENISTE	43
2.2 A ESTRUTURA SENTENCIAL DA METÁFORA: A PROPOSTA DE A. I. RICHARDS	46
2.3 A METÁFORA COMO PROJEÇÃO SEMÂNTICA SOBRE A SENTENÇA	49
2.4 A PRAGMÁTICA DA METÁFORA	58
2.4.1 A metáfora e as máximas conversacionais de Grice	58
2.4.2 A concepção searleana de metáfora	62
2.4.3 A metáfora definida pela Relevância	64
2.5 OS LIMITES DO SENTIDO NA SENTENÇA METAFÓRICA	69
3 PRELIMINARES A UMA TEORIA TEXTUAL-DISCURSIVA DA METÁFORA	71
3.1 A OPOSIÇÃO SENTIDO LITERAL/METAFÓRICO E OS MODELOS CONTEMPORÂNEOS DE COMPREENSÃO DE METÁFORAS	73
3.1.1 O modelo pragmático tradicional (<i>Standard Pragmatic Model</i>)	73
3.1.2 O modelo de acesso direto (<i>Direct Access View</i>)	75
3.1.3 A hipótese da saliência gradual (<i>Graded Salience Hypothesis</i>)	76
3.2 ULTERIOR AO LITERAL E AO METAFÓRICO: A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO TEXTO/DISCURSO	78

3.3 POR UM MODELO DE COGNIÇÃO APLICADO À METAFORIZAÇÃO	82
3.3.1 Os modelos teóricos de cognição	83
3.3.1.1 <i>O cognitivismo clássico: o simbolismo</i>	84
3.3.1.2 <i>O connexionismo</i>	89
3.3.1.3 <i>O atuacionismo</i>	94
3.3.1.4 <i>O realismo corporificado de Lakoff & Johnson</i>	103
3.3.1.5 <i>O sócio-cognitivismo</i>	110
3.4 COGNIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE METÁFORAS	116
3.5 TEXTO E CONTEXTO: OS SÍTIOS DA COGNIÇÃO	120
4 A METÁFORA NO NÍVEL TEXTUAL-DISCURSIVO: O FENÔMENO DA METAFORIZAÇÃO	126
4.1 OS DISPOSITIVOS INTERPRETATIVOS DA METAFORIZAÇÃO	131
4.1.1 Cooperação textual: a impressão de realidade instaurada no texto	132
4.1.2 O leitor e a figura do observador	138
4.1.3 O raciocínio abduativo	147
4.1.3.1 <i>Abdução e metáforização</i>	156
4.1.4 A seleção de propriedades semântico-conceituais na metáforização	163
4.1.5 A isotopia	171
4.1.5.1 <i>Definições de isotopia: da perspectiva estrutural para a discursiva</i>	173
4.1.5.2 <i>Figurativização e tematização: o funcionamento discursivo da isotopia</i>	176
4.1.5.3 <i>Isotopia e metáforização</i>	180
4.2 A METAFORIZAÇÃO TEXTUAL E SUA APLICAÇÃO	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	205

INTRODUÇÃO

A metáfora é estudada há pelo menos dois mil anos. A quantidade e a regularidade de publicações sobre o assunto são indicadores da complexidade desse tema, cujos contornos não foram ainda de todo estabelecidos e cuja mescla de posicionamentos teóricos impede a formulação de uma definição unívoca. Como não bastasse, a utilização do termo passou, atualmente, a designar uma variedade de fenômenos, muitas vezes não correlatos, que descrevem e caracterizam a metáfora de forma particular.

Vemos, assim, desde Aristóteles até as teorias cognitivas atuais, o embate entre estudiosos para tentar definir a metáfora. As posições defendidas, de modo geral, rivalizam entre si e, ao descentralizarem-se uma das outras, racionam o fenômeno, explicando-o apenas sob uma determinada perspectiva. Com isso, perdem o fio condutor para explicar a genialidade da sobreposição de significados própria da metáfora, já que é impossível vê-la surgir em sua totalidade no ato da interpretação através dos óculos de um determinado recorte teórico, apenas. Compreendemos que uma explicação exaustiva do fenômeno contemplaria, ao menos parcialmente, a integração das abordagens teóricas.

Em nosso trabalho, propomos essa integração, ao discutirmos as principais teorias da metáfora, caracterizando-as em três níveis distintos, mas que guardam entre si certa dependência: o nível da palavra, o nível da sentença e o nível do texto/discurso. Alocada no primeiro nível, a metáfora manifesta-se restrita à palavra ou item lexical, ora como substituição e deslocamento de seu sentido literal, ora como comparação implícita entre termos. Quando considerada no nível da frase ou sentença, passa a ser um enunciado impertinente e não mais uma denominação desviante. No nível do texto/discurso, por sua vez, consiste em uma maneira de redescrever a realidade, erigida à custa de uma pluralidade de manifestações textuais e discursivas que indeterminam, parcialmente, sua forma e seu sentido.

A metáfora, ao manifestar-se no texto/discurso, lugar legítimo da significação, surge no fluxo da semiose e passa a ser um mecanismo de ressignificação

da realidade. Assim, não basta ser uma substituição de nomes ou um ornamento do discurso, passível de classificação, como apregoam as teorias do primeiro nível; tampouco basta ser um efeito de sentido originado por um sistema semântico já codificado, circunscrito à predicação sentencial, como defendem aquelas do segundo nível.

Em alguns casos, é preciso ampliar o sentido metafórico além da palavra e da sentença, de maneira que este surja a cada movimento interpretativo, como decorrência do trabalho inferencial do leitor sobre a dinâmica textual, o que revela as práticas socioculturais imbricadas na linguagem no momento da interpretação. A este fenômeno resultante da interação entre leitor, texto e cultura, capaz de engendrar sentidos metafóricos durante o ato interpretativo, damos o nome de metaforização textual.

O termo metaforização não possui uma definição exata nos estudos da metáfora. Comumente, o vemos empregado para designar o processo geral pelo qual uma expressão linguística passa a ter um uso metafórico. Em nosso trabalho, a metaforização diz respeito a um processo que não se limita a um item lexical ou a uma sentença, mas sim, constitui um fenômeno de construção de sentidos metafóricos em um nível textual-discursivo, que se espalha por toda a superfície textual.

Nosso intuito é, portanto, relativizar o conceito de metáfora à medida que a deslocamos de um nível para outro. Isto não significa dizer que o fenômeno não se manifeste nos dois níveis precedentes, da palavra e da sentença, porém, na esfera textual-discursiva, colocamos à margem as definições clássicas que concebem a metáfora somente como formas linguísticas já materializadas na superfície de um texto, anteriores à interpretação.

Assumir a metaforização textual demanda, por conseguinte, compreendermos a metáfora como um fenômeno discursivo cuja aparente invidência na superfície textual (em forma de palavra ou sentença) configura outros níveis de interpretação, suscitados pelo esforço inferencial do leitor sobre a tessitura textual.

A idéia de estudar a metaforização partiu do trabalho de Lima (2003) sobre a recategorização metafórica e seu papel na construção do sentido humorístico das piadas. Em linhas gerais, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo referencial e cognitivo, em

que uma expressão anafórica retoma seu antecedente por meio de uma metáfora, muitas vezes sem a presença do antecedente no texto.

Conforme veremos, a recategorização metafórica explora, de fato, a dimensão sócio-cognitiva da metáfora quando presente em um texto. Todavia, a proposta apresentada por Lima não fornece uma descrição pormenorizada dos mecanismos de interpretação de determinadas recategorizações metafóricas que não se encontram plenamente textualizadas, como ocorre em tipos específicos de textos analisados em nosso trabalho. Daí a possibilidade de propormos o conceito de metaforização textual, como forma de ampliarmos o alcance da proposta apresentada pela autora.

O nosso objeto de estudo, entretanto, ainda é pouco estudado. Dessa forma, a fim de explicarmos e arquetarmos categorias de análise apropriadas ao fenômeno da metaforização, lançamos mão de uma conjunção teórica das seguintes disciplinas: Semiótica Textual, Linguística Textual (estudos sobre Referenciação) e Ciências Cognitivas. Tal decisão, a nosso ver, preenche a lacuna deixada pelos estudos correntes, que não formulam explicações satisfatórias a respeito da interpretação da metáfora quando esta transcende os limites das formas lexicais, sintáticas ou semânticas e passa a ser considerada ao nível discursivo.

Outra particularidade do trabalho diz respeito à recorrência aos estudos clássicos sobre a metáfora. Dois são os motivos dessa retomada. O primeiro concerne ao fato de que os trabalhos recentes sobre o assunto fundamentam-se, preferencialmente, em teorias contemporâneas, mais precisamente aliadas às Ciências Cognitivas, para explicar a metáfora, de modo que as teorias clássicas se encontram frequentemente preteridas àquelas. Ao que parece, o cognitivismo contemporâneo subestima as possibilidades descritivas e operacionais dos estudos clássicos de explicar a metáfora sob uma perspectiva linguística, valorizando, em vez disso, os aspectos relacionados ao processamento cognitivo e compreensão das metáforas. O segundo é que a opção por esse resgate teórico, no nosso caso, justifica-se ainda mais, pois visamos redimensionar um conceito milenar cujas leituras clássicas são fundamentais para que se verifique a condução paulatina da metáfora rumo à metaforização.

O trabalho de tese investiga, assim, os mecanismos de interpretação em que a metáfora passa a ser concebida não apenas como um jogo de figuras, todavia como processo de transformação de sentidos, manifestado em um nível discursivo. Dessa forma, interessa-nos, especificamente: a) discutir as principais concepções de metáfora, inclusive o conceito de recategorização metafórica, a fim de ampliar a noção de interpretação metafórica a partir do fenômeno de metaforização textual; b) descrever a metaforização textual, analisando o modo como aspectos cognitivos, linguístico-textuais e sócio-culturais interagem, simultaneamente, na construção do sentido metafórico; e c) apontar quais mecanismos de interpretação respondem pela metaforização textual, revelando a pluralidade de sentidos metafóricos em um nível discursivo, além dos limites da palavra e da sentença.

É bom elucidar que optamos por não constituir um *corpus* para analisar o fenômeno. A análise será realizada por meio de um exemplário, que compreende sobretudo notas jornalísticas – retiradas da *Revista Época* e do *Jornal Diário do Nordeste* – e alguns textos humorísticos (piadas) de fontes variadas, coletados sem critérios definidos, já que é nosso propósito apresentar e descrever a metaforização textual, e não, investigar o fenômeno já posto, submetido a determinadas variáveis como gênero, suporte, tipo de texto, extensão, meio de veiculação etc. Do mesmo modo, a apresentação dos exemplos não obedecerá a uma ordem sistemática, pois dependerá do tipo de descrição e análise que estiver sendo desenvolvida. Com esse procedimento, isentamo-nos de apresentar no corpo da tese um desenho metodológico específico para justificar nossa análise. Uma descrição sumária da tese pode assim ser feita:

O capítulo I traça um panorama das teorias clássicas sobre a metáfora circunscritas à palavra, cujo mecanismo metafórico fundamenta-se nas noções de *desvio*, *substituição* e *comparação* de termos. São expostas as propostas dos autores mais representativos dessa visão clássica, a saber: a metáfora sob a ótica de Aristóteles, a tropologia de Fontanier, a impertinência semântica de Cohen, a análise sêmica do Grupo μ , a proposta de metáfora e a metonímia de Jakobson, e a semântica da metáfora de Ullmann. Ao final, apontamos as limitações das teorias da “metáfora-palavra”, mas, por outro lado, destacamos as razões pelas quais essas teorias não devem ser de todo abandonadas, e sim ampliadas, quando submetidas ao nível textual ou discursivo.

O capítulo II desloca a metáfora para o nível do enunciado. O fim é apresentar as contribuições da terminologia de A. I. Richards e da teoria interacional de Max Black, bem como expor a visão pragmática da metáfora – sob a ótica de Paul Grice, John Searle e Sperber e Wilson –, com vista a mostrarmos o quanto ganha uma teoria da metáfora se ultrapassar os limites da palavra e realizar-se em todo o enunciado. Por outro lado, finalizamos o capítulo destacando o quanto a projeção de uma palavra metafórica sobre a sentença bem como uma pragmática presa ao contexto lógico-sentencial restringem o poder de redescrição da realidade próprio da metáfora, por desconsiderar fatores discursivos como determinantes na construção do sentido metafórico.

O capítulo III conduz a uma aparente quebra do raciocínio lógico-argumentativo do trabalho, pois adiaremos, por ora, o deslocamento da metáfora para o nível textual-discursivo. Sob o título de *Preliminares a uma teoria textual-discursiva da metáfora*, o capítulo cumpre a função de explicitar três aspectos importantes para a construção de um modelo discursivo de interpretação de metáforas: o primeiro refere-se à clássica dicotomia sentido literal/metafórico e suas implicações nos modelos contemporâneos de compreensão metafórica; o segundo diz respeito à formulação de um conceito de cognição que possa ser aplicado à metaforização; e o terceiro, por fim, explicita as noções de texto e contexto, à luz do Sócio-cognitivismo e da Semiótica textual. O propósito final do capítulo é entendermos como processos cognitivos atuam em conjunto com o texto e o conhecimento culturalmente partilhado para construir o sentido metafórico, bem como vincularmos a interpretação à reciprocidade entre leitor, texto e cultura.

A localização da metáfora no nível discursivo é feita no capítulo IV. Na verdade, esse nível consiste na própria descrição da metaforização textual. Iniciamos com uma breve exposição do estudo de Lima (2003) sobre recategorização metafórica, na qual o reconhecemos como ponto de partida para a explicação do nosso objeto de estudo, ao mesmo tempo em que pontuamos a necessidade de sua ampliação, de modo a contemplar satisfatoriamente as manifestações discursivas da metáfora. O capítulo prossegue com a descrição da metaforização por meio do que chamaremos de *dispositivos ou mecanismos de interpretação*. São eles: a cooperação textual, apresentada sob o viés da Semiótica; o conceito de leitor-observador, adaptado das propostas de Eco e Bertrand, respectivamente; a abdução, vista como uma estratégia de

interpretação (conceito inicialmente formulado na semiótica de C. S. Peirce, mas ampliado posteriormente por Eco e Parret); a seleção de propriedades semântico-conceituais e, por fim, o conceito de isotopia discursiva, elemento determinante na manifestação da metaforização. O capítulo se encerra com a aplicação das categorias interpretativas da metaforização a alguns exemplos, com o propósito de confirmar a natureza discursiva da metaforização e demonstrar a atuação simultânea de seus mecanismos constituintes no momento da interpretação.

Por fim, na conclusão, analisamos as virtudes e os limites da metaforização, e reafirmamos a nossa defesa por um redimensionamento do conceito e metáfora, bem como de seus níveis de interpretação.

CAPÍTULO 1

A METÁFORA NO NÍVEL DA PALAVRA

O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa. Passou um homem depois e disse: Essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada. Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás de casa. Era uma enseada. Acho que o nome empobreceu a imagem.

Manoel de Barros

Enquadram-se, neste capítulo, propostas teóricas apontadas na literatura como visão nominalista ou tradicional da metáfora, oriundas da Retórica clássica, mais precisamente da figura de Aristóteles. Tais propostas caracterizam-se por conceber a metáfora como uma figura¹ manifestada exclusivamente no âmbito da palavra ou do nome, gerada por meio de operações de substituição e comparação. Inscrita, assim, no nível de uma semântica lexical, vemo-la destituída de sua função pragmática e de sua manifestação textual e discursiva.

1.1 ARISTÓTELES E A METÁFORA

Foi a partir da proposta de Aristóteles que se fundaram as bases de uma visão tradicional de metáfora. O filósofo discute a metáfora em duas de suas obras, *Poética* e *Retórica*, é na primeira, contudo, que conceitua mais precisamente o fenômeno:

¹ Uma definição de *figura* será apresentada mais adiante, quando apresentaremos a Tropologia. Vale ressaltar, no entanto, que há várias definições propostas por outros autores na literatura que ampliam o conceito retórico tradicional, como, por exemplo, a definição apresentada por Klinkenberg (2003, p.206): “A figura retórica é um dispositivo que consiste em produzir sentidos implícitos, isto é, faz que o enunciado onde ela se manifesta seja polifônico”.

A metáfora é definida como o recurso a um nome de outro tipo, ou então como a transferência para um objeto do nome próprio de um outro, operação que pode se dar por deslocamentos de gênero para espécie, de espécie para gênero, de uma espécie para espécie ou por analogia (ARISTOTÉLES, 2003).

A definição aristotélica, simples somente em aparência, permite-nos especificar quatro tipos de metáforas, examinadas abaixo.

O primeiro tipo, do gênero para a espécie, seria uma espécie de sinonímia generalizada, cuja interpretação depende de uma relação de inclusão de classes. O exemplo fornecido por Aristóteles é “Minha nau aqui se deteve, pois lançar ferro é uma maneira de deter-se”. Ou seja, *deter-se* compreende o gênero de que *lançar ferro* (ou *estar ancorado*) seria uma espécie. Dadas as dificuldades de tradução e interpretação dessa metáfora aristotélica, Eco (1991, p.150) apresenta outro exemplo mais adequado para o leitor hodierno: “o uso de /animais/ por <<homens>>, sendo homens uma espécie do gênero animais”.

Embora se admita a engenhosidade do princípio da sinonímia presente nesse tipo de metáfora, estamos diante de uma definição pobre, ainda embrionária, cujo ato metafórico realiza-se apenas pela nomeação entre duas coisas a partir de seu gênero comum, como, por exemplo, *homem* e *boi*, ambos nomináveis como *animais*.

Ademais, Eco reforça que “um gênero não basta para definir uma espécie; dado o gênero, dele não deriva necessariamente uma das espécies subordinadas”. De fato, o semiótico italiano interroga se não deveria ser mais fácil entender que *homem* (espécie) significa *animal* (gênero) do que entender que *animal* significa *homem* e não, por exemplo, *crocodilo*.

O segundo tipo de metáfora, de espécie para gênero, compreende também uma relação de inclusão de classes. O exemplo aristotélico é “Ulisses levou a feito milhares e milhares de belas ações”, em que “milhares e milhares” substitui “muitas”, um gênero de que “milhares e milhares” é espécie.

No exemplo acima, há uma limitação da metáfora em estabelecer a equivalência entre a estrutura da linguagem e a estrutura do mundo, visto que, consoante Eco (1991), tal substituição somente é válida em determinados quadros de referência; em outros, como, por exemplo, numa escala de quantidade referente às grandezas astronômicas *mil e mil*, pode significar pequena quantidade. Da mesma forma, entendemos que considerar *homem* como espécie e *animal* como gênero, de acordo com o exemplo do primeiro tipo, é admitir uma metáfora “retoricamente insossa” capaz de significar *animal* através do termo *homem*.

Seguindo a taxionomia dos tropos formulada pelo Grupo μ (1974; 1977)², podemos considerar sinédoques as metáforas dos dois primeiros tipos; aquela do primeiro tipo seria generalizadora ou hiperônima, e a do segundo, particularizadora ou hipônima.

A metáfora do segundo tipo, ao que parece, exige menor tensão interpretativa que o primeiro, pois, em uma relação hiponímica, sobe-se, em termos semânticos, de um termo subordinado para um superordenado, que só pode ser um. Um exemplo seria a sentença “para te abrigar, podes procurar meu teto”, com o termo *teto* usado por *casa*. No caso da generalizadora, ao descer do termo superordenado, há vários termos subordinados possíveis. É o que ocorre na frase “o animal está no pasto”, em que “animal” pode se referir a um cavalo, uma vaca ou, ainda, a outros da mesma espécie ou não, como, por exemplo, ser usado para se referir metaforicamente a um ser humano.

Convém atentar, nesse caso, para a importância de se considerar a informação contextual na configuração da metáfora, pois, no exemplo “o animal está no pasto”, se o contexto de inserção da frase fosse uma situação na qual se falasse de um homem rude, glutão, de péssimos hábitos alimentares, teríamos a possibilidade de metaforizarmos tanto *animal* quanto *pasto*, o que nos permitiria a seguinte interpretação: o homem está comendo exageradamente.

Enfim, às metáforas do primeiro e do segundo tipo obsta apenas o fato de reduzirem sobremaneira o jogo de produção de sentidos próprio da metáfora, pois a unidade de significação limita-se à transposição de nomes que surgem em uma ordem

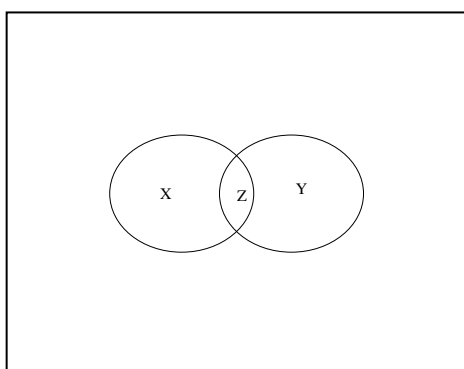
² Grupo de teóricos, também chamado Grupo de Liège. Seus componentes: J. Dubois, F. Edeline, J.M. Klinkenberg, P. Minguet, F. Pire e H. Trinon.

relacional lógica, previamente estabelecida, de subordinação entre gênero e espécie ou espécie e gênero.

A metáfora de terceiro tipo consiste em um exemplo de passagem de espécie para espécie. O exemplo fornecido por Eco são as palavras “suprimir” e “cindir”, casos de uma espécie mais geral, “cortar”, que estabelece algo de símil entre os dois termos.

Esse tipo aproxima-se mais da idéia tradicional que temos do que seja uma metáfora, e muitas teorias contemporâneas tomaram-na como referência, como é o caso da análise semântica baseada na transferência de traços, formulada por L. J. Cohen (1994). O raciocínio é realmente muito simples. Vejamos o diagrama utilizado por vários autores, apresentado por Eco:

FIGURA 1 – Metáfora com passagem de espécie para espécie



Fonte: ECO (1991, p.152).

Como vemos, três termos estão envolvidos no processo, embora haja somente dois explícitos. Há um termo x, denominado metaforizante, um termo y, denominado metaforizado, e um termo Z, intermediário, o gênero de referência responsável pela desambiguação. Seguindo esse raciocínio, podemos explicar expressões como “dente de montanha”, pois cume e dente são partes do gênero *forma pontiaguda*.

A abordagem semântica de L. J. Cohen (1994) muito se assemelha ao terceiro tipo de metáfora aristotélica, haja vista funcionar por meio da comparação de traços semânticos associados aos termos da metáfora. Em sua proposta, o autor afirma que o significado metafórico seria obtido pelo cancelamento de aspectos essenciais do

objeto, quando refletidos nos traços semânticos do significado da palavra. Observemos o exemplo fornecido pelo autor: “As nuvens são feitas de ouro puro”³. No exemplo, a palavra *ouro* é interpretada metaforicamente porque o traço semântico *metálico*, propriedade física do objeto, é neutralizado. Assim, na interpretação haveria um cancelamento ou perda dos traços semânticos inconsistentes entre os dois termos da metáfora e os traços remanescentes serviriam de base para que ocorresse a similaridade.

Um dos problemas da teoria de transferência ou cancelamento de traços é a impossibilidade de se saber ao certo quem ganha ou quem perde alguma coisa nesse processo. Para definir quais propriedades semânticas permanecem ou quais são eliminadas, teríamos que abandonar um modelo semântico de organização do léxico em que unidades estão estruturadas de modo hierárquico, mantendo relações de dependência semântica entre si, e conceber essa operação como orientada para o universo do discurso.

Por isso, Eco (1991, p.152) prefere falar em “vaivém” de propriedades, em vez de “transferência”, pois, se tomarmos como exemplo a expressão “ela era um junco”, é possível dizer que tanto junco adquire uma propriedade ou traço humano, quanto moça adquire uma propriedade ou traço vegetal. Em todo caso, os termos em jogo perdem algumas propriedades semânticas.

A metáfora de quarto tipo é também chamada de analogia, por colocar em jogo um esquema proporcional envolvendo quatro termos. Enquanto na metáfora de três termos o raciocínio lógico era $A/B = C/B$ – por exemplo, em *João é um palito*, João está para corpo delgado, assim como está o palito –, na metáfora de quatro termos, a relação passa a ser $A/B = C/D$. Ou seja, um termo A está para um termo B assim como um termo C está para um termo D.

A metáfora elaborada a partir de uma analogia transforma a fórmula $A/B = C/D$ para chegar à expressão “C de B” que designa A. Porém, as metáforas mais originais são as que se apresentam logo de início como fusão A e C, silenciando os termos B e D. Apliquemos a regra ao exemplo de Eco (1991, p. 154): “a velhice está para a vida assim como o ocaso está para o dia”. Dessa maneira, é possível falar em *velhice* (A) como o ocaso (C) da vida (B) ou *ocaso* como velhice do dia (D).

³ “*The clouds are made of pure gold*” (Tradução nossa).

A metáfora por analogia permite também explicar casos de catacrese, no sentido estrito, em que um termo metaforizante está para um metaforizado, o qual inexistente lexicalmente ($A/B = C/x$). Na catacrese “pé de mesa”, por exemplo, perna (A) está para o corpo (B) assim como um objeto inominado (x) está para mesa (C). A similaridade só é possível porque há um quadro de referência que evidencia o traço ou propriedade funcional *sustentação*, comum aos dois termos.

A catacrese, de acordo com Eco (1991), segue o princípio da economia que governa o esforço de dar nomes apropriados a coisas, idéias ou experiências novas. Ocorre quando novos sentidos são lançados para velhas palavras, devido à ausência de uma palavra literal correspondente, como as expressões, *pé da mesa*, *asa da xícara*. Ao exercer tal função, a metáfora assume o papel da linguagem literal – a verdadeira responsável pela nomeação das coisas, sob essa perspectiva.

A nosso ver, os três primeiros tipos de metáfora são limitados, por mostrarem somente como a produção e a interpretação metafórica funcionam por meio da chamada *árvore de Porfírio* – um mecanismo sinedóquico lógico de relações de hiperonímia e hiponímia. Ademais, não há inovação semântica no uso dessas metáforas, uma vez que não fornecem qualquer informação nova sobre a realidade, pois resultam de uma simples operação de substituição de termos cujo sucesso consiste na possibilidade de paráfrase da metáfora ou, em outras palavras, da reposição do sentido literal⁴ da palavra substituta.

Eco admite a limitação da proposta aristotélica para dar conta do potencial de significação da metáfora na representação da realidade, entretanto, relativiza sua crítica. Por um lado, o estudioso italiano argumenta que devemos fazer justiça a Aristóteles por “intuir lucidamente” a função cognoscitiva da metáfora por analogia, visto que esse tipo de metáfora difere dos três primeiros tipos por não ser apenas “enfeite” — há um aumento do conhecimento das relações entre as coisas, e, por isso, aprendemos algo com o esquema proporcional de analogia. A relação analógica imbricada nessa metáfora, diz ele, possibilitou à metaforologia compreender a necessidade de flexibilizar as relações de semelhança que se estabelecem entre propriedades semânticas dicionarizadas (lexicais) e propriedades enciclopédicas (culturais). Por outro lado, Eco adverte que, embora Aristóteles defenda que o dom de

⁴ Sobre a distinção sentido literal e sentido metafórico, ver capítulo III.

saber elaborar boas metáforas depende da capacidade de ponderar sobre semelhanças, ao se estabelecer a relação proporcional de analogia, tanto semelhanças quanto dessemelhanças podem interferir no processo. Ou seja, em “ela é um junco”, é preciso levar em conta também que moça está para a rigidez de um corpo humano, assim como o junco está para a rigidez de um carvalho, para podermos entender em relação a que moça e junco são flexíveis. Sendo assim, a analogia pode estabelecer-se também mediante consideração de propriedades semânticas opostas.

Na *Retórica* de Aristóteles, é dito que as melhores metáforas são aquelas que representam as coisas em ação, e o conhecimento metafórico reflete o conhecimento dos dinamismos do real. Embora essas asserções pareçam pobres, Eco defende que nos bastaria reformulá-las, de modo a ampliarmos seu alcance. Ou seja, substituímos “semelhanças entre as coisas” por “rede sutil de proporções entre unidades culturais”, ou ainda, “as melhores metáforas são aquelas que representam as coisas em ação” por “as melhores metáforas são aquelas que mostram a cultura em ação, os próprios dinamismos da semiose” (ECO, 1991, p. 163).

Conquanto reconheçamos os méritos apontados por Eco, no que diz respeito à metáfora por analogia, é evidente o caráter restritivo que a concepção aristotélica confere à metáfora, uma vez que a delimita ao nível lexical. Isso porque, nos quatro tipos, a metáfora acontece no nome e a transposição de sentido ocorre por meio do uso de uma *palavra* metafórica que toma o lugar de uma palavra não-metafórica possível de ser empregada.

Nesse sentido, falar em metáfora seria falar no deslocamento ou extensão do sentido das palavras, um recurso desviante da linguagem literal. Isso implica dizer que, em vez de atribuir a uma coisa sua denominação usual, ela passa a ser designada por meio de uma palavra que não a pertence; uma denominação emprestada ou “estranha”, na terminologia de Aristóteles.

Em termos filosóficos, esse modo de entender a metáfora reflete uma visão objetivista da linguagem, herdada do positivismo lógico, na qual as palavras estariam numa relação de correspondência direta com o mundo, e seus significados seriam definidos em termos de propriedades inerentes aos objetos. Esta vertente filosófica assumia que o propósito da linguagem era descrever a realidade literalmente, de modo

que pudesse, por princípio, ser testada e verificada. Uma expressão era considerada verdadeira se possuísse um correspondente material no mundo físico. Ao relacionar a significação linguística ao princípio de verificação empírica, atribuíam-se à linguagem os papéis de nomear objetos ou eventos do mundo e de expressar relações lógicas entre eles. Nesse contexto, a língua, identificada como uma meta-língua, no sentido de ser usada para explicar/refletir o mundo, era concebida como um tipo de cálculo lógico. Daí as metáforas serem, do ponto de vista descritivo, desvio da linguagem literal – elas não possuem valor de verdade, pois não podem ser verificadas empiricamente.

Constatamos, assim, que a principal herança aristotélica foi ter revelado a função retórica e ornamental da metáfora. Segundo Ricoeur (2000), Aristóteles apresenta a metáfora como uma figura da *lexis* em geral – isto é, da dicção, elocução e estilo – que, quando usada, cumpre o papel de preencher uma lacuna lexical deixada pela tentativa de reelaborar o discurso retórico de persuadir ou agradar, ou dar nome adequado às coisas novas ou novas idéias, ou, ainda, como forma de nomear novas experiências.

Por conta disso, traçou-se, por séculos, a sorte da metáfora: ser uma palavra imprópria, um desvio lexical desse pareamento entre linguagem e mundo, uma maneira insólita de designar as coisas. Vejamos abaixo, com maiores detalhes, alguns desdobramentos das idéias aristotélicas.

1.2 A TROPOLOGIA

A tropologia surgiu como tentativa de reduzir a Retórica, antes uma arte da argumentação, a apenas uma de suas partes constitutivas: a *elocutio*. O modelo da Retórica antiga constituía-se de cinco partes, todas organizadas a fim de estruturarem o discurso: a) a invenção (*inventio*) ou escolha do assunto ou tema a ser abordado; b) a disposição (*dispositio*), etapa em que se ordenavam as partes do que dizer; c) a elocução (*elocutio*), a qual representava o tratamento dado à expressão linguística expressiva; d) a memorização (*mnemé*) ou retenção do discurso a enunciar; e e) a ação (*actio*) ou modo como o orador apresenta o discurso ao público.

Ao dar relevo à expressividade das formas linguísticas, via *elocutio*, a Retórica posterior a Aristóteles passou da arte de persuadir ou argumentar à arte de enfeitar o discurso, reduzindo o estudo da metáfora a uma teoria dos tropos e figuras, de caráter estritamente ornamental e taxionômico (cf. LOPES, 1986). Mas o que seria um tropo e uma figura para a Retórica?

Fontanier (1968 *apud* RICOEUR, 2000, p.83), um dos expoentes da tradição retórica, com sua obra *Les Figures du discours*, define tropo como “certos sentidos mais ou menos diferentes do sentido primitivo que oferecem na expressão do pensamento as palavras aplicadas às novas idéias”. A partir dessa definição, classifica a metáfora como tropo de uma palavra por semelhança, ou seja, a metáfora seria um deslocamento e uma ampliação do sentido de uma palavra cuja propriedade figurativa é apresentar um pensamento sob forma sensível e mais evidente.

O termo *figura* é outro tomado da tropologia. Angenot a conceitua como “todo fragmento de enunciado⁵ cuja configuração aparente não está conforme a sua função real e que resulta desde logo numa transgressão codificada do próprio código (fônico, gráfico, semântico, sintático, textual, lógico)” (ANGENOT, 1984, p.97).

As duas definições entrecruzam-se e, por conta disso, comumente encontramos em muitos trabalhos um termo sendo tomado pelo outro. De qualquer modo, Fontanier assume que tropos ou figuras são capazes de gerar uma nova significação para determinada palavra, ao estabelecerem uma relação entre duas idéias: a significação primitiva da palavra emprestada, ou seja, a primeira idéia vinculada a esta palavra de um lado, e de outro o sentido tropológico substituído, a nova idéia que se acrescenta a esta palavra.

Ricoeur (2000) lembra que, embora seja em uma palavra apenas que o tropo consiste, é entre duas idéias que ele acontece, por transporte de uma à outra. Por isso, o tropo ou a figura de expressão chamada metáfora pode, na visão de Fontanier, acontecer em várias formas de relação de idéias: relação de correlação ou correspondência, relação de conexão e relação de semelhança. Essa teoria das relações leva à conhecida

⁵ Em respeito às particularidades de cada autor citado, que não se ocuparam das definições de determinados termos, avisamos que o termo *enunciado* será utilizado neste capítulo em uma acepção lata, como sinônimo de sentença, oração ou frase, a depender de cada autor.

definição de metáfora como a capacidade de apresentar uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou conhecida.

Assim apresentada, como uma relação entre duas idéias, a concepção de metáfora defendida por Fontanier aparenta ultrapassar o âmbito da palavra. Entretanto, ao reduzi-la a um tropo de uma única palavra, o autor acaba por retomar a primazia da palavra e sufocar o potencial de sentido metafórico contido na definição por ele proposta.

Em suma, são três os pressupostos fundamentais caracterizadores do tratamento retórico atribuído à metáfora pela tropologia, segundo Ricoeur (2000): a) a metáfora enquanto tropo consiste em uma única palavra; b) o uso figurado de uma palavra não comporta nenhuma informação nova, pois que ocorre somente à palavra primitiva uma substituição de idéias semelhantes, cuja possibilidade de paráfrase da metáfora seria evidência desse efeito meramente substitutivo; e c) como o tropo nada ensina, exerce apenas a função de ornar, enfeitar o discurso.

Constatamos, assim, que a concepção de metáfora apresentada pela tropologia, assim como aquela aristotélica, é redutora, pois se limita a propor a classificação dessa figura em relação aos outros tropos ou figuras e demonstrar sua função ornamental no discurso. Com isso, deixa de lado a preocupação com os mecanismos de interpretação e inovação semântica promovidos pela metáfora.

1.3 A METÁFORA COMO COMPARAÇÃO E DESVIO

Outro modo de conceber a metáfora é defini-la como uma comparação implícita entre dois termos A e B, tomados, de início, como impropriamente semelhantes entre si, com supressão da partícula comparativa (como, tal, qual, entre outras). A propósito, esta concepção ainda se mantém em muitos dos compêndios escolares sobre ensino de língua materna.

De acordo com Lopes (1986), na Retórica antiga, pensava-se que a comparação fosse uma figura mais “clara”, aproximável de um sentido literal ou grau

zero da linguagem, ao passo que a metáfora, pela ausência do termo operador da comparação, seria mais obscura e estaria mais apta a exprimir o sentido poético do discurso, dado o seu estranhamento.

Aristóteles, na *Retórica*, faz uma aproximação entre comparação e metáfora, e a faz em favor da metáfora. O poder desta sobre aquela reside nas formas de predicação *ser* e *ser como*. A metáfora, por abreviar a atribuição (Aquiles é um leão, em vez de Aquiles é como um leão), revela a surpresa que a comparação dissipa. Sendo assim, o que a comparação explicita como “que se atirou como um leão”, a metáfora transpõe para “este leão atirou-se” (cf. RICOEUR, 2000, p. 82).

Segundo Cohen (1974), em termos lógico-gramaticais, ocorre o seguinte: ao se eliminar a partícula comparativa (de *A é como B* para *A é B*), viola-se o princípio lógico da não-contradição que rege a norma linguística e cujo corolário é proibir a articulação, em uma mesma construção linguística, de uma proposição P com sua contraditória (não-P).

Ora, sabendo que a estrutura linguística canônica mais utilizada para expressar uma relação metafórica é a atributiva (S é P = forma Sujeito + Cópula (ser) + Atributo), uma metáfora como *João é uma raposa* quebra o estatuto lógico do enunciado por eliminar a possibilidade de comparação, pois afirma uma identidade inválida, em termos lógicos, de que João é, de fato, uma raposa. Como consequência, ao vetar tal enunciado da norma linguística, o princípio da não-contradição faz surgir um desvio da norma, um tropo, uma figura retórica.

Isso equivale a dizer, consoante Lopes (1986), que uma metáfora é percebida como um estranhamento, um elemento violador do princípio da não-contradição que, quando aplicado ao plano do conteúdo, quebra a coerência do eixo sintagmático da linguagem, ou, se preferirmos, da cadeia linear da fala.

O desvio se interpretaria, em consequência, como o resultado da violação de uma norma contextualmente definida, violação essa que originaria a manifestação de uma figura (metassemema ou tropo) que se denuncia no efeito de leitura que o leitor sente como um típico estranhamento (LOPES, 1986, p.8).

Cohen (1974) denomina *impertinência semântica* essa violação do código linguístico provocada pela metáfora. A impertinência, portanto, faz surgir um desvio do

significado tanto no nível paradigmático da palavra quanto no nível sintagmático da sentença.

Em outros termos, Cohen (op. cit) defende haver dois momentos na interpretação de metáforas:

- a) Percepção, por parte do intérprete, da violação (impertinência) do princípio da não-contradição (pertinência) no eixo sintagmático da linguagem;
- b) Interpretação “corretora”, efetuada sobre o eixo paradigmático, a fim de encontrar, mnemonicamente, uma expressão cujo sentido “próprio” equivalha ao “figurado” naquele contexto. Este fenômeno o autor denomina “redução do desvio”.

O autor explica que só há desvio – a identificação da impertinência semântica – quando as palavras são tomadas em sentido literal ou quando se realiza uma leitura literal da sentença. Na metáfora citada acima, *João é uma raposa*, por exemplo, a leitura literal faz surgir uma impertinência semântica devido à incoerência lógica entre sujeito e predicação. Este é, de fato, o desvio do código. A metáfora, por outro lado, responde pela redução do desvio causado pela leitura literal da sentença.

Em outras palavras, a metáfora restabelece a pertinência semântica do código linguístico, por meio da leitura da sentença *João é uma raposa* no sentido figurado. Dessa forma, o reconhecimento de uma metáfora relaciona-se diretamente ao grau de desvio que a imagem introduz no uso corrente das palavras, no eixo sintagmático.

Uma crítica à proposta de Cohen merece ser destacada. Se a metáfora consiste na redução do desvio semântico, isto é, funciona como “normalização” da substituição de um termo ausente, percebido como “próprio”, por outro, considerado impróprio, através do eixo paradigmático, temos, além da comparação, outro fenômeno presente: a substituição de itens lexicais. Instaura-se novamente, desse modo, a visão substitutiva, na qual a metáfora passa a ser uma palavra ou expressão que substitui um termo literal.

Sendo assim, o quadro teórico formulado por Cohen, embora pareça promover o avanço da metáfora rumo ao nível da sentença, mantém-se nos limites da palavra. De fato, como ressalta Ricoeur (2000), o propósito de Cohen é demonstrar o modo como o plano paradigmático e o sintagmático complementam-se, de forma que, se de um lado vemos a atuação da metáfora no eixo sintagmático, do outro, vemos a impossibilidade de se rejeitar a noção de desvio paradigmático.

Todavia, notamos o retorno ao primado da palavra, na medida em que Cohen superestima a primazia do código paradigmático sobre o nível sintagmático da sentença na redução do desvio. Em outros termos, é ainda no nível da palavra e não na sentença que a impertinência é identificada e uma nova pertinência é assegurada pela produção de um desvio lexical. Se, de fato, as palavras abandonam seu sentido para dar suporte à predicação semântica, o desvio sintagmático é reduzido pelo desvio paradigmático, e, dessa maneira, a metáfora continua a constituir somente uma violação do código da língua e não um fenômeno de ordem sintagmática, da frase.

Conforme veremos, Black (1962; 1993) propõe que o sentido metafórico deve pertencer a todo enunciado, embora haja uma focalização sobre uma palavra denominada metafórica. Visto sob essa ótica, a noção de desvio proposta por Cohen desvincular-se-ia de uma teoria da palavra e reconheceria seu valor em uma teoria predicativa.

Ricoeur reforça a união necessária entre metáfora como palavra e metáfora como sentença no seguinte comentário:

Não há conflito propriamente dito entre a teoria da substituição (ou do desvio) e a teoria da interação; esta descreve a dinâmica do enunciado metafórico, e somente ela merece ser denominada uma teoria *semântica* da metáfora. A teoria da substituição descreve o impacto dessa dinâmica sobre o código lexical em que lê um desvio: ao fazer isso, oferece um equivalente *semiótico* do processo semântico (RICOEUR, 2000, p. 242).

Cohen, entretanto, quando tratou da metáfora, parece ter negligenciado esse duplo caráter fundador das palavras, isto é, na condição de signo, a metáfora constitui um valor, uma diferença no código lexical, mas na condição de parte do discurso, é parte de um sentido pertencente a todo enunciado.

A despeito do que foi dito até aqui, há poucos avanços na perspectiva da metáfora como comparação e desvio em relação ao posicionamento da tropologia. Se, por um lado, Cohen aplica a noção de desvio sobre a cadeia linear da fala e, com isso, ultrapassa o tratamento taxionômico próprio da retórica, por outro, continua a atribuir à metáfora bases puramente semântico-lexicais, como as concepções anteriormente elencadas.

Em outros termos, uma análise da metáfora fundada em substituições de itens lexicais ou identificação de uma impertinência semântica e redução do desvio, como fazem Cohen e antecessores, é insuficiente para explicar satisfatoriamente o mecanismo inventivo da metáfora, pois oscila entre uma teoria da metáfora-palavra e da metáfora-sentença, sem, no entanto, alcançar plenamente o nível sintagmático, próprio de uma teoria da interação.

1.4 A METÁFORA E A ANÁLISE SÊMICA

O Grupo μ , nas obras *Retórica Geral* (1974) e *Retórica da Poesia* (1977), apresenta outra maneira de estudar a metáfora: descrever seu mecanismo por meio da decomposição semântica dos termos envolvidos, deslocando a análise do nível da palavra para o nível do *sema*.

Para alcançar esse objetivo – a análise estrutural das figuras de linguagem no plano semântico da língua –, o grupo toma como ponto de partida a terminologia proposta por B. Pottier (1964) e A. J. Greimas (1973), fincada em uma semântica estrutural de linha francesa. Entretanto, vale ressaltar que a utilização dessa terminologia pelo Grupo μ distancia-se da aplicação feita por Pottier (1964), no estudo semântico dos campos lexicais. Este autor limitou-se a elaborar uma terminologia capaz de dar conta da decomposição semântica de itens lexicais; o trabalho do Grupo μ , ao contrário, consiste numa tentativa de realizar uma análise do significado linguístico que ultrapasse os limites de uma semântica de campos lexicais, valendo-se desses conceitos operacionais. Apresentamos abaixo algumas definições centrais da análise sêmica da

metáfora reformuladas pelo Grupo μ e seguidores, tendo em vista serem citadas com certa recorrência ao longo deste trabalho.

Dá-se, *grosso modo*, o nome de *lexema* à palavra com estatuto de verbete do dicionário, passível de realização no discurso. O lexema se sujeita à decomposição em traços mínimos de significação denominados *semas*. Na compreensão de Bertrand (2003), um *sema* é uma unidade diferencial, um dos termos de uma estrutura relacional construída por oposições elementares do tipo vida/morte, cultura/natureza, escuro/claro, frio/morno/quente, dentre outras, que estão na base de uma configuração elementar de significação. São de dois tipos: sema nuclear e sema contextual. O primeiro consiste em um invariante semântico comum a dois lexemas, configurado a partir da apreensão do objeto ou da percepção; já o segundo é um sema variável que, a depender de cada contexto particular, do uso, incorpora-se à significação. Se tomarmos como exemplos os lexemas *homem* e *mulher*, veremos um núcleo sêmico composto pelos traços /animado/ e /humano/, comuns aos dois termos. A esse núcleo, pode-se acrescentar o traço /sexualidade/, somente em *mulher*, visto que o termo *homem*, por ser o termo genérico, não marcado pelo uso, neutro, não comporta esse traço em seu núcleo, ele é apenas contextual, dentre outros possíveis.

À medida que um sema contextual passa a ser comum ou recorrente a várias unidades, o denominamos de *classema* (por exemplo, o traço “caninidade”, em *o cão late*). Um *semema*, por outro lado, consiste em “um efeito de sentido produzido por um *lexema*, quando de sua manifestação em discurso, por meio do conjunto de semas que ele atualiza, núcleo sêmico e semas contextuais” (BERTRAND, 2003, p.430). Um semema, portanto, refere-se às acepções (significações) realizáveis ou realizadas de uma palavra em contexto.

Em linhas gerais, a idéia central da proposta do grupo μ , em relação à metáfora, é explicar a manipulação dos semas como o mecanismo produtor de figuras de linguagem, que passam a ser denominadas *metáboles*. Dos tipos de metáboles, as figuras que comportam informação semântica são chamadas de *metassememas*. As metáforas alocam-se nesse domínio como figuras do plano semântico que modificam o conjunto de semas do grau zero ou do “sentido literal” da palavra, para falarmos em termos tradicionais. Há, ainda, na classificação geral das figuras, os *metaplasmos*, ou

figuras que atuam na morfologia, as *metataxes* ou figuras da sintaxe e os *metalogismos* ou figuras que modificam o valor lógico da frase.

Para evitar a polêmica a respeito do que seria o grau zero ou o sentido literal de uma palavra ou expressão linguística, o Grupo μ prefere vê-lo como uma construção da metalinguagem – isto é, como o último estágio de decomposição infralinguística do significado. Conforme assinala Ricoeur (2000), assim como a decomposição do significante faz aparecer os traços distintivos – que não possuem existência concreta e independente na linguagem – a decomposição do significado faz surgirem os *semas*, cuja existência não pertence ao plano de manifestação do discurso.

Esse deslocamento do item lexical para o sema permite ao Grupo μ efetivar uma análise das figuras de caráter meramente estrutural, livre do que seria literal ou metafórico, pois a análise não se limita mais ao plano lexical manifesto, como faziam as teorias anteriores, mas sobre essas unidades mínimas de significação. Com isso, é possível abandonar a análise do lexema (palavra), propriamente dito, e representar hierarquicamente uma coleção de semas que, ao serem manipulados e formalizados, configuram, no nível propriamente linguístico, o código virtual ou semântico que a língua oferece.

Contudo, se assim o for, a análise sêmica torna-se, como outras propostas semânticas, dependente das leis que regem um universo semântico já codificado, cujo significado figurado encontra-se não no nível dos efeitos de sentido, mas somente no arranjo e reorganização da estrutura sêmica. Além disso, conforme argumentaremos no capítulo III, a discussão sobre o que seria sentido literal ou metafórico não se esgota na exclusão de um ou de outro do processo metafórico, como faz o Grupo μ em sua análise.

Certamente, a estratégia da análise sêmica de transformar o grau zero ou sentido literal em uma construção metalinguística é bastante produtiva, em termos de análise estrutural da metáfora, visto que se alicerça sobre um forte argumento, que podemos formular em uma pergunta: como é possível falar de sentido literal ou metafórico de um item lexical ou expressão linguística se não estamos no nível de análise da palavra, mas sim de unidades do conteúdo, de um nível infralinguístico?

Entendemos, entretanto, que há riscos em assumir essa estratégia. Basta atentarmos para outra suposta vantagem operacional da análise sêmica, apontada pelo Grupo μ : a possibilidade de se distinguir no discurso figurado duas partes, uma base ou “invariante” (que não é modificada), e outra que sofre desvios retóricos, mas que mesmo assim preserva semas da base, e, por isso, manifesta a um só tempo tanto o grau zero quanto o grau figurado. Como consequência, pressupõe-se sempre a existência de invariantes na base do lexema, o que torna obrigatória a presença de parte dos semas constitutivos do lexema empregado na configuração sêmica da metáfora.

Ora, admitir a preservação de uma parte de semas na metáfora é prever antecipadamente parte do sentido metafórico que será manifestado no plano linguístico. Isto, de fato, se aplica quando lidamos com metáforas materializadas no texto em forma de palavra ou de enunciado atributivo (A é B), no entanto, torna-se questão problemática quando nos confrontamos com metáforas que se constroem no decurso da leitura de um texto, que conectam diferentes planos de significação textual, como é o caso da metaforização textual. Nestes casos, fica pendente uma interrogação: quais seriam os semas invariantes? Como identificá-los, se ultrapassamos as fronteiras da palavra e da sentença, estando à mercê do texto/discurso?

Passemos a uma breve descrição do modo como é realizada a análise sêmica da metáfora na perspectiva do Grupo μ . Em linhas gerais, é feita por meio da decomposição e reorganização de semas, mais especificamente, por dois tipos de operação: a supressão ou o acréscimo de semas.

As operações sêmicas de adjunção ou supressão conduzem, então, a dois tipos de decomposição semântica: o primeiro tipo é chamado decomposição de propriedades empíricas ou sobre o módulo II, por haver um vínculo lógico de dependência semântica entre uma classe ou termo geral e suas subclasses. Se tomarmos como exemplo a representação mental da classe de objetos *árvore*, veremos uma relação entre uma árvore e suas partes, ou a equivalência entre uma proposição como “x é uma árvore” e outras como “x tem folhas”, “x tem raízes” e “x tem tronco”, cujos significados incluem a proposição “x é uma árvore”. O segundo tipo é denominado decomposição de propriedades conceituais ou sobre o módulo Σ . Ou seja, se “x é uma árvore”, então “ou é um álamo”, “ou é um carvalho”. Neste caso, “o conceito ‘árvore’ é considerado como uma classe de subclasse, de certo modo intercambiáveis, existentes

virtualmente no dicionário: tal classe compreende as subclasses ‘álamo’, ‘carvalho’, etc., sendo que dado indivíduo da classe pertence a uma ou outra dessas subclasses, mutuamente exclusivas” (GRUPO μ , 1977, p. 46-47).

A aplicação desses dois tipos de decomposição à metáfora tem como resultado evidente sua redução a um processo sinedóquico. A adjunção de semas origina uma sinédoque particularizadora do tipo II, em que se parte de um lexema geral para o particular (dizer *lâmina* por *faca*), e a sinédoque particularizadora do tipo Σ (dizer *peixeira* por *faca*). A supressão, por outro lado, gera a sinédoque generalizadora do tipo Σ , que parte do particular para o geral (dizer *os mortais* por *homens* ou *batimento* por *coração*) e a sinédoque generalizadora do tipo II (dizer “aceitarei ‘torta’, como sobremesa”, tomada como por um pedaço de torta).

A redução da metáfora à sinédoque permite ao Grupo μ assegurar a conformação de um sistema semântico homogêneo, em que os fatores contextuais permanecem extrínsecos e a hierarquia semântica entre os elementos constituintes é mantida. É precisamente por esse motivo que a metáfora se sujeita à aplicabilidade de conceitos operatórios como desvio, supressão e adjunção a fim de conservar “uma base de semas essenciais cuja supressão tornaria o discurso incompreensível” (cf. RICOEUR, 2000, p. 252-256, para uma discussão aprofundada).

A principal crítica a ser feita ao Grupo μ diz respeito, portanto, ao fato de que o mecanismo básico de supressão e adjunção de semas restringe seu campo de atuação a um universo semântico composto de unidades já previsíveis pelo código e cujos fatores contextuais permanecem fora da análise, como nas teorias expostas anteriormente. A metáfora, assim, resume-se ao produto de duas sinédoques, que, a nosso ver, não é senão um tipo de relação metonímica cuja ação limita-se à identificação de relações de dependência semântica entre os termos envolvidos em um sistema já codificado. Os semas são apenas recuperados e reorganizados, não há inovação semântica.

Uma incongruência do modelo sêmico, apontada por Ricoeur (2000), reside no fato de se buscar a metáfora entre os metassememas, o que equivale a dizer, ainda nos limites da palavra, como na retórica clássica. Como os metassememas operam em um nível semântico e as metataxes em um nível sintático, somente as metataxes

gerariam efeitos de sentido sobre o eixo sintagmático. Se isto realmente acontece, estamos impossibilitados de vermos o funcionamento da metáfora ligado ao caráter predicativo dos enunciados.

Outra crítica lançada por Ricoeur diz respeito à distinção entre metáfora e polissemia:

A análise sêmica produz diretamente uma teoria da polissemia, e somente indiretamente uma teoria da metáfora, na medida em que a polissemia confirma a estrutura aberta das palavras e sua aptidão para adquirir novas significações sem perder as antigas. Essa estrutura aberta é somente a condição da metáfora, não ainda a razão de sua produção, pois é necessário um acontecimento do discurso para que apareçam, com o predicado impertinente, valores fora do código que a polissemia anterior não poderia conter por si só (RICOEUR, 2000, p. 262).

As críticas apontadas por Ricoeur são pertinentes, todavia, limitam-se ao fenômeno metafórico quando da passagem do item lexical para a sentença. Iremos mais além. É preciso destacar o fato de que não há metáfora no dicionário, uma vez que o traço inovador encontra-se fora do código lexical e também da estrutura sentencial. Portanto, a chamada metáfora criativa ou ousada, que encontraremos na metaforização textual, desafia a análise sêmica, pois é preciso evocar um sistema de referências *ad hoc* que começa a existir somente a partir da dinâmica do contexto em que a metáfora está inserida. Impor à metáfora a existência de um sema comum já presente, *a priori*, é destituí-la de seu caráter inovador, criativo.

Compreendemos agora por que o Grupo μ necessita subordinar a metáfora à sinédoque; é esta, de fato, a figura adequada a um universo de significação já codificado, pois constitui um mecanismo de ação meramente subtrativo. Ao mesmo tempo, por meio dessa subordinação, o grupo exime-se da responsabilidade de assumir uma definição de sentido literal ou metafórico.

A análise sêmica do Grupo μ não traz nenhuma mudança essencial na teoria da metáfora. Sua originalidade consiste apenas em propor um nível infralinguístico de análise em que há um alto grau de tecnicidade na descrição do funcionamento das figuras, através das operações de supressão e adjunção de semas em campos semânticos já lexicalizados.

Há, com efeito, na terminologia e na descrição das figuras realizadas pelo Grupo μ , um formalismo radical presente que impede a verificação das mais diversas manifestações discursivas da metáfora. No entanto, embora aceitemos as restrições feitas à análise sêmica discutidas aqui, autores como Bertrand (2003) e Eco (1991; 2004) relativizam esse formalismo terminológico, ao adaptarem alguns termos centrais da análise sêmica⁶ – como semas, sememas, narcotização/magnificação de semas, isotopia e inferência abdutiva – em sua semiótica literária e nos seus estudos a respeito da metáfora, respectivamente.

Em nosso trabalho, lançaremos mão desse mesmo expediente. Ou seja, na ausência de conceitos apropriados, utilizaremos tais termos somente como ferramentas operacionais na nossa análise da metaforização textual. Obviamente, com as devidas adaptações, de modo que a utilização desses termos não signifique uma filiação ao estruturalismo do Grupo μ . Consideramos que nenhum trabalho em Linguística seria levado a cabo se tivéssemos que definir a que teoria estamos filiados cada vez que utilizássemos termos de significação ampla como *semântica* ou *traço semântico*, *enunciado*, *frase*, *discurso*, *domínio conceitual*, *esquema*, dentre outros.

1.5 A METÁFORA E A METONÍMIA: A SELEÇÃO E A COMBINAÇÃO NOS DOIS EIXOS DA LINGUAGEM

Digna de nota é a concepção de metáfora e metonímia de Roman Jakobson (1995), também alicerçada no estruturalismo saussuriano. Ao reelaborar os conceitos de sintagma e paradigma, que Saussure já havia parcialmente identificado, Jakobson entendeu de maneira engenhosa que todos os atos linguísticos se baseiam na capacidade de seleção e combinação.

Na seleção (eixo paradigmático), uma palavra se relaciona mnemonicamente a outras pertencentes a um mesmo sistema linguístico em função da

⁶ Na verdade, os termos utilizados resultam de uma mescla da terminologia de outros autores da semiótica como A. J. Greimas e C. S. Pierce.

similitude. Na combinação (eixo sintagmático), por outro lado, uma palavra se relaciona com a seguinte em função da *contiguidade*.

Por meio desse raciocínio, Jakobson concebe a metáfora e a metonímia como processos gerais de manifestação do fenômeno linguístico, situando-as nos eixos de seleção e combinação, respectivamente. Essa bipartição implica uma redução do quadro retórico de classificação das figuras proposto tanto pela tropologia quanto pela análise sêmica, sobretudo na distinção entre sinédoque e metonímia, na qual a primeira se incorpora à segunda.

A metonímia passa a ser uma figura fundada na relação de contiguidade entre um termo literal e ou figurativo. Por exemplo, “Ele ganha o pão com o suor de seu rosto” substitui “Ele ganha o pão com *um trabalho que provoca* o suor de seu rosto”. Ocorre, como podemos ver, uma relação sintagmática de subtração de termos efetivada na cadeia linear da mensagem, *in praesentia*.

A metáfora, ao contrário, consiste em uma figura na qual há uma substituição de termos em um nível paradigmático, com elementos do código *in absentia*. Selecionam-se termos alternativos, cuja substituição permite estabelecer uma similitude semântica encontrada na virtualidade do código, como ocorre, por exemplo, na metáfora *João é um anjo*, em que a convocação paradigmática – do inventário semântico do código – de *bom* ou *puro* traduziria a semelhança entre *João* e *anjo*.

Apesar da simplicidade do mecanismo bipolar metafórico/metonímico proposto por Jakobson e da sua generalização e aplicação a uma gama de fenômenos da linguagem, Ricoeur (2000) aponta as seguintes limitações: a) a proposta elimina o caráter predicativo da metáfora, pois o processo metafórico continua a ser, como na retórica, a substituição paradigmática de um termo por outro termo e b) a seleção de termos opera apenas entre entidades associadas no código. Contudo, “é do lado das ligações sintagmáticas insólitas, das combinações novas e puramente contextuais que é necessário procurar o segredo da metáfora”, arremata o autor (RICOEUR, 2000, p. 276-278).

Por conta disso, retomamos a crítica dirigida ao Grupo μ , se não seria a metonímia, mais que a metáfora, o verdadeiro processo de substituição de nomes, uma vez que a metáfora põe em jogo a dinâmica do enunciado inteiro, ao ser detectada como

um estranhamento semântico na sentença; enquanto a palavra que forma uma metonímia, de um modo geral, não quebra a coerência semântica do enunciado, pois que a identidade semântica baseia-se em uma relação de inclusão de classes.

De fato, o desafio das propostas nominalistas da metáfora até aqui analisadas é ultrapassar os limites de um universo linguístico já atualizado no momento da interpretação, já que em uma metáfora criativa, engendrada pelo texto, a seleção é livre, resulta de uma combinação inédita definida pelo contexto, distinta das combinações pré-configuradas do código.

1.6 A SEMÂNTICA DA METÁFORA DE ULLMANN

Ullmann (1964) é outro autor clássico aliado a uma perspectiva semântico-nominalista, assim como aqueles discutidos anteriormente. Na seção sobre metáfora, de sua obra *Semântica*, declara que “a estrutura básica da metáfora é muito simples. Há sempre dois termos presentes. A coisa de que falamos e aquilo com que a estamos a comparar” (ULLMAN, 1964, p.442). Influenciado pela terminologia clássica de A. I. Richards (1936)⁷, o semanticista afirma que a semelhança resultante da comparação entre teor (coisa sobre a qual falamos) e veículo (aquilo com que a estamos comparando) pode ser de duas espécies: objetiva quando se chama, por exemplo, *crista* ao topo de uma montanha, por se parecer com a crista de um animal ou emotiva quando falamos *amargo contratempo*, por semelhança ao sabor amargo.

O autor menciona ainda que um fator importante para a eficácia de uma metáfora é a distância semântica entre os termos. Quanto maior for a distância semântica entre teor e veículo, maior será a expressividade da metáfora. Desse modo, ao comparar uma flor a uma mulher, a disparidade semântica aumenta a tensão metafórica, ao passo que a comparação de uma flor com uma rosa resulta em perda de expressividade.

⁷ Veja detalhes sobre as idéias de I. A. Richards no capítulo II.

Outro ponto importante nos trabalhos de Ullmann é a relação entre metáfora e polissemia. Para estabelecer tal relação, o autor parte de uma semântica lexicalista, a qual elege a palavra, dentre as estruturas da língua (fonema, morfema, palavra e frase), como aquela portadora de sentido, a definidora do nível lexical.

Na opinião de Ricoeur (2000), Ullmann defende o ponto de vista de que as palavras possuem significado próprio, um *hard core* independente do contexto em que se encontram. Ao tomar como base a dicotomia saussuriana significante-significado, o semanticista define o significado de uma palavra como uma relação recíproca e reversível entre o nome e o sentido.

Como a relação nome-sentido não é uma relação termo a termo, tem-se um problema: se considerarmos fenômenos lexicais como a sinonímia, a homonímia e a polissemia, veremos que para um sentido pode haver mais de um nome, ou para um nome pode haver mais de um sentido. Para definir, então, qual tipo de fenômeno semântico se manifesta, Ullmann incorpora a essa relação um campo semântico associativo que faz atuar relações de semelhança e contiguidade entre nomes e sentidos, e, assim, pode definir as mudanças de sentido decorrentes dessas associações.

Ricoeur cita o arremate de Ullmann a favor de um sistema puramente lexical, responsável pela mudança de sentido: “quer se trate de preencher uma lacuna autêntica, de evitar uma palavra-tabu, de dar livre curso às emoções ou a uma necessidade de expressividade, os campos associativos é que forneceram a matéria primeira da inovação” (RICOEUR, 2000, p. 184).

Se observarmos atentamente o posicionamento dos outros autores apresentados anteriormente, veremos que essa idéia não é exclusiva de Ullmann, como afirma Ricoeur. Todos, ao que parece, tentam manter a informação contextual fora de suas análises sobre metáfora, pois, de modo contrário, perderiam o domínio sobre o significado lexical.

Em relação à polissemia, fica fácil defini-la sob esse aspecto, uma vez que uma palavra pode receber diferentes acepções conforme o contexto, sem perder sua identidade (à diferença da homonímia). É o caso do termo *cabeça* em que, a despeito dos vários contextos de uso, é possível, devido ao campo associativo, reunir traços

semânticos comuns a todas as acepções (como, por exemplo, o traço extremidade) e recuperar o sentido virginal da palavra.

Uma dificuldade surge, todavia, em relação à metáfora. Defini-la como uma mudança de sentido das palavras, legitimada por uma “semântica descritiva” fundada por relações semânticas dentro de um campo associativo, como quer Ullmann, acaba por confiná-la novamente ao espaço da pura denominação.

Da dependência de Ullmann (1964) a um sistema semântico rígido e estruturado em campos de associação de itens lexicais, resultam quatro tipos de metáfora: a) antropomórficas, em que há transferência de partes do corpo humano para nomes inanimados. São exemplos *pulmão da cidade* e *fronte da colina*⁸; b) metáforas animais, nas quais imagens do reino animal aplicam-se a plantas, objetos ou homens, por exemplo, *barba-de-cabra* (planta), *cão* (arma de fogo) e *porco* (homem); c) metáforas que traduzem experiências abstratas em termos concretos⁹, como, por exemplo, a expressão em inglês *to hold the spotlight* (estar no foco das atenções, relacionada ao termo “luz”), ou, ainda, *o relojoeiro* e *calvo covreiro* relacionadas ao *tempo*; por fim, d) metáforas sinestésicas, tipo comum de metáforas, muito utilizadas como recurso no estilo literário, baseiam-se na transposição de termos relacionados aos cinco sentidos. *Cores berrantes*, *cheiro doce* e *dor aguda* são alguns exemplos.

Ricoeur destaca que a metáfora, vista sob uma semântica da palavra, nada mais faz do que enumerar suas espécies:

O fio condutor ainda é a associação; os inumeráveis empréstimos que a metáfora põe em jogo deixam-se, com efeito, referir a grandes classes que se regram sobre as associações mais típicas, isto é, as mais usuais, não somente de um sentido a um sentido, mas de um domínio de sentido, por exemplo, o corpo humano, a outro domínio de sentido, por exemplo, as coisas físicas (RICOEUR, 2000, p. 187).

⁸ Giambattista Vico, filósofo italiano do século XVIII, já identificava o corpo humano como fonte de metáforas em sua obra *Scienza nuova*. Vico foi talvez o primeiro filósofo a atribuir um caráter metafórico à linguagem em geral, e inclusive às próprias coisas expressas na linguagem, as quais seriam criadas a partir de relações estabelecidas pelo homem. Na *Ciência Nova* [1725], ele afirma que o mundo de uma dada nação é instaurado através de uma atividade criativa na qual os homens transferem características suas para as coisas.

⁹ Aqui, trata-se de uma transferência metafórica restrita aos nomes, à visualização de imagens, diferentemente da perspectiva experiencialista de Lakoff & Johnson (1980), na qual a metáfora é construída não por nomes, mas por mapeamentos entre domínios conceituais concretos e abstratos.

As asserções de Ullmann a respeito da metáfora resvalam nos limites de uma teoria do signo, nos moldes saussurianos, cujo funcionamento expurga a relação com a realidade extralinguística. Não podemos descartar o mecanismo contextual quando a relação denotativa nome-coisa é posta à prova no discurso.

Uma inovação semântica é uma maneira de responder de modo criativo a uma questão posta pelas coisas; em certa situação do discurso, em dado meio social e em um momento preciso, alguma coisa demanda ser dita que exige um trabalho de fala, um trabalho de fala sobre a língua, que afronta as palavras e as coisas [...] Toda mudança implica o debate inteiro do homem falante e do mundo (RICOEUR, 2000, p. 194-195).

Convém apontarmos outras lacunas na proposta de Ullmann. De início, o tratamento dado ao fenômeno sob o viés de uma semântica lexical, taxionômica, restrita à palavra; em seguida, a afirmação de que a similitude é sempre o resultado da comparação entre dois termos. Como veremos no nosso estudo, nem sempre a relação metafórica se estabelece na presença explícita de dois itens lexicais (teor e veículo metafórico) na superfície do texto e muitas vezes, como é o caso da metaforização textual, um termo pode metaforizar não somente outro termo, mas enunciados, parágrafos ou um texto inteiro. Aliás, a relação metafórica pode, ainda, se configurar na mente do leitor, cognitivamente, sem estar necessariamente explicitada na superfície do texto.

No que diz respeito ao critério da distância entre os termos interferir na força da metáfora (quanto maior a disparidade semântica entre os termos maior a expressividade da metáfora), preferimos eliminar a existência de uma regra estável. Somos da opinião de que a expressividade ou criatividade de uma metáfora vincula-se à sua manifestação em um determinado contexto. Em outras palavras, à medida que um determinado contexto é configurado, faz-se necessário construir uma enciclopédia *ad hoc*, na qual os termos em jogo são enriquecidos semanticamente durante a interpretação.

Daí Eco defender a assertiva de que “não existe algoritmo para a metáfora [...] o êxito da metáfora é função do formato sociocultural da enciclopédia dos sujeitos interpretantes” (ECO, 1991, p. 191).

É esse rico tecido cultural, já organizado em redes de interpretantes, que decide as semelhanças e dessemelhanças das propriedades fundadoras de uma metáfora, ao mesmo tempo em que aproveita a produção e interpretação metafórica para reestruturar novas redes de semelhanças e dessemelhanças (Eco, 1991, p.108).

Este ponto, aliás, constitui um dos postulados basilares da metaforização textual e radica a nossa tese. Na metaforização, não há como se estabelecer *a priori* quais traços semânticos definem a relação metafórica, pois a semelhança em jogo é construída pontualmente, na leitura do texto, e institui um ganho semântico sempre novo, resultante uma nova descoberta dentro do universo das representações.

1.7 O LUGAR DA PALAVRA NO PROCESSO METAFÓRICO

No cômputo geral, este capítulo resume-se a duas asserções centrais: a) as teorias mantêm, no tratamento da metáfora, a palavra como unidade de análise, bem como se valem da relação semântico-lexical para limitar seu significado, e, por isso, são essencialmente nominalistas e b) as teorias manifestam um formalismo estrutural, que oprime a consideração pelos aspectos sócio-culturais no tratamento da metáfora. Com isso, ficam amputadas para fornecer uma explicação satisfatória dos mecanismos de interpretação metafórica, uma vez que somente a análise de palavras ou sentenças metafóricas não pode ser aplicada ao texto, onde tem lugar uma pluralidade de sentidos e manifestações discursivas, das quais a metáfora é parte integrante.

Vale salientar o fato de que, com o surgimento de novas teorias da metáfora, principalmente aquelas cognitivistas, muito se tem criticado a visão nominalista tradicional, pelo fato desta circunscrever o jogo metafórico a uma semântica lexical. Nas concepções elencadas neste capítulo, há, de fato, uma demasiada valorização da

palavra. As fronteiras do nome são os limites da significação metafórica. Como consequência, as relações de sentido que envolvem toda a cadeia sintagmática do enunciado ou sentença são preteridas àquelas limitadas a uma substituição paradigmática. Em outras palavras, a interação sintagmática entre os termos do enunciado, capaz de revelar a metáfora, é somente aparente.

Ricoeur (2000), na sua releitura crítica da obra de Aristóteles, enfatiza que estão no próprio discurso do filósofo os fundamentos para se estabelecer uma teoria da tensão que supera a teoria da substituição. A tensão encontra-se no relacionamento predicativo que a metáfora mantém, ao fazer a ultrapassagem da *lexis* para chegar à frase, ao enunciado, ao discurso. Porém, faltou a Aristóteles aprofundar essa questão, e, aos seus seguidores, explicitar o modo como ocorre esse processo.

Contudo, em vez de serem abandonadas, as teorias da metáfora-palavra devem ser ampliadas, na medida em que, constituindo ou não um desvio da denominação ou uma transferência de traços semânticos entre dois termos em comparação, é da palavra que partirão as teorias da metáfora/sentença. Ou seja, a palavra permanecerá como transportadora do sentido metafórico, também, em uma teoria da predicação.

Aliás, à medida que a metáfora desloca-se da frase para o texto/discurso, a palavra continuará sendo, em última instância, o suporte do efeito de sentido metafórico cujo papel é encarnar, também no nível discursivo, uma identidade semântica. É a partir do encadeamento de figuras do plano da expressão que se construirá a metáfora no texto. No entanto, a dinâmica discursiva do texto esvanece de tal modo os limites da palavra que o sentido metafórico já não pode ser encontrado em um só lugar, senão no contínuo da significação textual.

Por isso, se quisermos alcançar o espaço do texto/discurso – lugar de manifestação da metaforização –, devemos, a seguir, deslocar a metáfora de seu estatuto lexical, de palavra, para o âmbito da sentença, e confirmar, por ora, o enunciado como o meio ou contexto em que tem lugar a transposição de sentido.

CAPÍTULO 2

A METÁFORA NO NÍVEL DA SENTENÇA

Chega mais perto e contempla as palavras. Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra e te pergunta, sem interesse pela resposta: trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

Veremos, a partir de agora, como ocorre o deslocamento da metáfora do nível da palavra para o nível da sentença, baseados inicialmente na distinção fecunda de Benveniste entre Semiótica e Semântica. Em seguida, apresentaremos com brevidade a terminologia clássica aplicada à metáfora de A. I. Richards, e analisaremos a teoria da interação de Max Black, que advoga a favor não de um sentido metafórico resultante da transferência de sentido entre as palavras, mas da tensão entre os termos da estrutura sentencial, responsável pela criação de um sentido metafórico original. A discussão segue com a pragmática da metáfora, de cunho lógico-sentencial, proposta de início por Grice e Searle, e com a teoria da relevância de Sperber e Wilson, uma ampliação do modelo pragmático tradicional. Ao final, abriremos uma seção para comentar as limitações de uma metáfora-sentença e a necessidade de um novo deslocamento para o âmbito do texto, ou do próprio discurso.

2.1 A METÁFORA ENTRE A PALAVRA E A SENTENÇA: OS PLANOS SEMIÓTICO E SEMÂNTICO DE BENVENISTE

Benveniste não foi um estudioso da metáfora. Sua inclusão neste trabalho deve-se à reflexão feita por Ricoeur (2000) sobre suas idéias, mais precisamente à

dicotomia plano semiótico / plano semântico da língua, estendida, aqui, ao estudo da metáfora.

Benveniste (1988) parte da idéia de que a língua, como sistema de signos, encerra dois modos de significação: o semiótico e o semântico. O primeiro remete à noção saussuriana de signo linguístico, por estar organizado em relações paradigmáticas, internas à língua, nas quais cada signo adquire valor, dado seu caráter distintivo dos demais. O segundo organiza-se por relações sintagmáticas no nível da frase, contudo, por meio da colocação da língua em ação por um locutor.

A semiótica passa, então, a constituir uma propriedade da língua e a semântica, uma propriedade do locutor. O resultado é que, para Benveniste, os dois planos, semiótico e semântico, imbricam-se para produzir significação. Ou seja, no âmbito semântico (da frase), há o deslize do signo à significação: a palavra, unidade do plano semiótico, antes independente do sujeito e da referência, passa a ser agenciada pelo locutor, transformando-se em “língua em uso”, cujo sentido é definido na articulação semântica da frase. Assim, língua e uso passam a ser indissociáveis, por conta de um sujeito da enunciação, inscrito na língua.

Uma unidade linguística como *flor*, por exemplo, deve atravessar o nível semiótico, a fim de sua existência na língua ser verificada – neste caso, não sua existência no mundo, mas sua existência no sistema linguístico, ou seja, a unidade *flor* deve ter uma significação na língua. Mas, também, deve articular-se no nível semântico, onde o sentido de *flor* passa a ser seu sentido no interior de um enunciado, como em um enunciado do tipo *a flor desabrochou*.

A partir desse raciocínio, Ricoeur (2000) retoma de Benveniste a relação entre uma semântica em que a frase é portadora da significação completa mínima e uma semiótica para a qual a palavra é um signo no código lexical, a fim de vislumbrar a metáfora como fenômeno do enunciado e abrir caminho para o nível discursivo.

Se o plano semiótico diz respeito aos signos em relação paradigmática no sistema, e o plano semântico diz respeito às relações sintagmáticas que efetuam os sentidos na frase, a substituição, lei paradigmática da metáfora, deveria, segundo Ricoeur, ser colocada apenas no nível semiótico.

Ora, mas se queremos ultrapassar a esfera da palavra e conceber a metáfora como um *enunciado metafórico*, portanto como um *sintagma*, não podemos mais, como fez Jakobson, pôr a metáfora no eixo paradigmático e a metonímia no eixo sintagmático. Por conta disso, não é exagero afirmar que a distinção entre *semiótico* e *semântico* de Benveniste implica, de fato, uma nova repartição da relação paradigmática e sintagmática na língua, e isto traz consequências consideráveis aos estudos linguísticos de viés estruturalista, nos quais se incluem as teorias da metáfora-palavra.

Se a concepção benvenistiana (1995) de que as palavras adquirem valores antes inexistentes, em decorrência da aproximação e da ação que umas exercem sobre as outras na frase estiver correta, Ricoeur (2000, p.123) parece também inequívoco quando diz que “é como sintagma que o enunciado metafórico deve ser considerado”.

Por esse motivo, a bipartição feita por Benveniste de plano semiótico / plano semântico da língua constitui um argumento linguístico consistente para desvincular o funcionamento da metáfora de uma mera substituição realizada no plano paradigmático do código linguístico e justificar a atuação da metáfora sobre o eixo da sentença, através de uma teoria da interação, complementar a uma teoria substitutiva.

Veremos, ao propormos deslocar a metáfora para o nível do textual-discursivo, que as operações sobre a palavra e o enunciado continuarão a ocorrer. Por isso, a discussão a respeito dos planos semiótico e semântico é extremamente produtiva, visto que integra dois níveis de significação da língua, impõe a indissociabilidade entre língua e uso por meio da sentença e permite-nos resguardar a noção de metáfora como palavra, ao mesmo tempo em que recobre sua manifestação e seu funcionamento no nível do enunciado.

No entanto, em um nível textual/discursivo, deixa de ser lícito pensar em sentido metafórico restrito à palavra ou à sentença, tendo em vista que estes segmentos linguísticos passam a fazer parte de uma configuração de sentido, na qual funcionam como pistas textuais ou corredores isotópicos capazes de enriquecer a interpretação, relevando, assim, a plurisignificação metafórica.

Por ora, cabe-nos explicar a metáfora em seu estatuto de sentença metafórica, bem como as diversas maneiras de ela se manifestar na cadeia sintagmática. Começemos por definir, a seguir, seus termos na estrutura sentencial.

2.2 A ESTRUTURA SENTENCIAL DA METÁFORA: A PROPOSTA DE A. I. RICHARDS

A. I. Richards (1936) ocupa um lugar destacado nos estudos sobre metáfora, ao propor uma descrição do mecanismo de funcionamento da metáfora que se estende além dos limites lexicais, e cristalizar uma terminologia amplamente utilizada para os termos que a constituem.

A metáfora toma os capítulos V e VI de sua obra *The Philosophy of Rhetoric*, mas a discussão ali encontrada vincula-se muito mais a uma nova definição de retórica do que a uma semântica da metáfora no seio da frase. De acordo com Ricoeur (2000), o projeto retórico da obra, relacionado à metáfora, compõe-se de severas críticas à herança taxionômica da Retórica clássica de classificação de figuras e à distinção entre um sentido próprio ou literal e um sentido figurado.

Richards assume que as palavras não possuem significação própria, pois não encerram nenhum sentido em si mesmas; o discurso, tomado como um todo, seria o responsável pela produção do sentido e por sua percepção de maneira indivisa. Por meio desse argumento, o autor rejeita qualquer recurso taxionômico para as figuras e ataca a noção de sentido literal. Segundo ele, não há nenhuma associação fixa entre nome e idéia, pois o discurso constitui-se pelo contexto, uma espécie de feixe de acontecimentos aos quais as palavras devem seu sentido. Por isso, nada impede que uma palavra signifique mais que uma coisa.

O autor rompe, assim, com uma teoria que concebe a palavra como o elemento fundador de uma metáfora, uma vez que a palavra funciona somente como o “veículo” do sentido, e não como um empréstimo ou substituição de uma palavra por outra, como sustentava a retórica clássica. Ricoeur resume bem o argumento de Richards:

A metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é resultante de sua interação. Não se trata de um simples deslocamento de palavras, mas de um comércio entre pensamentos, isto é,

de uma transação entre contextos. Se a metáfora é uma habilidade, um talento, é um talento do pensamento (RICOEUR, 2000, p.129).

Portanto, na compreensão de Richards, a tensão geradora do sentido metafórico resulta da interação entre duas idéias, dentro de uma palavra ou expressão. Apoiando-se nesse raciocínio, o autor define os termos constituintes de uma metáfora.

Uma metáfora, para Richards, compõe-se de três elementos: teor, veículo e *ground*. O teor é o conteúdo, a idéia em questão, que pode ou não estar presente na superfície textual – constitui o termo metaforizado. Já o veículo consiste na idéia sob cujo signo a primeira é apreendida – constitui o termo metaforizante. O traço ou traços de significação que estes dois termos apresentam em comum constituem o fundamento da figura, o *ground*. No exemplo *João é um palito*, *João* seria o teor, *palito* seria o veículo e a idéia de *magreza* seria o *ground*.

Vale lembrar que a metáfora não se resume ao veículo, mas consiste no conjunto dos dois termos; engendra-se a partir da percepção simultânea dessa interação. Ou seja, surge uma tensão, não entre dois termos, mas entre duas interpretações diferentes de uma mesma sentença. Aliás, este é um ponto importante que distancia as idéias de Richards das teorias precedentes, construídas sob a égide da palavra, em que o efeito de sentido proporcionado pela metáfora não incide sobre a estrutura predicativa.

De acordo com Ricoeur (2000), este seria também um dos motivos pelos quais o efeito metafórico revela o absurdo da tentativa de uma interpretação literal, pois o conteúdo ou teor não pode ser concebido fora da própria figura e o veículo também não pode ser tratado como um ornamento sobreposto, um termo substituto. São a ocorrência simultânea e a interação entre os dois elementos presentes na estrutura sentencial que impedem uma interpretação literal precisa e fazem surgir a metáfora.

Se tomarmos, por exemplo, a metáfora *esse homem é um lobo*, a interação proporcionada pelo veículo *lobo* e pelo teor *homem*, releva efeitos concernentes a um sistema de idéias resultante da interação, e não ao conteúdo semântico de cada termo da metáfora. Desse modo, as interpretações possíveis vão desde a consideração de que homens são ágeis, pouco confiáveis e vorazes, como o são os lobos, até a interpretação de que homens são sexualmente insaciáveis, resultante da interação das idéias que temos sobre o comportamento de homens e de lobos.

No entanto, uma observação importante merece ser destacada. O surgimento da metáfora através da interação entre duas idéias carece de uma explicação detalhada sobre quais seriam as propriedades semânticas implicadas em uma determinada interpretação, e sobre o modo como ocorreria essa interação. Ademais, embora Richards fale de “discurso” ou “transação entre contextos”, mediada pelo *teor* e pelo *veículo*, ele parece restringir a aplicação desses conceitos ao âmbito da sentença. Ou seja, a interação de idéias veiculadas pela relação teor/veículo resulta de propriedades semânticas já codificadas nos dois termos, e, por conta disso, não atinge o mundo extralinguístico. Daí, compreendermos que o trabalho de Richards não aprofunda a discussão sobre a metáfora, a ponto de lançá-la ao discurso. Ilustremos com a seguinte piada:

Exemplo 1: Na apresentação do circo, era o show do homem e do crocodilo. Lá pelas tantas, chegou o número onde o crocodilo abre a boca bem grande e o homem, como prova máxima de coragem, coloca seu membro dentro. Então, ele encara o público e diz:
 - Há alguém que se anime a fazer o mesmo?
 Se levanta uma bichinha e diz:
 - Sim, eu me animo... só não sei se vou poder abrir a boca tão grande assim...

Queremos demonstrar, com esse exemplo, o fato de que, em um texto socialmente partilhado, nem sempre podemos identificar explicitamente a relação *teor / veículo* na superfície textual. Nem sempre há uma metáfora atributiva *A é B* à espera de ser interpretada. Em muitos casos, ela precisa ser construída pela interação entre leitor, texto e conhecimento socialmente partilhado. É a isto que chamamos *metaforização*. Neste tipo de interpretação, só podemos apostar na palavra “membro” como veículo metafórico, se ativarmos o nosso conhecimento cultural a fim de selecionarmos uma propriedade semântica na qual *membro* assemelhe-se a *pênis*, órgão sexual masculino. Ainda assim, essa relação não é imediata, pois vai se configurando a partir do contato, na leitura, das expressões linguísticas (pistas textuais) *bichinha* e o último trecho do texto *sim, eu me animo... só não sei se vou poder abrir a boca tão grande assim*. Consequentemente, não temos a explicitude de um teor para realizar a interação de idéias, como apregoa Richards.

Evidentemente, não podemos negar que as idéias de Richards possuem um caráter pioneiro, pois possibilitaram aos estudiosos que o seguiram entenderem a metáfora como uma figura que diz respeito à semântica de toda a frase, e não somente à

denominação por meio de operações de substituição de elementos linguísticos. Ademais, a terminologia por ele adotada (teor, veículo e *ground*) revela, de modo sutil, o potencial da metáfora como veículo de conteúdo cognitivo e mecanismo de apreensão da realidade, fato que será aproveitado na teoria interacional de Black, descrita a seguir.

2.3 A METÁFORA COMO PROJEÇÃO SEMÂNTICA SOBRE A SENTENÇA

O trabalho de Black (1962) constitui marco de referência da mudança de uma teoria da metáfora fundada na palavra para sua manifestação na sentença. O impacto de sua teoria foi bastante significativo nos estudos contemporâneos na área, suscitando tanto elogios quanto críticas severas, estas relacionadas, principalmente, à explicitação de sua teoria.

Black parte das idéias de Richards para construir a fundamentação de sua teoria da metáfora na sentença. Começa por refinar a nomenclatura expressa pela relação teor/veículo. Enquanto Richards preocupa-se em caracterizar e distinguir os termos da relação metafórica, Black detém-se no argumento de que o enunciado inteiro constitui a metáfora, todavia, há, no seio do enunciado, uma palavra para onde a atenção deve ser voltada e cuja presença é justificativa para se considerar um enunciado como metafórico. Assim, a metáfora, na teoria de Black, passa a ser uma frase em que certas palavras têm emprego metafórico e outras não.

À palavra metafórica presente no enunciado, Black (1962) dá o nome de *foco* e o restante da frase denomina de *frame* ou *quadro*. Da mesma forma como ocorre na relação teor /veículo, o emprego metafórico resulta da interação entre foco e quadro. Ricoeur (2000), entretanto, sugere o vocabulário de Black como o mais preciso para verificar mais de perto a interação entre o sentido do enunciado e o sentido focalizado da palavra e desfazer a ilusão de que as palavras carregam em si mesmas algum sentido. O ganho principal dessa análise, segundo o filósofo francês, é que ela permite circunscrever o fenômeno metafórico na frase, ou seja, é possível isolar a palavra metafórica do resto da frase, por meio de uma *focalização*. Outra virtude é que ela permite corrigir a relação entre teor e veículo proposta por Richards, vez que a atuação

simultânea do par na sentença gera confusões ao direcionar o que ele chama de idéias ou pensamentos e faz cada termo comportar significações extremamente flutuantes.

Em outros termos, na metáfora há uma interação semântico-conceitual decorrente da relação gramatical estabelecida entre a palavra metafórica e o restante da estrutura em que tal elemento ocorre. Por exemplo, o enunciado *O homem é um leão* é metafórico em face da inter-relação entre o foco metafórico [leão] e o frame literal [O homem é ___]. Nesse sentido, o foco se caracteriza por ser o elemento metafórico dentro de uma estrutura não metafórica, gramaticalmente capaz de incluí-lo (cf. OLIVEIRA, 1997).

Sendo assim, a metáfora da frase *O homem é um leão* não está na palavra *leão*, mas na interação entre os elementos que compõem o enunciado, ou seja, na interação entre o foco e o frame ou quadro. Ou seja, no momento da interpretação, a base lexical do foco *leão* não é atuante como mecanismo de produção do significado metafórico; a operação de elaboração do significado é realizada sobre o que Black denomina de “sistema associado de lugares comuns”, entendido, no exemplo, como os conhecimentos gerais e crenças que temos sobre leões.

Assim, ao usar uma metáfora em que homem signifique leão, o leitor/ouvinte não precisa conhecer o significado dicionarizado (literal) de leão, basta-lhe evocar um sistema correspondente de implicações sobre o quadro. Isso significa atribuir essencialmente a composição do foco do enunciado metafórico ao conjunto de implicações associado ao leão, que pode incluir crenças como os *leões são ferozes, bravos, valentes, possessivos*, dentre outras.

Black (1962) define, mais precisamente, “sistemas associados de lugares comuns” como o conjunto de idéias associadas e crenças amplamente difundidas em uma determinada comunidade linguística. A metáfora, vista sob esse prisma, funciona no nível do compartilhamento de um conjunto de conhecimentos associados às palavras do enunciado. Esse compartilhamento, resultante da interação entre dois sistemas, é explicado por meio da transferência de idéias e implicações associadas do foco para o *frame*. No processo de transferência, parte dos lugares comuns associados sofre mudanças de significado. Algumas dessas mudanças são consideradas metafóricas,

enquanto outras são descritas como extensões de significado, por não envolverem conexões apreendidas entre dois sistemas de conceitos.

Black explica que ocorre um efeito de “filtro” no qual o *foco* leão, sob a chancela do sistema associado de lugares comuns, “suprime certos detalhes e acentua outros; em síntese, organiza nossa visão de homem” (BLACK, 1962, p. 39). Este é o motivo pelo qual a metáfora surge, nesta proposta, como um *insight*, já que um tema principal é organizado em função da aplicação de um tema subsidiário, o qual informa e esclarece o que nenhuma paráfrase literal exaustiva poderia fazer.

Com efeito, veremos no capítulo IV que o *insight*, a intuição, é imprescindível para que se alcance o sentido metafórico de uma sentença ou texto. No entanto, nem sempre é possível limitar a metáfora à filtragem proporcionada pelo foco sobre o sistema de lugares comuns, pois a supressão ou a acentuação de detalhes, mencionadas por Black, em muitos casos, são determinadas pela projeção do foco sobre um contexto extralinguístico, uma configuração discursiva. Como podemos, no exemplo abaixo, saber qual o foco da metáfora e sobre qual sistema de lugares comuns devemos projetá-lo?

Exemplo 2: Como foi o começo para o senhor? Pergunta o psiquiatra para o paciente.

— Bem, doutor, no começo eu criei o céu...a terra...o mar...¹⁰

Neste caso, certamente deve ocorrer um *insight* capaz de relevar a relação metafórica na qual o sujeito, supostamente louco, pensa que é Deus. Entretanto, se observarmos atentamente, a metáfora vai sendo construída ainda no início do texto, por meio da palavra *começo*, que instala dois planos de significação (isotopias) simultâneos na interpretação: na primeira ocorrência, refere-se à doença do paciente, enquanto na segunda, refere-se ao ato divino de criação do universo, suscitado pela intertextualidade com a passagem bíblica do Gênesis. Ou seja, o foco da metáfora não se limita ao *paciente*. Sendo assim, o que seria o foco e o *sistema de lugares comuns*?

Por isso, não nos parece convincente a descrição apresentada por Black (1962; 1993) do que seria esse “sistema associado de lugares comuns”. Seria um

¹⁰ Extraído do livro *Piadas: loucos*. Ciranda Cultural: editora e ilustrações, s/d.

sistema semântico já codificado e previsível pela interação do foco/quadro, apenas? Ou seria constituído, também, a partir de informações pragmáticas, de conhecimentos socioculturais?

Em nossa opinião, Black apenas vislumbrou uma teoria discursiva da metáfora, ao formular a noção de “sistema associado de lugares comuns”. Esta seria, de fato, o alçamento da metáfora para além de uma semântica da frase restrita à interação foco/quadro, no entanto, o autor não conseguiu explicitar o modo como esses conceitos poderiam incorporar informações contextuais, não previsíveis pelo código, que gerariam metáforas inovadoras e criativas, tão almejadas por sua teoria, como ocorre no exemplo acima.

A despeito dessa crítica, Ricoeur (2000) destaca na obra de Black sua oposição às teorias substitutiva e comparatista de metáfora, vendo-as como um avanço da teoria da interação em relação às precedentes. De acordo com o pensador francês, para tentar delimitar a fronteira entre a sua teoria e as teorias clássicas, Black concentra seu ataque no postulado da Retórica que idealiza a metáfora como uma palavra tomada em outro sentido, escolhida para substituir uma expressão literal. Observemos como Ricoeur expõe a crítica de Black:

Se a metáfora é uma expressão que se substitui a uma expressão literal ausente, essas duas expressões são equivalentes; pode-se traduzir a metáfora por meio de uma paráfrase exaustiva, e desde então a metáfora não contém nenhuma informação. E, se a metáfora nada ensina, sua justificação deve ser buscada alhures que não em sua função de conhecimento; ou então, como a catacrese, da qual não é senão uma espécie, ela preenche um vazio do vocabulário: mas então funciona como uma expressão literal e desaparece enquanto metáfora; ou então é um simples ornamento do discurso, que dá ao ouvinte o prazer da surpresa, do fingimento, ou da expressão carregada de imagens (RICOEUR, 2000, p.136-137).

Black (1962) vai mais além. Sem limitar-se a opor uma teoria da substituição a uma da interação, ele incorpora a teoria comparatista à teoria substitutiva – sendo aquela um caso particular desta – para criticar a noção de semelhança. O autor evoca a seguinte reflexão: se a função transformadora posta em jogo pela metáfora reside na analogia ou semelhança (a primeira valendo-se de relações e a segunda da ligação entre coisas e idéias), tornar explícita a analogia nada mais é do que gerar uma comparação literal, considerada equivalente ao enunciado metafórico, podendo ser-lhe substituída.

Nas teorias clássicas, a metáfora, antes de criar, apenas instaura ou expressa uma similaridade já existente. Segundo Black, a interação foco/frame não pode ser captada pela simples comparação entre objetos, nem pelos seus traços ou propriedades comuns, pois a semelhança já existente não precisa ser recuperada. A metáfora, na condição de atividade essencialmente criativa, deve promover uma interação constitutiva entre pensamento e mundo. Nesse sentido, deve ocorrer criação de conhecimento paralelamente à criação de novas similaridades – é a interpretação da metáfora que cria a semelhança.

Por esse motivo, a semelhança constitui, para Black, uma noção vaga, pois admite graus e extremos indeterminados e resulta de uma apreciação muito mais subjetiva do que objetiva do fenômeno. Seria mais adequado, segundo ele, invocar a semelhança como um produto da criatividade metafórica, haja vista o fato de a metáfora não formular qualquer semelhança pré-existente.

Concordamos com Black (1962, 1993) quando argumenta que é o processo de interpretação metafórica que desencadeia a identificação de semelhanças, sendo este, inclusive, um aspecto importante do processo de metaforização textual; contudo, vemos com cautela a redução do papel da semelhança a um fenômeno simplesmente “literalizado” ou transformado em uma comparação, como faz o autor.

Basta lembrarmos que o próprio Aristóteles, na *Poética*, ao afirmar que saber criar belas metáforas é saber perceber semelhanças, já considerava complexa e inevidente a relação entre metáfora e comparação. Em outros termos, nada indica que a explicitação do conector de comparação, ao interpretarmos uma sentença metafórica (como por exemplo, a metáfora *ele é uma águia* e a comparação *ele é como uma águia*), possa ser tomada como uma paráfrase restauradora do sentido literal desta sentença; ou seja, que a partir da comparação poderemos elencar todas as interpretações possíveis para a metáfora. Daí, “uma teoria em que a semelhança desempenhe um papel não é necessariamente uma teoria em que a comparação constitua a paráfrase” (RICOEUR, 2000, p. 138).

Com efeito, para Aristóteles, uma similaridade consiste, antes de tudo, numa aproximação reveladora de um parentesco entre idéias heterogêneas, e por isso ser o elo

do sentido figurativo. Se acatado este argumento, nada impede que a *epiphora* (o deslocamento) de Aristóteles possa ser explicada por meio de uma óptica interacionista.

O cotejo feito por Black entre a teoria da substituição/comparação e a teoria da interação não foi à toa. Ele pretendia, ao dispensar o papel da semelhança, provar que a metáfora na interação, ao contrário da metáfora na palavra, é insubstituível e intraduzível. Sob esse prisma, justificar-se-ia a metáfora como portadora de informação, de inovação semântica.

Este é um ponto central da teoria de Black (1962; 1993): a hipótese radical de que as metáforas veiculam conhecimento. Não há paráfrase literal de uma metáfora porque, segundo o autor, na tradução ou paráfrase, o aspecto original ou o conteúdo cognitivo do evento captado via interpretação da metáfora se perde. Sendo assim, a metáfora não consiste na paráfrase de uma sentença literal, que possa ser objetivamente confrontada com os fatos do mundo observável.

O ato cognitivo que só a metáfora viabiliza está no fato de que, ao interpretarmos uma sentença metafórica, organizamos um evento por meio da instauração de uma perspectiva. Na verdade, a teoria interacional pretende demonstrar a ocorrência de mudança de ângulo ou de perspectiva na interpretação dos enunciados metafóricos. Ou seja, o produtor ou intérprete de um enunciado metafórico “seleciona, enfatiza, suprime e organiza” traços do *frame* por meio da aplicação de informações dos elementos do complexo de implicações do foco (BLACK, 1962, p.44).

A partir desse argumento, Black refina a noção de interação metafórica, e passa a definir a metáfora como uma projeção na qual o processo de interpretação depende de “ver A como B”, ou simplesmente de “ver como”:

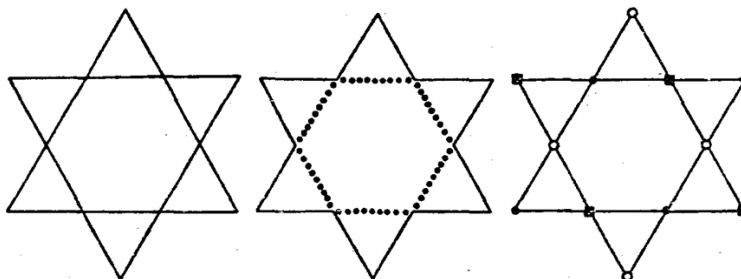
Ainda quero defender que algumas metáforas nos permitem ver alguns aspectos da realidade que a produção metafórica ajuda a constituir. Porém, isso não é mais surpreendente se uma pessoa acredita que o mundo é necessariamente um mundo *sob certa descrição*¹¹ — ou um mundo visto por uma certa perspectiva (BLACK, 1993, p.38).¹²

¹¹ Grifo do autor.

¹² Tradução nossa para: I still wish to contend that some metaphors (original ones) enable us to see aspects of reality that the metaphor’s production helps to constitute. But that is no longer surprising if one believes that the world is necessarily a world *under a certain description* - a world seen from a certain perspective (BLACK, 1993, p. 38).

O “ver como”, segundo o autor, está presente não apenas na interpretação das metáforas, mas na própria percepção das coisas, dos eventos e do mundo. Sem muita clareza, o autor apresenta o exemplo da figura da estrela de Davi para explicar esse fenômeno. Observemos a figura:

Figura 2 – O “ver como” de Black através da estrela de Davi



Fonte: BLACK (1993, p. 32).

Black chama atenção para as diferentes maneiras de concebermos a figura da estrela de Davi: como dois triângulos retângulos justapostos, um hexágono regular com um triângulo retângulo em cada uma de suas extremidades e várias outras. Significa dizer que essa operação de descrição, esse “ver como”, não está presente apenas na interpretação de metáforas, está presente até mesmo na nossa percepção de um objeto geométrico tão simples quanto a estrela de Davi. Mais ainda, segundo ele, esse “ver como” é necessário para alcançarmos qualquer possibilidade de organizarmos o fluxo de coisas, para descrevermos um evento.

Oliveira (1997, p.4) salienta que Black acena com vigor para a possibilidade de dissolvermos a distinção entre literal e metafórico através do “ver como”. Segundo a autora, se o mundo perceptual é visto a partir de certa perspectiva, portanto, em função de uma descrição, não surpreende o fato de a metáfora, ao apresentar um objeto sob um novo prisma, tenha um papel tão importante no nosso raciocínio e na nossa ação. Isso significa postular a inexistência de essências, no mundo físico ou no mundo das idéias, que possam amparar nosso “dar sentido”. A autora acrescenta:

Se chegamos a lidar com um conceito genérico como *homem* não é via apreensão de uma essência comum a todos os homens e mulheres, um generalização, mas pelo estabelecimento de relações de semelhanças e diferenças. Sendo assim, podemos imaginar uma realidade completamente diferente da nossa, mesmo que ambas coexistam no mesmo mundo físico (OLIVEIRA, 1997, p.4).

Grosso modo, a teoria de Black (1962; 1993) pode ser assim resumida: a metáfora não preexiste em um nível lexical, por isso, desloca-se, deixa de ser uma palavra isolada, e se estende à dimensão do enunciado. No enunciado, a metáfora passa a ser enunciado metafórico, composto de duas partes distintas, o foco e o *frame*. Esses dois componentes interagem a partir de um processo de *focalização* e *projeção* de um conjunto de *lugares comuns* sobre o foco. É importante lembrar que o foco e o frame devem ser entendidos como *sistemas* de coisas e idéias e não como idéias/coisas individuais e isoladas. Em um segundo momento, a metáfora passa a ser, também, *insight* e conhecimento no qual o ato cognitivo, viabilizado por ela, manifesta-se pela instauração de uma perspectiva particular, perceptível apenas na interpretação de uma sentença metafórica e não de uma palavra.

No tocante às críticas feitas ao modelo de Black por outros autores que não foram citados aqui, destacamos a sua classificação para as metáforas, que consta no texto *More about Metaphors*, de 1993. Ali, o autor revela um interesse específico por metáforas teoricamente interessantes, isto é, metáforas ativas ou vivas, consideradas pelo filósofo como metáforas *fortes* ou enfáticas, aquelas reconhecidas pelo falante como metáforas autênticas. Estas se diferem das metáforas mortas, também designadas metáforas *fracas* (de pouca ênfase), essencialmente por não admitirem uma interpretação sistemática como as metáforas mortas. Ilustramos as metáforas vivas e mortas, respectivamente, com os exemplos *As espadas são estrelas* e *Todos os recordes foram quebrados*.

Duvidamos da exatidão dessa classificação. Por exemplo, será que o enunciado “O casamento é um jogo de soma zero”, apresentado por Black (1993) como uma metáfora forte, de fato o seria? O esquema metafórico [CASAMENTO-COMO-JOGO], aí codificado, não constituiria um uso convencional e, portanto, uma metáfora fraca?

Outro ponto crítico levantado, também, por outros estudiosos da metáfora (cf. GIBBS, 1994; RICOEUR, 2000) é a vagueza da noção de “sistemas associados de lugares comuns”, que comentamos anteriormente. De acordo com esses autores, a recorrência ao termo implica voltar-se às conotações já estabelecidas, e isso explica, quando muito, a interpretação de metáforas triviais. Black (1962) tenta esquivar-se, afirmando que as metáforas se apóiam tanto em lugares comuns já aceitos quanto em sistemas de implicações especialmente construídos.

Entretanto, ao tentar justificar o mecanismo da interação metafórica, por meio desse sistema de implicações especialmente construído, a explanação do autor carece de exemplificação. Defendemos que a interpretação de uma metáfora, de algum modo, é guiada e precisada por informações extralinguísticas, ainda não codificadas. Essa possibilidade de configuração de propriedades semânticas, incorporadas à metáfora somente no ato interpretativo, poderia ser a solução para a imprecisão da noção de “sistemas associado de lugares comuns”, proposta por Black.

Compreendemos que a exclusão de informações contextuais parece necessária à teoria de Black, de modo a preservar a interação entre o foco e o frame, bem como a sua definição de enunciado metafórico. Incluir, na interação metafórica, um sistema de significação construído *ad hoc* poderia ampliar os limites da interpretação da sentença para o discurso.

Pontuamos, ainda, um comentário sobre o “ver como”. A presença dessa projeção é necessária para a interpretação de sentenças metafóricas e para a construção do sentido, mas não é suficiente para identificar a metaforicidade de um enunciado. Compreendemos que o julgamento da literalidade ou metaforicidade, bem como a própria interpretação, são guiados pela combinação de uma série de parâmetros: o conhecimento da língua, o conhecimento de mundo, a referência a um tópico conversacional, o conhecimento sobre as condições da enunciação, o conhecimento mútuo entre os interlocutores, dentre outros fatores.

Destacamos, ainda, que a metaforicidade ultrapassa a estrutura do enunciado no momento da interpretação. Nem sempre é possível identificar o foco de uma metáfora como uma única palavra, e, conseqüentemente, estabelecer uma relação de implicação com o quadro para criar o significado metafórico, como supõe Black. O foco

pode não estar explícito, pode ser apenas inferido, ser um texto ou parte dele, ou, ainda, ser construído no texto, como ocorre no exemplo do louco que queria ser Deus, apresentado anteriormente.

Por conseguinte, quando um fenômeno como a metaforização manifesta-se no momento da interpretação de um texto, o foco remete não a um sistema de idéias ou pensamentos previamente estabelecido e recuperável, mas a uma configuração de objetos discursivos definida somente na interação entre leitor e texto. Somente postulando uma rede dinâmica de significação, poremos em jogo a emergência de sentidos diversos que dão conta da manifestação discursiva da metáfora.

2. 4 A PRAGMÁTICA DA METÁFORA

Enquanto nos dois modelos precedentes a definição de metáfora é concebida a partir de pressupostos semântico-lexicais, nos modelos pragmáticos, idealizados a partir de pressupostos da Filosofia da Linguagem, a metáfora diz respeito a um aspecto do uso da linguagem. Implica dizer que sua interpretação refere-se, agora, à distinção entre o que as palavras e as sentenças significam e a intenção do falante ao usá-las.

Apesar de valorizar o enunciado e a geração de implícitos a partir das intenções do locutor, subjaz, nos dois modelos pragmáticos, uma análise da sentença que estabelece a existência *a priori* de um sentido literal da sentença na interpretação metafórica. São dois os nomes centrais da corrente pragmática da metáfora Paul Grice (1982) e John Searle (1994).

2.4.1 A metáfora e as máximas conversacionais de Grice

Em sua obra *Lógica e Conversação*, Grice (1982) considera a metáfora uma violação da comunicação linguística. Para confirmar essa suposição, ele estabelece

a base teórica para o estudo dos implícitos pela análise das condições que norteiam a conversação e as intenções comunicativas.

Grice supõe que as pessoas se entendem em uma conversação porque seguem regras naturais de comunicação, regidas por uma espécie de contrato comunicativo, denominado Princípio de Cooperação. O autor descreve esse princípio através do que ele chama de Máximas Conversacionais.

As máximas são descritas por meio das categorias de quantidade, qualidade, relevância e modo. A categoria da quantidade reza que um enunciado deve ser tão informativo quanto o requerido; a da qualidade, que um enunciado deve ser verdadeiro; a de relação está vinculada à relevância do enunciado para o tópico, e a de modo diz que um enunciado deve ser expresso de forma adequada. Conforme tal teoria, através das máximas é explicada a comunicação implícita, que se efetuará por respeito às máximas, ou por sua violação aparente.

De acordo com Grice, a única coisa que o comunicador precisa para transmitir determinado pensamento é conseguir que o receptor reconheça a sua intenção em transmiti-lo. Contudo, as intenções, de um modo geral, não estão explícitas e devem ser inferidas por meio daquilo que o autor denomina implicaturas – suposições e conclusões adicionais fornecidas com a finalidade de preservar o princípio cooperativo e as máximas.

Os proferimentos metafóricos são, para Grice, casos de violação da máxima da qualidade, que se resume em “não afirme o que você acredita ser falso”. Assim, no caso de um falante proferir uma metáfora, o ouvinte infere que, se aquele estiver cooperando para que a comunicação se estabeleça, ele – o falante – pode não estar querendo transmitir o que o significado literal da sentença expressa, motivo pelo qual deve querer implicar algo diverso. Ou seja, os enunciados metafóricos envolvem uma violação do sentido literal; ao se ouvir um enunciado metafórico, reconhece-se a violação da máxima e organiza-se uma interpretação alternativa, uma implicatura figurativa.

Seguindo esse raciocínio, uma metáfora como *o amor é cego* faz um ouvinte perceber a falsidade óbvia do proferimento e inferir que o falante pode não estar desejando transmitir o significado literal da sentença. O ouvinte, então, percebe a

implicatura figurativa: existem determinados aspectos do amor semelhantes a determinadas características da cegueira. Outro exemplo seria alguém proferir a sentença “Porto Alegre é uma grande sauna no verão”; neste caso, o falante usa uma metáfora para implicar que a cidade, no verão, apresenta características de uma sauna, em função do alto índice de umidade e do calor abafado. Isto faria com que o ouvinte percebesse a aparente falsidade da sentença – Porto Alegre não é uma sauna – e gerasse uma implicatura para inferir a intenção do falante ao proferi-la (FINGER, 1996).

Embora Grice não tenha dedicado sua atenção à metáfora, suas afirmações sobre o tema não ficaram isentas de críticas. A noção de violação das máximas da comunicação, bem como a defesa de um sentido literal da sentença constituem, para muitos estudiosos contemporâneos, um retrocesso nos estudos da metáfora. De fato, não seria absurda a comparação da retórica da palavra com a explicação de Grice sobre metáfora, que bem poderia ser chamada de uma retórica da sentença. Apresentar a metáfora como uma violação de alguma regra ou mecanismo de cooperação comunicativa finda por pressupor um enunciado literal, do qual ela é a própria violação.

Com isso, Grice propõe uma distinção entre o que é dito e o que é implicado, bem como faz das implicaturas uma interpretação secundária à interpretação literal, visto que, ao proferir uma metáfora, o falante demonstra sua intenção de implicar algo diferente do que o enunciado literalmente expressa.

Gibbs (2002a) afirma que Grice está equivocado ao admitir a utilização do conhecimento pragmático apenas para facilitar a formulação, por parte do ouvinte, da implicatura conversacional, já que, no caso da metáfora, o ouvinte não pode inferir o significado implícito levando em conta somente o que foi dito pelo falante, pois isso seria insuficiente. Se Grice está equivocado, como explicaríamos, então, o julgamento literal ou figurado de uma frase?

Na compreensão de Gibbs, o que frequentemente favorece a classificação do significado de uma frase como literal é apenas um significado específico para a ocasião, em que o contexto é tão compartilhado ou tão familiar que não parece ser propriamente um contexto. O conhecimento pragmático, para Gibbs, refere-se principalmente a um conhecimento contextual, sempre requerido na interpretação, sejam os enunciados literais ou figurativos. Ademais, segundo ele, há uma série de estudos recentes da

Psicolinguística que demonstram a nulidade da prioridade, no processamento de metáforas, do sentido literal em relação ao metafórico (cf. Capítulo III, seção 3, desta tese).

Gibbs (2002a) acredita que, durante o entendimento da linguagem corrente, possivelmente dois tipos de informações ou conhecimentos pragmáticos são ativados: a) o conhecimento pragmático primário – conhecimento do qual faz parte o entendimento pragmático sobre o mundo; é o conhecimento que fornece uma interpretação ao o que os falantes dizem, e b) o conhecimento pragmático secundário – informação contextual que fornece uma interpretação do que os falantes exprimem no discurso. As pessoas julgam que uma frase possui um significado literal porque ela é isomórfica à situação em que é interpretada, afirma ele.

É o que ocorre, por exemplo, com frases do cotidiano, como “Ele é um leão”. Gibbs (1984, p.278) assevera que se essa frase for usada para referir, em um determinado contexto, à coragem do homem, e se tal intenção for reconhecida por todos os participantes da interlocução, a frase será classificada como literal e não como figurada, como acontece, por exemplo, com as metáforas mortas ou congeladas.

Somos da opinião de que o papel da pragmática na interpretação de uma metáfora deve ultrapassar a visão de que a relevância de um enunciado ou sentença deve restringir-se à identificação de implicaturas inferidas pelo ouvinte/leitor nos limites do contexto lógico-inferencial da sentença. É preciso encontrar relações contextuais que se manifestem além da sentença e do julgamento do falante/ouvinte sobre ela.

Tais relações podem ser determinadas, no momento da interpretação, por exemplo, pelo uso ou mobilização de estereótipos culturalmente estabelecidos, cuja função seria, dentre outras, selecionar um dos vários sentidos intencionados pelo falante, quando confrontado com determinadas expressões linguísticas no ato interpretativo. É o que acontece em situações do tipo:

Exemplo 3: Eu sinto cheiro de mexerica a quilômetros. E pode anotar: Ricky Martin não é gay (Época, 31/01/2005).

Neste caso, a opinião sobre a opção sexual do cantor *Ricky Martin* é manifestada pelo seu cabeleireiro. Sendo assim, para alcançar a intenção do falante, ou

seja, a implicação metafórica de que Ricky Martin não é gay, o ouvinte precisa considerar uma relação metafórica entre o cantor e *mexerica*. Para isso, no entanto, deve ultrapassar o contexto da sentença e estabelecer a relação de semelhança mediante a seleção de propriedades fundadas em um conhecimento sociocultural e não em uma semântica puramente lexical.

Em outros termos, o contexto sentencial não é suficiente para selecionar as propriedades necessárias para assemelhar *gay* a *mexerica*, pois o leitor deve agregar estereótipos socioculturais à interpretação como, por exemplo, o fato de que cabeleireiros muitas vezes são *gays* e julgam identificar outros *gays*, inclusive os mais enrustidos, com bastante precisão; ou ainda, saber que, em algumas regiões do Brasil, nomes de frutas são metáforas utilizadas para se referir aos homossexuais (goiaba, no Ceará, por exemplo).

2.4.2 A concepção searleana de metáfora

Da mesma forma que Grice, Searle (1991; 1994) também defende a base lógica e literal de qualquer enunciado, ao distinguir entre o significado do falante e o significado da sentença. Nesse ponto, suas idéias pouco acrescentam à pragmática de Grice. O que diferencia um do outro é a ênfase da distinção significado da sentença/significado do falante no tratamento da metáfora. Segundo Searle, o significado da sentença não é metafórico, o significado do falante ou do proferimento é que pode sê-lo, já que não há mudança de significado nas palavras que formam uma metáfora.

Finger (1996) comenta que, na teoria proposta por Searle, quando há comunicação envolvendo proferimentos literais, ou seja, aquela na qual o falante diz S é P, pretendendo significar apenas S é P, o falante apenas situa o objeto S dentro da classe definida pelo conceito P. Por exemplo, ao ouvir uma frase como “Roberto é um bom trabalhador”, o ouvinte infere que Roberto faz parte da categoria de bons trabalhadores; nesse caso, o significado da sentença e o significado do proferimento são exatamente o mesmo.

O significado metafórico, por outro lado, se distingue do significado da sentença porque, ao utilizar metaforicamente uma sentença, o falante demonstra sua intenção de comunicar algo diverso. Nesse caso, o significado do falante não corresponde ao significado da sentença utilizada. Em outros termos, é como inferir do significado da sentença “Sandra é uma enciclopédia”, o fato de que ela possui vasto conhecimento, ou é uma pessoa informada.

Assim, na tentativa de responder à pergunta: como é possível para o falante dizer metaforicamente “S é P” e significar “S é R”, quando P, em si, não significa R?; ou ainda: como é possível para o ouvinte escutar “S é P” e entender que o falante pretende comunicar “S é R?”, Searle propõe princípios gerais (cf. Searle, 1994, p. 104-108) que permitem falante e ouvinte, respectivamente, produzir e compreender declarações metafóricas do tipo “S é P” significando “S é R”:

1 - Tanto ouvinte como falante devem compartilhar estratégias que servirão de base para a produção e reconhecimento de declarações não-literais. Um exemplo dessas estratégias seria o reconhecimento de que o enunciado é falso, ou sem sentido, ou, ainda, que viola os princípios conversacionais. Ou seja, uma frase como *João é um porco* deve ser considerada como falsa, pois não há como se estabelecer a identidade lógica A é B, em termos de condições de verdade.

2 - Deve haver princípios, compartilhados pelos interlocutores, que associem o termo P (sejam significados, condições de verdade ou denotação) a um conjunto de valores possíveis de R. É nesse momento que o ouvinte, com base em seu conhecimento de mundo, extrai do termo P aspectos salientes, característicos, que possam fornecer todos os possíveis valores de R. Na metáfora *João é um porco*, esses aspectos poderiam ser *sujo, guloso, relaxado, gordo*.

3 - Falante e ouvinte, a partir do conhecimento de S (seja o significado da expressão ou a natureza do referente), devem ser capazes de restringir a gama de valores possíveis de R ao significado intencionado de R. Assim, somente aqueles valores possíveis de R que determinem possíveis propriedades de S podem ser os valores requeridos. Em outras palavras, Searle pretende saber como um enunciado metafórico do tipo “não preciso de máquinas enferrujadas”, dito por um empresário aos diretores de sua empresa, referindo-se aos seus antigos contratados, pode ser interpretado como “despeçam os

antigos contratados”. A solução é, segundo ele, resgatar, de algum modo, o conteúdo semântico da expressão literal *máquinas enferrujadas* no enunciado metafórico, para que se possa explicar o uso metafórico ou a interpretação metafórica da expressão. Portanto, só há metáfora se houver sentido literal preexistente.

As críticas dirigidas a Grice se aplicam perfeitamente à proposta de Searle. O principal argumento recai, do mesmo modo, sobre a legitimação de um sentido literal que antecede a interpretação metafórica, o que torna a metáfora um fenômeno secundário, dependente e desviante da literalidade linguística. Outro argumento seria as várias evidências psicolinguísticas de que o tratamento lógico-formal conferido ao enunciado metafórico, associado à presença obrigatória do sentido literal na interpretação metafórica, torna o processamento metafórico muito lento, e, ao que parece, na maioria das vezes, a compreensão metafórica é alcançada sem que haja acesso ao sentido literal da expressão metafórica (cf. GIBBS, 2002a). Ademais, vincular o conceito de pragmática a uma semântica lógica, de condições de verdade, como faz Searle, elimina o aspecto criativo da explicação da metáfora, como vimos no exemplo 3, citado anteriormente.

Outro modo de entender a metáfora é considerá-la um enunciado “relevante” ou o mais saliente, ativado em um determinado contexto comunicativo. Neste caso, elimina-se, a distinção entre sentido literal ou metafórico das sentenças.

2.4.3 A metáfora definida pela Relevância

Desenvolvida por Sperber & Wilson (1995), a Teoria da Relevância propõe um modelo de processamento de informações, de base cognitiva, que privilegia o caráter inferencial não-demonstrativo da compreensão.

Trata-se de um processo inferencial espontaneamente realizado pelos seres humanos, que difere das inferências demonstrativas, as quais sofrem restrições lógico-formais, e são julgadas como válidas ou inválidas no tratamento dos fenômenos da linguagem natural. Aqui, a base lógica está a serviço da cognição, visto que a parte

formal é utilizada apenas como instrumento para descrever os processos inferenciais e para modelar o raciocínio (SILVEIRA & FELTES, 1999).

Portanto, podemos considerar esse modelo teórico como uma interface entre modelos pragmáticos e cognitivos. A Teoria da Relevância busca, antes de tudo, ampliar o modelo inferencial de Grice (1982), ao destacar uma característica inerente à cognição humana: os indivíduos, na comunicação, são sensíveis (prestam atenção) apenas a fenômenos que lhes parecem relevantes. Por conta disso, fala-se em relevância como um conceito centrado na relação de equilíbrio entre efeitos cognitivos e o esforço de processamento, para explicar como os indivíduos interpretam informações nos contextos comunicativos. Sendo assim, quanto mais efeitos contextuais, menos esforço cognitivo e maior relevância; quanto menos efeitos contextuais, maior esforço de processamento, menor relevância (SPERBER & WILSON, 1995).

A relevância permite, segundo Sperber & Wilson (1995), que a comunicação não seja simplesmente uma descodificação da sentença; há também um elemento inferencial que possibilita a ampliação do sentido literal codificado. Por meio de dois processos inferenciais, o *estreitamento* e o *alargamento*, é possível alcançar o sentido efetivamente comunicado pela sentença. Vejamos os exemplos apresentados pelos autores para os dois processos:

- a) No Natal, a ave estava deliciosa.
- b) As aves circulavam por cima das ondas, à procura de peixes.
- c) Uma ave, no alto do céu, invisível, cantava a sua doce canção.

Em relação à noção de estreitamento, a palavra *ave* nos três enunciados parece transmitir algo mais específico do que o sentido codificado. Isso ocorre porque o ouvinte, motivado pela procura da relevância do enunciado, estreita o sentido até o ponto de ver satisfeitas as suas expectativas de interpretação, ou de relevância. Conforme os autores, o significado linguístico é enriquecido pelo contexto, e o significado pretendido à palavra é atingido mediante uma ordem de acessibilidade entre os significados potenciais. No primeiro exemplo, ocorre um estreitamento referente às aves que são comidas no Natal, como o peru; no segundo, às gaivotas ou pelicanos; no terceiro, a alguma ave como a cotovia, por exemplo.

A noção de alargamento, ao contrário, amplia o sentido codificado na sentença quando este não satisfaz às suas expectativas de relevância. Vejamos os exemplos:

- a) a minha tábua de passar é chata.
- b) o meu jardim é chato.
- c) o meu bairro é chato.
- d) o meu país é chato.

Na opinião de Sperber & Wilson, *chato* significa, literalmente, uma superfície perfeitamente plana, portanto, não deveria aplicar-se, estritamente falando, a uma tábua de passar, a um jardim, a um bairro e nem a um país. Porém, o ouvinte, para atingir a máxima relevância do enunciado, ajusta o sentido da sentença. Por isso, nos exemplos, vemos o alargamento gradual do sentido do termo *chato* pelas sentenças a-d, visto que o grau de alargamento aumenta na medida em que passa a ser aplicado à tábua de passar até chegar ao sentido aplicado a país.

Inspirados por esse raciocínio, os autores defendem que as metáforas não fogem a normas e nem violam regras ou máximas de conversação, conforme supunha Grice (1982). Seriam simplesmente explorações criativas e evocativas, características da comunicação verbal, determinadas pelas condições de relevância. Portanto, diante de um enunciado metafórico, o ouvinte ou leitor computa, em ordem de acessibilidade, aquelas implicações contextuais – as suposições resultantes da combinação de informações velhas com informações novas – mais relevantes para ele, pois se espera que perceba justamente os aspectos mais salientes do que foi comunicado.

Uma vez que, segundo os autores, os interlocutores buscam a relevância ótima e não a verdade literal, em uma metáfora como *João é um santo*, a interpretação não passa pela declaração de que João é, de fato, um santo, mas sim de que João possui um número suficiente de propriedades de um santo capazes de tornar esta sentença otimamente relevante.

Sperber & Wilson (1995) destacam que a relevância, na metáfora, é atingida por meio de um amplo conjunto de implicaturas contextuais fortes ou fracas. Por esse

motivo, quanto maior for o conjunto de implicaturas potenciais, mais rica e criativa será a metáfora.

A surpresa ou a beleza de uma metáfora criativa bem sucedida encontra-se nessa condensação, no facto de uma única expressão, ela própria utilizada descuidadamente, determinar um leque muito grande de implicaturas fracas aceitáveis (SPERBER & WILSON, 1995, p. 348).

Dessa forma, fala literal e metafórica não diferem, segundo os autores, quanto ao tipo, mas quanto ao grau de relevância, sendo entendidas essencialmente da mesma forma. Uma análise mais atenta sobre a Teoria da Relevância permite-nos, entretanto, uma constatação um pouco ousada: parece haver certa semelhança entre as noções de *estreitamento* e *alargamento*, formuladas por Sperber & Wilson; a noção de *redução de desvio*, de Cohen; e a *focalização* na palavra metafórica, presente na teoria de Black. Nos três casos, vemos um mesmo mecanismo subjacente. Ou seja, a interpretação de uma metáfora ocorre, inicialmente, pela identificação de uma quebra de expectativa, de coerência do enunciado, um estranhamento percebido em um item lexical, e, em seguida, a formulação de uma nova interpretação.

Isso incide nos três casos. Por exemplo, em uma sentença como *essa criança é um peixinho*, Cohen defenderia que o item lexical *peixinho* seria a impertinência semântica ou a redução do desvio, responsável pela interpretação figurada. Black, por outro lado, afirmaria, apoiando-se em seus últimos estudos, que *peixinho* seria o foco, que, ao interagir com a predicação (quadro), projetaria um sistema de associações semânticas ou lugares comuns, responsável pela perspectivação do “ver como” (ver criança como peixe). Finalmente, na Teoria da Relevância, o ouvinte/ leitor alargaria as condições de relevância da sentença, ou seja, de interpretações do contexto inferido a partir do uso de *peixe*, a fim de precisar qual delas satisfaz a máxima relevância. O mecanismo de estreitamento funcionaria, ao contrário, em uma sentença imperativa como *todos os peixes para fora da água!*, na qual o item lexical *peixinho* estreita as possibilidades de interpretação do contexto inferido (peixes não obedecem a ordens para sair da água), com o intuito de manter a máxima relevância e o sentido metafórico da sentença.

Com efeito, é preciso que haja esse momento inicial de identificação de um estranhamento para que se possa interpretar qualquer metáfora. Todavia, ao contrário das noções apresentadas pelos autores citados acima, na metaforização textual esse estranhamento não preexiste à leitura do texto, pois depende de inferências feitas pelo leitor no momento da interpretação. Ou seja, a focalização inicial sobre uma palavra no momento da interpretação textual não significa que o sentido metafórico se resolve sempre nesse ponto da interpretação, podendo haver desdobramentos do esforço inferencial do leitor por todo o tecido textual, o que poderá resultar em novos *insights* e, conseqüentemente, novas interpretações metafóricas do texto.

É preciso ficar claro, portanto, que identificar esse estranhamento, no nosso caso, não significa defender uma violação do sentido literal de uma palavra ou sentença, uma vez que o que é *focalizado* pelo leitor não é um segmento linguístico dado *a priori*.

Chegamos, enfim, ao ponto da nossa tese no qual se justifica a necessidade de conjugar a metáfora na palavra à metáfora na sentença, e, posteriormente, à metáfora no texto/discurso. Como vemos, algumas teorias da metáfora na palavra e da metáfora na sentença comungam, parcialmente, do mesmo mecanismo básico para explicar o fenômeno. Interessante perceber a palavra como elemento condutor desse mecanismo, tal qual o modo como o espraiamento do sentido metafórico sobre a sentença não elimina a sua participação. À medida que a metáfora se desloca, em cada nível, vemos a sua ampliação, até atingir seu grau máximo de manifestação no nível textual/discursivo.

2. 5 OS LIMITES DO SENTIDO NA SENTENÇA METAFÓRICA

A discussão apresentada neste capítulo impõe virtudes e fraquezas à teoria da metáfora-sentença. Se, por um lado, ao deslocarmos o sentido para o enunciado metafórico – por meio da tensão e interação, e não da substituição ou comparação de termos –, confirmamos a tese de que, na palavra, a metáfora não atinge plenamente sua potencialidade de criação de significados, por outro, constatamos que não será ainda no limite do enunciado que isso acontecerá.

No caso da teoria da interação, o próprio “ver como”, resultante da interação entre foco, quadro e sistema associado de lugares comuns, preexiste à interpretação. A produção de significação, nesse caso, desconsidera o aspecto dinâmico da interação leitor/configuração textual. Implica dizer que a configuração semântica formadora da metáfora, de algum modo, já está prevista na interação entre os termos do enunciado.

Já na pragmática de Grice ou Searle, o problema reside no fato de que a sentença é o critério principal para distinguir a fronteira entre o que seria sentido literal ou figurado. Embora os autores localizem a metaforicidade na intenção do falante e não na estrutura da sentença, o sentido literal, inscrito na sentença, precisa ser violado na interpretação para que se alcance o sentido figurado. Essa primazia do sentido literal, a nosso ver, não distancia muito essa proposta daquelas que remetem a metáfora à palavra.

Ademais, a interpretação metafórica limita-se aos acarretamentos lógico-semânticos da sentença. Mesmo na Teoria da Relevância, a extensão das implicaturas parte, em última instância, do contexto sentencial. Conforme defenderemos no decorrer do nosso trabalho, não nos podemos ater a um conceito de metáfora baseado apenas em sentenças, quando analisamos textos socialmente compartilhados. Há casos em que a interpretação da metáfora não depende exclusivamente da análise do enunciado, pois esta, ao contrário, pode se revelar somente à medida que a leitura prossegue, em uma determinada passagem de um trecho do texto (após o enunciado ter sido lido), como também não estar aparente na superfície textual.

Em outras palavras, as possibilidades de relações metafóricas não se esgotam na estrutura linguística canônica atributiva A é B (por exemplo, *João é uma baleia*); basta retomarmos o exemplo 2, já apresentado na exposição da teoria interacional de Black. No texto, o sentido humorístico da piada somente é desencadeado após haver a relação entre o sujeito ser “louco” e querer ser “Deus”. Contudo, não há, no exemplo, como identificar essa relação metafórica a partir de uma estrutura sentencial ou de uma palavra específica, pois que o sentido é alcançado mediante uma metaforização textual. Ou seja, o leitor deve apostar numa relação metafórica entre a pergunta *como foi o começo para o senhor?*, feita pelo psiquiatra ao paciente a respeito de sua doença, e a expressão *Bem, doutor, no começo eu criei o céu...a terra...o mar...*, cuja leitura gera uma quebra de expectativa, pelo fato de a expressão ser uma paráfrase da citação bíblica

de Deus, no momento da criação do mundo. Portanto, o sentido, neste caso, só se recupera pela intertextualidade.

É preciso considerar o modo como a tessitura textual manifesta, constrói a metáfora durante a leitura. Na metaforização, tanto os itens lexicais quanto as sentenças podem fornecer as pistas necessárias para que o conhecimento enciclopédico do leitor seja mobilizado na interpretação, todavia, não há metáfora materializada no texto. As relações entre palavras e sentenças dependem, antes de tudo, do uso de inferências complexas por parte do leitor.

São metáforas deste tipo que desafiam as teorias clássicas e nos interessam: construídas a partir da superfície textual, mas que exigem do leitor, na interpretação, o uso de estratégias inferenciais complexas, a consideração pela informação contextual e a mobilização de conhecimentos socioculturalmente partilhados.

Enfim, é preciso lançar a metáfora além do sentido da sentença para vê-la configurar-se como decorrência do mecanismo de interpretação textual, como encarnada no texto/discurso.

CAPÍTULO 3

PRELIMINARES A UMA TEORIA TEXTUAL-DISCURSIVA DA METÁFORA

[...] palavra de um artista tem que escorrer
substantivo escuro dele.
Tem que chegar enferma de suas dores, de seus
limites, de suas derrotas.
Ele terá que envesgar seu idioma ao ponto de
enxergar
No olho de uma garça
Os perfumes do sol.

Manoel de Barros

Neste capítulo, se esperaria que constasse a passagem da metáfora do nível da sentença para o nível do texto/discurso. Isto, de fato, será feito no capítulo seguinte, contudo é necessário discutirmos antes três aspectos determinantes para a formulação de uma teoria discursiva da metáfora. São eles: o binômio sentido literal/metafórico, já superficialmente comentado nas teorias da metáfora-sentença; a formulação de um conceito de cognição aplicável à metaforização; e, por fim, as definições de texto e contexto, vinculadas ao sócio-cognitivismo e à semiótica textual.

Nas discussões referentes aos três casos, subjaz a constatação de que a interpretação metafórica deve privilegiar um leitor discursivo, ou, se preferirmos, sócio-cognitivamente situado, e não uma mente individual, livre das sujeições impostas pelo seu universo sociocultural.

Caso essas grandezas não sejam devidamente explicitadas, corremos o risco de vê-las reduzirem a metaforização a um fenômeno cuja descrição estaria sujeita às sanções impostas pela filiação a um determinado modelo de processamento ou de representação mental, que pouco a distanciaria dos modelos clássicos de compreensão metafórica. Ou o que seria pior: um fenômeno gerido por um leitor real, autônomo, livre das sujeições do texto e da cultura.

A discussão sobre o modo como é processado o sentido linguístico, seja literal ou metafórico, bem como sobre um modelo cognitivo capaz de dar conta da realidade psicológica das unidades linguísticas, é recorrente na agenda das abordagens cognitivistas da metáfora. Tais abordagens caracterizam-se por focalizarem sua atenção nas bases ontológicas da metáfora, nas questões relacionadas à sua realidade psicológica e aos modelos de processamento do raciocínio metafórico.

A metáfora conceitual de Lakoff & Johnson (1980; 1999) e a mesclagem conceitual de Fauconnier & Turner (2002) são dois exemplos representativos comentados neste capítulo. A razão pela qual foram inseridas no presente capítulo, e não nos capítulos anteriores, reside no fato de serem, a nosso ver, abordagens essencialmente cognitivistas e, portanto, inapropriadas para explicar o funcionamento da metáfora na qualidade de manifestação textual.

A metaforização, por outro lado, apesar de ser concebida como atividade imanentemente cognitiva, não se esgota nas questões relacionadas às operações efetuadas na mente do leitor no decurso da interpretação. Significa dizer que o nosso trabalho apóia-se na integração leitor, texto e conhecimento culturalmente partilhado, mediada por uma cognição dinâmica e interacionalmente situada. Dessa forma, valoriza-se, além dos aspectos cognitivos, o fenômeno metafórico manifesto no plano linguístico-textual.

Compreendemos, assim, que não há possibilidade de adotarmos um modelo hermético de cognição, nem conceitos estanques do que seria texto ou contexto, pois, na metaforização, há sempre um leitor cognitivamente incorporado, mas, ao mesmo tempo, socialmente situado, capaz de configurar novos contextos para construir o sentido de uma metáfora. Da mesma maneira, não podemos aprisionar o sentido em termos como *literal* ou *metafórico*, dado que a sua construção é possível somente na interação sócio-comunicativa. São essas posições que defenderemos a seguir.

3.1 A OPOSIÇÃO SENTIDO LITERAL/METAFÓRICO E OS MODELOS CONTEMPORÂNEOS DE COMPREENSÃO DE METÁFORAS

A discussão sobre o que seria um sentido literal ou figurativo na interpretação de uma metáfora configura-se, hodiernamente, em torno de três modelos: Pragmático Padrão (*Standard Pragmatic Model*), Acesso Direto (*Direct Access View*) e a Hipótese da Saliência Gradual (*Graded Salience Hypothesis*). Vejamos, inicialmente, uma sucinta explanação de cada um deles, para, em seguida, comentá-los.

3.1.1 O modelo pragmático tradicional (*Standard Pragmatic Model*)

Formulado no âmbito da Filosofia da Linguagem, este modelo defende a tese de que a linguagem figurada é um desvio da linguagem dita literal. Por conta disso, requer um esforço cognitivo adicional para ser compreendida, pois o que um falante figurativamente diz (implica) em um contexto comunicativo demanda uma informação pragmática mais difícil de acessar na memória do que o conhecimento semântico usado para determinar o sentido literal. Sendo assim, o processamento e a compreensão da linguagem metafórica só seriam efetivados quando, obrigatoriamente, tivesse sido processado o sentido literal, o qual funcionaria como uma espécie de “gatilho” do sentido metafórico, após ser rejeitado pela incoerência com o contexto comunicativo (cf. SEARLE, 1994, para argumentos a favor, e GIBBS, 2002, para críticas).

Dito de outra forma: inicialmente, haveria uma compreensão literal obrigatória e, só então, ocorreria uma interpretação de outros sentidos compatíveis com a contextualização, o que seria algo como um ajuste de sentido. Como consequência, o sentido literal é sempre acessado primeiro (ele nunca é posto em dúvida), enquanto o sentido figurado é posteriormente acessado por processos inferenciais de ajuste ao contexto. Este tipo de raciocínio aplicar-se-ia a todo tipo de manifestação de linguagem figurada, como, por exemplo, as expressões idiomáticas, a metáfora e a metonímia.

Tomemos como exemplo ilustrativo a metáfora “a baleia está com fome”, proferida à mesa de um restaurante. A interpretação ocorreria da seguinte forma: em um primeiro momento, seria acessado o significado literal, dicionarizado, de baleia; em seguida, dada a incoerência de aplicação do termo ao contexto – não encontramos baleias em um restaurante –, uma interpretação metafórica alternativa é formulada, de modo a ajustar-se ao contexto; ou seja, a interpretação de que a expressão pode referir-se a uma pessoa que come muito, ou é muito gorda e está com fome, é formulada apenas posteriormente.

De acordo com esse modelo, o contexto situacional (restaurante) não forneceria, no exemplo citado, pistas suficientes para que a metáfora fosse compreendida diretamente pela informação contextual. Seria necessário acessar primeiramente o sentido “literal” de *baleia*, para posteriormente ser processado o sentido metafórico da expressão.

Gibbs (2002) afirma que tal modelo não é psicologicamente válido, pois inúmeros estudos psicolinguísticos relacionados ao processamento metafórico, realizados através de medidas de tempo de reação, mostram que ouvintes e/ou leitores acessam metáforas e outras formas de linguagem figurada sem necessariamente processarem e rejeitarem o sentido literal quando os enunciados estão em contextos sociais realistas.

Grosso modo, o modelo em tela nada mais é do que um correlato psicolinguístico das teorias clássicas da metáfora, analisadas no capítulo I, bem como das propostas lógico-sentenciais de Grice e Searle. Naquelas, a noção de desvio ou deslocamento de sentido assenta-se sobre uma literalidade primitiva das palavras, necessária para que haja a transposição semântica entre os termos, enquanto, nestas, o sentido literal permanece na sentença, devendo ser sempre processado, vez que é somente a intenção do produtor do enunciado a responsável pelo efeito metafórico.

3.1.2 O modelo de acesso direto (*Direct Access View*)

O modelo de acesso direto postula, por outro lado, que falantes/ouvintes de uma língua entendem de modo direto o que é dito em linguagem figurada, sem haver a necessidade de passar primeiro por um suposto sentido literal. Para isso acontecer, basta que os enunciados metafóricos ocorram em contextos comunicativos socialmente compartilhados.

Segundo Gibbs (2002), o contexto “enriquecido” favorece a interpretação de enunciados metafóricos sem que haja a necessidade de uma interpretação baseada na análise composicional da sentença. O psicolinguista não nega que os falantes nunca acessam as palavras em seus sentidos quando buscam entender o que se diz, mas afirma que isso não ocorre pela via composicional. O autor apóia-se no argumento de que o processamento de metáforas literárias novas e complexas demora muito tempo, contudo não é claro se esse tempo é devido a um processamento literal completo. Talvez, o problema da demora, segundo ele, deva-se ao fato de se buscar um caminho de integração da metáfora num contexto apropriado e não da análise e rejeição da literalidade para se buscar uma interpretação figurada plausível.

O contexto fornece a informação semântica necessária para extrair o sentido figurado apropriado para uma determinada situação, pois possui a propriedade de estabilizar os possíveis significados e facilitar o processo de compreensão da expressão figurativa: uma expressão figurada é confrontada com a informação fornecida pelo contexto e adaptada a ela. Essa tentativa de integração permite a dissolução da tensão entre a cadeia figurativa e a estrutura formal da sentença, se tomada literalmente (cf. GIBBS, 1991; 2002, e LEVORATO & CACCIARI, 1995).

Em termos de velocidade de processamento, os argumentos acima são satisfatórios para explicar a maneira como se dá a interpretação metafórica, uma vez que, na maioria das vezes, de fato, interpretamos metáforas com a mesma rapidez com que damos sentido a alguma expressão linguística supostamente literal. Ademais, parece óbvio que informações contextuais adicionais minimizam o esforço de processamento de qualquer expressão linguística, podendo, inclusive, prescindir da sua análise formal completa.

Contudo, devemos lembrar que a noção de contexto aplicada à psicolinguística resume-se ao entorno linguístico no qual se encontra a metáfora. Ou seja, refere-se somente às relações semânticas explícitas na superfície textual, sem haver recorrência ao mundo extralinguístico (sociocultural). Ora, se o contexto é somente linguístico, estamos falando de um confronto de relações semânticas entre uma expressão metafórica e um contexto semântico-lexical. Sendo assim, o modelo parece considerar a metáfora uma palavra ou uma sentença cuja integração à informação contextual implica uma análise mínima de sua estrutura linguística formal.

Se isto, de fato, ocorre, é inevitável haver a passagem pela literalidade nessa análise estrutural mínima da palavra ou sentença. Consequentemente, o modelo não se desvincula da noção de sentido literal para justificar o acesso direto ao sentido metafórico pretendido e, exatamente por isso, não consegue explicar, de forma compreensiva, a inexistência do sentido literal no processamento da metáfora.

3.1.3 A hipótese da saliência gradual (*Graded Salience Hypothesis*)

Giora (2002), apoiando-se na teoria da relevância de Sperber & Wilson (1986), argumenta haver evidências de que nenhuma das duas hipóteses anteriores esteja correta. Estudos experimentais realizados com idiomatismos, ironias convencionais e outros tipos de usos lexicais não literais mostraram que não há no processamento primazia de algum tipo de significado literal ou metafórico.

Para defender tal afirmação, Giora (1997; 2002) sugere substituir a noção de *literal* e também de *metáfora convencional* pela noção de *saliência*, definida em função do acesso (automático) da linguagem.

Em sua proposta, denominada *Hipótese da saliência gradual*, a autora postula a prioridade dos sentidos salientes, aqueles codificados no léxico mental, proeminentes, independentes de contexto. Nessa visão, os sentidos salientes são acessados diretamente do léxico mental ao se estabelecer o contato com o estímulo linguístico, e, por esse motivo, são processados primeiro, independentemente de qualquer outro sentido literal ou contextual.

Os significados salientes são, sobretudo, significados convencionais, e se distinguem dos significados literais (tradicionais) por constituírem uma interpretação mínima (a que primeiro vem à mente), que não deve necessariamente possuir status referencial, podendo ser literal ou não-literal no sentido clássico. Saliência, portanto, é uma questão de grau, determinada pela frequência da exposição e familiaridade com as significações em questão. A autora enfatiza:

A distinção que melhor prognostica diferenças de processamento não é a divisão entre literal/figurativo, mas o continuum saliente-não saliente (...) A saliência não é uma questão de 'ou ... ou'. Não se trata de uma ou outra coisa, mas sim de graus. Quanto mais frequente, mais familiar, convencional, prototípica/estereotípica for uma expressão para alguém ou para uma comunidade de falantes, tanto mais rapidamente ela será entendida (GIORA, 2002, p.492).

As significações salientes são percebidas, assumidas e acessadas de imediato, e as significações menos salientes são acessadas depois, exigindo enriquecimentos com base em forte suporte contextual. Assim, aspectos tais como a familiaridade com o uso do termo num dado contexto sócio-cultural poderiam contribuir para que uma expressão como *surf*, no sentido de navegar na Internet, fosse mais saliente do que para o caso de surfar nas ondas do mar. Daí, a expressão *surfista* poder ter uma saliência diversa, a depender do contexto em que venha a ser utilizada (GIORA, 2002).

Ao contrário do que ocorre no modelo de acesso direto, aqui, uma expressão linguística é considerada saliente quando sua interpretação é computada automática e diretamente dos significados lexicais, sem que inferências extras, baseadas em considerações contextuais, sejam derivadas.

Supõe-se que a informação contextual não exerce papel seletivo no estágio do acesso inicial: “é a saliência e não a informação contextual ou a literalidade que determina o processo envolvido inicialmente” (GIORA, 2002, p.493). Em outros termos, a informação contextual somente é requerida quando os significados salientes são contextualmente incompatíveis.

A hipótese da saliência gradual constitui, a nosso ver, um avanço em relação aos dois modelos precedentes, uma vez que é possível admitir a ativação de diferentes

tipos de significado em diferentes pontos do processamento da linguagem. No entanto, a proposta de Giora negligencia em demasia o papel do contexto na interpretação. Marcuschi (2004), por exemplo, defende que a presença do contexto pode ser observada já na seleção do sentido saliente. Para ele, saliência é uma função contextual e deveria ser tratada como tal. Assim, saliência seria sempre algo ligado a algum contexto mínimo.

A despeito dos três modelos apresentados, ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre o que seria sentido literal ou metafórico no tratamento da metáfora. Tentaremos, na próxima seção, diluir essa distinção a partir do argumento de que o sentido é sempre móvel, projetado pelo e no texto/discurso.

3.2 ULTERIOR AO LITERAL E AO METAFÓRICO: A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO TEXTO/DISCURSO

Classicamente, o sentido literal opõe-se ao não-literal por ser um sentido codificado, composicional, contextualmente invariável, sentencial e vericondicional. O sentido não-literal, por outro lado, seria pragmático, figurado e não composicional ou vericondicional. Não seria acessado diretamente na compreensão e teria uma origem em geral de caráter inferencial (ARIEL, 2002; GIBBS, 2002).

Ariel (2002) afirma que a definição clássica de sentido literal é problemática, pois deve satisfazer a muitos objetivos simultaneamente. Por isso, muitas modificações foram propostas à definição, com alguns teóricos incluindo interpretações dependentes de contexto em suas noções de sentido literal ou então afirmando que o sentido literal prescinde de especificar todas as condições de verdade, o que levou inclusive alguns estudiosos a abandonarem a idéia da existência de uma literalidade sentencial.

A autora prefere adotar o termo *sentido mínimo* em vez de sentido literal. Assim, no processo de compreensão, seriam privilegiados três tipos de sentido mínimo: um de ordem linguística, outro de ordem psicolinguística e um de ordem interacional.

Do ponto de vista linguístico, a autora sustenta que uma das formas de sentido mínimo é o significado linguístico formal – caracterizado pela competência natural do falante, livre da interferência do contexto – e não-figurativo. Portanto, o sentido linguístico mínimo seria aquele obtido pela decodificação e não pela inferência. Seria, ainda, obrigatório e automático, mas nem sempre consciente.

Há, contudo, outros modos de perspectivar o sentido linguístico mínimo. Vereza (2000), por exemplo, apesar de reconhecer a metáfora como um mecanismo cognitivo, uma maneira de redescrever ou construir o real, defende a existência de um sentido literal mínimo para as palavras, expressões e textos: “ao objetivar-se a linguagem para podermos dar-lhe algum sentido, nós a tornamos objeto, objeto esse que, como todo objeto, é caracterizado por uma forma-estrutura estável” (VEREZA, 2000, p. 108), uma espécie de significado estruturador do objeto, sem o qual este não poderia existir.

No entanto, a autora adverte que somente existe sentido literal se houver um deslocamento de seu papel tradicional de “fundador da significação” para uma dimensão puramente metalinguística. Ou seja, não haveria significação somente pela forma e na forma; o sentido literal seria conceitualmente metafórico, já que, “nos faz ver as palavras como coisas fora de nós mesmos, coisas essas com significados a serem aprendidos e compartilhados socialmente” (VEREZA, *idem*, *ibidem*). O sentido literal seria uma metalinguagem, ou seja, haveria, na verdade, uma metáfora da literalidade.

O sentido mínimo psicolinguístico, por outro lado, seria aquele cuja análise focaliza-se nos aspectos psicológicos do processamento linguístico envolvidos na construção do sentido. Todavia, neste caso, a literalidade consistiria em uma questão de ativação e saliência, segundo Ariel (2002). Isto é, um termo é ativado, em um dado contexto, mais que outro, e não apenas o significado linguístico-formal determina a literalidade. Vista sob esse prisma, a opinião da autora assemelha-se a diversos pontos das propostas de Gibbs (2002) e Giora (1997; 2002).

Marcuschi (2004) parece aliar-se parcialmente a esse argumento, ao demonstrar a possibilidade de concomitância entre ativação e saliência. Ele apresenta o exemplo da expressão *ter olho grande*, que pode ter um sentido literal composicional (sentencial) e outro não-composicional (saliente). Este segundo seria o idiomático,

aquele que parece ser mais saliente, e, portanto, o primeiro acessado na maioria dos casos.

Haveria ainda, para Ariel (2002), a perspectiva interacional do sentido literal, aquele caracterizado como o sentido comunicado, isto é, um sentido contextual mínimo. Esse tipo de sentido é diferente dos outros dois porque é privilegiado em contextos e se dá com base em inferências e não apenas no código. Isto lhe atribui um status cognitivo híbrido. De acordo com a autora, a maior parte das interpretações dos falantes é construída a partir desse sentido interacional dada a sua ligação com o compromisso entre interlocutores contextualmente situados.

A noção de sentido mínimo proposta por Ariel (*op. cit.*), contudo, não é completa, uma vez que impossibilita a delimitação clara entre os três tipos de sentido (linguístico, psicolinguístico e interacional), o momento da compreensão em que são acessados, e em quais condições da interação comunicativa cada um ocorre.

Talvez fosse mais coerente, para a autora, considerar uma sobreposição dos três sentidos, a depender do modo como o objeto textual é perspectivado na interpretação. Isto justificaria, em fenômenos como a metaforização, uma maior recorrência a um sentido contextual ou interacional, sem haver a eliminação do sentido linguístico; ou seja, o conhecimento culturalmente partilhado seria mobilizado ou acessado a partir de uma expressão linguística mínima, necessária para que pudesse haver a constituição do sentido metafórico na superfície do texto.

Diante do exposto, está claro que não se pode tratar o sentido literal como um monobloco e, sobretudo, não é possível vê-lo na simples perspectiva do aspecto lexical, já que o significado de um item lexical não é tomado aprioristicamente. Conforme assinala Mascuschi “os itens lexicais são ações recorrentes que identificamos e não representações de coisas” (MARCUSCHI, 2004, p. 4). Tais ações constroem-se, antes de tudo, na interação, e, por isso, extrapolam o interior do sistema linguístico e passam a ser concebidas como objetos do discurso ou práticas discursivas: modos de se referir ao mundo das experiências coletivas e públicas.

Segundo Possenti (2004), as palavras remetem sempre a discursos prévios, ecos de enunciações anteriores. Por esse motivo, o sentido literal não pode ser tratado como o único sentido existente, daqueles associados à palavra, sentença ou texto. Se,

por um lado, cada enunciação gera um efeito de sentido novo, irreparável, o que poderia significar um sentido literal; por outro, esse mesmo efeito de sentido, ao atualizar-se no texto/discurso, ao ser atravessado por outros discursos, multiplica seu sentido enunciativo literal. Melhor seria, então, tomarmos sentido literal e sentido metafórico como dois pólos de uma escala de *sentido*, este visto como um termo hiperônimo em relação aos outros dois.

O autor acentua o caráter discursivo do sentido nos seguintes termos:

[...] Qualquer enunciação supõe uma posição, e é a partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições implica uma memória discursiva, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras de uma língua, mas do interdiscurso, vale dizer, as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações. Enfatizo que a relação metafórica que funciona como matriz do sentido é ‘historicamente’ dada (POSSENTI, 2004, P. 181).

Acrescentamos a possibilidade de se diluir a distinção literal/metafórico a partir da asserção de que o sentido de um texto, seja ele metafórico ou não, é sempre resultante da tríade leitor, texto e cultura. Por isso, a literalidade ou metaforicidade plena das estruturas linguísticas nunca é alcançada, visto que, na interpretação, o sentido das formas permanece parcialmente indeterminado, no decurso da leitura. Dito de outro modo, na metáfora, não há somente efeitos operados por significantes linguísticos, mas sim relações interdiscursivas complexas.

Convém, à guisa de conclusão, comentar a opinião de Eco (2000) sobre a existência de um sentido literal no estudo da metáfora. O autor sustenta a idéia de que há uma espécie de “grau zero da linguagem”, um sentido literal para as formas lexicais, aquele arrolado em primeiro lugar no dicionário. Contudo, é necessário entender que não se trata do sentido literal nos moldes tradicionais. Em geral, a literalidade é, segundo ele, associada a uma estabilidade de significado que preservaria uma palavra ou signo de qualquer interferência contextual ou interpretativa.

Porém, não se trata de sustentar a existência de um sentido neutro e independente dos sujeitos, já que “a linguagem sempre diz algo mais do que seu inacessível sentido literal, o qual já se perdeu a partir do início da emissão textual”

(ECO, 2000, p. 14). Na verdade, o semioticista italiano prefere relacionar a literalidade à re-significação efetuada pelo intérprete de uma metáfora, o qual deveria sempre se colocar na posição de um *observador* que com ela se depara pela primeira vez. Eco ilustra da seguinte forma:

Dada uma catacrese como *perna da mesa*, só se a considerarmos como se estivesse sendo inventada pela primeira vez é que poderemos compreender por que exatamente aquele veículo está para aquele tópico. [...] somente assim, ‘redescobrimo’ a catacrese, nos vemos libertos dos nossos automatismos linguísticos para ver uma mesa humanizada e entender por que o inventor da catacrese escolheu *pernas* ao invés de *braços* (ECO, 2000, p.114)¹³.

Se assim o for, até mesmo a catacrese e as expressões idiomáticas, tradicionalmente vistas como destituídas de seu sentido metafórico, manteriam intacta uma estrutura semiótica cuja metaforicidade estaria atrelada não só à expressão linguística, mas também à configuração de um contexto perspectivado pelo intérprete. Nesse sentido, haveria sempre uma significação primeira e original ao compreendermos uma metáfora, a depender do contexto e das circunstâncias nas quais ela aparece.

3.3 POR UM MODELO DE COGNIÇÃO APLICADO À METAFORIZAÇÃO

Entendemos que um trabalho que se proponha dentre outras metas a estudar o modo como leitor e texto configuram estratégias de cooperação, a fim de suscitar a metaforização textual, obriga-se a discutir, ainda que superficialmente, o tema cognição, sob pena de findar na incompletude.

Cognição é um termo de abstrusa conceituação. Em linhas gerais, a palavra remete às definições cristalizadas na literatura que não satisfazem às exigências das áreas científicas atuais às quais se submete, pois sugere uma equivalência de significado com termos ou expressões igualmente amplas e difíceis de conceituar como *conhecimento*, *percepção*, *processos mentais*, *representações mentais*, dentre outros.

O estudo sobre a cognição sempre esteve nos interesses da Linguística e suas sub-áreas. Koch e Cunha-Lima (2004) agrupam os estudos, por tradição, em dois grupos

¹³ Grifos do autor.

distintos: de um lado, estariam os cognitivistas clássicos – entre os quais, supomos, se incluem os psicolinguistas –, preocupados fundamentalmente com aspectos mentais, individuais, inatos e universais do processamento linguístico; do outro, sociolinguistas, etnolinguistas, analistas do discurso, pragmaticistas, entre outros, fundamentalmente preocupados com aspectos interacionais, sociais e históricos da linguagem.

Embora essa distinção ainda seja evidente em boa parte dos trabalhos publicados, há, atualmente, um crescente diálogo interdisciplinar cuja meta é entender a cognição e a linguagem como fenômenos capazes de fornecer modelos de significação cognitivamente motivados, mas, ao mesmo tempo, interacionais.

Importa-nos, nas próximas seções, refletir criticamente a respeito dos principais modelos teóricos relacionados à cognição, expor suas principais virtudes e fraquezas, com vista a assumir um conceito de cognição aplicado ao texto, que, mesmo sendo pensado a partir de uma mente individual, somente possa ser flagrado e examinado em atividade, em processo; ou seja, quando sujeito às rotinas sócio-comunicativas de uma comunidade.

No que diz respeito à metaforização, nosso objetivo é apontar, ao final, as bases de sócio-cognitivas do texto, de modo que, no próximo capítulo possamos justificar a presença de um leitor discursivo na configuração do sentido metafórico textual.

3.3.1 Os modelos teóricos de cognição

Tradicionalmente, a literatura estuda a cognição à luz de três paradigmas, evitando, assim, propor uma definição assertiva e unívoca. São eles: o simbolismo, o conexionismo e o atuacionismo. Porém, nossa discussão culmina com a apresentação das bases teóricas do sócio-cognitivismos que, muito embora não seja exatamente um modelo cognitivo, constitui uma tentativa de explicar a dimensão cognitiva do texto.

Advertimos, desde já, que a descrição exaustiva dos princípios filosófico-doutrinários de cada paradigma, aparentemente dispensável, é necessária para que se

verifique na passagem de cada modelo, a maneira como o sujeito da significação é concebido: de início, como uma mente abstrata, depois como aparato sináptico (cérebro), mais adiante, como a integração *mente-corpo-mundo*, e, finalmente, como um elemento inserido na memória sociocultural.

3.3.1.1 *O cognitivismo clássico: o simbolismo*

O chamado cognitivismo clássico tem suas bases fundadas na Inteligência Artificial da década de 50 e foi durante muito tempo o modelo mais estudado nas Ciências Cognitivas e o mais utilizado na Linguística para relacionar fenômenos linguísticos e cognitivos.

Segundo Andrade e Laks (2003), o cognitivismo caracteriza-se como modelo de cognição pelo fato de que, semelhante aos computadores digitais, apresenta uma arquitetura (estrutura) modular, baseada na repartição de recursos entre um processador central e memória estática, em que a computação ou processamento é realizado por um conjunto de regras sintático-lógicas e cujo cálculo é concebido como a manipulação de símbolos que refletem a atividade mental.

Dessa forma, a idéia central no paradigma representacional, assim aponta Poersch (2001), é a submissão da cognição humana à manipulação de representações mentais (de natureza simbólica) que seriam processadas em série, através de regras fixas, lógico-proposicionais, denominadas algoritmos. “Lógico” deve ser entendido, aqui, no estreito sentido técnico usado pelos filósofos, em que o pensamento pode ser modelado com exatidão por sistemas de regras formais como os utilizados na lógica matemática. Daí advém a clássica metáfora da mente como um computador: um dispositivo capaz de receber, processar e armazenar informações, ou, se preferirmos a definição de Frawley “uma máquina lógica interna ricamente constituída de algoritmos na forma ‘se - então’” (FRAWLEY, 2000, p.23).

De acordo com Andrade e Laks (2003), o cognitivismo clássico considera uma função mental superior como a linguagem como computações, ou seja, as representações mentais são cálculos formais em forma de proposições; assim, não

são os conteúdos semânticos das representações que são manipulados e conduzem o processo cognitivo, mas, sim, a estrutura lógico-sintática, visto que o conteúdo semântico da representação é dependente, unicamente, do valor sintático-lógico das relações que a organizam, sem nunca incidir sobre os conteúdos. Consoante Varela (1998), na mente computacional, a informação semântica relevante já se encontra codificada no cálculo algorítmico proposto para a execução de uma determinada tarefa. Ou seja, é a sintaxe do código simbólico que reflete a semântica.

Na Linguística moderna, podemos tomar como exemplo dessa proposta a gramática universal e gerativa de Chomsky, que concebe a língua como uma das propriedades naturais, intrínsecas e estruturantes da mente. Inscrevendo-se na senda do cartesianismo ao atribuir um caráter mentalista à linguagem, Chomsky defendia o estatuto cognitivo dos objetos postulados pelo linguista. Ou seja, havia uma sintaxe, em forma de representações mentais (proposições) do tipo sintático-lógica, ocupando o lugar central da análise linguística, enquanto semântica e fonologia eram vistas como componentes externas, cumprindo apenas um papel interpretativo da estrutura formal produzida (ANDRADE E LAKS, 2003).

A título de ilustração, expomos um exemplo (do inglês) de computação simbólica de base chomskiana:

Em *what did you say you believed john saw?* (O que você disse que achou que John viu?) o pronome interrogativo *what* (o que), aparece no início da frase mas é entendido como se pertencesse ao final, como objeto de *saw* (viu): *you said you believed John saw what?* (Você disse que achou que John viu o quê?). De que forma conhecemos essa associação a longa distância? A resposta padrão na sintaxe representacionalista é dizer que comparamos mentalmente a oração com uma fórmula abstrata composta de símbolos gramaticais tradicionais como S, SN, SV e por símbolos não tão tradicionais, mas necessários como o *operador* (*what*) e *e* (o espaço em aberto deixado para trás por elementos deslocados). Nessa fórmula, o operador (*what*) deslocou-se de sua posição original depois do último SV (*saw*), deixando para trás o vestígio (*e*); ele se move através de regras que o deslocam uma oração de cada vez (...). Segundo a explicação, sabemos o que a oração significa porque a fórmula em nosso código interno liga o operador à categoria vazia sob as regras e proscricções do deslocamento sucessivo (FRAWLEY, 2000, p. 75).

Outra característica marcante do paradigma simbólico é a “modularidade”¹⁴. De acordo com Frawley (op. cit.), a maioria dos sistemas cognitivos simbólicos é modular. Isto é, o formato da mente ou a arquitetura que condiciona a computação é um conjunto definido de áreas ou módulos, cada qual com seu modo particular de funcionamento e essencialmente imunes às particularidades funcionais de outros módulos afins. É interessante notar que cada módulo pode conter (sub)módulos com seu próprio código interno. O módulo da linguagem, por exemplo, pode conter os (sub)módulos sintático, fonológico e lexical, e, dentro destes, haver outros (sub)módulos responsáveis por diversos tipos ou subtipos de processamento específico de cada área.

É por conta da modularidade e da característica sequencial (linear) do algoritmo que costumamos falar em processamento serial, em termos de cognição simbólica. Devido ao fato de os símbolos serem, neste modelo, unidades discretas agrupadas em módulos ou sub-módulos, o processamento da informação simbólica é realizado individualmente através de regras sequenciais, aplicadas uma de cada vez (VARELA, 1998).

Assim, para que um sistema simbólico desempenhe satisfatoriamente uma tarefa como compreender um texto ou analisar sintaticamente uma frase as tarefas devem ser previamente especificadas, a fim de se estabelecer quais os conhecimentos necessários para a sua realização e como estes conhecimentos encontram-se codificados, representados no sistema.

Varela (1998) defende o mesmo ponto de vista ao afirmar que um sistema cognitivo simbólico funciona bem apenas quando os símbolos representam adequadamente um aspecto do mundo real e o processamento da informação conduz a uma solução feliz de um problema imposto ao sistema. Em outras palavras, na compreensão, mobiliza-se um contexto já codificado, estático e incólume às interações sócio-comunicativas.

Poersch (1998) menciona o fato de que no paradigma simbólico o conhecimento e os conceitos estão prontos na mente em forma de representações

¹⁴ Para um maior aprofundamento desta questão, remetemos à versão de modularidade de Fodor (1983), por ser a mais conhecida, presente em FODOR, J. (1983). *The Modularity of Mind*. Cambridge: MIT Press.

mentais para cumprir funções atribuídas a um determinado módulo. Ou seja, são constituídos de símbolos discretos, independentes, armazenados de forma estática na memória e resgatados quando necessário.

Isto equivale a dizer que, nesta perspectiva, cognição significa representar na mente, através de símbolos, a realidade existente. Ou seja, as representações mentais são símbolos – que, por sua vez, correspondem às coisas do mundo – e as atividades mentais são operações abstratas e formais sobre esses símbolos. Dado que a mente humana utiliza representações internas da realidade externa, ela seria um espelho da natureza, e as operações cognitivas corretas espelhariam a lógica do mundo exterior.

Há, portanto, nessa proposta, uma distinção clara entre mente e cérebro. Embora admita que a mente tenha seu *locus* no cérebro, para o cognitivista clássico, ela possui existência independente, pois é o lugar onde ocorrem as operações mentais “superiores” e se arquivam conceitos, representações mentais e esquemas; o cérebro seria apenas o aparato físico que aloja a mente, recebe e envia dados (POERSCH, 1998).

Koch e Cunha-Lima (2004) observam que conceber a representação mental como símbolo permite aos cognitivistas negligenciar o problema da percepção e sua relação com a mente e corpo, pois, sendo o pensamento abstrato e desincorporado – por ser independente de qualquer limitação do corpo humano e dos seus sistemas perceptivo e nervoso – os símbolos mantêm correspondência com coisas do mundo independentemente das características peculiares de qualquer organismo.

Por isso, para o simbolismo, é acidental na natureza dos conceitos e do pensamento que os seres humanos tenham os corpos que tenham e funcionem no seu ambiente da forma que funcionam: o corpo humano não desempenha nenhum papel essencial na caracterização do que constitui um conceito ou do que constitui a razão.

Contudo, veremos adiante que nenhuma teoria do texto, com pretensões de agregar o conhecimento cultural ao seu funcionamento, pode prescindir da noção de corpo sensível, fenomênico, que interage com o mundo e se perspectiva, no texto, na figura do leitor.

Outras críticas podem ser feitas ao paradigma simbólico, dentre as quais podemos apontar a incapacidade de o sistema simbólico exibir aprendizado. Ou seja, tais modelos, por serem constituídos somente por representações mentais abstratas e estáticas, dependem de grande quantidade de informação (regras explícitas) previamente fornecida para poder funcionar adequadamente.

Aliás, Poersch (1998), em sua crítica ao modelo, lembra que informações conceituais não podem ser armazenadas na memória de forma estática, pois, se isso ocorresse, lembrar-nos-íamos das mesmas coisas diante do mesmo estímulo, uma vez que os traços conceituais básicos ou culturais daquele estímulo estariam juntos numa unidade específica da memória, e isso limitaria a recuperação de traços diferentes por diferentes pessoas frente ao mesmo estímulo.

Ademais, em se tratando da manipulação da informação textual, isto passa a ser uma grande limitação do modelo, uma vez que não reflete a atividade cognitiva envolvida no processamento textual, o qual se realiza através de tarefas com alto grau de complexidade nas quais ocorre ativação de informações não armazenadas previamente ou programadas para realizá-las, como, por exemplo, lançar hipóteses interpretativas utilizando o conhecimento de mundo ou aquele socialmente partilhado, ou ainda, estabelecer o sentido de um texto a partir de informações não explicitadas na superfície textual, cuja ativação ocorre por meio de mecanismos inferenciais como a abdução, que será tratada no próximo capítulo.

Pensemos também na metáfora. Que tipo de representação mental simbólica teria uma metáfora, haja vista sua imprecisão conceitual? Eis aí uma das razões pelas quais é considerada um desvio da linguagem literal na retórica e nas propostas estruturalistas. A metáfora impossibilita uma representação mental composta de traços discretos, como advoga a proposta simbolista, pois não há uma correspondência direta entre a linguagem metafórica e as coisas do mundo. Uma metáfora não ter valor de verdade, ou seja, não pode ser empiricamente verificada no mundo.

Pontuamos outro ponto negativo do simbolismo: a serialidade dos processos mentais. Se ocorrer um erro em alguma etapa do processamento da informação, cada etapa deve ser sequencialmente refeita até encontrá-lo. Esse percurso demandaria muito tempo e tornaria o processamento lento.

Como sabemos, na maior parte de nossa atividade linguística cotidiana, a interpretação adequada de um enunciado ou de um texto não é construída por meio de uma sequência pré-determinada de ações mentais e nem, quando há um erro, pela correção em uma das etapas do processamento; ao contrário, parece haver uma integração em paralelo de uma informação com outras informações, o que resulta na adequação ou não da informação ao contexto de ocorrência do ato comunicativo.

Tal fato caracteriza perfeitamente o modo como o processamento é realizado nas teorias pragmáticas tradicionais da metáfora (cf. seção 2.4 do capítulo II), nas quais a interpretação do sentido figurado depende sempre da reformulação de um sentido literal processado anteriormente.

Porém, conforme apontam Koch e Cunha-Lima (2004), as críticas atuais ao cognitivismo clássico concentram-se em três pontos fundamentais: a) a computação não é necessariamente simbólica; b) mente e corpo não são unidades estanques e dissociadas uma da outra, e c) as atividades cognitivas não estão separadas das interações com o meio e nem da vida social e cultural.

Dos três pontos enumerados acima, o connexionismo e o atuacionismo tentam elucidar os dois primeiros, enquanto o terceiro ponto é considerado apenas nas reflexões atuacionistas e sócio-cognitivistas.

Serão apresentadas críticas à medida que formos expondo os outros paradigmas cognitivos. Discorreremos a seguir sobre o paradigma ou modelo connexionista: uma tentativa de superação do simbolismo.

3.3.1.2 O connexionismo

As origens do connexionismo remontam, assim como o simbolismo, à Cibernética, cujos adeptos vislumbravam outra possibilidade de simulação das atividades mentais, que se daria por intermédio do estudo do cérebro humano. Entretanto, somente a partir da década de 1980, após reformulações e contribuições de

trabalhos como os de Rumelhart e McClelland (1986), o modelo conheceu um desenvolvimento considerável na área de modelização cognitiva.

Também conhecido como processamento em distribuição paralela, o conexionismo tenta aproximar a construção de um modelo de mente à sua realidade biológica, propondo modelos coerentes e logicamente plausíveis capazes de simular a topologia e o funcionamento cerebral (POERSCH, 1998). Para atingir tal propósito, toma como base a estrutura do cérebro e o seu funcionamento, utilizando-se de simulações computadorizadas compostas por redes de unidades semelhantes a neurônios: os neurônios formais.

Um neurônio formal, em uma rede conexionista, é definido como “um processador extremamente simples, capaz unicamente de receber e de transmitir energia através de suas conexões sinápticas” (ANDRADE E LAKS, 2003, p. 433). A idéia central do projeto conexionista é considerar os sistemas cognitivos redes neuronais constituídas por nódulos que se relacionam entre si criando padrões de atividade elétrica mais ou menos estáveis. A atualização do potencial elétrico de cada neurônio artificial é função das suas entradas/saídas (*input/output*) e da sua conectividade com outros neurônios.

Neste sentido, Poersch (1998) afirma que os neurônios são adaptáveis ou plásticos, pois podem aumentar ou diminuir um padrão excitatório ou inibitório, afetando, assim, a atividade elétrica de outros neurônios a eles conectados. Para o autor, esse padrão de atividade elétrica entre os neurônios parece ser o código cerebral usado para armazenar o conhecimento, pois que, ao ajustarem a força de suas sinapses durante o processamento de informações – ou pela repetição do estímulo ou pela duração da atividade elétrica –, os neurônios marcam rotas específicas de atividade elétrica para cada informação processada. Pelo fato de as ligações serem reforçadas, dada a conectividade neuronal, um mesmo estímulo (*input*), quando apresentado em outra ocasião, é processado e recuperado da memória mais rapidamente. Daí falar-se de cognição, em um modelo conexionista, como a “emergência de estados globais numa rede de componentes simples” (VARELA, 1998, p. 76).

Esse tipo de armazenamento distribuído permite que não haja padrões de armazenamento de informações em módulos delimitados e regras gramaticais inatas.

Como consequência, em uma arquitetura conexionista, a informação lexical pode influenciar o processamento fonológico, a estrutura sintática pode influenciar a lexical, e assim por diante, fato este capaz de gerar novas explicações sobre a aquisição do léxico e da sintaxe (POERSCH, 1998; FRAWLEY, 2000).

Fica claro que esse paradigma não fala em representação mental nos mesmos termos do simbolismo. Ao contrário da perspectiva simbólica, na hipótese conexionista, não há uma autonomia da mente em relação ao seu substrato físico (o cérebro); aqui, as propriedades da mente emergem diretamente das configurações neurais, ou seja, a mente não tem existência própria e nada mais é do que o próprio funcionamento cerebral.

A mente “conexionista”, assim defendem Andrade e Laks (2003), consiste em uma computação dinâmica de tipo algébrico, mas não algorítmica, na qual os processos e os estados mentais são codificados e implementados sem recurso a um léxico rico de símbolos e sem a atuação de uma sintaxe complexa, definida sobre esses símbolos. Para eles, não há, nas abordagens conexionistas, representação simbólica explícita, nem cálculo realizado pela manipulação sintático-lógica da estrutura interna dessas representações.

Contudo, os autores lembram que “a codificação inicial e os *inputs* internos correspondem a uma representação do problema, mas essa representação está totalmente (ou parcialmente) distribuída pela rede. Nenhum neurônio formal representa, por si só, um elemento ou uma subparte da representação (...)” (ANDRADE E LAKS, 2003, p. 434).

Com efeito, uma rede neural, se analisada em termos de *input* (dado de entrada), parte de representações simbólicas de alto nível já codificadas (palavras, sentenças, textos etc.) para interpretá-las em termos de arquitetura e funcionamento neuronal: a informação linguística é processada em paralelo, sem representações locais dependentes de módulos específicos de processamento linguístico. Em sentido oposto, em termos de *outputs* (dados de saída), haveria, decorrente da atividade neuronal, a formação de padrões sinápticos, recorrentes ou não, que funcionam como um modo de representação simbólica da atividade cognitiva, uma configuração conceitual mínima passível de interpretação.

Portanto, é possível postularmos um conexionismo de nível sub-simbólico em que os símbolos seriam “uma espécie de descrição de propriedades que, em última instância, estão encaixadas dentro de um sistema distribuído subjacente” (VARELA, 1998, p. 80). Em outras palavras, é admitir as representações simbólicas como o produto estabilizado, e de algum modo, cristalizado das interações neuronais do nível físico (ANDRADE E LAKS, 2003).

Visto que o conhecimento é tributário de um padrão de atividade elétrica distribuído, em que qualquer local da rede é acessível a partir de outro local, todas as informações têm potencial para influenciar uma às outras. Isto evidencia uma vantagem em relação aos modelos simbólicos modulares, pois, sendo a arquitetura (formato) conexionista interativa, as informações não se perdem facilmente, e, em caso de dano ou lesão do sistema, podem ser recuperadas parcialmente ou compensadas pela ativação de outro conjunto de neurônios que passam a executar a função comprometida.

Poersch (1998) enumera outras duas vantagens do modelo conexionista em relação ao modelo simbólico. A primeira é que, por não possuírem significado em si mesmas, as unidades básicas da rede, ao contrário dos símbolos, possibilitam a representação de um conceito e seu armazenamento de forma distribuída ao longo da rede. Dessa forma, a representação de conceitos e esquemas seria resultado do padrão de ativação entre as unidades. Tal fato permite, por exemplo, pensarmos em coisas diferentes, ou realizarmos tarefas diferentes, utilizando as mesmas conexões, porém com combinações diferentes entre elas. A segunda diz respeito ao fato de as representações do conhecimento serem construídas *ad hoc*. O padrão distribuído da rede permite a ativação das sinapses, simultaneamente, em forma de redes, formando um padrão de ativação elétrica correspondente a uma informação X, no momento em que se necessita dela. Poersch assim explica:

Existem também certas atividades superiores como o reconhecimento de sons, inferências, leitura, escritura, fala, que exigem um certo tipo de generalização (ou representação). Como essas representações não podem ser gravadas na memória por se tratar de realidades metafísicas, pleiteia-se a elaboração ‘ad hoc’ de certas configurações que permanecem ativas por um determinado tempo para que essas atividades superiores sejam concluídas (POERSCH, 1998, p. 41).

Pelo observado, o conexionismo poderia fornecer explicações razoáveis a respeito da dinâmica textual e da interpretação de metáforas sob um ponto de vista cognitivo, pois se eliminaria o problema da representação simbólica e do processamento lento da informação linguística no momento da interpretação. Outra vantagem aparente seria o fato de que o modelo distribuído de ativação sináptica explicaria as várias possibilidades de interpretação de uma metáfora e a recorrência simultânea às mais diversas estratégias inferenciais durante a leitura de um texto, metafórico ou não.

Entretanto, na opinião de Frawley (2000), as arquiteturas em rede só logram êxito porque aprendem em contextos artificiais muito limitados; além do mais, demoram demasiado para serem treinadas, quando comparadas ao tempo de aprendizagem dos sistemas cognitivos humanos. Segundo ele, o formalismo exagerado na construção da rede, minimiza uma comparação muito aproximada com cérebros reais, cheios de plasticidade e de níveis de conectividade altamente complexos, ainda a serem explorados. Este fato parece mostrar que as redes também não se têm revelado totalmente eficazes na tarefa de simular a cognição humana.

Outro aspecto negativo da perspectiva conexionista apontado pelo mesmo autor, que se aplica também à perspectiva simbólica, diz respeito ao modo como tratam o mundo extramental. Apoiando-se em Van Gelder (1992), ele afirma que, em certa medida, o conexionismo mantém uma atitude simbólica em relação ao que seria um mundo extramental, pois constrói uma mente de dentro para fora; ou seja, embora as redes neurais internas sejam dinâmicas, ricas e adaptáveis, o mundo externo continua sendo um contexto virtual e idealizado. Portanto, dizer, nessa proposta, que as representações do conhecimento são construídas *ad hoc* somente justifica o funcionamento dinâmico dentro da rede neural, mas não integra o *input*, o elemento desencadeador extramental, a essas representações.

A nosso ver, esta é a principal limitação do modelo conexionista, na medida em que manter “dentro da cabeça” tanto uma sintaxe mental, na qual estados mentais como crenças e desejos são vistos apenas como atitudes proposicionais, quanto redes neurais desprovidas de qualquer conteúdo intencional, é ter uma visão bastante empobrecida da realidade externa e do seu papel na atividade cognitiva.

A necessidade de refletir sobre a relação mundo extralinguístico e cognição passa a ser considerada, mais de perto, pelo paradigma atuacionista, apresentado abaixo.

3.3.1.3 O atuacionismo

O atuacionismo tem recebido, nos estudos recentes das Ciências Cognitivas, denominações diversas como “Cognição Enativa”, “Enatismo”, “Cognição Incorporada”, “Cognição Incorporada e Situada” e “Teoria da Auto-Organização”. Tais denominações, embora reflitam modos particulares de analisar o fenômeno cognitivo, quando comparadas umas às outras, convergem para as mesmas bases doutrinárias: a fenomenologia do filósofo francês Merleau-Ponty, e a adaptação desta às Ciências Cognitivas pela chamada Escola Chilena, representada por nomes como Francisco Varela, Humberto Maturana e Evan Thompson.

A fenomenologia de Merleau-Ponty aproxima-se da pesquisa atual sobre cognição da escola chilena na medida em que o conceito mentalista de representação é criticado e posto em relevo um corpo fenomênico capaz de fazer emergir um mundo ao mesmo tempo em que é conformado por este.

A inspiração em Merleau-Ponty (1999) remete, especificamente, aos seus estudos sobre percepção, nos quais propõe a aquisição do conhecimento a partir da percepção e do movimento, destacando o papel do corpo como uma estrutura viva e experiencial, em que o interno e o externo, o biológico e o fenomenológico se comunicam, sem oposições.

Tatit (1997) lembra que o conceito de corpo, em Merleau-Ponty, é utilizado para diluir a distância teórica entre sujeito e objeto, uma dicotomia cara ao pensamento ocidental. O corpo contém, ao mesmo tempo, o sujeito da observação e o objeto observado, uma vez que, ao poder se ver, se sentir ou se tocar, este aparato fenomenológico acumula tanto funções atribuídas à consciência (reflexividade) quanto à instância do objeto (visibilidade).

O corpo merleau-pontyano, segundo Tatit, “encerra uma perspectiva, uma ancoragem no instante e no espaço e o sentido transcorre pelos canais perceptivos sem qualquer solução de continuidade entre ser-observador e ser-observado” (TATIT, 1997, p.31). Assim, a experiência de percepção do corpo é extensiva à experiência de percepção do mundo.

De acordo com Merleau-Ponty, “precisamos conceber um mundo que não seja feito apenas de coisas, mas de puras transições (...) as coisas se definem primeiramente por seu comportamento e não por propriedades estáticas” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.370-371). Por isso, “nosso corpo, enquanto se move a si mesmo, quer dizer, enquanto é inseparável de uma visão de mundo e é esta mesma visão realizada” (MERLEAU-PONTY, idem, p.519), constitui a condição de possibilidade de todas as aquisições do mundo cultural. Acrescenta ainda:

[...] O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é, portanto, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha (MERLEAU-PONTY, 1999, p.18).

Os proponentes da escola atuacionista apóiam-se nas considerações do filósofo para afirmar que a cognição não consiste em representações que o cérebro do observador faz de um mundo predeterminado em relação a ele. Em vez disso:

O mundo emerge a partir da ação dos agentes cognitivos; a ação precede o aparecimento da própria representação. Agente e mundo se especificam mutuamente, ou melhor, é o meu aparato sensório-motor que especifica meu mundo. Como agente autônomo que sou, sou parte do meu mundo ao mesmo tempo em que sou especificado por ele. O conhecimento advém do fato de eu estar num mundo que é inseparável de meu corpo, de minha linguagem e de toda minha história social (TEIXEIRA, 1998, p. 143).

Portanto, o surgimento do atuacionismo está intimamente ligado a uma insatisfação profunda com os postulados básicos defendidos pela Inteligência Artificial simbólica e o conexionismo para explicar o conceito de cognição. Dentre esses postulados, enumeramos quatro:

1. A composição funcional e modular de arquiteturas cognitivas e a separação, nestas arquiteturas, entre processos centrais (responsáveis por operações mentais que envolvem computação de entidades abstratas) e periféricos (responsáveis pelo processamento de informações a partir da interface sensória destes sistemas);
2. A concepção de agentes autônomos como implementação de ciclos de transformação de informação baseados em um modelo do tipo *input-algoritmo-output* ;
3. A visão de atividade cognitiva separada das interações com o meio, em que a informação é uma entidade estruturada e fornecida por um "mundo pronto" com o qual o sistema interage passivamente;
4. O papel *necessário* das representações mentais, de natureza simbólica, nos processos cognitivos.

O cerne dos problemas tanto do simbolismo como do conexionismo, ao que parece, reside na idéia de cognição na qual o conceito de representação, incluindo a sub-simbólica, continua envolvendo um mundo externo que já se encontra pré-definido.

Por isso, consoante Varela (1998), a noção de representação já não pode desempenhar, na proposta atuacionista, um papel protagonista, visto que o mundo em que vivemos vai surgindo ou é modelado na ação cognitiva, em vez de ser pré-definido, como defendem os modelos precedentes.

Sob esse ponto de vista, a cognição emerge da corporeidade, ou seja, é inseparável do corpo. A mente não é uma entidade dessituada, desencarnada como um computador; também a mente não está em alguma parte específica do corpo, como o cérebro, ela é o próprio corpo. Essa unidade fenomênica, “mente - corpo - mundo” determina o modo como compreendemos a realidade que nos cerca.

Um exemplo citado informalmente por Varela de como funciona essa unidade cognitiva é imaginarmos uma “campainha de vento”: tubos de diferentes diâmetros e comprimentos que ao serem tocados pelo vento produzem som. O som produzido por esse tipo de móbile não é determinado somente pelo vento, mas, também, pelo modo como os tubos se relacionam uns com os outros para formar uma unidade. Podemos dizer que o móbile está em interação (acoplamento) com o meio (vento). De acordo com a intensidade do vento, o som produzido será sempre uma potencialidade da

interação de seus tubos, já que não podemos prever suas características antecipadamente. Assim, vento e tubos se co-determinam para produzir o som. Sem vento, não haveria som, todavia o vento desencadeia algo que está determinado na estrutura do móbile e não nele (VARELA, 1998).

Isso implica dizer, em termos de atuacionismo, que os seres vivos são estruturalmente determinados, ou seja, percebem o mundo de acordo com a sua estrutura. A percepção de um sistema vivo, em um dado momento, depende de sua estrutura naquele momento e a informação externa cumpre o papel de desencadear as potencialidades já determinadas na estrutura do sistema percebido.

Sendo assim, atividade sensório-motora, percepção, ação e mundo compartilhado são inseparáveis. Ademais, a ação cognitiva, nesse caso, é orientada, dirigida. Ao contrário do que ocorre nos modelos cognitivos precedentes, em que a percepção se limita ao processamento de informações a respeito das propriedades de um mundo anteriormente definido, no atuacionismo o agente ou observador dirige a ação de acordo com a situação ou local em que se encontra. Uma vez que as situações mudam constantemente de acordo com a estrutura e a atividade sensório-motora do observador, a maneira como o agente-observador está *incorporado* ou *situado* determina sua forma de atuar e modificar os eventos do ambiente. Daí a denominação *ação situada* para esse tipo de operação cognitiva.

Não há, portanto, no atuacionismo, uma preocupação em identificar e recuperar o mundo de um observador autônomo, mas, sim, em determinar os princípios comuns e as regularidades que orientam um mundo dependente da ação perceptualmente guiada de um observador-agente (VARELA, THOMPSON & ROSCH, 1993).

Chamamos a atenção para o fato de que, a exemplo do móbile, o conhecimento é uma interpretação que emerge da nossa capacidade de relacionar corpo, mente e mundo, e não do trabalho cognitivo realizado por uma mente individual. Daí falarmos na experiência humana como culturalmente incorporada, pois, embora essas capacidades sejam originadas na estrutura biológica do corpo, são vividas e experienciadas (situadas) em um domínio consensual de ações histórico-culturais (VARELA THOMPSON & ROSCH, 1993). Johnson acrescenta o seguinte comentário:

A significação inclui padrões de experiência incorporada e estruturas pré-conceituais de nossa sensibilidade (isto é, nossa maneira de perceber, de nos orientar, e de interagir com outros objetos, eventos ou pessoas). Esses padrões incorporados não são restritos ou privativos à pessoa que os experimenta. Nossa comunidade ajuda-nos a interpretar e a codificar muitos dos nossos padrões percebidos. Eles tornam-se aspectos culturalmente formados da experiência e auxiliam a determinar a natureza significativa e coerente de nossa compreensão do ‘mundo’ (JOHNSON, 1987, p.175).¹⁵

A ressalva que fazemos a alguns trabalhos inseridos na perspectiva da “cognição incorporada” é que valorizam excessivamente a base corpórea da cognição em detrimento das interferências sócio-culturais no momento da explicação dos fenômenos cognitivos, com o intuito de demonstrarem as relações estabelecidas entre atividade sensório-motora, mente individual e ambiente extramental, e, ao mesmo tempo, demarcar claramente os limites do que realmente deva ser uma cognição corporalmente motivada, (cf., por exemplo, os trabalhos de WILSON, 2002 e ZIEMKE, 2002).

Tal fato cria, ainda que de forma implícita, uma supremacia do corpo biológico no processo de significação, assumindo-o como uma espécie de sítio do sentido. O problema é que, ao postularem esse *a priori* biofisiológico na geração de significado linguístico, os estudiosos do assunto parecem esquecer a indissolubilidade entre o que seria puramente corpóreo daquilo essencialmente cultural, no momento em que qualquer ação cognitiva é realizada.

Essa integração entre cognição e cultura, sob o viés atuacionista, pode ser mais bem visualizada pelas idéias do biólogo e pesquisador chileno *Humberto Maturana*. Um ponto importante da proposta desse estudioso é o tratamento dado à linguagem, ainda que vista como fenômeno essencialmente biológico.

De acordo com Maturana (2001), é possível postular uma base biológica para a linguagem que começaria a aparecer nas interações aprendidas e orientadas.

¹⁵ Tradução nossa para: “Meaning includes patterns of embodied experience and pre-conceptual structures of our sensibility (i.e., our mode of perception, or orienting ourselves, and of interacting with other objects, events, or persons). These embodied patterns do not remain private or peculiar to the person who experiences them. Our community helps us interpret and codify many of our felt patterns. They become shared cultural modes of experience and help to determine the nature of our meaningful, coherent understanding of our world” .

Essas interações, sob uma pressão seletiva para aplicações recursivas, podem originar, a partir de padrões biologicamente evolutivos, o sistema de interações cooperativas e consensuais entre organismos, que é a linguagem natural.

O autor concebe a linguagem como uma forma de os indivíduos fluírem em um espaço de coordenações recorrentes e consensuais de conduta:

Em outras palavras, afirmo que a linguagem acontece quando duas ou mais pessoas em interações recorrentes operam através de suas interações numa rede de coordenações cruzadas, recursivas, consensuais de coordenações consensuais de ações, e que tudo o que nós seres humanos fazemos, fazemos em nossa operação em tal rede como diferentes maneiras de nela funcionar (MATURANA, 2001, p. 130).

Maturana (*op.cit.*) ressalta que, embora a linguagem envolva as interações e mudanças corporais envolvidas nas coordenações consensuais de ações daqueles que a utilizam, ela não acontece no corpo dos participantes, já que é o fluxo coordenado das ações consensuais dos indivíduos que determina o acontecimento linguístico. Todavia, prossegue advertindo que, apesar de a linguagem não acontecer nos corpos daqueles que estão no ato linguístico, há um entrelaçamento entre o curso das mudanças corporais dos participantes e o curso de suas coordenações de ações, ao surgirem no fluxo do linguajar.

Isto equivale a dizer que o uso da linguagem é uma ação reflexa, ou uma ação cuja função é orientar o organismo dentro do seu domínio cognitivo e, não, apontar para entidades independentes, como fazem os dois modelos já discutidos anteriormente em termos de descrição semântica dos objetos do mundo. Supomos que atribuir uma função denotativa à linguagem é levar em conta apenas o domínio cognitivo do observador e não a efetiva operacionalidade da interação comunicativa. Isso porque a função da linguagem na orientação atuacionista não é a transmissão da informação nem a descrição do mundo extralinguístico, mas a criação de um domínio de comportamento consensual entre os sistemas linguisticamente interagentes, através do desenvolvimento de um domínio de interações cooperativas.

Conforme defende Maturana, “os símbolos não preexistem à linguagem, mas surgem depois dela e nela como distinções, feitas por um observador, de relações consensuais de coordenações de ações na linguagem” (MATURANA, 2001,

p.131). Sendo assim, as interações linguísticas orientam, mas não especificam o curso da conduta.

Neste sentido, entendemos não haver a mera transferência de informações do organismo falante para o seu interlocutor; o ouvinte, ao contrário, cria informações e as interpreta reduzindo a sua incerteza a partir de interações no seu domínio cognitivo. O consenso surge das interações cooperativas cujo comportamento resultante de cada organismo se torna subserviente à manutenção de ambos.

Na argumentação de Varela, “a comunicação se converte na modelação mútua de um mundo comum através de uma ação conjunta: o ato social da linguagem dá existência a nosso mundo” (VARELA, 1998, p.111-112). Por isso, o conceito de inteligência, adotado por esse paradigma, também diverge da concepção dos demais paradigmas já apresentados. A inteligência passa a ser a capacidade de entrar em um mundo de significado compartilhado ao invés de ser a capacidade de resolver um problema (VARELA, THOMPSON & ROSCH, 1993). Como consequência, o que chamamos de conhecimento é o produto advindo do processo sistemático do *conhecer* e inclui, além do produto advindo do processo, a capacidade que tem o organismo de observar e de fazer referência, de forma recursiva e recorrente, à própria história do processo.

Atentemos a dois aspectos importantes: primeiro, o fato de essa capacidade de fazer referência à história utilizando as recursões da linguagem ser específica e constitutiva do mundo humano; segundo, o fato de tal capacidade permitir incluir, como parte da atividade cognitiva, conhecimentos do senso comum como crenças, desejos, ideologia e cultura, elementos explicitamente desprezados nos modelos precedentes.

Haselager e Gonzalez (2004), por exemplo, defendem uma interpretação do senso comum fundada em uma perspectiva de indivíduos ativos na qual o conhecimento cotidiano deve ser entendido como inteiramente incorporado e situado na natureza, consistindo de padrões potenciais de interação dos indivíduos com o mundo. Os autores sustentam o fato de que o conhecimento não deve ser visto como uma crença verdadeira justificada *a respeito* do meio ambiente, mas, sim, como disposições para interagir no

meio ambiente. Tais disposições resultam de acoplamentos dinâmicos e auto-organizados entre o corpo e o mundo, sendo, antes de tudo “incorporados”, ao invés de “representados”.

Dinamicidade e auto-organização devem ser entendidas como a capacidade que sistemas complexos possuem de reunir um grande número de componentes interagindo entre si, de tal forma que todos contribuem para o seu comportamento global. Devido à interação não linear dos componentes de tais sistemas, padrões auto-organizados de comportamento podem emergir (HASELAGER & GONZALES, 2004).

O cenário atual dos estudos sobre cognição atuacionista reflete uma crescente interdisciplinaridade entre áreas aparentemente díspares como Robótica, Psicologia Cognitiva, Filosofia da Mente e Linguística Cognitiva, na qual se tenta projetar as *novas* fundações de uma ciência da mente. Para isso, busca-se redefinir a noção de representação como uma entidade estruturada para uma noção de padrão emergente auto-organizado espaço-temporalmente.

Como consequência, cada vez mais hipóteses anti-representacionistas são testadas em modelos de atividade contextualizada (*situated activity*) e novas tipologias de representação são propostas para adequarem-se a esses sistemas dinâmicos. Tenta-se, com isso, estabelecer um novo território de discussão sobre o papel da percepção, da memória e das representações na cognição.

A metaforização textual ancora-se, fundamentalmente, nesse tipo de cognição “atuacionista”. Em termos gerais, propomos a possibilidade de criação de “mundos fenomenais”, efeitos de realidade mediados pela ação conjunta do leitor, do texto e da cultura. Ou seja, postulamos um processo dinâmico de interpretação, em que a dimensão perceptual (corpórea) do leitor integra-se ao texto e, a partir de mecanismos inferenciais desnudam-se, na superfície do texto, visões socioculturais da realidade, em forma de metáforas.

Admitimos, portanto, ser possível constituir uma *moldura conceitual* alternativa e coerente com os conceitos de *emergência* e *auto-organização*, que substitua a imagem da mente como sendo o próprio cérebro ou máquinas que estocam representações e as manipulam de acordo com procedimentos lógico-formais definidos a partir de um mundo pré-dado.

Entretanto, Independente de divergências, os três modelos cognitivos aqui apresentados mantêm relações entre si por imbricações sucessivas:

Assim como o conexionismo nasceu do cognitivismo inspirado em um contato mais estreito com o cérebro, a orientação atuacionista dá um passo mais adiante na mesma direção para abarcar também a temporalidade da vida, tratando de uma espécie (evolução), do indivíduo (ontogenia) ou da estrutura social (cultura) (VARELA, 1998, p.110).

Com efeito, concordamos que haverá sempre algum tipo de representação configurada ou ativada no momento da interpretação de uma metáfora. Ao “significar” um objeto linguístico, alguma “moldura” conceitual deve permanecer, ainda que por pouco tempo, estável, para que esse objeto possa existir. Todavia, é preciso reconhecer esse elemento estruturante como sendo dinâmico, visto que sua configuração emerge da interação de elementos em um sistema distribuído, em constante conectividade e cujas propriedades são determinadas *ad hoc*, devido à ação de um corpo em um determinado domínio sócio-cognitivo.

Conforme Teixeira expõe, a Ciência Cognitiva moderna não pode prescindir de alguma noção de representação. Em vez de eliminar o problema, deve colocar-se “para além” da representação. Ou seja, “a representação deve ser tratada como um fenômeno cognitivo entre outros – um *objeto* e não o fundamento da ciência que se quer fazer” (TEIXEIRA, 2004, p.42-43). Para ele, uma teoria cognitiva deve incorporar uma “fenomenologia do senso comum” capaz de explicar não apenas a formação da idéia de objeto por parte do organismo, mas também como este pôde desenvolver uma idéia de objeto para si. A vida mental “abrange contextos onde estão não apenas cérebros inteligentes, mas *corpos* que se tornam inteligentes devido a sua atuação num meio ambiente” (TEIXEIRA, *idem*, p.56).

Segundo o autor, ao adotarmos esse ponto de vista, passamos a desenvolver, além de uma teoria biológica, uma teoria ecológica da representação e da vida mental. Vista sob esse prisma, a representação passa a ser um elemento do fenômeno cognitivo e não o próprio objeto percebido.

É precisamente a instabilidade conceitual da representação que queremos defender para a metaforização, de modo que, ao ser identificada como uma expressão linguística no texto/discurso, a metáfora seja somente uma etapa do processo de

interpretação, um momento mínimo e estável da representação do objeto ou evento observado.

Consideremos, agora, uma vertente teórica afim da orientação atuacionista, que coloca a metáfora como um fenômeno essencialmente cognitivo: o “realismo corporificado” de Lakoff & Johnson (1980; 1999) e seus seguidores (cf. FAUCONNIER & TURNER, 2002; GIBBS, 1994; GRADY, 1997; JOHNSON, 1999, dentre outros).

3.3.1.4 O realismo corporificado de Lakoff & Johnson

O realismo corporificado opõe o chamado objetivismo filosófico ao experiencialismo. Ou seja, a capacidade da linguagem de descrever detalhadamente os conceitos ou objetos do mundo independente de qualquer conceitualização ou compreensão humana à experiência conceitual resultante de estruturas cognitivas e das atividades sensório-motoras corporificadas que geram significado através de padrões recorrentes de interação entre organismo e ambiente.

Embora haja semelhanças com o atuacionismo, o cotejo permite identificar no *realismo corporificado* duas asserções fundamentais que o diferenciam: a) a preocupação em entender como o significado emerge da nossa capacidade para projetar (mapear) domínios bem estruturados da nossa experiência corpórea e interacional em domínios conceituais abstratos; b) a tese central de que, em sua maioria, os conceitos abstratos são estruturados via esquemas imagéticos de base sensório-motora e mecanismos de projeção imaginativos como metáfora, metonímia, categorização e esquemas.

Dentre esses mecanismos, a metáfora recebe uma atenção especial cujo corolário é a afirmação de Lakoff & Johnson (1999) de que o raciocínio humano é essencialmente metafórico.

Os autores não concebem a metáfora como um fenômeno meramente linguístico, mas como uma operação cognitiva básica, fundada na relação entre o corpo

e o mundo que o cerca, responsável por grande parte do nosso raciocínio abstrato. Vista como um fenômeno cognitivo “incorporado” e “imaginativo”, a metáfora passa a ser um elemento central na estruturação do nosso sistema conceitual, exercendo um importante papel na forma como compreendemos e conceitualizamos o mundo.

Grady (1997) defende haver, no nosso desenvolvimento neural e conceitual, uma forte correlação de experiências corpóreas cotidianas, baseadas no funcionamento do nosso corpo no mundo, levando à criação do que denomina metáfora primária. A base da metáfora primária seria a “cena primária”, uma representação cognitiva de uma experiência recorrente de eventos básicos, caracterizada por ser subjetiva, sem muitos detalhes e envolver uma estreita correlação entre dimensões distintas – físicas e psicológicas – da nossa experiência. Podemos citar como exemplo desse fato a proximidade física e emocional que experienciamos na infância com as pessoas que cuidam de nós. Pelo fato de estarmos constantemente próximos fisicamente das pessoas de quem somos emocionalmente íntimos, experienciamos, inicialmente, essas duas ocorrências de forma indistinta.

Johnson (1999) denomina *conflação* (*conflation*) esse estágio de indiferenciação. Para ele, durante o processo de desenvolvimento da linguagem infantil, ocorreriam, no nível neural, dois estágios no processo de geração de metáforas: o estágio de conflação, durante o qual os domínios conceituais – as configurações neuronais – não são ainda experienciados como distintos; e o estágio posterior da diferenciação, durante o qual os domínios previamente co-ativados são diferenciados em fonte e alvo metafóricos.

Um exemplo de metáfora primária apresentada por Grady (1997) seria DIFICULDADES SÃO PESOS. Essa metáfora, gerada pela correlação entre a percepção de peso e a sensação de esforço/desconforto ao levantar alguma coisa, licenciaria expressões linguísticas como *este trabalho vai ser muito pesado* e *tirei um peso da minha cabeça*. Portanto, temos, de um lado, um domínio experiencial de natureza sensorial como, por exemplo, *peso*, que é experienciado diretamente através dos sentidos; do outro lado, um domínio experiencial que envolve respostas a um input sensorial, por exemplo, a sensação de desconforto ou esforço físico.

As metáforas primárias, por serem o nível mais básico no qual os mapeamentos metafóricos existem no pensamento e na experiência do homem, são adquiridas automática e inconscientemente por meio do processo normal de aprendizagem neural. Consequentemente, seriam independentes de influências culturais, isto é, universais, comuns em toda cultura/língua (GRADY, 1997).

Grady (1997) propõe ainda a existência de metáforas complexas, que também fazem parte de nosso inconsciente cognitivo, mas são formadas pela combinação de metáforas primárias e pela integração do nosso conhecimento comum, que inclui os modelos culturais, as teorias populares ou as crenças e conhecimentos amplamente aceitos numa determinada cultura. Por exemplo, a metáfora TEORIAS SÃO EDIFÍCIOS, que licencia expressões linguísticas como *sua teoria está bem estruturada* ou *é difícil derrubar suas idéias*, é uma metáfora composta formada a partir das primárias do tipo *ORGANIZAÇÃO É ESTRUTURA FÍSICA E MANTER-SE INTACTO É MANTER-SE ERETO*.

Segundo Gibbs, as primeiras experiências físicas e sensório-motoras das crianças constituem a base do raciocínio metafórico e, conseqüentemente, da construção do nosso sistema conceitual. Dessas experiências, emergem mapeamentos entre domínios cognitivos conceituais que atuam na transição da experiência perceptual para a conceitual:

[...] A experiência direta que as crianças têm de seus corpos e do espaço, como as dimensões para cima e para baixo, é frequentemente correlacionada a várias experiências emocionais e vem a alicerçar conceitos metafóricos básicos, como BEM-ESTAR ou FELICIDADE ESTÁ PARA CIMA (GIBBS, 1994, p.414)¹⁶.

Por exemplo, a criança, nos primeiros meses de vida, volta sua atenção espacial para cima, pois as pessoas que a alimentam, que lhe dão carinho e atenção através da fala, se localizam sempre numa posição acima da sua. Dessa forma, a criança aprende o conceito espacial-emocional FELICIDADE ESTÁ PARA CIMA, o qual organiza metaforicamente muitas expressões linguísticas que utilizamos para falar de

¹⁶ Tradução nossa para: (...) infants' direct experience of their bodies and of space, such as dimensions up and down, is often correlated with various emotional experiences and comes to form the grounding of such basic metaphorical concepts as WELL-BEING or HAPPINESS IS UP.

nossas experiências emocionais, como *estou de alto-astrol, ela é uma pessoa pra cima* etc.

À medida que cresce, a criança passa a se encontrar num nível espacial próximo ao dos adultos e a associar a idéia de “estar abaixo” com a experiência de dependência, inferioridade e desamparo presente nas fases iniciais de seu desenvolvimento. Essas associações geram mapeamentos metafóricos que estruturam metáforas como PRA BAIXO É TRISTE e PRA BAIXO É INFERIOR e licenciam o uso de expressões linguísticas como *estou pra baixo* ou *ele está abaixo do chefe na empresa*, para, metaforicamente, falar de *tristeza e inferioridade*, respectivamente.

Em suma, embora a linguagem cotidiana esteja repleta de metáforas, o que é chamado convencionalmente ou tradicionalmente de metáfora é simplesmente uma manifestação linguística, geralmente inconsciente, de uma operação cognitiva do nosso sistema conceitual humano. Ou seja, a linguagem articulada não é mais que uma das manifestações superficiais da nossa estruturação cognitiva, que lhe antecede e dá consistência. A metáfora linguística, portanto, só é possível porque existem metáforas conceituais que licenciam o uso dessas expressões.

Um dos méritos dessa perspectiva, iniciada com a publicação da obra *Metaphors we live by* (LAKOFF & JOHNSON, 1980), foi mudar a posição da metáfora dentro dos estudos linguísticos. Desde então, tem-se demonstrado que o uso da metáfora não é exclusivo de um único domínio discursivo, ou seja, ultrapassa a esfera literária ou das artes para ser usada de forma natural e sistemática na linguagem cotidiana, daí sua importância dentro dos estudos recentes da cognição humana.

Todavia, várias são as críticas dirigidas ao “realismo corporificado”. Uma delas diz respeito ao fato de que postular a existência de esquemas imagéticos primitivos (dentro-fora, deslocamento, em cima-embaixo, parte-todo etc.) e metáforas primárias, ambos fundados em base neural e sensorio-motora, na estruturação do nosso sistema conceitual, nos leva a aceitar capacidades ou mecanismos cognitivos inatos e, conseqüentemente, universais conceituais. Acatar tal postulado, no entanto, implica abalar o papel da cultura na emergência do sistema conceitual humano, pois não há consenso a respeito da natureza corpórea ou cultural dos conceitos.

Martins (2003), por exemplo, reforça que somente esquemas imagéticos específicos emergem de nossas experiências corporais, enquanto outros, igualmente plausíveis e diretamente relacionados à atividade sensório-motora, são desprezados. O exemplo fornecido pela autora é a metáfora primária **IMPORTANTE É GRANDE**. Esta metáfora emergiria de nossas experiências sensório-motoras e recorrentes, na infância, com objetos grandes e pesados, dando-nos a idéia de que estes constituiriam *problemas a resolver* e licenciaria, no uso da linguagem, expressões linguísticas como, por exemplo, *este é um grande problema*. Todavia, o manuseio de objetos pequenos também constitui um problema para a criança, que somente aos poucos adquire coordenação motora fina. Sendo assim, como explicar a motivação da metáfora em um tipo de obstáculo e não em outro?

Além disso, os seguidores da metáfora corporificada não conseguem explicar a base corpórea de muitas expressões metafóricas que, ao que parece, são geradas a partir de operações cognitivas de projeção ou semelhança entre domínios conceituais. Um exemplo seria a metáfora *João é um leão*, na qual não há uma relação perceptual ou sensório-motora direta com leões, mas um conhecimento cultural, enciclopédico, que nos permite projetar comportamento e hábitos humanos nos leões e, assim, estabelecer semelhanças conceituais entre os dois termos.

Mediante essas críticas, a teoria da metáfora conceitual incorporou, recentemente, o modelo teórico proposto por Fauconnier & Turner (2002): a Teoria da mesclagem conceitual (*conceptual blending*), com o intuito de minimizar a impressão de rigidez do modelo na construção do sentido metafórico. O modelo propõe-se analisar a natureza dinâmica dos mapeamentos conceituais na linguagem e no pensamento. A idéia central é de que espaços mentais parcialmente estruturados são evocados quando pensamos ou nos comunicamos. Esses espaços são denominados “espaços de entrada”, e são projetados em outro espaço mental, “o espaço de mesclagem”, que emergiria como uma nova estrutura de significado, a qual, por sua vez, geraria uma nova extensão ou significados completamente distintos, decorrentes da combinação dos espaços de entrada. Dessa forma, múltiplos espaços mentais podem participar de um mapeamento.

Na descrição da teoria tradicional da metáfora conceitual, o mapeamento é realizado da estrutura de um domínio fonte para um domínio alvo. Esse mapeamento tanto pode explorar a estrutura esquemática comum entre os domínios (fonte e alvo),

como projetar nova estrutura do domínio fonte para o domínio alvo. Na teoria da mesclagem conceitual, por outro lado, os mapeamentos não se limitam à fonte e ao alvo, há processos dinâmicos de integração que constroem novos espaços mentais mesclados (FAUCONNIER & TURNER, 2002).

Na obra que delineou os princípios da teoria, Fauconnier (1994) caracteriza os espaços mentais como sendo domínios cognitivos de natureza semântico-pragmática que se configuram no processamento do discurso ativados por certas expressões linguísticas e por alguns mecanismos de reconhecimento de elementos em diferentes campos (psicológico, cultural, histórico, ficcional etc.). Num evento comunicativo qualquer, ativamos vários espaços mentais e inter-relacionamos elementos de vários desses espaços, não só numa relação biunívoca, mas estabelecendo uma rede de projeções tal que a linguagem se configura como um complexo emaranhado de elementos, domínios e projeções.

A mesclagem conceitual procura demonstrar que a linguagem humana é tipicamente analógica. Nosso raciocínio fundamenta-se em analogias entre espaços mentais, tanto nas situações comunicativas mais corriqueiras, quanto na aplicação de conhecimento de caráter filosófico, metafísico ou metalinguístico, que requerem maior maneabilidade de elementos conceituais. Nesse sentido, a teoria permite entendermos como a intensa quantidade de informações disponíveis na sociedade contemporânea circula e se cruza para produzir novas informações, a partir da articulação de domínios cognitivos.

Vale lembrar que a articulação de espaços mentais em uma rede de integração conceitual deve considerar, além do nível linguístico, a importância do contexto nesse processo de ativação e articulação. Afinal, a interpretação de elementos linguísticos é uma atividade que se realiza, inevitavelmente, em um contexto comunicativo, a começar pelo próprio conhecimento de mundo dos interlocutores envolvidos numa dada situação discursiva.

Por isso, ao descrever o nível linguístico em seus aspectos cognitivos, devemos ter ciência das possibilidades infinitas de inter-relação de espaços mentais e de ocorrência de mesclagem conceitual, especialmente quando entram em jogo o conhecimento de mundo dos interlocutores e outros aspectos contextuais.

Para melhor explicitar a aplicação da mesclagem conceitual à metáfora, apresentamos o comentário de Grady, Oakley e Coulson (1999), sobre um exemplo no qual se quer afirmar que um cirurgião é incompetente através de uma metáfora:

[...] o sentido da metáfora ESSE CIRURGIÃO É UM AÇOUQUEIRO é capturado por meio de um espaço mesclado, que, por sua vez, herda elementos de cada um dos espaços de entrada. Nessa linha de raciocínio, o espaço mesclado herda elementos do espaço de entrada do domínio do cirurgião, como a identidade de uma pessoa sendo operada, a identidade da pessoa que está fazendo a operação e detalhes do local da ação. Da mesma forma, também herda elementos do espaço de entrada do domínio do açougueiro, como o papel exercido por um açougueiro e atividades associadas a esse papel (e.g., o uso de instrumentos afiados para cortar carne em fatias). A estrutura compartilhada pelos espaços de entrada forma o espaço genérico. Nesse caso, essa estrutura consiste na ação de uma pessoa que usa um instrumento afiado para realizar um procedimento no corpo de qualquer outro ser [...] No caso da metáfora analisada, a relação meio-fim, projetada no espaço do açougueiro, é incompatível com a relação meio-fim do espaço do cirurgião, uma vez que o objetivo do açougueiro é matar o animal para depois separar a carne de seus ossos, enquanto o do cirurgião é curar o paciente. Isso posto, e tendo em vista que, no espaço mesclado, os meios do açougueiro são combinados com os fins, os indivíduos e o contexto cirúrgico do espaço do cirurgião, é exatamente a incongruência entre os meios do açougueiro com os fins do cirurgião que conduz a uma emergente inferência de que o cirurgião é incompetente .

O mais importante desta teoria é que ela acrescenta dinamicidade à integração conceitual: a mesclagem pode ocorrer por combinações totalmente imprevisíveis, dependendo do contexto comunicativo em cena. A discussão acerca dos limites do sentido metafórico durante a metaforização textual não se isenta dessa característica. Com efeito, o sentido é uma categoria previsível na base do sistema linguístico até um determinado ponto, pois quando imersas no discurso, as ocorrências linguísticas se tornam particulares, não podendo ser enquadradas num padrão generalizado de descrição semântica, formulado a partir das características da palavra, expressões ou sentenças.

Daí a necessidade, durante a metaforização, de se impor à metáfora certo grau de indeterminação semântica, haja vista a quantidade de espaços mentais ativados e de mapeamentos entre elementos de diferentes domínios cognitivos articulados no texto/discurso.

No entanto, consideramos a teoria da mesclagem conceitual um construto teórico geral, que precisa ser mais bem desenvolvido. Embora sua flexibilidade

estrutural e conceitual permita a formulação de hipóteses atrativas para explicar a base cognitiva de metáforas que ultrapassam os limites da palavra ou enunciado, para que seja um modelo de compreensão metafórica aplicável a diversos tipos de textos, são necessárias evidências possíveis, se não de serem empiricamente testáveis, pelo menos de serem razoavelmente explicáveis. Isso requer, ao mesmo tempo, a elaboração de tarefas experimentais que estejam de acordo com as suas premissas teóricas, bem como a consideração, na análise, da informação linguística presente na superfície textual, e não somente a recorrência a categorias e mecanismos psicológicos.

Apresentamos, a seguir, o sócio-cognitivismo: uma proposta teórica recente que se aproxima do atuacionismo ao destacar a interação dinâmica entre sujeito e mundo. Enquanto este volta seus interesses para os aspectos biológicos, físicos e perceptuais da atividade cognitiva, aquele se preocupa em estudar o fenômeno cognitivo no curso das práticas comunicativas socialmente compartilhadas, numa tentativa de estreitar as relações entre linguagem e cognição.

3.3.1.5 O sócio-cognitivismo

Para os proponentes do sócio-cognitivismo, não há separação entre fenômenos mentais e realidade extramental, pois, à maneira do atuacionismo, “interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural” (KOCH, 2003, p. 79). A cognição, nesse caso, não é exclusiva de uma mente individual, ao contrário, é resultado da interação de várias ações praticadas por indivíduos situados cultural e historicamente.

Um exemplo desse tipo de ação conjunta seria, em um restaurante, a preparação de um prato culinário até sua chegada à mesa do cliente; o desempenho e o sucesso para a realização da tarefa (preparação do prato) estão condicionados não somente às habilidades individuais de cada funcionário envolvido na atividade, mas também à forma como atuam em conjunto. Dessa forma, a ação cognitiva passa a ser dinâmica, processual, visto que a realização de determinadas tarefas mobiliza,

simultaneamente, habilidades individuais e o acúmulo de práticas e rotinas que, aos poucos, mudam a forma de realizá-las.

Ou seja, “essas tarefas constituem rotinas desenvolvidas culturalmente e organizam as atividades mentais internas dos indivíduos, que adotam estratégias para dar conta das tarefas de acordo com as demandas socialmente impostas” (KOCH E CUNHA-LIMA, 2004, p.281).

Segundo Blikstein (1985), a cognição emerge de nossas práticas culturais e, sem práxis, não há significação. Ou seja, a realidade não é nada mais do que um produto de nossa percepção cultural; o conhecimento é adquirido e regulado por uma interação contínua e dinâmica entre práxis, percepção e linguagem, na qual uma rede de estereótipos culturais, legitimados e reforçados pela linguagem, condiciona a percepção.

Partindo de uma noção marxista de homem cognoscente – aquele que conhece a realidade na medida em que age sobre ela, transformando-a –, o autor tenta explicar como a práxis modela a percepção / cognição para gerar a significação do mundo. Para ele, o indivíduo, para mover-se no tempo e no espaço de sua comunidade, estabelece e articula traços de identificação e diferenciação, que lhe permitem reconhecer e discriminar, dentre os estímulos do universo amorfo e contínuo do real, cores, formas, funções, espaços e tempos imprescindíveis à sua sobrevivência. Inseridos em um contexto de práticas culturais, tais traços impregnam-se de valores meliorativos ou pejorativos, transformando-se em traços ideológicos. Como exemplo, o autor apresenta os traços *vertical* e *horizontal*, que em nossa cultura teriam, em princípio, respectivamente valor meliorativo e pejorativo, pois verticalidade é um índice evidente de superioridade, enquanto horizontalidade indica inferioridade. A partir disso, eclode um processo contínuo de significação (semiose), visto que os traços ideológicos configuram corredores semânticos por onde fluem as redes de significação ou isotopias¹⁷ de uma determinada cultura. Outros exemplos desses traços ou corredores isotópicos presentes em nossa cultura são “frontalidade” (melioratividade) / “posterioridade” (pejoratividade) e “branquitude” (melioratividade) e “negritude” (pejoratividade).

¹⁷ O autor emprega a palavra isotopia nos termos de Greimas (1966), ou seja, como um traço ou linha básica de uma unidade semântica que permite apreender um discurso como um todo de significação.

São justamente esses corredores semânticos ou isotópicos, de acordo com Blikstein “que vão balizar a percepção /cognição, criando modelos ou padrões perceptivos”, os quais, em última análise, determinam o modo como vemos a realidade ao funcionarem como “óculos sociais” ou “estereótipos da percepção” (BLIKSTEIN, 1985, p. 61).

Aliado ao mesmo pensamento, Marcuschi explica que o mundo comunicado é resultado de uma ação cognitiva decorrente de nossa atuação linguística “sobre” o mundo e de conhecimentos culturais diversos e não “uma identificação de realidades discretas apreendidas diretamente” (MARCUSCHI, 2003, p.47). A ação de discretização do mundo comunicado, bem como a regulagem de nossos enquadres cognitivos (espaços mentais, esquemas etc.) constituem um trabalho sócio-cognitivo sistemático.

Fica evidente, na proposta sócio-cognitivista, a importância da interação e da negociação pública na atividade linguístico-cognitiva, visto que o processo de significação ocorre em contextos reais de uso. Desse modo, a cognição não pode ser vista apenas como um conjunto de operações que ocorrem ora externamente à mente dos indivíduos, ora internamente. Consoante Koch e Cunha-Lima (2004), não basta determinar onde acontecem as operações cognitivas, mas sim, explicar como interno e externo interagem e quão complexa é essa interação.

Portanto, as capacidades cognitivas humanas somente podem ser entendidas através da interação entre mecanismos neurobiológicos, responsáveis pelas operações mentais, e o contexto sócio-cultural no qual o homem está imerso. Diante disso, Mondada (2003) defende que as categorias conceituais estão submetidas às negociações locais, ao curso das quais suas fronteiras semânticas são mantidas ou transformadas pelos participantes. Por isso, a compreensão não pode ser tratada como um estado ou processo cognitivo puramente intramental, mas como uma realização coletiva, publicamente exibida no emprego da sequencialidade da interação.

É preciso, ainda, de acordo com Koch e Cunha-Lima, entender a cultura como um processo instável que está sempre se constituindo. Por esse motivo, não basta descrevê-la como eventos ou tarefas acabadas; devemos entender a natureza socialmente dinâmica e situada da cognição, que explica como soluções são

coletivamente estabelecidas e modificadas pelos indivíduos na história de suas interações. Somente adotando esse ponto de vista, acrescentam, somos capazes de entender “como indivíduos podem ter desempenhos profundamente desiguais em tarefas que seriam abstratamente descritas do mesmo modo, mas que se realizam em situações sociais diferentes” (KOCH E CUNHA-LIMA, 2004, p.280). As autoras tomam como exemplo o fato de uma criança que trabalha vendendo bombons conseguir realizar, na rua, cálculos matemáticos com velocidade e certa facilidade e na escola ter dificuldades com o raciocínio matemático.

Um ponto importante da proposta sócio-cognitivista é o papel atribuído ao conhecimento partilhado na cognição. Koch e Cunha-Lima (2004) argumentam que esse tipo de conhecimento comum a certa comunidade é fundamental para que os participantes de um ato comunicativo decidam que informações devem explicitar ou omitir, quais fatos são socialmente adequados para serem comunicados naquele momento, quais gêneros devem ser utilizados e quais os posicionamentos ideológicos implicados na comunicação.

Por conta disso, o conhecimento partilhado, em um evento comunicativo, como a interpretação de um texto, está sempre em movimento dinâmico, incluindo cada troca linguística como novo conhecimento. Além disso, funciona qual estratégia cognitiva importante para identificar o outro como membro de uma mesma comunidade, e, assim, atrair sua atenção e permitir o compartilhamento de conhecimentos.

A propósito, esse ato de identificação do outro como ente intencional semelhante a um “eu”, bem como a capacidade de manter a atenção em alguma coisa, de forma conjunta, constitui para Tomasello (1999) a base do aprendizado dos símbolos e de sua utilização na interação, além de ser um tipo de adaptação cognitiva exclusiva da espécie humana.

Esta adaptação, segundo o autor, alterou significativamente o processo de evolução cognitiva, e, por conseguinte, as interações sociais, uma vez que permite aos seres humanos identificarem-se como co-específicos possuidores de intenções e atenção próprias, e, por fim, entenderem-se entre si como agentes mentais com seus próprios desejos e crenças.

Convém citar o fato de que a concepção de cognição de Tomasello não descarta a existência de funções cognitivas básicas, como a categorização perceptual, para as quais os processos sócio-históricos desempenham um papel mínimo. Contudo, em se tratando de símbolos linguísticos, os processos sócio-interativos desempenham importante papel em sua criação e manutenção.

Falar em cognição social, portanto, é falar em ações conjuntas em que “usar a linguagem é sempre se engajar em alguma ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece necessariamente em coordenação com os outros” (KOCH E CUNHA-LIMA, 2004, p.285).

É possível estabelecermos semelhanças entre atuacionismo e sócio-cognitivismo, uma vez que ambos recusam uma mente simbólica, abstrata, que representa um mundo ou uma realidade pré-definida e defendem um conceito de cognição em que mente e mundo constroem-se mutuamente. Entretanto, enquanto as contribuições teóricas de linha sócio-cognitivista até aqui apresentadas valorizam em demasia a dimensão social, ao revelar uma espécie de conformação da mente individual à mente social, os pressupostos atuacionistas são tributários do aparato biofisiológico (a atividade sensório-motora) de um corpo em interação com seu mundo.

De fato, segundo Koch e Cunha-Lima, as abordagens sociais da cognição não se preocupam, especificamente, com aspectos cognitivos, já que a interação, principal elemento gerador da significação, nada mais é do que uma forma de organização social, que acontece publicamente. Aliás, segundo as autoras, os “aspectos mentais não são apenas secundários, mas ativamente evitados” (KOCH E CUNHA-LIMA, 2004, p.290).

A preocupação do sócio-cognitivismo com os aspectos cognitivos da linguagem como, por exemplo, processamento, compreensão, estratégias, organização conceitual, dentre outros, é levada a cabo pela Linguística Textual, mais especificamente pelos estudos sobre Referenciação¹⁸.

De acordo com Koch e Cunha-Lima (2004), o interesse pelo processamento textual foi o elemento inicial que possibilitou uma relação estreita entre Linguística Textual e Ciências Cognitivas, uma vez que permitiu o abandono de uma análise

¹⁸ Os postulados centrais da Referenciação serão comentados no início do capítulo IV.

transfrástica do texto – uma espécie de gramática do texto – em favor da investigação da construção dos sentidos no texto.

As autoras afirmam que os estudos desenvolvidos pelas Ciências Cognitivas sobre a estrutura e o funcionamento da memória, bem como sobre a natureza das representações mentais e da organização do nosso sistema conceitual, contribuíram sobremaneira para demonstrar que a produção/compreensão de um texto envolve não somente a informação textual explícita, mas, sobretudo, a mobilização de esquemas cognitivos culturalmente estabilizados, capazes de ativar na mente do leitor uma série de inferências no curso do processamento textual.

Conforme veremos, nos textos em que ocorre a metaforização, podemos ter mais de uma interpretação possível, pois os valores socioculturais estão embutidos nas expressões linguísticas. Tais expressões, ao serem ativadas no decorrer da leitura de um texto, refletem os acordos de uma determinada comunidade em relação às suas crenças, desejos e conhecimento cultural. Assim, a cultura, via expressões linguísticas, impõe ao leitor a legitimação de determinadas interpretações metafóricas em detrimento de outras.

Não obstante os esforços do sócio-cognitivismo para explicar a dimensão cognitiva do texto, ainda há uma relutância dessa proposta em realçar a atividade cognitiva do leitor durante a interpretação. Argumentamos que é preciso inserir o leitor como um participante ativo no processo. Com efeito, somente postular o conhecimento partilhado e os fatores socioculturais como os principais desencadeadores da atividade cognitiva, bem como classificar as informações linguístico-textuais a partir do conceito de “objetos do discurso”, amplia e, ao mesmo tempo, dilui em demasia a presença de um agente cognitivo no objeto ou fenômeno que se estuda. Não podemos prescindir do sujeito cognoscente, apresentando-o somente como participante do fenômeno, sem explicar de que forma atua.

Gibbs (1988) alerta para o fato de que os estudiosos adeptos de uma visão culturalista não podem tratar a significação linguística apenas como um texto sujeito a certas condições de *background*, sem a interferência dos aspectos cognitivos inerentes ao processo de compreensão entre falante/ouvinte ou leitor/texto.

Somos da opinião de que é possível realçar o papel do intérprete sem ontologizá-lo ou transformá-lo no elemento central do processo e, ao mesmo tempo, sem renunciar aos aspectos socioculturais potencialmente atuantes no ato interpretativo.

Para alcançar tal objetivo, faremos, no próximo capítulo, uma junção teórica de pressupostos sócio-cognitivistas e da semiótica textual de Eco (2000; 2004) e Bertrand (2003), com a finalidade de demonstrar o modo como podemos engendrar a significação metafórica em um texto, sem perder, ao mesmo tempo, a interseção e a unicidade entre indivíduo e cultura.

3.4 COGNIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE METÁFORAS

Diante das reflexões apresentadas nas seções precedentes, podemos indagar: que conceito de cognição pode ser aplicado à interpretação de metáforas? Ou, ainda, que imagem de *mente* emerge da convergência dos modelos de que dispomos para entender os processos cognitivos complexos manifestados em um fenômeno como a metaforização?

O termo cognição, conforme foi visto, não possibilita uma definição unívoca. A depender dos pressupostos teóricos ou dos critérios metodológicos defendidos pelos modelos apresentados, encontramos definições e tipologias diversas.

É obvio que apoiamos a opinião de autores como Mascuschi, quando afirmam que “num certo sentido a linguagem caracteriza-se como uma forma de cognição” (MARCUSCHI, 2003, p.44). Isto bastaria para justificar a inclusão de aspectos cognitivos em qualquer análise linguística. Todavia, problemas há quando, na tentativa de atrelar ou circunscrever elementos cognitivos à metáfora, o pesquisador sente-se motivado a “recortar”, por questões epistemológicas ou metodológicas, o fenômeno cognitivo observado.

Somos cômicos da necessidade, à medida que decompomos nosso objeto de estudo, de uma metalinguagem cada vez mais refinada para dar conta das possíveis particularidades e modos de apresentação desse mesmo objeto. Mas, ao mesmo tempo, é

preciso cautela para não limitar a atividade cognitiva a uma determinada teoria da metáfora. Não é de todo coerente se falar em metáfora cognitiva exclusivamente como a metáfora conceitual, já que a materialidade linguística, de algum modo, integra a atividade cognitiva da interpretação.

Lembremos que, já na proposta aristotélica, é preciso considerar de algum modo a presença de algum tipo de cognição, pois, do contrário, não evidenciaríamos a surpresa ou o enigma proporcionado pela metáfora na transposição do sentido. Com efeito, só existe metáfora porque existe um intérprete, um agente cognitivo (um corpo) que experiencia o mundo. Mas, por outro lado, a interpretação realiza-se sobre um plano da expressão, no caso, a superfície linguístico-textual, espelho das práticas sócio-comunicativas de uma dada cultura.

A garantia de que nossas hipóteses estão ‘corretas’ (ou, pelo menos, são aceitáveis como tais até prova contrária) não será mais procurada no *a priori* do intelecto puro (mesmo que dele se salvem as formas lógicas mais abstratas) mas no consenso, histórico, progressivo, ainda temporal da comunidade (ECO, 1997, p. 88).

Daí, ser preciso falar em uma cognição distribuída. Toda metáfora é, de alguma maneira, cognitiva. As duas coisas são indissociáveis. Ademais, quando a metáfora surge no texto, nenhuma teoria permanece imune à semiose textual, de alguma maneira hibridiza-se com outras propostas teóricas.

Em outras palavras, há sempre uma lacuna explicativa, uma incompletude, quando uma teoria faz um recorte teórico-metodológico radical na relação cognição / metáfora. Por isso, acatar uma acepção satisfatória que exponha todas as potencialidades de significação e utilização do termo cognição em relação à metáfora não é tarefa simples. Contudo, esperamos ter-se evidenciado em nossa discussão que cada proposta aqui apresentada deve ser valorizada por tomar para si um aspecto importante do fenômeno cognitivo.

Diante disso, em vez de optarmos por questionar se as metáforas são linguísticas ou cognitivas, o importante é deixar claro que linguagem e cognição não se separam na dimensão textual/discursiva. Ou seja, deveríamos tentar explicar, de forma exhaustiva, a manifestação da cognição, sobretudo no momento da imbricação da metáfora nas categorias linguísticas e textuais, de modo que o alcance teórico ou

operacional do termo seja adequadamente explicitado, sem que haja uma visão redutora, por ampliação ou delimitação terminológica. É preferível, e mais sensato, propor um modelo de cognição aplicado ao texto metafórico no qual predomine uma gradação de pressupostos teóricos igualmente válidos e aplicáveis ao objeto estudado.

Leiamos o texto abaixo:

**Exemplo 4:
Montanha Russa**

Há anos que os Estados Unidos acompanham a momentosa trajetória da loira Anna Nicole Smith. *Ex-stripper*, Anna casou-se em 1994 com o **bilionário** J.Howard Marshall - ele com **89 anos**, ela com **26 e mãe de um filho**, Daniel, nascido **nos tempos em que era morena** e ainda se chamava Vicky Lynn. **Marshall morreu logo depois** e Anna **brigou na Justiça** com o filho dele para ficar com um pedaço da herança. Em maio, **deu Anna duas vezes**: 1) ela **ganhou a causa** na Suprema Corte; e 2) confirmou que estava grávida, sem dizer de quem; um ex-namorado, o fotógrafo Larry Birkhead, assumiu a paternidade por iniciativa própria. Nas últimas semanas, alegrias e tragédias se aceleraram:

- Dia 7, num hospital das Bahamas onde se internou acompanhada de Roward Stern, advogado e namorado não-declarado, **nasceu sua filha**;
- Dia 10, no mesmo quarto de hospital, **o filho Daniel**, 20 anos, que a visitava, **amanheceu morto**; a causa da morte foi parada cardíaca provocada por mistura de remédios;
- Dia 27, em plena CNN, o advogado Stem anunciou que, “considerando-se as datas”, a pequena Dannielynne Rope (o nome homenageia o irmão morto) é sua filha.
- Dia 28, **Anna e Stem se casaram** (sem papel passado) a bordo de um catamarã, em Nassau. (Veja, 04/10/2006)

Tendo em vista que o exemplo acima é um texto socialmente compartilhado, atravessado por vários discursos, as possibilidades de sentido são múltiplas. Para interpretá-lo, o leitor deve, então, mobilizar seu conhecimento enciclopédico (socioculturalmente partilhado) para apreender as várias relações de sentido que se estabelecem na superfície do texto entre as palavras sublinhadas e em negrito.

Queremos chamar a atenção para o fato de que a busca pelo sentido, pela coerência do texto, faz o leitor ousar nas suas estratégias inferenciais. Em determinado momento, ele vê a necessidade enquadrar o título com o restante do texto, pois que há uma quebra de expectativa: as palavras destacadas não se referem ao título. Deve haver um sentido figurado, metafórico no texto.

Observemos que não há uma expressão metafórica explícita no texto. Poderíamos supor que o título seja o veículo da metáfora, ou a própria metáfora, mas, se assim o for, onde está o outro termo da relação? Na verdade, não há uma relação metafórica apenas, nem esta se estabelece somente entre dois termos; mais ainda, não podemos garantir que o título é metafórico antes da leitura do texto.

O leitor passa então a realizar um vai-e-vem interpretativo, na tentativa de construir um ou vários sentidos para o texto. À custa de mecanismos inferenciais, das pistas linguísticas e do seu conhecimento cultural, começa a construir e interpretar uma metáfora. Esse é o processo de metaforização textual.

Veja-se que, para se estabelecer a semelhança entre uma montanha russa e a vida da personagem, cheia de altos e baixos, o mecanismo de interpretação não pode se limitar a uma expressão linguística, mas espriar-se pelo texto. O *foco* metafórico não é uma palavra específica, nem se encontra em uma sentença atributiva do tipo A é B, como tradicionalmente são analisadas as metáforas. Ou seja, é preciso considerar, não somente em que medida o termo *montanha russa* relaciona-se com *momentosa trajetória* ou com a expressão *alegrias e tragédias se aceleraram*, mas também todas as implicações semânticas presentes nas expressões em negrito, cujo papel é de construir ou reforçar estereótipos sociais próprios de uma determinada comunidade linguística. Portanto, essa é uma metáfora discursiva em que a interpretação é enriquecida pelo modo como leitor, texto e cultura interagem no decurso da leitura.

É nestes termos que falamos em cognição: um texto passa a ser assumido como um dispositivo susceptível de gerar operações cognitivas na mente do leitor à medida que, no decorrer da leitura, os elementos linguísticos presentes na superfície textual, indeterminados conceitualmente, possibilitam a ativação de conhecimentos socioculturalmente partilhados armazenados em forma de redes de esquemas conceituais. Esse processo configuraria novos contextos sócio-comunicativos, a depender da interação leitor/texto, ampliando, dessa forma, as possibilidades de interpretação.

Enfim, concebemos a cognição como um *processo*. Não releva, para nós, buscar o nascedouro da mente através de respostas para lacunas deixadas pelos modelos de cognição. Importa, sim, evidenciar que as explicações fornecidas apenas por um

modelo de cognição, tal como foram propostos até agora, não são suficientes para compreendermos fenômenos cognitivo-discursivos como a metaforização textual.

Em outros termos, encontrar o sujeito do conhecimento dentro do texto significa reconhecer que a mente individual é atuante no ato interpretativo, entretanto, funde-se de tal modo à cultura que tão somente sua perspectivação nos é apresentada. O pressuposto de existência de um leitor empírico (mente individual) é, assim, o próprio suscitar do sentido textual. Daí, termos a possibilidade de ampliar o papel do leitor na significação, porém, jamais pô-lo à margem do processo. Diríamos, em termos merleau-pontianos, que sujeito e mundo confundem-se e definem-se mutuamente na interpretação. Por isso, resta-nos apenas discutir o produto dessa comunhão: o ato interpretativo, apenas.

É precisamente para isso que apontam, sem notarem essa afinidade em comum, a *Biologia do Conhecer* de Maturana, o sócio-cognitivismo da Linguística Textual e a semiótica de Eco e Bertrand.

3.5 TEXTO E CONTEXTO: OS SÍTIOS DA COGNIÇÃO

Se o nosso propósito é defender a reciprocidade entre leitor e texto na interpretação de metáforas, devemos ressaltar não somente o papel do leitor, mas também os lugares de manifestação da significação. Para isso, tomamos emprestadas tanto da semiótica de Parret (1997) e Eco (2004) quanto do sócio-cognitivismo as idéias de *texto e contexto*.

Nessas propostas, o texto é pensado como uma configuração, sempre incompleta, que reconstrói o objeto e passa a integrá-lo nessa rede móvel e flexível de sentidos. De acordo com Koch e Cunha-Lima:

Os textos não são explícitos, não trazem na sua superfície tudo que é preciso para saber compreendê-los. Não trazem tampouco uma instrução explícita de preenchimento das lacunas que permite chegar a uma compreensão inequívoca do seu sentido. Todo texto requer uma atividade de 'enriquecimento' das formas que estão na superfície, do emprego de conhecimentos prévios e de várias estratégias interpretativas (KOCH E CUNHA-LIMA, 2004, p.296).

Um texto é um mecanismo “preguiçoso”, construído de modo a pedir ao seu possível leitor que execute uma grande parte do trabalho de sua produção, assim define Eco (2004). A estrutura textual fornece, de um lado, uma série de instruções para que se delinieie uma possível imagem de seu autor e de seu leitor ideal e, de outro, concretiza um jogo de estratégias que levam à coerência do seu sentido. Para o semioticista, texto é o lugar onde o sentido se produz e onde se produz sentido, já que nele são gerados determinados sentidos em detrimento de outros – fora dele, os termos possuem todos os sentidos virtuais possíveis, de onde resultaria o fenômeno da polissemia semântica.

Como veremos adiante, a noção de texto como uma rede de sentidos é indispensável para definir o papel dos itens lexicais na metaforização textual, haja vista a indeterminação conceitual dessas estruturas linguísticas ser condição *sine qua non* para a manifestação plena do fenômeno.

Assim, um item lexical não é algo estático, estocado na memória à espera de ser ativado, mas sim, um conjunto de informações acessíveis, indeterminado e preenchido pelos participantes em cada ato comunicativo socialmente partilhado. Ou seja:

Os itens lexicais são ações recorrentes que identificamos e não representações de coisas. Assim, podemos afirmar que o sistema de referenciação tem limites definidos pelo sistema linguístico conjugado ao sistema cognitivo no interior das práticas discursivas e no mundo das experiências coletivas e públicas. Não se pode fazer semântica observando apenas o interior da linguagem (MASCUSCHI, 2004, p.4).

Enquadram-se aqui, também, algumas considerações a respeito da noção de contexto aplicada aos estudos da metáfora. Como sabemos, é hábito, na grande maioria dos trabalhos sobre o tema, mais precisamente os psicolinguísticos, considerar o contexto uma mera configuração de itens linguísticos, uma materialidade física e estática limitada à superfície textual e a serviço da decodificação linguística, que exclui o elemento discursivo da construção do sentido textual (confira, por exemplo, BUDIUI & ANDERSON, 2002; LEMAIRE & BIANCO, 2003; e GIBBS, 1990).

Muito embora pesquisadores como Gibbs (1991; 2002) e Levorato & Cacciari (1995) defendam a consideração pelo contexto como crucial para a construção do significado metafórico, eles pecam por ver esse contexto como resultado de

operações cognitivas efetuadas pelo leitor apenas sobre o plano linguístico, a superfície textual.

Em outros termos, a noção de contexto aplicada aos estudos psicolinguísticos refere-se apenas à inserção de uma metáfora em seu entorno linguístico, àquilo que a Linguística Textual denomina (co)texto, e não ao mundo extralinguístico da cultura, das crenças e das ideologias.

Dessa maneira, o que é chamado “contexto enriquecido” nada mais é que o resultado da combinação semântica de formas linguísticas. Basta consultarmos a quase totalidade dos estudos sobre compreensão metafórica, de cunho psicolinguístico, para constatar que as tarefas experimentais utilizam textos artificiais cuja seleção de itens lexicais é previamente realizada a fim de induzir a interpretação da metáfora. Desta feita, a informação contextual já seria semanticamente configurada, o que contraria a perspectiva teórica e filosófica que aqui adotamos.

Vejamos o exemplo abaixo, formulado de modo a servir de tarefa em testes de compreensão metafórica infantil:

Carlinhos é um garoto que gosta muito de *malhar*.

Ele vai para a academia todos os dias.

Ele é um sujeito *muito grande e forte*.

Ontem, na escola, ele viu um menino batendo no seu colega de sala de aula.

O gorila não gostou, pegou o menino que estava brigando, colocou no seu ombro e levou para falar com a diretora.

Observemos a maneira como as palavras em itálico, pertencentes a um mesmo universo semântico, de certo modo, induzem a interpretação metafórica do veículo (em negrito). Apesar da simplicidade da tarefa, são textos “artificiais” como este que servem de modelo de contexto para a compreensão de metáforas, nos estudos psicolinguísticos.

Por outro lado, para os seguidores do sócio-cognitivismo, as pistas linguístico-textuais são entendidas apenas como estruturas indiciais da interpretação,

visto que essas pistas remetem a ações cognitivas e conhecimentos sócio-culturais que emergem na interação comunicativa. Vale como exemplo a seguinte piada popular:

Exemplo 5: O casal estava na praça namorando. De repente, a namorada fala:

— Lá vem o guarda!

E o namorado responde:

— Guarda!¹⁹

Neste caso, podemos ver como o contexto linguístico é mínimo para que se estabeleça uma relação metafórica. Na verdade, temos aí uma metaforização, em que a polissemia do termo *guarda* permite ao leitor inferi-lo como um imperativo verbal e, configurar, desta forma, pelas pistas textuais, a relação metafórica e, de certa forma metonímica, entre *guarda* e *pênis*.

Marcuschi (2003) pontua o dinamismo e as propriedades cognitivas do contexto, remetendo-nos à citação de Auer e di Luzio:

Contexto não é uma coleção de fatos materiais ou sociais [...] mas um número de esquemas cognitivos acerca do que é relevante para a interação a cada ponto no tempo [...] Esses parâmetros contextuais emergentes referem fatos do conhecimento que devem ser traduzidos das disposições cognitivas invisíveis dos participantes para bases normalmente acessíveis nas quais se conduzirá a interação (AUER & di LUZIO, 1992, p. 45).

Parret (1997), sob um ponto de vista semiótico, também nos alerta para o fato de um objeto conceitual e seu contexto não serem entidades autônomas e estáveis: ambos só existem por meio de uma interdependência dinâmica. É ingenuidade, afirma ele, atribuir um *status* ontológico radical ao contexto, transformando-o em situações, em vez de explorar a idéia de o contexto ser sempre o efeito provisório de uma contextualização.

Dessa forma, a noção de contexto passa a ser vista como uma operação dinâmica de enquadramento das atividades linguísticas, definida somente na interação, através da focalização/desfocalização de pistas fornecidas, por exemplo, pelo uso de determinadas formas linguísticas, por determinadas escolhas lexicais, pela situação da enunciação,

¹⁹ Faremos uma análise mais aprofundada dessa piada no próximo capítulo.

pelo conhecimento partilhado entre os participantes do evento comunicativo ou pela escolha dos gêneros textuais (CUNHA LIMA, 2004).

Em relação à metáfora, Eco (1991) endossa a dinamicidade do contexto, ao afirmar sua capacidade de repropor como nova até metáforas já fossilizadas ou uma catacrese como pé de mesa. Quando inseridas no texto, um contexto é configurado e somos obrigados a vê-las de modo novo, uma vez que a expressão metafórica em jogo permite grande quantidade de remissões textuais e, ao interagir com alguma nova porção do texto, permite sempre uma nova interpretação. Segundo o autor, isso acontece porque um determinado contexto convoca um modelo de enciclopédia construído *ad hoc*, que determina quais propriedades semânticas (semas) serão metaforicamente enriquecidas.

Sendo assim, consideramos como inseparáveis os conceitos de texto e contexto, bem como a separação entre cognição, linguagem e cultura.

Exemplifiquemos com o texto humorístico abaixo, retirado de Lima (2003):

Exemplo 6:

E tem aquela do sujeito que chega em casa e encontra a filha agarradinha com o namorado. Aliás, bem agarradinha. O pai então dá o maior estrilo:

- Que pouca vergonha é essa?!

E o rapaz, todo sem jeito:

- Bem, o senhor sabe, eu estou apenas mostrando a minha **afeição** para a sua filha.

E o pai da moça:

- É! Tô vendo que sua **afeição** é grande! Mas bota ela pra dentro da calça!...

Podemos observar, no exemplo acima, a metaforização do termo afeição em *pênis*, órgão sexual masculino, construída a partir das pistas textuais. Tais pistas, ao serem retomadas (por exemplo, *encontra a filha agarradinha com o namorado*, que *pouca vergonha é essa* e *estou apenas mostrando minha afeição*), configuram um contexto no qual o termo *afeição* vai, ao mesmo tempo, perdendo suas propriedades semânticas dicionariais e adquirindo outras, enciclopédicas, pela ativação do conhecimento sociocultural do leitor.

Atentemos para o fato de que são as pistas textuais que revelam a impertinência semântica, para falarmos nos termos de Cohen, do termo *afeição* na estrutura sintagmática *tô vendo que sua afeição é grande*. Ou seja, o sentido metafórico,

dependendo das inferências realizadas pelo leitor, pode ou não começar a ser construído nesse enunciado, pois que alguns podem lê-lo de forma literal, interpretando a metáfora somente após a leitura do enunciado *mas bota ela pra dentro da calça*.

Em suma, a interpretação de um texto supostamente metafórico passa a ser considerada uma atividade cognitiva dinâmica, na qual o sentido pode ser construído ou modificado por um sujeito perspectivado em concordância com práticas comunicativas socialmente compartilhadas. A superfície textual, nesse caso, funciona como uma rede formada por estruturas linguísticas maleáveis cujo significado permanece indeterminado até ser preenchido pela circulação de variadas visões de mundo e estereótipos culturais de uma determinada comunidade linguística.

Em tempo, faz-se necessário, antes de passarmos para o próximo capítulo, explicitar em que acepção o termo *discurso* está sendo tomado neste trabalho. Poderíamos adotar a definição de Possenti, Apoiada nas idéias de Bahktin, cuja objetividade e clareza aplicam-se perfeitamente àquilo que propomos estudar:

O discurso é entendido, aqui, como um tipo de efeito de sentido — um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia — que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua. É pela exploração de certas características da língua que a discursividade se materializa. [...] Ou seja, o discurso se constitui pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos da expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção específicas (POSSENTI, 2004, p. 18).

Todavia, cientes da polissemia do termo nas ciências humanas e para evitarmos debates teóricos, interessa-nos somente “a textualização do discurso”. Ou seja, se o texto remete o leitor ao discurso, este último, de algum modo, presentifica-se no texto, daí a possibilidade de imbricação dos termos. Portanto, doravante, a utilização da expressão *texto/discurso* durante o nosso trabalho, significa que tomamos as duas acepções como equivalentes.

CAPÍTULO 4

A METÁFORA NO NÍVEL TEXTUAL-DISCURSIVO: O FENÔMENO DA METAFORIZAÇÃO

Quando erguemos o olhar para o céu, este aparece negro, salpicado de vagos clarões; somente aos poucos é que as estrelas se fixam e se dispõem em desenhos precisos, e quanto mais olhamos mais as vemos aflorar.

Ítalo Calvino

Uma metáfora é um convite obrigatório à descoberta.

Swanson

O capítulo IV inscreve a metáfora no nível do texto/discurso, ao mesmo tempo em que descreve o nosso objeto de estudo: a metaforização. Como vínhamos adiantando nos capítulos precedentes, a metaforização consiste na construção de sentidos metafóricos no texto, como decorrência da integração das dimensões cognitiva, linguística e social na interpretação. Mediante essa integração, podem surgir relações metafóricas a cada movimento interpretativo ocorrido durante a leitura, pois, conforme acentua Bertrand, “o texto é, com efeito, aquilo que a leitura atualiza e o que a análise constrói” (BERTRAND, 2003, p. 55).

Isto nos leva à constatação de que as abordagens apresentadas nos capítulos I e II não revelam a pluralidade de sentidos resultantes da presença da metáfora na dinâmica textual, uma vez que a interpretação não se apóia mais apenas em uma palavra ou sentença. Este é o motivo pelo qual a inserção no nível textual/discursivo redimensiona a metáfora e amplia suas possibilidades de significação. Com efeito, sob a chancela da palavra ou da sentença, vê-se reduzido o papel do contexto extralinguístico e das práticas sócio-comunicativas na interpretação.

Entretanto, tal motivo não implica eliminarmos a função das formas linguísticas na interpretação de uma metáfora. O funcionamento *elementar* da metáfora-

palavra e da metáfora-sentença pode manifestar-se também no nível discursivo. Ou seja, a palavra ainda carrega a identidade semântica capaz de lançar a metáfora ao texto/discurso; do mesmo modo, o caráter predicativo da sentença pode permitir a configuração de um contexto mínimo capaz de pôr em relevo o estranhamento ou a impertinência semântica presente na cadeia sintagmática.

Tal funcionamento deixa de responder, todavia, pela totalidade do sentido metafórico, uma vez que, no nível textual/discursivo, comungar das expressões linguísticas significa ir além da imanência do sistema para dotar-nos de meios para reconhecer, no texto, práticas e condutas sociais implícitas ou que o uso pouco a pouco sedimentou como convencionais.

Assim compreendidas, as estruturas linguísticas asseguram, para além do sistema linguístico em si, as hipóteses e inferências da leitura, bem como assumem, agora, o papel de refletir o conhecimento sociocultural (enciclopédico) mobilizado pelo leitor nesse processo.

Sob essa perspectiva, não há mais simples relações de semelhança entre itens lexicais, forjadas em um sistema semântico codificado. Entram em jogo desde já categorias discursivas, as quais permitem a criação de uma nova configuração de sentido ou reconstrução da própria realidade, sugerida pela maneira como ocorre a interação entre leitor e texto. Interpretar uma metáfora passa a ser, portanto, uma atividade sociocognitiva que não consiste mais somente em localizar um segmento linguístico dentro do texto, mas também em identificar pistas linguístico-textuais que estabeleçam ligações com informações que se encontram na memória discursiva de uma comunidade.

Daí afirmarmos, nas seções subsequentes, que o jogo de semelhança desenvolve-se, na metaforização, pela criação de uma situação discursiva que permite a interação, no texto, de objetos de discurso, e não mais objetos do mundo, representados pelas estruturas linguísticas. A isto, corresponde a afirmação de Mondada:

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como pelo fato de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente (MONDADA, 1994, p. 64).

A discursivização textual da metáfora pode, pois, ser explicada por fenômenos nos quais lidamos com a dinamicidade dos objetos do discurso, tais como as recategorizações metafóricas, estudadas por Lima (2003) e outros autores (cf. CAVALCANTE, 2004 e TAVARES, 2003). Em seu estudo, a autora assume a referência como um processo de referenciação (cf. também APOTHÉLOZ & REICHLER-BÉGUELIN, 1995; KOCH, 2002, 2003), no qual as estruturas linguísticas podem se modificar para atender melhor às necessidades dos falantes, assim como o modo de ver os referentes pode ser também reformulado pelos usuários da língua. As entidades do mundo real passam, assim, a ser entidades do discurso, já que podem modificar-se a partir da maneira como são vistas pelos sujeitos em suas práticas sociais. Por conseguinte, nem os elementos do discurso nem as unidades do mundo têm uma significação definida *a priori*; as categorias discursivas apresentam uma instabilidade natural, própria para atender a circunstâncias comunicativas específicas de uma cultura ou sociedade.

Lima (2003), portanto, concebe a metáfora como um fenômeno de referenciação, mais precisamente como um tipo particular de recategorização de objetos do discurso. A partir das definições de recategorização lexical²⁰ e metafórica²¹, apresentadas por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a autora refina o conceito de recategorização para demonstrar que uma expressão metafórica pode funcionar como expressão recategorizadora, uma anáfora cujo antecedente pode não estar explícito na superfície textual, devendo ser recuperado via integração de mecanismos cognitivos, pistas linguístico-textuais e conhecimentos socialmente partilhados.

Ao analisar como as recategorizações metafóricas podem contribuir para a construção da comicidade nos textos de humor, a autora mostra que algumas dessas metáforas recategorizadoras se manifestam apenas no nível cognitivo, sem uma

²⁰ Os autores definem a recategorização lexical como o processo pelo qual os falantes designam os referentes, durante a construção do discurso, selecionando a expressão referencial mais adequada aos seus propósitos. Dessa forma, as expressões anafóricas não são usadas somente para apontar para um objeto de discurso, mas podem ser usadas também para modificá-lo. O falante, ao selecionar aquilo que julga mais adequado para permitir a identificação do referente, pode, por recategorização, acrescentar, suprimir, ou modular a expressão referencial em função das intenções do momento, que podem ser de natureza argumentativa, social, estética etc.

²¹ As recategorizações metafóricas por outro lado, são, na opinião dos autores, um tipo de recategorização lexical, de caráter argumentativo, que consiste numa predicação de atributo sobre um objeto de discurso. Ou seja, uma expressão pode tomar a forma de uma metáfora ao acrescentar um novo ponto de vista argumentativo à expressão referencial antecedente, recategorizando-a.

explicitude lexical na superfície do texto. Ilustremos com o exemplo abaixo, analisado por Lima (2003, p.124):

Exemplo 7:

E tem aquela do sujeito que chega em casa e encontra a filha agarradinha com o namorado. Aliás, bem agarradinha. O pai então dá o maior estrilo:

- Que pouca vergonha é essa?!

E o rapaz, todo sem jeito:

- Bem, o senhor sabe, eu estou apenas mostrando a minha afeição para a sua filha.

E o pai da moça:

- É! Tô vendo que sua *afeição* é grande! Mas bota ela pra dentro da calça!... (SARRUMOR, 2000, p.216)²²

Conforme defende Lima, ocorre, no texto acima, a recategorização metafórica do termo “afeição” em “pênis”, órgão sexual masculino, sem que este termo esteja presente de forma direta e explícita no texto. A autora argumenta que a metáfora ocorre via anáfora indireta, apenas cognitivamente.

No entanto, tal afirmação não realça o papel das pistas linguísticas explícitas na superfície textual como, por exemplo, “é grande”, “bota ela pra dentro da calça”, cujas propriedades conceituais, assim compreendemos, também parecem construir o sentido metafórico de *afeição é pênis*. Se assim o for, não temos como prenciar qual objeto textual estaria exercendo a função de “âncora” para a anáfora indireta, isto é, qual seria responsável pela ativação do esquema ou domínio conceitual de “pênis”, bem como pela construção da relação metafórica e conseqüente compreensão da piada. Abaixo, outro exemplo apresentado pela autora:

Exemplo 8:

Durante a noite, numa pousada, aparece uma galinha no quarto do viajante. Ele, puto da vida porque o bicho estava cacarejando no seu ouvido, pega o telefone e fala para a portaria:

- Alô! Tem uma galinha aqui no meu quarto!

- Não tem importância, senhor! Ela pode preencher a ficha amanhã! (SARRUMOR, 2000, p.158).

²²Sarrumor (2000). *Ainda mais mil piadas do Brasil*. São Paulo: Nova Alexandria.

Neste exemplo, Lima afirma que há uma recategorização metafórica de *galinha* por *mulher*, assegurada pelo pronome *ela*. Contudo, a nosso ver, o objeto de discurso *galinha* é recategorizado metaforicamente, como *mulher*, não apenas pela recategorização pronominal, mas também por meio da pista textual *ela pode preencher a ficha amanhã*. Entendemos que a anáfora pronominal, por si só, não garante a relação metafórica, já que poderíamos estar retomando tanto o animal *galinha* quanto a figura da mulher como *galinha* – a não ser que estejamos restringindo o processo de recategorização ao emprego de uma única expressão referencial transformadora.

Somente quando consideramos a estrutura oracional verbo-complemento como expressão metafórica recategorizadora, vemos a impossibilidade de o pronome referir-se ao animal *galinha*, já que o ato de *preencher a ficha* é uma atribuição exclusivamente humana. Observemos, nesse caso, o quanto não podemos prescindir totalmente do funcionamento da metáfora-sentença – a impertinência semântica na cadeia sintagmática – para configurar um contexto mínimo capaz de relevar a recategorização metafórica; de outro modo, teríamos apenas a manifestação de um fenômeno restrito à palavra, no caso, ao pronome.

Por conseguinte, nem sempre a recategorização metafórica limita-se a uma expressão linguística, podendo ultrapassar os limites da expressão referencial e estender-se pelo tecido textual, ao contrário do que propõe Lima (2003) em seu estudo.

Ao limitar-se a apresentar uma proposta classificatória das recategorizações metafóricas, por meio da aplicação da *Teoria da Mesclagem Conceitual* (FAUCONNIER & TURNER, 2002), a autora finda por fornecer uma visão estática do fenômeno. Compreendemos que o papel do leitor, construído pela interação com o texto, bem como a consideração pelas pistas textuais ficam relegados a um segundo plano, preteridos a um modelo essencialmente cognitivista, que não fornece a devida explicitação dos mecanismos semiótico-inferenciais de atualização textual.

É, todavia, pela explicitação desses mecanismos de interpretação que visualizamos o dinamismo das recategorizações metafóricas como fenômeno referencial dinâmico, cujos objetos de discurso são, de fato, construídos na práxis enunciativa, na interação.

Por esses motivos, não nos resta claro, no estudo de Lima, o modo como aspectos cognitivos, pistas textuais e conhecimento sociocultural interagem na construção do sentido de um texto em que haja tais recategorizações.

É bom ressaltar que não negamos o fenômeno, porém vemos que a metáfora pode se manifestar sob determinados aspectos que desafiam a noção de recategorização metafórica, bem como suas categorias de análise.

A despeito dessas lacunas, o estudo realizado por Lima encerra o mérito de descrever um fenômeno textual no qual, diferentemente das propostas anteriores, há uma valorização dos aspectos sócio-cognitivos. Além disso, vemos em seu trabalho inspiração para propormos o conceito de metaforização textual, pois as recategorizações metafóricas acolhem um fato importante: nem sempre a relação anafórica encontra-se materializada na superfície do texto, devendo ser recuperada via mecanismos cognitivos. De certa maneira, é preciso construir as relações metafóricas implícitas no texto, à semelhança do que ocorre na metaforização textual.

Pelo fato de ser um fenômeno pouco estudado, a explicação da metaforização requer o engajamento de várias disciplinas, impondo-nos o desafio de propormos instrumentos ou categorias capazes de analisar o engendramento de sentidos metafóricos no texto, além daqueles codificados nas formas linguísticas.

Entretanto, se, por um lado, julgamos que o enlaçamento de pressupostos da Linguística Cognitiva, da Referenciação e da Semiótica alicerça a base epistemológica da metaforização, de outro, compreendemos que essa conjunção teórica não nos permite visualizar categorias de análise apropriadas para a descrição satisfatória do fenômeno.

Diante desse desafio, optamos por nos fundamentar somente nos conceitos emprestados da semiótica textual de Eco (2000, 2004) e semiótica literária de Bertrand (2003)²³, a fim de descrevermos as etapas desse processo. São eles: a cooperação textual, o leitor-observador, a abdução, a seleção de propriedades conceituais, e a isotopia. A razão da escolha é simples: os conceitos elencados são bastante utilizados na semiótica do texto e nas teorias da leitura como estratégias discursivas de interpretação, o que os aproximam do conceito de metaforização proposto em nosso trabalho.

²³ Estes conceitos, na verdade, fundam-se nas idéias de C. S. Peirce e A. J. Greimas, mas foram ampliados nos trabalhos de Eco e Bertrand. Advertimos, de antemão, que a escolha dessas obras deveu-se ao fato de serem aquelas que melhor se aplicam, como suporte teórico, à metaforização, porém, isto não solicita deixarmos de citar no decorrer do capítulo outros autores, de igual representatividade, na descrição da metaforização como, por exemplo, Parret (1997) e Klinkenberg (2003).

Lembramos, todavia, que essa escolha é apenas metodológica, ou seja, a adoção dessas categorias analíticas não deixa de refletir, implicitamente, as convergências teóricas entre as três disciplinas citadas anteriormente. Passemos, então, à descrição desses conceitos.

4.1 OS DISPOSITIVOS INTERPRETATIVOS DA METAFORIZAÇÃO

No âmbito das teorias semióticas textuais, a *cooperação textual*, o *leitor-observador*, a *abdução*, a *seleção de propriedades semântico-conceituais* e a *isotopia* são dispositivos interpretativos aplicados a qualquer tipo de texto analisado sob o ponto de vista enunciativo (seja romance, poema, conto ou outro), e não apenas aos textos metafóricos. Contudo, da maneira como estamos analisando a metaforização – como um fenômeno que se constrói concomitante à leitura –, não há como antecipar o grau de metaforicidade do texto. Por conseguinte, a metáfora a ser encontrada no texto, passa a ser, também, interpretada pelos mesmos instrumentos de análise textual.

Dessa forma, partimos da assunção de que examinar tais dispositivos interpretativos implica, de certo modo, descrever a própria metaforização em etapas. É preciso notar, contudo, que esses mecanismos não atuam isoladamente na interpretação, nem acontecem numa ordem fixa, cronológica. Cada um deles pressupõe a coexistência das outros para se manifestar. A análise ideal, como sabemos, seria aquela em que veríamos a totalidade do fenômeno através da simultaneidade desses processos. Diante dessa impossibilidade, resta-nos proceder à descrição isolada de cada um deles; cômicos, entretanto, de que esta separação, bem como a ordem de apresentação de cada mecanismo, é tão-somente uma opção metodológica, com finalidade didática.

Ao atuarem na interpretação, essas categorias evidenciam o caráter discursivo da significação, ao mesmo tempo em que estabilizam o fenômeno de produção do sentido metafórico, de modo a evitarmos uma *semiose ilimitada*: interpretação que gera outra interpretação e assim, indefinidamente.

A aposta no fenômeno da metaforização não significa, portanto, permitir qualquer interpretação por parte do leitor. O sentido metafórico que ali se manifesta deve passar pelo crivo dos mecanismos interpretativos citados acima. Consoante Eco (2000, p.81) “é impossível dizer qual a melhor interpretação de um texto, mas é possível

dizer quais as interpretações erradas”. Assim, postular os limites da metaforização, a partir desses mecanismos, também é um dos objetivos do nosso trabalho.

A cooperação textual e o conceito de *leitor/observador* serão os primeiros conceitos examinados.

4.1.1 Cooperação textual: a impressão de realidade instaurada no texto

Pode parecer desnecessário falar em cooperação, quando se sabe que qualquer troca semiótica é regida minimamente por essa espécie de contrato; do contrário, a comunicação não se estabeleceria entre os interlocutores. Sabemos também que a cooperação não se refere à aplicação de regras estáveis, estruturadas pelo compartilhamento de um mesmo código semiótico, no nosso caso, o linguístico. É preciso, de fato, haver interação entre os participantes para que nenhum elemento ocupe ou simule lugares fixos e possa, assim, revelar-se a dinamicidade do processo de comunicação.

Todavia, para evitarmos que a utilização do termo *cooperação* possa gerar equívocos, como a aparente filiação a correntes teóricas que também o adotam, devemos explicitar sob qual acepção estamos tomando o termo neste estudo.

Comumente, o referido termo remete às máximas conversacionais formuladas por Grice (1982), em sua obra *Lógica e Conversação*. Nela, o autor expõe os princípios norteadores de uma boa comunicação, bem como o fracasso do ato comunicativo, decorrente do não cumprimento dessas regras. A metáfora seria, para o autor, uma das violações desse contrato de cooperação, haja vista somente ser interpretada como uma implicatura, uma opção ao sentido literal da sentença (cf. no capítulo II a pragmática da metáfora).

No entanto, as máximas de Grice conferem certa ingenuidade e otimismo ao papel da cooperação na comunicação, pois sabemos pelos fatos linguísticos e pela atenção aos mais diversos tipos de textos que as trocas semióticas não são necessariamente frutos de um consenso. Muitas vezes, a cooperação evidencia marcas de diferenças ou tensões, atenuadas ou exacerbadas durante seu curso.

Do mesmo modo, na metaforização textual, nem sempre a interação entre leitor e texto ocorre pacificamente, porque a expressão metafórica, de início, constitui um elemento desestabilizador, uma espécie de conflito momentâneo, que insiste em ser interpretada, em instaurar outra possibilidade de interpretação. Esse estranhamento, essa aparente ruptura da coerência do texto, causada pela sua presença, parece criar um princípio divergente, oposto à cooperação. Entende-se agora o motivo pelo qual Grice considera a metáfora uma violação das máximas conversacionais, tratando-a como uma implicatura.

Indagamos, então, em que medida devemos postular a existência de um contrato cooperativo entre texto e leitor em relação à interpretação de metáforas, já que, ao mesmo tempo em que não obedece ao pressuposto da cooperação, uma metáfora presente no texto demanda, ainda assim, ser interpretada.

Uma solução para o dilema consiste em apoiarmos a proposta de Klinkenberg (2003) de redefinir o princípio de cooperação não como uma norma regendo as relações de comunicação, mas como uma tendência à pertinência, cujo objetivo seria otimizar a maneira como os interlocutores tratam a informação no curso da interação. Assim concebido, o princípio de cooperação torna-se, na metaforização, um mecanismo capaz de manter a adesão do leitor ao texto para dissolver o estranhamento inicial causado pela percepção da figura.

De acordo com Klinkenberg (2003), essa redefinição permite desfazer a contradição própria da metáfora, pois haverá sempre a possibilidade de cooperação e divergência atuarem simultaneamente na interpretação. No entanto, duas condições precisam ser satisfeitas: a) é preciso que haja conflito, mas b) que este não pareça tão insuportável a ponto de ocorrer uma recusa da interação.

Na opinião do autor, se o enunciador (autor) produz um desvio em relação à enciclopédia²⁴, espera-se que o receptor (leitor) supere essa ruptura; da mesma forma, se o leitor, identifica a impertinência semântica, espera-se que realize um trabalho de reinterpretação.

Só há troca, de fato, na medida em que haja ao mesmo tempo distância e proximidade entre os interlocutores. Uma identidade total, que seria uma fusão, suprime toda a necessidade de comunicação, e esta é impossível no caso de uma alteridade total [...] Quanto à figura, ela consiste, como se verá

²⁴ Confira definição mais adiante, na seção 4.1.4.

em detalhe mais adiante, em associar dialeticamente dois sentidos diferentes, ou seja, a mediá-los (KLINKENBERG, 2003, p. 203).

Desse modo, um termo como *vampiro* presente em um texto sobre um *político* que desvia dinheiro público, por exemplo, fere, de fato, o código enciclopédico comum que funda a interação com o texto, mas, por outro lado, sua reavaliação permite manter intacto o contrato de cooperação.

É certo que podem ocorrer várias reações a essa ruptura textual. Por exemplo, o leitor pode não constatar a disjunção; ou seja, ler o texto literalmente, como uma única isotopia, como se tratasse de um único tema. Pode acontecer, ainda, a constatação de que houve um erro, uma espécie de lapso do autor, mas sem que ocorra a reinterpretção da figura. Outra possibilidade é o leitor decretar o texto como impossível de ser interpretado por faltar-lhe competência para interpretar. Neste caso, a impertinência pode até ser reconhecida, mas qualquer interação é recusada; conseqüentemente, rompe-se o princípio de cooperação. Por fim, a impertinência pode ser percebida como uma figura e gerar uma reavaliação do texto (KLINKENBERG, 2003).

A despeito dessas reações, uma orientação comum deve ser reconhecida, uma espécie de objetivo latente que pode ou não estar explícito, pode ser um consenso ou se impor incisivamente, aparecer no início da interação ou ir sendo construído no seu curso, ou ainda, ser rompido durante a interação. O que importa é que, de alguma forma, haverá sempre um dispositivo regulador, implícito, sem o qual a interpretação metafórica não se realiza.

Em outras palavras, na metaforização, subjazem condições de confiança que determinam o compartilhamento de crenças, em perpétuo ajuste entre os sujeitos discursivos, no interior do texto. Consoante Bertrand (2003) trata-se de um *contrato de veridicção* apoiado sobre os jogos de linguagem – simulação e dissimulação, verdade e falsidade – e não sobre o cálculo dos valores de verdade das formas linguísticas. Existe, pois, uma *crença compartilhada* reguladora dos diferentes modos de participação e adesão na leitura, cujos efeitos podem ser de realidade, irrealidade ou até absurdidade.

Podemos ilustrar o que dissemos com o exemplo abaixo:

Exemplo 9:**Labareda\$**

O coronel Duarte Frota esteve em Brasília, no último fim de semana, representando os bombeiros do Ceará, em reunião com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. No encontro, o secretário NSP, Luiz Fernando Corrêa, após um diagnóstico nacional das unidades militares, deu um bom presente. Liberou mais de um milhão de reais para cada Estado e também para o Distrito Federal, inserindo a corporação no Plano Nacional de Segurança Pública (DN, 19/01/2005).

Logo de início, observamos uma violação do código no título do texto: um cifrão representando o grafema [s]. O leitor, diante dessa situação, poderia julgar o título como um erro ortográfico ou de digitação e desistir da interpretação, ou não percebê-lo como uma figura, conforme uma daquelas reações citadas anteriormente. No entanto, por intermédio da crença compartilhada, o leitor mantém a leitura do texto, com o intuito de interpretá-lo. Agindo dessa forma, ele projeta um possível curso de eventos ou um possível estado-de-coisas: passa a aventar hipóteses sobre estruturas de mundos possíveis.

Torna-se indispensável, então, que, diante da aparente violação, do elemento perturbador, o leitor seja induzido a re-significar o tecido textual para, assim, prosseguir na busca pelo sentido metafórico, por meio de outras operações.

A ativação simultânea dos outros mecanismos interpretativos (a abdução, a seleção de propriedades e a isotopia) depende, assim, da manutenção desse contrato fiduciário entre leitor e texto. No exemplo acima, a identificação da expressão *bombeiros do ceará* salvaguarda a cooperação textual: tendo em vista que não lidamos com formas linguísticas dicionarizadas, de alguma maneira, a enciclopédia do leitor registra a associação entre *labareda\$* e *bombeiros* dentro de uma mesma configuração de sentido ou domínio conceitual, apesar da aparente violação do código escrito. Nesse momento, já vemos atuar também, simultaneamente, a abdução: a elaboração de hipóteses explicativas que permitirão ao leitor assemelhar *labareda\$* com a pista textual *liberou mais um milhão de reais* e, assim, construir a metáfora *labareda\$ é dinheiro*.

Somente considerando o cifrão como pista textual, ou seja, “acreditando” nesse jogo discursivo da linguagem, o leitor conseguirá construir o sentido metafórico, uma vez que, sem o cifrão, o termo *labaredas* poderia ser interpretado como pertencente

ao domínio conceitual ou como configuração semântica de *bombeiros*. Nesse caso, não haveria a percepção da figura: o texto seria lido em uma única isotopia²⁵.

Do modo como foi redimensionada, a cooperação textual fornece a primeira janela para a metaforização, pois é exigida na primeira visada do texto²⁶. Assim, “fazer ver também é fazer crer”, advoga Bertrand (2003, p.155). Ou seja, se um estranhamento surge no decorrer da leitura, espera-se do leitor sua contribuição para atualizar a configuração textual, antes de ele romper o contrato de cooperação com o texto.

Há, portanto, um “crer compartilhado”²⁷ que fundamenta o regime de adesão do leitor ao texto e possibilita a manifestação dos sentidos metafóricos potencialmente inscritos na superfície textual. Em outros termos, deve haver um entendimento implícito entre os parceiros da comunicação a fim de que seja possível criarem-se os jogos de linguagem dentro do texto.

Por isso, tanto mais forte seja a modalização da *verdade* do enunciador dentro do texto, ela não é suficiente para fazer surgir a *ilusão referencial* pertencente à metáfora. Conforme afirma Bertrand (2003, p.433), o “crer-verdadeiro” do enunciador deve ser partilhado pelo mesmo “crer-verdadeiro” do enunciatário. Deslocada para as instâncias do enunciador (autor) e do enunciatário (leitor), a verdade do texto insere-se, agora, nas “estratégias do fazer parecer verdadeiro”, provenientes do “crer compartilhado”.

Daí falarmos em metaforização como a interpretação de metáforas mediada pela integração leitor, texto e cultura, já que a produção do sentido metafórico do texto depende, em última instância, do equilíbrio frágil, mais ou menos estável, entre a crença persuasiva do autor inscrita no texto e a crença interpretativa do leitor.

Chamamos a atenção, novamente, para a imbricação desse princípio nas outras categorias interpretativas. Este fato atenua os limites entre as operações durante a

²⁵ Confira a seção 4.1.5.

²⁶ Isto não implica dizer que a metáfora será interpretada instantaneamente. Este seria apenas o início do processo. Muitos autores costumam afirmar que há metáforas cuja interpretação pode ocorrer na primeira visada do texto, sem necessariamente ocorrer esse tipo de cooperação. Um bom exemplo são as catacreses “boca da garrafa” e “braço do rio”, cuja relação de semelhança cristalizou-se na cultura, esvaindo a metaforicidade do termo. Ou ainda, as metáforas imagéticas (“ela é um violão”), cuja interpretação manifesta-se pela via do *sensível* e não do inteligível. Nos três casos, todavia, a configuração de um contexto textual específico, poderia (re)significar essas metáforas, muito embora, não eliminasse seu caráter imagético ou perceptual.

²⁷ Embora “o crer” seja uma categoria semiótica modal, cuja complexidade de definição não se esgota em nosso trabalho, manteremos a sinonímia entre essa expressão e o termo “crença compartilhada”, seguindo a obra de Bertand (2003), por acharmos mais adequado à descrição da metaforização.

metaforização, de maneira que passa ser uma tarefa difícil explicar se, ao cooperar com o texto, o leitor já não estaria fazendo uma abdução²⁸: arriscando hipóteses explicativas para justificar a presença de uma figura no texto.

Eco, por exemplo, não deixa clara a distinção entre cooperação e abdução quando afirma que

Essa atividade previsional atravessa toda a interpretação e só se desenvolve por meio de uma dialética fechada com os outros dispositivos interpretativos²⁹, isto é, enquanto é continuamente verificada pela atividade de atualização das estruturas discursivas (ECO, 2004, p. 95).

Mais adiante, destaca que, “ao arriscar fazer previsões sobre o texto, o leitor assume uma atitude proposicional (crê, deseja, augura, espera, pensa) quanto ao modo como as coisas vão andar” (ECO, idem, p. 99).

Em outra obra (ECO, 2000), o semioticista italiano levanta a dúvida entre o que seria abdução ou cooperação contínua e assim resume a cooperação textual: o leitor toma uma iniciativa que consiste em fazer uma conjectura sobre o texto, mais especificamente sobre a *intentio operis*; esta conjectura deve ser aprovada pelo complexo do texto como um todo coerente. Ou seja, as conjecturas deverão ser testadas sobre a coerência do texto e à coerência textual restará desaprová-las possibilidades absurdas.

Com efeito, se assim for explicada, a cooperação parece ser determinada pela abdução, bem como se confunde com as outras operações interpretativas. Contudo, somos da opinião de que o princípio de cooperação fundamenta a abdução. Isto é, retomando o nosso exemplo, é preciso “acreditar” na *verdade* do termo *labareda* antes de inferir (abduzir) sua semelhança com *corpo de bombeiros* ou *dinheiro*. Em razão disso, para fazer abduções, o leitor precisa, antes, decidir cooperar com texto, de maneira a aceitar aquele texto como tal, e, desse modo, evitar interpretações aberrantes, que extrapolem os limites da crença compartilhada com o texto.

²⁸ Maiores detalhes na próxima seção.

²⁹ No caso, o leitor-observador, a abdução, a seleção de propriedades semântico-conceituais e a isotopia.

Essa discussão tornar-se-á mais clara quando detalharmos o mecanismo abduativo, mas antes é preciso apresentar a figura do leitor-observador, do qual falaremos a seguir.

4.1.2 O leitor e a figura do observador

Em linhas gerais, as teorias textuais têm dificuldade em situar o papel do leitor na interpretação: ou deixam implícita a sua participação, valorizando a construção do sentido através das estruturas textuais, ou superestimam seu papel, centralizando a análise nas estratégias cognitivas utilizadas no processamento textual.

Em nosso trabalho, entretanto, o leitor ocupa um lugar central, já que o vemos como um agente ativo na interpretação. A metaforização textual requer um leitor inseparável de uma visão de mundo, por ser ao mesmo tempo esta mesma visão realizada; logo, o leitor passa a ser um centro do discurso, na medida em que é perspectivado pelo texto como estratégia, mas também se deixa perceber parcialmente pelo modo como avalia, aprecia ou rejeita as significações.

Nesta seção, combinaremos a noção de leitor-modelo de Eco com o conceito de observador apresentado por Bertrand (2003), com o intuito de formularmos um conceito de leitor que contemple tanto sua manifestação quanto sua atuação nesse processo, bem como permita considerá-lo uma instância de produção do sentido, ao mesmo tempo cognitiva, textual e sociocultural.

Ao propor uma semiótica da interpretação textual, Eco (2000, 2004) apresenta um modelo que pressupõe, aparentemente, a figura de um leitor-intérprete totalmente abstrato. Para ele não importa discutir a presença de um leitor efetivo no ato interpretativo, seja este leitor sociológico ou empírico, mas sim sua perspectivação como estratégia textual. Conforme adverte o semioticista:

Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como receptáculo de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriores ao texto provocadas pelo próprio texto (ECO, 1994, p. 14).

De acordo com Eco (2004), um texto, na condição de manifestação linguística, precisa ser atualizado por um destinatário, no entanto, este não deve necessariamente existir, mas ser postulado como o operador capaz de construir o sentido textual. Sugerir um modelo de interpretação textual que se concentre em descrever as competências ou habilidades de um leitor real, empírico, é, segundo ele, insistir em uma busca por interpretações peculiares.

Desse modo, sem trabalhar diretamente com o sujeito empírico, o modelo de análise de Eco aponta para um sujeito “fantasmagórico”, que se revela somente a partir do jogo da produção de sentido. Esse sujeito, uma espécie de receptor ideal que o texto não apenas prevê como colaborador, mas ainda procura criar, Eco denomina *leitor-modelo*.

É comum encontrarmos, na literatura sobre teoria da narrativa ou estética da recepção, entidades denominadas leitores ideais, implícitos, metaleitores ou leitores virtuais, cuja semelhança com o leitor-modelo é apenas aparente. Eco (1994) adverte que esses termos referem-se a um leitor privilegiado, dotado de autonomia no texto, capaz de estabelecer um ponto de vista a fim de determinar o significado textual. O leitor-modelo, ao contrário, não só nasce com o texto, como também interage com ele, sendo o sustentáculo de sua interpretação.

Em outros termos, “o leitor-modelo constitui um conjunto de *condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial” (ECO, 2004, p. 45). Implica dizer que um texto postula o próprio destinatário em seu mecanismo gerativo como condição indispensável não apenas da sua própria capacidade concreta de atualização, mas também da própria potencialidade de significação. Ou seja, o leitor-modelo é, antes de tudo, uma construção do texto.

Porém, Eco (2004) alerta para o fato de que não basta postular a existência desse leitor-modelo; é preciso mover o texto para que se possa construí-lo. Entra em cena o que o semiótico chama de *autor-modelo*: uma estratégia textual (que não coincide com o autor empírico, sujeito da enunciação original) capaz de postular algo que ainda não existe, no caso, o leitor-modelo, e realizá-lo em forma de estratégias textuais.

Assim, o autor empírico, sujeito da enunciação, ao gerar um texto, formula uma hipótese de leitor-modelo e, ao fazê-lo, transforma-se igualmente em um modo de operação textual, na medida em que um leitor empírico, como sujeito concreto dos atos de cooperação, deve também configurar para o texto um autor-modelo, deduzindo-o a partir dos dados textuais. Este é o princípio da cooperação textual.

É óbvio que a configuração de um autor-modelo e de um leitor-modelo pressupõe, em concomitância, tanto um autor-empírico quanto um leitor empírico. No entanto, para Eco, estes últimos não participam diretamente do jogo textual, sendo apenas forjados como mecanismos interpretativos gerados pelo próprio texto.

O leitor empírico é aquele que faz uma conjectura sobre o tipo de leitor modelo postulado pelo texto. O que significa que o leitor empírico é aquele que tenta conjecturas não sobre as intenções do autor-empírico, mas sobre as do autor-modelo. O autor-modelo é aquele que, como estratégia textual, tende a produzir um certo leitor-modelo (ECO, 2000, p.15).

Dito de outra maneira, se o significado do texto somente se completa quando é lido, está claro que quem o escreve procura, de alguma forma, prefigurar um tipo de leitor ideal. Deste modo, imagina qual poderia ser o modelo de atualização de seu texto. Caso contrário, o sentido deste texto é confiado ao seu encontro casual com um leitor empírico. O autor deve, portanto, prever um modelo de leitor possível (leitor-modelo), que se supõe capaz de enfrentar as expressões textuais de maneira interpretativa, do mesmo modo que o autor as encara de maneira gerativa.

De acordo com Eco, “a configuração do autor-modelo depende de traços textuais, mas põe em jogo o universo do que está atrás do texto, atrás do destinatário e provavelmente diante do texto e do processo de cooperação” (ECO, 2004, p. 49). Ou seja, a passagem de um autor-empírico para o autor-modelo ocorre quando o primeiro decide iniciar o trabalho de cooperação textual ao se perguntar “Que quero fazer com este texto?”.

O autor-modelo, portanto, transforma-se em hipótese interpretativa quando surge como sujeito de uma estratégia textual gerada a partir do exame do texto e não como um sujeito empírico, concreto, dotado de intenções e desejos diferentes daqueles que o texto fornece ao seu leitor-modelo.

O leitor-modelo, da mesma maneira, deve cumprir um contrato enunciativo – um princípio de cooperação com o texto – de modo a acionar um conhecimento enciclopédico que o torne capaz de identificar e interpretar os códigos semióticos elencados no texto; em outras palavras, deve transformar as instruções textuais também em hipóteses interpretativas. Consoante Eco,

[...] O autor-modelo e o leitor-modelo são entidades que se tornam claras uma para a outra somente no processo de leitura, de modo que uma cria a outra. Acho que isso é verdadeiro não apenas em relação aos textos narrativos como em relação a qualquer tipo de texto (ECO, 1994, p.30).

A originalidade do semioticista consiste em tratar o problema dos simulacros textuais do *enunciador* e do *enunciatário* como estratégias que simulam o comportamento interpretativo de ambos. Daí, afirmar que “a cooperação textual é um fenômeno que se realiza, repetimo-lo, entre duas estratégias discursivas e não entre dois sujeitos individuais” (ECO, 2004, p. 46).

Interessante notar que o leitor, embora seja simulado como uma estratégia textual, não deixa de ser o responsável pelos mecanismos de atualização do texto. Desta feita, a proposta de Eco nos possibilita entender a interpretação como uma atividade sócio-cognitiva, na qual indivíduo e cultura se fundem em uma configuração semiótica, o texto, à maneira do sócio-cognitivismo.

Contudo, enquanto o sócio-cognitivismo põe em relevo as ações sócio-comunicativas, limitando-se a pressupor a participação do leitor na interpretação, a proposta de Eco, ao contrário, tenta explicar o modo de atuação desse leitor, sua interação com o texto. Isto implica dizer que a colaboração interpretativa é parte do texto, mas este não está completo se não se levar em consideração o modo como se interpreta.

A aposta de Eco em um leitor modelo em vez de um empírico, cujas idiosincrasias interpretativas e existência concreta precisam apenas ser postuladas, acaba por revelar um procedimento metodológico que recupera, via tecido cosido culturalmente, as ações cognitivas desse mesmo leitor empírico ofuscado pelo texto. Antonini atenta para o fato de que:

Para construirmos estratégias de leitura cuja utilização nos leve a ler o mundo como um grande texto, estamos, *a priori*, entendendo que há um sujeito que infere os fatos, os acontecimentos e cria abduções sobre estes mesmos acontecimentos, reconstituindo de forma experimental o processo de construção do sentido (ANTONINI, 2003, p.01).

Neste sentido, Antonini (2002; 2003) lança uma crítica à noção de leitor-modelo de Eco, na qual o leitor desdobra-se na figura de um sujeito cognitivo, que conhece o mundo como um universo de sentido. Isso porque, no caso específico do leitor-modelo, o trabalho cooperativo exaustivo pode transformá-lo em um leitor ingênuo, cuja obediência textual, determinada unicamente por uma competência interpretativa estreita, linear e mínima, o privaria da percepção de novas interpretações. Segundo a autora, a idéia de cooperação, ainda que imbricada na estratégia textual, submete-se à existência do leitor a um sujeito real, coadjuvante da interpretação, da atualização do sentido.

As considerações de Antonini (2002) são pertinentes. Contudo, suas críticas não são aprofundadas, pois não explicam como esse leitor real pode se revelar na interpretação sem estar implicado ao texto. Não é nosso interesse defender o estatuto ontológico do leitor, como faz a autora. Queremos, aqui, simplesmente acentuar a sua imanência no processo e a possibilidade de pô-lo em relevo na metaforização, através da figura do *observador*. Mas, como isso é possível, se afirmamos anteriormente que só podemos analisá-lo sob a óptica do leitor-modelo, de uma estratégia do próprio mecanismo textual?

Em determinados textos metafóricos, o conceito de leitor-modelo pode redimensionar-se para a figura do *observador* – instância semiótica ou estratégia textual/discursiva criada pelo autor-modelo, capaz de simular o deslocamento do leitor para um lugar ou posição de onde pode perceber determinados modos de apresentação ou perspectivas do objeto visado (cf. BERTRAND, 2003).

Diríamos se tratar da manifestação de um leitor perceptivo no texto, apto a determinar o modo de apreensão do objeto focado na estrutura textual – muito embora isso não implique sua presença real ou concreta na interpretação.

Apesar de o texto simular o deslocamento do observador para que este exerça sua atividade perceptiva, Bertrand (2003) adverte que seu aparecimento depende da discursivização textual. Ou seja, pode tanto ser induzido pela disposição dos objetos

no texto quanto explicitado por meio de predicados da percepção (submergir, ver, envolver com o olhar, explorar, examinar etc.).

Necessariamente percebido de maneira parcial e incompleta, o objeto visado determina, com efeito, o modo de sua apreensão: o que ele mostra, o que ele dissimula, o que dá a entender, etc. E o desafio do ponto de vista assenta então sobre as estratégias de apreensão do objeto que podem ora visá-lo em sua totalidade, de maneira englobante ou cumulativa, ora visá-lo em suas particularidades, isolando detalhes ou selecionando, entre esses, os aspectos mais representativos de uma totalidade inacessível por outros meios. Centradas no objeto focalizado, essas estratégias determinam as condições de apreensão (BERTRAND, 2003, p.116).

O observador é, antes de tudo, um simulacro criado pelo próprio texto para enriquecer sua interpretação. Ou seja, é um ponto de vista que abarca tanto o modo de presença do enunciador ou autor-modelo quanto a maneira pela qual ele dispõe, organiza e orienta seus conteúdos na superfície textual.

Em relação à metaforização, entende-se, agora, sua importância, pois, “a partir do momento em que há discurso e representação, há sempre um observador que comanda sua disposição” (BERTRAND 2003, p. 125). Assim, o leitor-modelo pode ser concebido como uma atividade perceptiva dentro do texto, capaz de perspectivar distintos modos de apreensão dos objetos textuais, mas nunca apresentar-se como entidade concreta, real.

Vejamos como isso acontece na nota jornalística abaixo:

Exemplo 10:

Aquário

Lembram-se do **procurador** [grifo nosso] Luiz Francisco de Souza, aquele que vivia processando o governo Fernando Henrique Cardoso? Agora ele está quietinho e longe dos holofotes. Desde que voltou de Portugal, onde foi fazer uma especialização, **submergiu** [grifo nosso] e não se ouviu falar mais dele (ÉPOCA, 23/05/2005).

No exemplo acima, ocorre o fenômeno da metaforização em que o leitor obriga-se a coerentizar um texto que não diz respeito a um peixe em um aquário. Há, com efeito, uma relação metafórica atípica, na qual *procurador* assemelha-se a um *peixe* em um aquário, no entanto, a princípio, não sabemos sob que aspecto, vez que essa relação não se evidencia na superfície textual.

A figura do aquário instaura um domínio conceitual³⁰ recuperado somente quando, na leitura, surge o verbo *submergiu*. Ou seja, ao admitir o termo *procurador* como antecedente, sujeito do verbo, a relação anafórica explícita a metáfora *o procurador é um peixe no aquário*, pois, embora seja possível um ser humano submergir na água, somente os peixes o fazem em um aquário.

Diante desse fato, uma interpretação possível seria “ver” o *procurador* como um ser isolado, sozinho, da mesma forma que um *peixe* em um aquário, ao serem selecionadas as propriedades semânticas *isolamento* ou *solidão*, afins aos dois termos. Isto corroboraria a hipótese de que a relação de semelhança ocorreria, na verdade, entre duas expressões linguísticas apenas: *aquário* e *procurador*, como apregoam as teorias clássicas. Dessa maneira, o verbo *submergiu* seria somente uma espécie de termo metonímico de *aquário* ancorado no texto, pois, caso levássemos em conta propriedades semânticas do verbo como “sumir do campo de visão” e “afundar”, concluiríamos que, quando se olha um aquário, o peixe ainda continua no campo visual do observador, embora submerso. Isto resultaria na busca por outra metáfora.

Entretanto, se considerarmos o texto como uma rede de significações, na qual qualquer expressão linguística é passível de estabelecer uma relação metafórica com outra, veremos que o verbo *submergiu* metaforiza-se durante a leitura: ao mesmo tempo em que realça a propriedade semântica *isolamento* ou *solidão* para explicitar, na superfície textual, a imagem do *procurador* tal qual um peixe preso em um aquário, poderia também revelar outras possíveis interpretações metafóricas. Mas, de que maneira seriam constituídas?

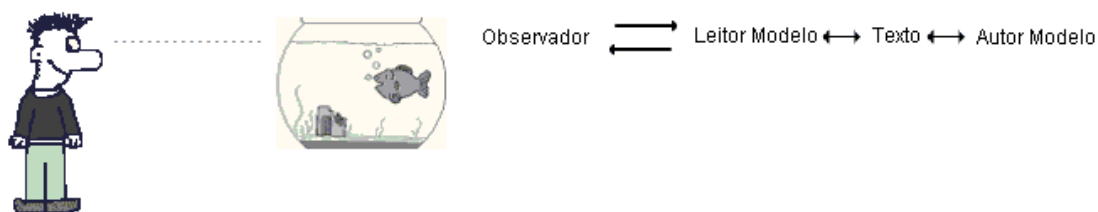
Mediante as pistas fornecidas pelo o autor-modelo, bem como guiado pelo princípio de pertinência, o leitor-modelo arrisca novas inferências ou abduções, todavia, sem a garantia de que elas surjam de pistas explícitas na superfície textual.

Nesse momento, entra em cena a figura do observador: um ponto de vista, uma posição textual/discursiva para onde o leitor deve deslocar-se, em determinadas situações textuais, a fim de elaborar o sentido metafórico a partir do modo como percebe, visualiza o evento textual.

³⁰ Visto que não nos importa uma filiação a uma determinada teoria por meio de sua terminologia, este termo pode ser usado, em nosso trabalho, como equivalendo a outros termos afins como *esquema*, *frame* ou *semema*.

A presença do verbo *submergiu* convoca o observador a assumir a posição perceptiva, de alguém que observa um aquário. Desta posição, passa a considerar seu campo de visão, sua percepção na interpretação; em outras palavras, além de observar um peixe dentro de um aquário, o observador capta a linha divisória entre a superfície e o fundo do aquário a fim de evidenciar outros efeitos de sentido metafórico do texto. Somente adotando esse posicionamento perceptivo, poderá entender que o sentido metafórico não se esgota no isolamento do *procurador*, à semelhança do *peixe* em um aquário. A figura abaixo representa de modo mais esquemático o fenômeno da perspectivização do observador nesse exemplo:

Figura 3 – Perspectiva do observador no exemplo 10



Fonte: Elaboração própria.

Da posição em que se encontra o observador, a figura do *aquário* funciona, pois, não só como metáfora do isolamento, mas também como uma pista imagética necessária para destacar que o *peixe* encontra-se submerso. Assim, o observador arrisca uma hipótese interpretativa, uma abdução, ao confrontar a pista textual *agora ele está quietinho e longe dos holofotes* com o verbo *submergiu*: seleciona os traços semânticos “afundar” e “sair do campo de visão” para estabelecer a semelhança entre o comportamento dos *peixes* e do *procurador*.

A abdução feita pelo observador, neste caso, diz respeito ao apelo à percepção, ao estabelecimento de uma semelhança icônica ou analogia sensível entre duas entidades, conforme defende Parret (1997). Neste ponto, seu conhecimento de mundo também é ativado e passa a atuar no jogo da semelhança: os peixes vivem embaixo da água, na escuridão, longe da luz (assim como o procurador encontra-se *longe dos holofotes*), fora do nosso campo visual boa parte do tempo, apenas de vez em

quando emergindo à superfície, e, quando isso acontece, logo submergem, afundam. Além disso, peixes são animais silenciosos (assim como *agora ele está quietinho*).

Diante de hipóteses interpretativas cada vez mais ousadas, permitidas pela configuração textual, as figuras do mundo natural como, por exemplo, *aquário*, *procurador* e *holofotes* recobrem-se de temas cada vez mais abstratos, a fim de refletir as visões públicas ou estereótipos culturais implícitos no texto: o isolamento da mídia, o silêncio do procurador, a ironia a respeito da perda do poder, dentre outros; todos legitimados pelo esforço inferencial, interpretativo do leitor ao decidir cooperar com o texto.

Ao notarmos, novamente, a concomitância das operações interpretativas na metaforização, vemos que o alcance da interpretação depende do modo como esses mecanismos combinam-se entre si para gerarem uma rede de sentidos metafóricos, sócio-cognitivamente construída no texto.

Entendido o modo de presença do leitor na metaforização, examinemos, agora, o conceito de abdução, tomado da semiótica peirceana, aqui concebido como um dispositivo interpretativo do texto metafórico.

4.1.3 O raciocínio abduativo

O estudo sobre a abdução faz parte da extensa obra de *Charles Sanders Peirce* no campo da semiótica. Na verdade, consiste em um resgate dos escritos de Aristóteles com o intuito de investigar as formas de silogismo lógico quanto ao seu aspecto inferencial, ou seja, em atenção às diferentes espécies de raciocínio.

O semioticista encontra na obra *Primeiros Analíticos*, de Aristóteles, três tipos fundamentais de silogismo ou modos fundamentais de inferência: a dedução (*synagoge*), a indução (*epagoge*) e a abdução (*apagoge*). Embora esses três tipos de raciocínio tenham sido estudados pelo filósofo grego, a ilegibilidade de uma única palavra neste manuscrito, bem como a sua substituição por uma palavra errada, realizada pelo primeiro editor — *Apellicon*, é apontada como um fator que alterou por completo o sentido do capítulo sobre abdução (PEIRCE, 2003).

O retorno à obra do estagirita, portanto, visa, especificamente, ampliar a noção aristotélica de *apagoge* e redescobrir o potencial do raciocínio abduativo como processo inferencial criativo, de grande contribuição para as ciências e as artes, e que por muito tempo passou despercebido ou foi subutilizado.

Peirce define a abdução como “o processo de formação de uma hipótese explicativa” (PEIRCE, 1998, p.221). Entretanto, consciente da estreiteza do silogismo na lógica aristotélica, percebeu que a abdução não consiste somente em uma hipótese capaz de orientar o raciocínio por meio dos elementos lógicos do silogismo, a saber, o caso, a regra e o resultado.

De acordo com Santaella, além de cumprir esse papel, a abdução, sob a ótica peirceana, “dá conta de todas as descobertas que introduzem, dentro da teoria científica, classes inteiramente novas de coisas”. Em outras palavras, “a lógica não se limita meramente aos sistemas fechados de pensamento, mas responde também pelas investigações humanas em aberto” (SANTAELLA, 1992, p. 91-92).

Dessa maneira, a inferência³¹ passa a ser uma função essencial da mente cognitiva e o pensamento em todos os níveis apresenta um padrão semelhante aos de três tipos de processos: hipótese, indução e dedução. A vida do pensamento, em todos os estágios e situações, é, por conseguinte, uma questão de formação e/ou exercício de certos hábitos de inferência. Com isso, Peirce lança as bases para a investigação da abdução como um tipo de raciocínio inferencial que, embora tenha uma forma lógica, é um processo vivo do pensamento, sujeito apenas parcialmente às restrições do silogismo lógico (cf. SANTAELLA, 1992; 1993).

Peirce (1998)³² afirma que existem três tipos de raciocínio: dedutivo, indutivo e abduativo. A dedução, também chamada de raciocínio necessário, consiste em um processo mental que nos permite, a partir de uma generalização dada (regra), imaginar um resultado seguro, por meio de um caso específico que seja um possível exemplo desta generalização. Caracteriza-se essencialmente por apresentar conclusões que devem ser necessariamente verdadeiras, se todas as premissas forem verdadeiras. Dos três tipos de inferência, a dedução é o mais simples e fidedigno, uma vez que, nele,

31 Peirce, segundo Santaella (1992), considera a inferência um ato voluntário que culmina na “adoção controlada de uma crença como consequência de um outro conhecimento”. É um processo causal que “cria” ou “produz” crença ou sua aceitação na mente de quem raciocina.

³² Este trabalho refere-se às suas conferências de Harvard, pronunciadas em 1903 e publicadas originalmente nos *Collected Papers*, v. 5, p. 151-212.

nunca se conclui mais do que já se sabia. Por esse motivo, carece de criatividade, não adiciona nada além do que já é do conhecimento, mas é muito útil para aplicar regras gerais a casos particulares. Podemos ilustrar o raciocínio dedutivo com o seguinte exemplo:

Todas as rosas daquele jardim são brancas.

Essas rosas são daquele jardim.

Logo, essas rosas são brancas (seguramente).

É importante salientar que o raciocínio dedutivo não trata da verdade dos fatos, mas sim de sua validade lógica; pode muito bem ocorrer de as premissas serem todas falsas, de a conclusão ser falsa e, mesmo assim, o raciocínio dedutivo ser correto. Vejamos um exemplo disso:

Todos os planetas são quadrados.

A Terra é um planeta.

Conclusão: A Terra é quadrada.

Embora a regra seja uma premissa falsa, este é um exemplo de raciocínio dedutivo correto, em termos lógicos, visto que, ao partirmos sempre de uma premissa maior para uma menor, a certeza da conclusão estará sempre assegurada pela sua inclusão na regra.

A indução, por outro lado, é mais do que a mera aplicação de uma regra geral a um caso particular. Consiste na inferência da regra a partir do caso e do resultado. Sendo assim, ela ocorre quando, a partir de certo número de casos em que algo é verdadeiro, inferimos que a mesma coisa será verdadeira do total da classe. Parte-se de uma premissa menor para uma maior.

A indução consiste em partir de uma teoria, em deduzir dela predições dos fenômenos, e em observar esses fenômenos em vista a ver *quão aproximadamente* eles estão de acordo com a teoria. A justificativa para crer que uma teoria experienciável, sujeita a um certo número de testes experimentais, será no futuro, tal como o foi no passado, sustentada por mais testes, consiste em que, prosseguindo resolutamente esse método, nós

acabaremos por, no longo prazo, descobrir como é que as coisas realmente são (PEIRCE, 1998, p.220).

O raciocínio indutivo não surge mecanicamente, é uma forma de percepção ativa, que depende da atenção do observador e está sempre sujeita a falhas, pois nos faz concluir mais do que tínhamos observado. Por isso, Eco adverte que “visto não sabermos quantas experiências se deva fazer para que uma indução se possa considerar boa, não sabemos o que seja uma indução válida” (ECO, 1989, p. 193). Um exemplo de indução:

Essas rosas são daquele jardim.

Essas rosas são brancas.

Todas as rosas daquele jardim são brancas (não necessariamente).

Pelo exposto, o raciocínio indutivo, de qualquer classe que seja não pode jamais originar idéias novas. Pode apenas confirmar ou não as hipóteses. Segundo Santaella,

Só a abdução introduz idéias novas, sendo a única forma de raciocínio propriamente sintética. Assim sendo, ela é meramente preparatória, é o primeiro passo do raciocínio científico, é o mais ineficiente, mas o único responsável pelas descobertas com que o homem explora e explica o mundo. A indução, por outro lado, é o mais eficaz dos argumentos e o passo conclusivo do raciocínio científico (SANTAELLA, 1992, p.94).

Enquanto a indução infere a existência de um fenômeno tal qual foi observado em casos similares, a abdução supõe algo diferente daquilo que foi diretamente observado, e, frequentemente, algo que nos seria impossível de observar diretamente. O primeiro momento da abdução é um momento heurístico, caracterizado por um aspecto criativo, que Peirce considera como uma habilidade natural instintiva, impossível de ser reduzida a procedimentos ou fórmulas restritivas.

Dessa forma, Peirce (1998, p. 221) defende que, se queremos aprender algo ou compreender os fenômenos, é através da abdução que o podemos fazer: “a dedução prova que algo *deve* ser; a indução mostra que algo é *atualmente* operativo; a abdução apenas *sugere* que algo *pode* ser”.

Para explicar melhor, apresentamos, abaixo, um exemplo clássico dos três tipos de raciocínio³³:

Dedução

Regra – Todos os grãos de feijão no saco são brancos

Caso – Estes grãos de feijão foram retirados deste saco

Resultado – Logo, estes grãos de feijão são brancos

Indução

Caso – Estes grãos de feijão foram retirados deste saco

Resultado – Estes grãos de feijão são brancos

Regra – Logo, Todos os grãos de feijão no saco são brancos

Abdução

Regra – Todos os grãos de feijão no saco são brancos

Resultado – Estes grãos de feijão são brancos (indício, não é conclusão)

Caso – Estes grãos de feijão foram retirados deste saco (hipótese)

Notemos que a inferência na abdução não é justificada pela interferência de um termo médio, mas pela heurística da descoberta de hipóteses, o princípio que habilita esta forma de raciocinar. É uma inferência somente provável, falível, relacionada a uma espécie de intuição: a formulação de uma hipótese a partir de um *insight*. Este, no entanto, não pode ser confundido com uma iluminação interior ou com um caminho para alcançar a verdade. O *insight* a que a abdução se refere é aquele de cunho pragmático, pois o estímulo para a criação da hipótese advém da provocação que a experiência ocasiona, ou seja, dos seus efeitos.

Assim, no silogismo abduativo, a inferência se dá da regra e do resultado para o caso. No exemplo acima, tem-se a situação na qual alguém entra numa casa e se depara com alguns grãos de feijão brancos sobre a mesa (Resultado – fato particular ou indício) e sabe que o saco desta casa contém grãos de feijão branco (Regra), razão pela qual pode inferir que aqueles grãos de feijão sobre a mesa são provenientes daquele saco (Caso). A forma da inferência, portanto, segundo Peirce (1998, p. 230), é esta:

³³ Este exemplo encontra-se detalhado em Eco (1989, p. 192-193).

Um fato surpreendente C é observado;
 Mas se A fosse verdadeiro, C seria natural.
 Portanto, há razões para suspeitar que A é verdade.

Mas, afinal, o que é uma boa abdução? O que deve ser uma hipótese explicativa a fim de merecer o estatuto de hipótese? Que condições deve preencher para ser aceitável? Peirce (1998) defende que a finalidade da abdução é apenas estabelecer uma expectativa positiva que não possa ser quebrada, porém, tal expectativa deve ser passível de verificação experimental. Por este motivo, a mera intuição ou adivinhação sobre um fenômeno não constitui uma abdução, até que seja submetida ao teste experimental. Surgem, neste momento, outros questionamentos: mas o que seria uma verificação experimental válida? Em outros termos, se a abdução é somente uma “aposta” em uma hipótese inicial a respeito de um fato ou fenômeno, sujeita ao crivo da verificação experimental, de que maneira podemos analisar esse mecanismo cognitivo, inerente ao raciocínio humano, porém tão fugaz?

Eco (2000), ciente da complexidade que envolve a aplicação da abdução numa semiótica textual, opta por diferenciar os tipos de abduções, com o intuito de definir sua aplicabilidade a um determinado fenômeno. Segundo ele, existem quatro tipos de abdução: hipercodificada, hipocodificada, criativa e meta-abdutiva.

A primeira acontece de maneira automática ou semi-automática, pois consiste em uma espécie de *lei codificada* na qual temos que realizar um mínimo de esforço abduutivo quando temos que reconhecer dado fenômeno com *token (ocorrência)* de um dado *type (tipo)*, através dos códigos semióticos conhecidos e estáveis. Eis o exemplo fornecido por Eco:

Suponhamos que eu saiba que *uomo* em italiano significa ‘macho humano adulto’ (caso perfeito de codificação linguística), e suponhamos que eu *creia* ouvir a expressão *uomo*; para que eu possa captar-lhe o significado, devo em primeiro lugar assumir que se trata da ocorrência (*token*) de uma palavra italiana (*type*) (ECO, 2000, p. 202).

Tal inferência abdutiva parece perfeitamente normal quando o contexto da comunicação é a Itália, no entanto, basta ouvirmos a mesma palavra em outro país, para constatarmos que sua identificação e interpretação não é de todo automática.

Na segunda, denominada de *hipocodificada*, uma regra é selecionada dentre as mais equiprováveis postas à nossa disposição pelo conhecimento corrente de mundo. Ou seja, temos que escolher uma hipótese entre várias, com base na crença da regularidade do mundo. De acordo com Eco (2000), recorremos à abdução hipocodificada quando temos que identificar um tema ou *topic* textual. Porém, ao optar por uma, dentre as possíveis leituras de um texto, não há garantia de que a nossa opção seja a mais correta, pois podem ocorrer interpretações conflitantes ou atualizações diferentes para um mesmo texto.

Portanto, neste tipo de abdução, não há criatividade; a hipótese, como deve ser escolhida entre outras tantas possíveis, é apenas levada em consideração, devendo apenas ser submetida à verificação. Por exemplo, para decidir que regra utilizar para associar um conteúdo à expressão “manga”, raciocinamos a partir de um contexto já conhecido, minimamente codificado, como por exemplo, escolher “manga da camisa”, “manga doce” ou, ainda, “manga rosa”.

No terceiro tipo de abdução, denominada *criativa*, reinventamos uma lei deste mundo, por exemplo, ao intuirmos relações inesperadas entre áreas heterogêneas; a regra de associação é criada sem se saber se ela é ou não razoável. Há apenas uma intuição sobre a sua validade. Muitas das conhecidas “deduções” de *Sherlock Holmes*, são, segundo Eco, casos de abdução criativa.

O quarto tipo recebe o nome de *metabdução*. Consiste em uma espécie de abdução criativa na qual devemos decidir se o universo hipotetizado pela abdução é o mesmo universo da nossa experiência. Para Eco, esta última forma caracteriza a criação científica e a investigação policial.

Nas abduções hiper e hipocodificadas, esse metanível de inferência não é indispensável, visto que extraímos a lei de uma bagagem de experiência de mundos efetivos já controlados. Em outras palavras estamos autorizados pelo conhecimento do mundo comum a pensar que a lei já foi reconhecida como válida (cabendo apenas decidir se é a lei certa para explicar aqueles resultados). Nas abduções criativas não temos esse tipo de certeza. Nossa tendência é fazer previsões não só em relação à natureza do resultado (sua causa) mas também acerca da natureza da enciclopédia (de modo tal que,

caso a nova lei seja comprovada, nossa descoberta acarretará uma mudança de paradigma) (ECO, 2000, p. 203).

Autores como Santaella (1998) criticam a divisão da abdução, conforme proposta por Eco. Certamente, é difícil distinguir cada espécie de abdução no momento da interpretação, como também identificar em que momento passam a atuar conjuntamente. Por outro lado, entendemos o ponto de vista de Eco: é uma tentativa de tirar a abdução do campo do sensível, da percepção pura e de colocá-la na esfera do inteligível, pois só assim é possível atribuir-lhe o papel de dispositivo de interpretação, seu caráter inferencial dentro do texto. Ou seja, entendemos que, para o semiótico, é preciso “pensar” a abdução e não apenas senti-la.

Adotar esse posicionamento não significa, para nós, ignorar o caráter intuitivo, perceptual da abdução, mas destacar também, ao lado do plano sensível, o seu funcionamento no plano inteligível. O apelo à sensibilidade e à percepção, na interpretação de metáforas, por meio da abdução, pode ser visto, por exemplo, em um interessante ensaio intitulado *Compreensão abdutiva*, de Parret (1997). Nele, o autor defende que a compreensão procede em duas etapas: primeiramente, ocorre um movimento *indicial*, responsável por forçar a formulação de hipóteses e sua testagem, e, logo em seguida, ocorre um movimento *icônico*³⁴, no qual se dá a apreensão da relação de semelhança dentro da configuração textual.

No momento indicial da interpretação, o leitor é convidado a realizar um passeio inferencial, pois as expressões linguísticas apresentam-se a ele como opacas, enigmáticas e não-evidentes – daí serem concebidas como *figuras*. Este gesto abduativo inicial, segundo Parret (1997), consiste na individuação de figuras; é uma operação dinâmica, originada pela surpresa que sentimos diante de algo inesperado, nunca banal ou trivial, mas que exige uma explicação.

Em outro momento, chamado por Parret de *icônico*, o leitor deverá ultrapassar a fase exploratória da figura para tentar integrá-la na configuração textual. Parret (1997) observa que o texto é um dispositivo de *analogias*. Para haver analogia é preciso haver semelhança sensível entre as entidades. Assim, o autor propõe a existência de uma analogia de natureza metafórica na qual os termos mantêm esse tipo de relação:

³⁴ Peirce, citado por Parret (1997, p.100), chama de ícone “um signo que está no lugar de algo meramente porque se assemelha a esse algo. Os ícones substituem tão bem seus objetos que são dificilmente distinguíveis deles...”.

“o ato de metaforização baseia-se no *insight* de uma analogia entre dois sensíveis” (p.97).

A compreensão da figura pressuporia, portanto, uma sensibilidade direcionada para a semelhança, de caráter icônico:

A compreensão abdutiva é a apreensão da semelhança sensível de figuras numa configuração. Se as figuras, como consequência, conseguem integrar-se numa configuração (discursiva, por exemplo), elas se ecoam umas às outras como ícones (PARRET, 1997, p. 98).

O funcionamento abduutivo explica-se pela suspensão de um “hábito” ou de uma “crença”, destaca Parret (1997). Ou seja, pela surpresa de uma quebra de expectativa, na qual o sujeito da interpretação é compelido a estabilizar um novo hábito, dessa vez, de expectativa positiva, que não será contrariado.

Embora aprofunde o conceito, Eco parece apoiar esse momento inaugural da abdução quando diz que “com frequência, diante do fenômeno desconhecido, reagimos por aproximação, procuramos aquele recorte do conteúdo, já presente na nossa enciclopédia, que bem ou mal parece prestar contas do novo fato” (ECO, 1997, p. 55). Para ilustrar essas tentativas de reconstrução ou de adequação perceptual de um objeto a um determinado contexto, em sua fase inicial, o autor apresenta como exemplo a surpresa de *Marco Pólo*, o conhecido mercador de Veneza, personagem da literatura universal, ao deparar-se, pela primeira vez, com um rinoceronte, animal que ele não conhecia:

No fundo, o reconhecimento do rinoceronte aparece como uma sequência abdutiva bem mais complexa que as canônicas: primeiro, diante do resultado curioso e inexplicável, arrisca-se que poderia constituir o caso de uma regra, isto é, que o animal seja um unicórnio; depois, com base em sucessivas experiências, procede-se a uma reformulação da regra (muda-se a lista de propriedades que caracterizam os unicórnios) (ECO, 1997, p. 57).

A abdução inicial de *Marco Pólo* tenta dar conta de um fato surpreendente – a visualização de um rinoceronte – partir de representações mentais que ele já conhecia. No entanto, o conflito entre o que a abdução hipotiza e seu conhecimento enciclopédico, do qual os rinocerontes não fazem parte, obriga-o a formular outra hipótese.

Convém lembrar que o procedimento abduutivo prescinde de sua verdade, não necessariamente precisa estar correto, pois não consiste em um meio certo e definitivo para o conhecimento. Por este motivo, o sentido metafórico do texto, muitas vezes,

somente é alcançado após várias abduções por parte do leitor, já que, nestes casos, a configuração textual desafia seu esforço inferencial, com efeitos de sentido implícitos de tal forma que outras abduções são necessárias.

Queremos demonstrar, independente de opiniões teóricas conflitantes, que a abdução é uma ação intuitiva, mas, de algum modo, orientada em direção à compreensão de um fato ou fenômeno. Ao contrário da dedução e da indução, a atividade abductiva, fabrica o sentido. Enquanto naquelas o indivíduo e a sociedade apenas acionam e testam seus conhecimentos e suas crenças, nesta, significam novas experiências.

Por conseguinte, na metaforização do texto, a abdução passa a ser utilizada pelo leitor como um dispositivo para interpretação de metáforas: diante de um fato surpreendente ou estranho no texto, o leitor procura normalizar sua interpretação, ou seja, tenta integrá-lo na trama textual, mediante o procedimento abductivo.

4.1.3.1 Abdução e metaforização

Detalharemos, nesta subseção, o modo como a abdução atua na metaforização. Embora seja um mecanismo interpretativo no qual um leitor-observador conjectura, intui, por meio de hipóteses, a abdução não deve ser confundida com estratégias de leitura do tipo previsões e antecipações sobre o autor, o gênero ou a trama textual, realizadas antes do início da leitura, do contato com a superfície do texto.

Temos ciência de que fatores como a familiaridade com determinado gênero textual, o propósito comunicativo do texto ou, ainda o estilo do autor, podem induzir ou facilitar a interpretação de uma metáfora. Tais estratégias são, de fato, importantes para um reconhecimento geral do texto e alguém poderia argumentar que constituem pressupostos para qualquer atitude interpretativa de um texto. No entanto, são conjecturas muito pessoais, passionais, oriundas de um leitor empírico, concreto, de modo que não há garantia de que foram formuladas com a cumplicidade das formas linguísticas do texto.

Em nosso trabalho, por outro lado, a abdução é uma estratégia interpretativa de um leitor-observador, cognitivamente situado, em consonância com a estrutura

textual e o conhecimento cultural manifestado no decorrer da leitura. Vista dessa forma, passa a ser parcialmente tributária da configuração textual, que, de imediato, restringe ou minimiza hipóteses absurdas, incoerentes e inválidas para a interpretação do texto. Em outros termos: abduzir ou hipotetizar implica uma competência mínima para cooperar com o texto.

Nesta altura, lembremos das duas perguntas formuladas anteriormente: o que seria uma verificação experimental válida, em termos de abdução? Como podemos analisar esse mecanismo cognitivo, inerente ao raciocínio humano, porém tão fugaz? A nossa resposta é que mesmo podendo manifestar-se na esfera cognitiva, a abdução, como elemento da metaforização, deve ser legitimada, verificada, de algum modo, na própria superfície do texto. O jogo interpretativo leva ao reconhecimento de que cada forma pode agregar uma produção de sentido, que somente poderá ser revelada, ao leitor, no momento em que este se debruça em sua análise. É assim que a abdução restringe a semiose ilimitada ou a “superinterpretação” na metaforização, bem como deixa de ser confundida com uma mera predição, à revelia do leitor, do texto e do próprio contexto cultural.

Explicitemos a partir do texto abaixo:

Exemplo 11:

Sininho

A Associação Peter Pan, que cuida de crianças com câncer, mantém quiosque no Shopping Iguatemi até amanhã para divulgar ações e vender produtos promocionais. Missão: obter verba para construir o Centro Pediátrico do Câncer, unidade onco-hematológica para crianças e adolescentes anexa ao Hospital Albert Sabin (Jornal Diário do Nordeste, 19/01/05).

No exemplo 11, o leitor realiza uma abdução logo na leitura do título³⁵. Neste caso, a abdução é muito imprecisa, falível, pois o leitor pode ativar domínios conceituais diversos para interpretar o título, guiando-se somente pelo seu conhecimento enciclopédico. Mas, de qualquer modo, vê-se obrigado a optar por, no

35 Na compreensão de Menegassi (2000), o título cumpre uma função estratégica na articulação textual: procura ser uma síntese precisa do texto, sugerindo-lhe o sentido, desperta o interesse do leitor para o tema, estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, e contribui para a orientação da conclusão a que o leitor deverá chegar. Desse modo, o título é parte do texto. No entanto, quando o leitor se depara com ele, toma-o, em sua análise inicial, como um lexema isolado, pois na primeira visada o texto ainda não foi lido. Esta ação, no entanto, acontece muito rapidamente, na mente do leitor.

mínimo, duas hipóteses: ou o texto relaciona-se de alguma maneira com um *sino pequeno* (por mais que a idéia pareça improvável, é uma hipótese possível) ou trata de algo relacionado à história infantil de *Peter Pan*.

Apanhado pela curiosidade e pela incerteza do significado da expressão *Sininho* dentro do texto, o leitor procederá à interpretação por abduções, à medida que for prosseguindo a leitura. Então, melhor dizer que uma abdução, antes de ser “despedaçada”, nunca fracassa totalmente, pois funciona de trampolim para outras mais ousadas. Assim, perceber o objeto textual é, de algum modo, interpretá-lo.

Nessa primeira abdução, ainda que essencialmente cognitiva, a expressão *Sininho* obriga o leitor a elaborar hipóteses em conjunção com seu conhecimento enciclopédico. Dependendo dos tipos de *esquemas* conceituais ativados em suas mentes, alguns leitores podem inferir que o texto realmente trata de sinos pequenos, que tilintam, enquanto outros entenderão que se trata da companheira e protetora de *Peter Pan*.

O importante é que a abdução não é aleatória, irrelevante, pois deverá ser comprovada na sequência textual. Por isso, ao deparar-se com a expressão *Associação Peter Pan*, no início do texto, o leitor confirma a segunda hipótese, na qual o título relaciona-se, de alguma maneira, ao menino-herói da *Terra do Nunca*.

No decorrer da leitura, entretanto, deverá realizar outras abduções. Movido por uma curiosidade abrangente, tentará encontrar o caminho interpretativo da unidade textual, a partir de inferências que lhe conduzirão a um viés de sentido coerente apenas com aquele tipo de tecido textual. Neste ponto, o esforço inferencial torna-se mais complexo. Em determinado momento, há uma quebra de expectativa no texto, uma vez que as pistas textuais não dizem respeito ao mundo possível de *Peter Pan*, e cabe ao leitor encontrar a coerência entre a expressão *Sininho* e o restante do texto.

A observação de que a *Associação Peter Pan* é uma entidade do mundo real que *cuida de crianças com câncer* e pretende *obter verba para construir o Centro Pediátrico do Câncer* gera outra abdução: a expressão *Sininho*, embora se refira à fada amiga e protetora de *Peter Pan*, encontra-se, no texto, metaforizada.

Diante dessas pistas textuais, o leitor infere que para realizar a missão de *obter verba para construir o Centro Pediátrico do Câncer*, é preciso *colaboração, ajuda*. Esta hipótese é reforçada pelo conhecimento socialmente partilhado ativado,

nesse momento, de que crianças portadoras de câncer carecem de assistência da sociedade. A partir daí, constrói-se uma metáfora em que o termo *Sininho* refere-se àquelas pessoas que poderão *ajudar a Associação Peter Pan* a construir a unidade hospitalar para crianças com câncer, da mesma forma que *Sininho* ajuda o desamparado *Peter Pan* na *Terra do Nunca*.

No entanto, a compreensão abduativa não termina aí. Diferentemente do conhecimento semântico, uniformizador e imobilizador das realidades dadas, a abdução, segundo Parret (1997, p.92) “não aplica o conhecimento, mas o descobre” e sempre procura dar conta daquilo que há na realidade de único e original. Por esse motivo, “o tanto que cada imagem se assemelha ao objeto da intuição ou difere dele não pode ser determinado conceitualmente com precisão absoluta” (p. 87).

Sendo assim, o termo *Sininho* pode ser metaforizado sem que haja apenas uma simples seleção de propriedades semânticas necessárias para se estabelecer a semelhança entre *pessoas que ajudam* e *Sininho*. Ou seja, o autor-enunciador pode ter utilizado esse título com o intuito de sugerir, para seu leitor-modelo, outra orientação argumentativa na qual se realça uma ação através da metáfora, um pedido de ajuda (ajude a associação *Peter Pan*), em vez de simplesmente referir-se, metaforicamente, às pessoas benfeitoras ou assistencialistas.

Tendo em vista ser construída durante a leitura do texto, a metáfora da qual o termo *Sininho* faz parte, não encontra, como acontece na metáfora-sentença, predicação evidente na superfície textual. Não há como dizer, antes das abduções, a que ou a quem *Sininho* se refere ou assemelha-se. Examinemos outro exemplo:

Exemplo 12:

Band-aid

O fato aconteceu domingo no jogo Ceará x Fortaleza no Castelão. Atendido por uma bala de borracha desferida por um mal preparado policial militar, o garoto de 12 anos deu entrada na enfermaria do nosso principal Estádio. Como não tinha um médico, muito menos enfermeiro, o jeito foi se virar com o secretário adjunto do Esporte e da Juventude, professor Wilson Couto que tratou logo de fazer o tão aguardado curativo. Resta saber se Couto frequentou algum curso ambulatorial. (DN 28/01/2005).

Neste texto, a metaforização pode acontecer mediante várias abduções, que permitem percursos interpretativos diferentes. Inicialmente, temos uma primeira

abdução, ainda imprecisa, em que o universo conceitual do termo *Band-aid* pode ser ativado. Supomos que essa abdução ocorra, inicialmente, na esfera cognitiva porque o termo *Band-aid*, mediada pela competência enciclopédica do leitor em convocar, de imediato, o universo semântico de *curativo*, uma vez que ainda não há informação textual suficiente para imputar-lhe outro significado. Todavia, de qualquer modo, a hipótese de que se trata do curativo precisa ser confirmada na atualização do texto, durante a leitura.

Mantida essa abdução, algumas propriedades semânticas de *Band-aid* são magnificadas³⁶ (*curativo, frágil, provisório, pouca aderência, útil para ferimentos leves*, dentre outras), enquanto outras devem permanecer virtualizadas até serem verificadas no curso da leitura.

A pista textual *atingido por uma bala de borracha* relaciona o título ao curativo, pois balas de borracha não causam, na maioria das vezes, ferimentos graves, daí o *Band-aid* poder ser usado nesses casos. Nosso conhecimento socialmente compartilhado também é ativado, mediante a pista textual *garoto de 12 anos deu entrada na enfermaria*, para confirmar a abdução, pois faz parte do senso comum, da cultura popular, o fato de que o curativo *Band-aid* é bastante usado em crianças com ferimentos leves.

Nada de surpreendente até aqui. Um leitor ingênuo bem que poderia desistir de outras abduções e ler o texto mantendo a isotopia³⁷ de que se refere a um socorro a um acidente simples, uma vez que *enfermaria* é, com efeito, um lugar onde se realizam procedimentos de primeiros-socorros, bem como parece ser o lugar para se levar uma criança atingida por uma bala de borracha. Ademais, não há nada de anormal em convocar *o secretário adjunto do Esporte e da Juventude* para fazer, em uma enfermaria, um curativo supostamente sem gravidade, diante da ausência de médicos ou enfermeiros.

No entanto, o leitor poderia atentar para o fato de que, afora o título, em nenhum momento o texto afirma, claramente, ter sido um *band-aid* o curativo utilizado, pois a pista textual diz apenas ser *o tão aguardado curativo*. Além disso, de acordo com o nosso conhecimento de mundo, *band-aids* são curativos simples, de uso

³⁶ A respeito da magnificação e narcotização de propriedades semânticas, confira próxima seção.

³⁷ Detalharemos o conceito de isotopia mais adiante. Por ora, é suficiente considerá-la como sinônimo de coerência textual.

doméstico, para ferimentos muito leves, como cortes superficiais, o que causa estranheza a sua utilização em um ferimento a bala de borracha em uma criança, levada a uma enfermaria.

Em decorrência disso, após a leitura do trecho *como não tinha um médico, muito menos enfermeiro, o jeito foi se virar com o secretário adjunto do Esporte e da Juventude*, o leitor realiza outra abdução: supõe que a competência do Secretário adjunto para realizar o procedimento de primeiros-socorros foi posta em dúvida, por conta da expressão *o jeito foi se virar*, que conota certa desconfiança ou insatisfação diante do procedimento realizado pelo secretário. Mais adiante, confirma essa hipótese, ao confrontar-se com a pista textual *Resta saber se Couto frequentou algum curso ambulatorial*.

Nesse momento, há uma ruptura da isotopia textual, o leitor percebe a metaforização do termo *band-aid*, e, por isso, deve buscar outra isotopia, de modo a construir uma metáfora cuja interpretação ultrapasse a simples descrição de um procedimento de primeiros-socorros. Para obter êxito, deve, por conseguinte, selecionar propriedades que estabeleçam relações de semelhança entre o título *band-aid* e as formas linguísticas textuais.

De início, devemos observar não se tratar de uma simples seleção de traços semânticos entre dois itens lexicais, já que a escolha da pista textual a ser assemelhada com *band-aid* não consiste em uma “palavra” ou uma “sentença” isolada da trama textual. A escolha é efetuada *ad hoc*, à custa de um contexto discursivo, perspectivado, durante a leitura, por um leitor em conformidade com seu conhecimento socialmente partilhado e com sua competência em realizar abduções quando se depara com uma configuração textual.

Faz-se necessário, portanto, apreender as propriedades conceituais, não de formas linguísticas convencionais, mas sim de objetos do discurso materializados no texto, como veremos na próxima seção. Dessa maneira, não podemos pensar à luz das teorias tradicionais, em termos de teor e veículo, ou foco e quadro, da forma como defendem, respectivamente, Richards (1936) e Black (1962). O motivo é simples: no texto analisado, não há como construir e interpretar a metáfora a partir de um universo semântico pré-estabelecido. Ou seja, a propriedade semântica necessária para evidenciar a metáfora não se encontra no dicionário, mas deve ser recuperada no discurso, na interseção entre leitor, texto e cultura.

Então, ao serem confrontadas com as pistas textuais, por meio das abduções, as propriedades semânticas do termo *band-aid*, tais como *tipo de curativo, frágil, provisório, pouca aderência e útil para ferimentos leves*, são enriquecidas pelo contexto discursivo – *usado sempre em situações simples, que não envolvem risco para a vítima, e, por isso, poderiam ser dispensáveis; possui pouca proteção, perde rapidamente a aderência com a pele e não são eficazes para proteger o ferimento* –, passando a revelar sentidos metafóricos diferentes daqueles já codificados pelo texto.

Ao veicular suas crenças e valores socioculturais nas formas linguístico-textuais, o leitor (re)significa o texto com o intuito de estabelecer a semelhança entre *band-aid* e *secretário adjunto*. Disto resulta uma metáfora ao mesmo tempo irônica, em que o *secretário* passa a ser visto como um *band-aid*, ou pela sua incompetência para realizar o procedimento ou porque o procedimento era totalmente desnecessário. A escolha de cada uma das interpretações é determinada pelo esforço abduutivo de cada leitor em apostar em alguma *figura* presente no texto, capaz de suscitar esses sentidos metafóricos.

Portanto, em comum acordo com os pressupostos dos estudos sobre Referenciação, expomos o caráter discursivo da metaforização: não há semelhança entre itens lexicais, mas entre objetos do discurso, entidades discursivas. A indeterminação do significado das formas linguísticas funciona como veículo da circulação de informações socialmente partilhadas, que, sob a análise do leitor, revela múltiplos efeitos de sentido metafóricos, além dos limites de uma relação de semelhança fundada em uma semântica de designadores rígidos.

Dessa maneira, havendo essa instabilidade entre as palavras e as coisas, uma cena textual pode ser vista sob diferentes perspectivas, uma vez que as categorias linguísticas são enquadradas em um contexto discursivo, gerando diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos. Ademais, o sistema cognitivo humano adapta-se à construção de categorias *ad hoc*, dependentes muito mais de pontos de vista resultantes da atuação do sujeito sobre o mundo do que das restrições impostas pela materialidade do mundo (cf. MONDADA & DUBOIS, 2003).

Quando há abdução, assinala Parret (1997), não existe nenhum sentido pré-estabelecido, mas somente um dispositivo interpretativo. Além disso, não há sistema a ser decodificado, mas somente uma rede de caminhos que possibilitam possíveis semelhanças, homologias e traduções. A vontade de compreender o texto metafórico,

segundo ele, ainda que tente ser ingênua e pura diante do objeto visado, é sempre trabalhada pelos desejos e crenças do intérprete, já que

O sentido da sequência discursiva, do fato social, do evento histórico, do produto cultural é inseparável dos procedimentos para sua compreensão ou, mais geralmente, da transposição semântica que se realiza em todo ato de interpretação (PARRET, 1997, p. 13).

A abdução, portanto, constitui um dispositivo interpretativo indispensável à metaforização, uma vez que não só confirma o papel do leitor-modelo como componente do quebra-cabeça textual, como também enriquece o significado metafórico com intuições ousadas engendradas pela configuração textual.

Conforme pudemos observar no decorrer desta seção, a abdução não se dissocia dos outros mecanismos interpretativos no momento da interpretação. Por isso, abduzir já é interpretar, dar início a metaforização textual, juntamente com as outras estratégias de interpretação.

A seguir, examinaremos como ocorre a seleção de propriedades semântico-conceituais e a sua relação íntima com a construção de isotopias durante a metaforização.

4.1.4 A seleção de propriedades semântico-conceituais na metaforização

Pelos exemplos analisados nas seções precedentes, constatamos a maneira como propriedades semânticas são selecionadas e enriquecidas durante a metaforização. Verificamos que a seleção de propriedades acontece durante todo o processo interpretativo, uma vez que se integra às outras operações interpretativas a fim de definir os sentidos metafóricos veiculados pelos objetos textuais.

Faremos, agora, algumas considerações teóricas a respeito dessa operação de seleção com o intuito de sistematizá-la como mecanismo interpretativo. Frisamos, mais uma vez, que, quando falamos em propriedades semânticas, na metaforização, não nos referimos àquelas discretas, necessárias e delimitadoras dos conceitos, aplicadas à semântica lexical, mas às propriedades que atestam a instabilidade conceitual própria

das práticas discursivas. Releva, para nós, portanto, analisar a emergência e o modo de organização dessas propriedades a partir da atualização da configuração textual.

Isso significa apoiar parcialmente o ponto de vista de Eco (2004) de que é possível obter uma análise semântica de termos isolados como um sistema de instruções orientadas para o texto, desde que passemos de uma análise em forma de dicionário para uma análise em forma de enciclopédia.

Não há espaço, aqui, para expormos, em detalhes, a distinção, tão cara à semiótica de Eco (1991), entre *dicionário* e *enciclopédia*. Devemos, porém, comentar as diferenças centrais entre as duas definições, como forma de demonstrarmos sobre qual universo semântico a metaforização se manifesta.

Uma interpretação semântica em termos de dicionário concerne, em linhas gerais, à forma intralinguística do significado, ou seja, remete aos sentidos do léxico, àqueles registrados em dicionário, que funcionam como base única da semântica. Na medida em que, o sentido dicionarial já está codificado, a análise limita-se a gerar significados relacionados hierarquicamente em uma *árvore de Porfírio*. Em termos linguísticos, uma semântica dicionarial formata um sistema conceitual codificado, cujo funcionamento permite explicar fenômenos semânticos a partir das relações hierárquicas entre seus elementos. São exemplos: a sinonímia, a paráfrase, a antonímia, a hiponímia e hiperonímia, como também as anomalias semânticas e as ambiguidades provocadas por homonímia. (cf. ECO, 1991).

A interpretação em termos de enciclopédia, por outro lado, ultrapassa os limites do dicionário, uma vez que mobiliza o conhecimento extralinguístico, o conhecimento adquirido a partir do uso de determinadas expressões ou enunciados em determinados contextos e circunstâncias culturalmente partilhadas.

A enciclopédia, segundo Eco, seria o conjunto de “todas as interpretações, concebíveis como a biblioteca das bibliotecas, onde uma biblioteca é também um arquivo de toda a informação não verbal de algum modo registrada, das pinturas rupestres às cinematecas” (ECO, 1991, p.113). Contudo, visto ser um postulado semiótico, não é passível de ser descrita na sua totalidade, já que as possibilidades interpretativas são infinitas, às vezes contraditórias e implicam continuamente novas segmentações no *continuum* da realidade.

Melhor pensar a enciclopédia como uma “hipótese reguladora”, uma espécie de competência global constituída de diversas enciclopédias parciais que são ativadas, à medida que transcorre o processo interpretativo. Na condição de conjunto não ordenado de marcas, é passível de ser ordenado parcialmente, sob forma de dicionário, toda vez que queremos circunscrever a área de consenso dentro da qual um discurso se move.

[...] Qualquer intérprete que deva interpretar um texto não é obrigado a conhecer toda a enciclopédia, mas apenas a porção da enciclopédia necessária para a compreensão desse texto. Uma semiótica textual estuda também as regras com base nas quais o intérprete de um texto, com base em ‘sinais’ contidos nesse texto (e talvez com base num conhecimento precedente), decide qual é o formato da competência enciclopédica necessária para enfrentar esse texto (ECO, 1991, p.114).

Dito isto, depreendemos que a enciclopédia não pode ser acessada em forma de *árvore de Porfírio*, embora estruturas semânticas arbóreas possam ser usadas para caracterizar porções parciais dela, contanto que entendidas precisamente como modos de descrição provisória.

Eco (1991) afirma que o modelo mais adequado para a enciclopédia é o *rizoma*³⁸, onde não há hierarquia, pontos e posições, mas somente conexões. Pode ser composto de várias árvores, porém não estruturadas. A idéia de uma enciclopédia como rizoma é consequência direta da inconsistência de uma semântica lexical codificada e hierarquizada, incapaz de dar conta da manifestação de relações semânticas inéditas, decorrentes do próprio ato interpretativo.

Assim construímos permanentemente diversas árvores seletivas de uma maneira improvisada, *ad-hoc* modificando-as ao progredir do processo interpretativo. Certos aspectos são focalizados (*magnificados*) enquanto outros ficam, temporariamente, desativados (*narcotizados*). No modelo da semântica como enciclopédia, as propriedades semânticas não são definidos por primitivos, mas sim por *interpretantes*, ou seja, outras expressões interpretáveis a partir daquela primeira.

Ademais, Eco (1991) acredita que a competência enciclopédica fornece ao destinatário/leitor elementos suficientes para a atualização do significado lexical do

38 Conceito formulado inicialmente pelos filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari. Trata-se de uma metáfora para raiz, caule subterrâneo em que não existe nenhum centro nem centros, é como um corpo sem órgãos, onde nada está pré-definido, as ligações fazem-se através de linhas que podem interligar qualquer ponto com qualquer outro ponto, não respeitando nenhuma hierarquia.

termo com base em outras inferências co-textuais que a teoria semântica prevê, mas não pode registrá-las antecipadamente. Assim, a enciclopédia passa a incluir fenômenos até então atribuídos à pragmática.

Tendo em vista que a enciclopédia ganha em complexidade nasce mais uma dificuldade: ela perde em operacionalidade e representabilidade global. Por isso, Eco reconsidera a distinção entre os termos dicionário e enciclopédia, pois a impossibilidade de um dicionário finito não implica dizer que não se possa ou não se deva incluir porções da enciclopédia em forma de dicionário e nem que a enciclopédia não possa valer-se também, momentaneamente, do dicionário. Parece, assim, que a organização em forma de dicionário consiste na maneira como podemos representar localmente a enciclopédia.

É nessa interseção entre uma semântica dicionarial e uma enciclopédica que podemos legitimar o jogo de seleção de propriedades semânticas atuante na metaforização. Sob essa perspectiva, um lexema não pode ser tomado como um item lexical ou como uma palavra, haja vista ser, na realidade, uma organização sêmica virtual que, com raras exceções, apresenta-se como realmente é no discurso manifesto.

Greimas (1977) explica que qualquer *figura lexemática* (por exemplo, *cabeça*), embora possua um núcleo relativamente estável (o traço *extremidade*), possui certas virtualidades, certos percursos sêmicos, que permitem colocá-la em um contexto no qual se realizará parcialmente.

Grosso modo, equivale a dizer que, em uma metáfora como “ele é o *cabeça* da turma”, a propriedade *extremidade*, por estar alocada em uma configuração sêmica, incorpora tanto o valor axiológico ou figurativo de *superioridade* quanto o de *inteligência*; por isso, dependendo do contexto em que se encontra, a metáfora pode ser interpretada como “ele é o líder da turma”, ou ainda “ele é o mais inteligente da turma”.

Uma figura, assim argumenta Greimas (1977), se manifesta, em princípio, nos enunciados, mas transcende facilmente esse espaço para formar uma rede figurativa relacional com outras figuras, as quais podem se expandir por sequências inteiras e formarem configurações discursivas.

O semiótico destaca ainda que uma teoria do discurso, se não quer ser um mero apêndice de uma linguística frasal, não deveria subestimar a importância dessas

propriedades figurais, pois, distintas das formas frasais, estabelecem, parcialmente, a especificidade do discurso como forma de organização do sentido.

Tais figuras não são objetos fechados sobre si mesmos, mas que prolongam a todo instante seus percursos semêmicos, encontrando e incorporando outras figuras semelhantes e constituindo como que constelações figurativas dotadas de organização própria (GREIMAS, 1977, p. 188).

Na opinião de Eco, um conjunto de propriedades (*semema*), em uma semântica orientada para o texto, deve ser concebido como um texto virtual; do mesmo modo, um texto deveria ser concebido como uma expansão de um semema: “a história de um pescador nada mais faz senão expandir tudo o que uma enciclopédia ideal poderia dizer-nos a respeito do pescador” (ECO, 2004, p.10-11). Em outros termos, o lexema *pescador* contém, por si só, propriedades virtualizadas em uma constelação figural à espera de um contexto textual/discursivo para realizarem-se.

A vantagem de se trabalhar com propriedades de um campo figurativo, segundo Bertrand (2003), é o fato de que a significação lexical aparece apenas como uma significação superficial, isolada, visto que somente a inserção em um contexto discursivo é capaz de selecionar quais propriedades serão atualizadas no texto, dentre outras virtualmente disponíveis.

Interessante notar, nesta altura, a possibilidade de aproximação entre as idéias apresentadas nesta seção por Eco e Greimas e alguns pressupostos da Referenciação. Por exemplo, considerar o texto como a “expansão de um semema” e admitir uma “enciclopédia” mental em que os termos não se encontram em relação de dependência semântica, mas se constituem como uma rede de interpretantes culturais que promovem a atualização do sentido textual, como faz Eco, bem como argumentar que as *figuras lexemáticas* “prolongam a todo instante seus percursos semêmicos, encontrando e incorporando outras figuras semelhantes e constituindo como que constelações figurativas dotadas de organização própria”, como afirma Greimas, implica, no nosso modo de entender, ultrapassar os limites da semântica lexical e admitir a discursivização das formas linguísticas.

Ora, mas é precisamente isso que propõe a Referenciação: apontar explicitamente para a não-correspondência entre as palavras e as coisas por meio de objetos de discurso capazes de ultrapassar as restrições e explorar e as potencialidades

das formas linguísticas, com o intuito de desenhar uma representação cognitiva socialmente partilhada da realidade. Por isso, propomos a convergência de idéias dos estudos sobre cognição, semiótica discursiva e referenciação na explicação da metaforização textual.

Em relação à metáfora, significa postularmos casos em que não podemos atribuir a ela propriedades semânticas já codificadas dentro do texto, pois o sentido metafórico passa a ser negociado não por um sujeito cognitivo isolado, idealizado completamente pelo texto, mas por sujeito sociocognitivamente situado, que impõe às formas linguísticas certa instabilidade conceitual, bem como interpreta o texto em conformidade com as práticas socioculturais vigentes em sua comunidade.

Tenhamos presente agora como ocorre a seleção de propriedades semântico-conceituais na metaforização a partir do seguinte exemplo: suponhamos que o Governo Federal lançasse, no período de Carnaval, uma campanha de uso da camisinha no combate à AIDS, na qual uma das peças publicitárias fosse composta somente pelo texto:

Exemplo 13:

No Carnaval, sintá-se seguro. Plastifique seus documentos. Campanha Nacional de Combate à AIDS.³⁹

O anúncio publicitário acima poderia ser lido como um texto injuntivo que orienta o folião sobre a necessidade de proteger seus documentos pessoais nos dias de Carnaval, diante da possibilidade de molhá-los, sujá-los ou amassá-los durante a folia. Todavia, ao confrontar-se com a expressão *Campanha Nacional de Combate à AIDS*, o leitor percebe a quebra de expectativa, da coerência semântica do texto. Diante do estranhamento de uma campanha publicitária para a plastificação de documentos durante o carnaval, redimensiona, à custa do princípio de cooperação e de suas abduções, a interpretação, com o intuito de alcançar o sentido metafórico, no qual a expressão *seus documentos* refere-se ao *órgão sexual masculino*.

Embora alguém possa supor que essa interpretação é óbvia, pelo fato de *documentos* ser uma metáfora popular, socialmente partilhada, entre pessoas de gerações passadas, usada para significar órgãos sexuais masculino, a seleção de propriedades, por meio do mecanismo de *magnificação* e *narcotização* de que

³⁹ Embora não lembremos o período exato quando foi veiculado nos meios de comunicação e nem como era seu conteúdo preciso, este é um anúncio real.

falaremos a seguir, possibilita desfazer a ambiguidade de sentido do anúncio para aqueles leitores que não conhecem a metáfora.

Dessa forma, podemos postular a metaforização de *seus documentos* em *pênis*, da seguinte maneira: uma abdução do leitor magnifica algumas propriedades pertencentes ao domínio conceitual do objeto textual *seus documentos* como, por exemplo, *objetos plastificados, individualizados, que se guardam dentro da roupa e de uso pessoal*, enquanto outras permanecem *narcotizadas*, tais como *registro escrito e instrumento de prova ou testemunho*, à espera de atualização ou não, de acordo com o esforço inferencial do leitor. Entretanto, o efeito metafórico somente é alcançado quando o leitor recupera – a partir do confronto das propriedades magnificadas de *seus documentos* com as pistas textuais *sinta-se seguro* e *Campanha Nacional de Combate à AIDS* – o objeto de discurso *camisinha*, que não se encontra materializado no texto, mas que foi metaforizado, ao ser convocado pelas pistas textuais, pelo fato de possuir propriedades semelhantes àsquelas magnificadas em *seus documentos*.

Como podemos observar, para que haja êxito em tal propósito, faz-se necessária, no momento em que o texto é atualizado, a convocação de uma constelação figural, cujas propriedades semânticas não são previamente selecionadas. Vistas como pertencentes a uma rede relacional de sentido, as propriedades passam a ser contextuais, ou seja, dependendo das abduções realizadas durante a leitura do texto, teremos diferentes modos de seleção.

Assim, para que a expressão *seus documentos* signifique metaforicamente *pênis*, o jogo de semelhança deve fundar-se não somente sobre a propriedade *objeto plastificado*, que tem afinidade com *camisinha* e com *documentos*. É preciso selecionar outras propriedades – como *proteção, que se guarda dentro da roupa ou de uso pessoal* – que se encontram virtualmente disponíveis no campo figurativo criado pelo contexto discursivo, isto é, tanto pela interseção dos dois termos quanto pelas pistas textuais (*sinta-se seguro* e *Campanha Nacional de Combate à AIDS*) culturalmente enriquecidas no momento da interpretação.

Pelo fato de lidarmos com objetos de discurso na metaforização, e não com itens lexicais, a figura – aquela expressão que sensibiliza o leitor para construir o sentido metafórico – deve ser tomada como pertencente a uma configuração de sentido, na qual não há, a princípio, nenhuma estruturação sistemática das relações que estabelecem entre si e cujo valor individual deve ser explicado a partir dessa mesma

constelação figural. No entendimento de Parret, isso permitiria “a integração das figuras em todas as direções possíveis e funcionaria como um dispositivo fundamentalmente instável e flexível, apropriado para a expansão criativa” (PARRET, 1997, p. 95). Sob esse ponto de vista, a compreensão nada mais é do que o procedimento de saturação de uma constelação de propriedades significantes, iniciado com a escolha de uma figura.

Ademais, não basta postularmos, na metaforização, um conjunto de propriedades semânticas, é preciso explicar como o leitor as seleciona, pois quando percebe a figura, não há como saber, de imediato, quais propriedades ou semas deverá atualizar para extrair o sentido metafórico do texto.

Com efeito, se cada propriedade implícita de um semema tivesse que estar presente na interpretação do texto, o leitor teria que ter em mente todo o mapa semântico de sua enciclopédia, justifica Eco (2004). Felizmente, acrescenta o semioticista, não é assim que as coisas acontecem:

As propriedades do semema permanecem virtuais, isto é, permanecem registradas pela enciclopédia do leitor, o qual simplesmente se dispõe a atualizá-las à medida que o curso textual lho requeira. Em outras palavras: daquilo que permanece semanticamente incluso ou implícito, o leitor só explicitará o que lhe serve. Em fazendo isto, ele *magnifica* algumas propriedades, ao passo que mantém as outras sob *narcore* (ECO, 2004, p. 69).

Dessa forma, o leitor, no decorrer da metaforização, seleciona propriedades semânticas por meio de duas operações básicas: a *magnificação* e a *narcotização*. A depender do conhecimento sociocultural mobilizado durante a interpretação, bem como do esforço inferencial necessário para cooperar com o texto, o leitor convoca determinadas propriedades, enquanto outras permanecem “adormecidas”. Lembramos que uma propriedade *narcotizada* não é uma propriedade que deve ser eliminada. Conforme afirma Greimas:

Todo discurso, no momento em que coloca sua própria isotopia semântica, não passa de uma exploração muito parcial das virtualidades consideráveis que lhe oferece o tesouro lexemático; se segue seu curso, ele o faz deixando espalhadas as figuras do mundo que rejeitou, mas que continuam a viver sua existência virtual, prestes a ressuscitar ao menor esforço de memorização (GREIMAS, 1977, p. 188).

As operações de magnificação e a narcotização de propriedades semânticas apresentam-se, portanto, como um mecanismo capaz de gerar a multiplicidade de efeitos de sentido alcançados pelo leitor na metaforização. Pelo fato de permanecerem virtualizadas em torno de um campo figural, as propriedades não dependem dos limites castradores de uma semântica de designadores rígidos, apoiada em traços discretos e suficientes para gerar os significados dos objetos textuais. Por isso, podem ser enriquecidas à medida que o leitor, para atualizar o texto, convoca uma determinada propriedade, mobiliza seu conhecimento socialmente partilhado e faz suas abduções. Basta-nos lembrar o enriquecimento de propriedades ocorrido no exemplo do texto sobre *band-aid*⁴⁰, em que estereótipos socioculturais impregnam as formas linguísticas, fazendo com que haja uma (re)configuração de suas propriedades conceituais.

Passemos, a seguir, à discussão sobre isotopia.

4.1.5 A isotopia

Esta seção examina a isotopia: estratégia textual fundamental à metaforização porque possibilita a leitura uniforme e coerente do texto metafórico, diante da possibilidade de ocorrência simultânea de dois planos de significação durante a interpretação. Tomemos como ilustração o exemplo de uma anedota:

Exemplo 14:

O senhor Silva atende ao telefone:

- Loja de calçados “Pé Feliz”!

- Desculpe-me, senhor, *número errado* – ouve-se do outro lado da linha.

- Não seja por isto: traga os sapatos que nós trocamos.

O exemplo mostra como o efeito de comicidade pode ser desencadeado a partir do mal-entendido ocorrido entre os interlocutores devido à presença no diálogo de duas isotopias. Enquanto o senhor Silva interpreta o sintagma *número errado*, como se referindo à isotopia de *calçados*, a pessoa do outro lado da linha, por sua vez, tencionava dizer que tinha discado o número telefônico errado. Ou seja, a expressão

⁴⁰ Confira seção 4.1.3.1.

número errado instala a coexistência de uma tensão entre dois planos de significação oferecidos simultaneamente à interpretação.

No que tange à metáfora, ocorre o mesmo fenômeno: a presença de uma figura na superfície textual funciona como um *conector de isotopia* porque introduz uma isotopia inicial (o campo figural do metaforizado) no campo de atração de uma segunda isotopia (o campo figural do metaforizante). Com isto, abre-se, um novo universo de sentido, a partir dessa significação inicial (cf. GRUPO μ , 1977, KLINKENBERG, 2003; e BERTRAND, 2003).

Em outras palavras, o surgimento de uma metáfora no texto relaciona dois conjuntos sêmicos, distintos em certos aspectos e semelhantes em outros. Neste momento, gera-se uma configuração de sentido que pode ser lida de dois modos, sob duas isotopias. Essa sobreposição de sentidos permite ao leitor a passagem de uma para outra, e, por conseguinte, a leitura plural do texto.

Demonstremos com o exemplo 15, um poema⁴¹ apresentado por Fiorin (2002):

Exemplo 15:

Boião de leite
Que a noite leva
Com mãos de treva
Pra não sei quem beber.
E que, embora levado
Muito devagarinho,
Vai derramando pingos brancos
Pelo caminho.

A primeira possibilidade de leitura do poema seria sobre uma isotopia “objetual” na qual a expressão *boião de leite* seria entendida como *vaso bojudo de boca larga cheio de leite*. Entretanto, o segundo verso gera uma impertinência semântica, pois *a noite* não pode carregar um *boião de leite*. Esse contexto conduz o leitor a assumir esta expressão como uma metáfora cujo significado passa a ser *lua*, devido ao fato de que há uma interseção sêmica entre os dois termos: os traços *forma redonda* e *brancura* são comuns a ambos.

⁴¹ CASSIANO RICARDO. Lua cheia. In. *Poesias completas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p. 135.

Ao instaurar a leitura sobre o plano “astronômico”, a expressão *boião de leite* funciona como um conector de isotopias, pois, agora, lemos os versos como *movimento da lua no céu à medida que a noite avança*. Mantendo-se essa isotopia, o sentido metafórico projeta-se sobre outras expressões linguísticas do poema como *derramando e pingos brancos*, que deixam de ser vistas como *pingos de leite caindo*, pertencentes à isotopia objetal e passam a significar *estrelas que vão surgindo no céu*, concernente à isotopia astronômica. Ou seja, a partir de *pingos brancos*, asseguramos a seleção de propriedades semelhantes (a forma e a cor) a *pingos de leite* ou a *estrelas*, dependendo da isotopia escolhida pelo leitor na interpretação.

A análise acima é um exemplo, diríamos, “simples”, do papel da isotopia na configuração de uma metáfora em um texto. No entanto, veremos mais adiante que determinados textos são pluri-isotópicos por natureza, e, por conta disso, favorecem o surgimento da metaforização, exigindo do leitor estratégias inferenciais mais complexas para identificar qual ou quais isotopias determinam o sentido metafórico do texto.

4.1.5.1 Definições de isotopia: da perspectiva estrutural para a discursiva

Isotopia é um termo que migrou da Física para a Semiótica. Usado, naquela, para designar propriedade de elementos que possuem o mesmo número atômico, mas cujos números de massa são distintos, nesta, foi definida, a princípio, no âmbito da semântica estrutural de A. J. Greimas (1966)⁴², como a iteração de semas ao longo de uma cadeia sintagmática.

Na semântica estrutural de Greimas, lembra Bertrand (2003), essa iteração é efetuada pelos elementos de significação e não pelas palavras, pelas figuras e não pelos signos. Haveria, assim, traços que se reiteram, repetem-se e são recorrentes ao longo do enunciado, cuja função seria assegurar a coesão semântica e a homogeneidade do discurso enunciado. O contexto mínimo necessário para o estabelecimento de uma isotopia seria, nesse caso, a ocorrência, em um sintagma, de duas figuras sêmicas.

Exemplo disso seria a frase “eu bebo água”, em que o traço semântico “liquidez” está presente tanto no verbo “bebo” quanto no substantivo “água”. Outro

⁴² Referência à edição brasileira: GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo, Cultrix & Edusp, 1976.

exemplo clássico, apresentado por Greimas (1966), são as frases “o cão late” e “o comissário late”, nas quais o verbo “latir” pode ser entendido ou não em um sentido figurado, pelo fato de possuir tanto os semas “humano” quanto os semas “animal” ou “canino”. A presença de cão ou comissário como sujeito da frase é que vai determinar qual dos traços deve ser reiterado para permitir a leitura metafórica ou não do enunciado. Na frase “o cão late”, o sujeito “cão” seleciona no verbo os traços semânticos ou o classema “animal” ou “canino”. Já na frase “o comissário late”, a presença de “comissário” como sujeito seleciona no mesmo verbo o classema “humano”, tornando o enunciado metafórico. Assim, o verbo “latir”, por restrições contextuais, permite a manifestação nos dois sintagmas de duas isotopias distintas, “animalidade” e “humanidade”.

Klinkenberg (2003) vincula este tipo de isotopia aos conceitos de redundância e economia semiótica, haja vista todo elemento de um enunciado inscrever-se no contexto criado pelos elementos que o precedem. Segundo ele, isso diminui o custo semiótico da leitura, na medida em que as informações já fornecidas servem de pano de fundo às novas, e, juntando-se às primeiras, produzem novas informações, e assim por diante. Vista sob esse prisma, a isotopia reveste-se de uma importância decisiva na manutenção da coerência semântica intratextual, pelo fato de assegurar continuidade temática e figurativa ao texto por meio de elementos semânticos repetidos de uma frase a outra.

Bertrand (2003), por outro lado, prefere acentuar o caráter restritivo da definição. Segundo ele, essa concepção é totalmente estrutural e dedutiva, uma vez que pretende explicar a totalidade do sentido por meio do desnudamento progressivo das menores unidades de significação, os semas. Ou seja, a isotopia se estabelece pouco a pouco, à medida que os semas acumulam-se, organizam-se e hierarquizam-se.

Como ilustração, o autor apresenta o clássico exemplo de Chomsky: a sentença “as idéias verdes incolores dormem furiosamente”. Lida sob a concepção estrutural de isotopia, não há como se estabelecer a coerência semântica do enunciado, pois nenhum *sema* ou *classema* promove a reiteração semântica entre os *sememas*, o que faz os termos sucessivos exibirem traços contraditórios e incompatíveis, tornando a sentença assemântica ou a-isotópica, embora perfeitamente gramatical.

Tal ponto de vista, portanto, impõe algumas limitações à aplicabilidade da isotopia em textos portadores de múltiplas dimensões de sentido, como é o caso dos textos metafóricos. Conforme assevera Bertrand:

Essa concepção tende a considerar que a significação está, de certo modo, pré-estabelecida no próprio texto, sendo por isso fechada e imutável. Ela não leva minimamente em conta as operações de construção do sentido pela atividade enunciativa do autor ou do leitor (BERTRAND, 2003, P. 188).

Convém, antes de prosseguirmos, desvincularmos o conceito de isotopia das noções de *campo lexical* e *campo semântico*. Embora sejam definições aparentemente próximas, a acepção de isotopia empregada em nosso trabalho em muito se distancia das duas outras noções, oriundas das semânticas de linha estruturalista.

De acordo com Bertrand (2003, p. 186), o *campo lexical* pode ser concebido como “o conjunto de lexemas de uma língua que podem ser agrupados por sua filiação a um mesmo universo da experiência” (por exemplo, o campo lexical de *alimentos*, *assento* etc.). Já o conceito de *campo semântico* designa “um conjunto de unidades lexicais dotadas de uma organização estrutural comum e que constituem, por conseguinte, no interior de um texto ou de uma obra, um universo de significação coerente”. Se quisermos descrever o campo semântico da palavra *luva*, por exemplo, incluiremos nele todas as possibilidades semânticas como: *luvaria*, *luveiro*, *assentar como uma luva*, *atirar a luva*, *de luva branca*, *deitar a luva*, *macio como uma luva*.

Para o autor, os dois conceitos são redutores: enquanto o campo lexical se restringe ao âmbito da lexicologia, sendo de pouca aplicabilidade na análise textual, a noção de campo semântico encerra o inconveniente de tomar como objeto de análise da significação textual a palavra, o que acarreta dificuldades para se explicar o desenvolvimento sintagmático do discurso.

É, sobretudo, por conta da necessidade de apreender essa dimensão discursiva que o conceito de isotopia sofreu diversas reformulações. Embora permaneçam baseadas no princípio da reiteração de elementos como forma de construir o sentido do texto, as definições posteriores à elaboração teórica inicial de Greimas são mais amplas, flexíveis, já que, nelas, a reiteração não se assenta somente sobre os semas ou classemas. Há também outros níveis de reestruturação do significado, como a

figurativização e tematização, nos quais podemos distinguir diferentes modos de presença da isotopia na leitura.

Na opinião de Bertrand (2003), a propriedade central da isotopia, a reiteração de traços semânticos, não deve ser abandonada, mas redefinida. Isto é, em vez de partir dos elementos (semas) para o conjunto (texto), deve partir do conjunto para os elementos. Segundo ele, é preciso colocar a isotopia no discurso sob a responsabilidade do enunciador e leitor, tornando-a a redundância de “um efeito de sentido” capaz de constituir significações durante a atividade de leitura.

Se retomarmos o exemplo chomskiano, veremos que a isotopia discursiva constrói a significação de maneira totalmente diferente. Basta o leitor formular a hipótese (abduzir) de que o semema da palavra “idéias” constitui uma metonímia de *ideologia* ou *partido*, para termos a possibilidade de uma leitura política de todo o enunciado. Em outras palavras, se considerar “idéias” como um núcleo isotopante, o leitor tentará atualizar um sema compatível com essa isotopia em cada um dos sememas subsequentes do enunciado. Como consequência, teremos a possibilidade de dotar o enunciado de coerência semântica: “as idéias verdes” (opinião dos ecologistas), “incolores” (nem de direita nem de esquerda), “dormem” (estão ocultas na sociedade, na mídia, por exemplo), “furiosamente” (a ponto de emergirem em forma de revolta).

Alguém pode argumentar que essa interpretação é descabida, incoerente, porém, segundo Bertrand, isso não faz senão confirmar a possibilidade de abertura da significação, bem como “a existência pressuposta de um espaço fiduciário subjacente à leitura, que comanda a correta ou possível interpretação dos enunciados” (BERTRAND, 2003, p. 191).

Na instância discursiva, portanto, a individuação das isotopias depende da cooperação interpretativa determinada simultaneamente pela competência abdutiva, pela enciclopédia do leitor e pela própria natureza da manifestação linear do texto.

Logo, para que o conceito de isotopia possa aplicar-se à metaforização, é preciso considerá-lo como uma propriedade do discurso, e não do enunciado, já que suas possibilidades operacionais vão além dos limites estritamente lexicais ou sentenciais. É da imbricação da isotopia nos dispositivos interpretativos já analisados anteriormente, ou seja, é no próprio processo de leitura que se revelam diferentes feixes de significação contidos potencialmente no texto.

Salientamos, entretanto, que adotar a isotopia como instrumento de análise implica acatar certa disciplina no ato da interpretação. Devemos sempre partir do princípio de que o texto é um objeto linguístico globalmente coerente e não um simples estímulo à imaginação ou criatividade do leitor. Um modo de disciplinar a aplicação dessa categoria de análise no texto metafórico é distinguir dois tipos de isotopia, analisadas a seguir: as figurativas e as temáticas.

4.1.5.2 *Figurativização e tematização: o funcionamento discursivo da isotopia*

Oriundo da estética e amplamente aplicado no universo das artes plásticas, o conceito de figuratividade “sugere espontaneamente a semelhança, a representação, a imitação do mundo pela disposição das formas numa superfície” (BERTRAND, 2003, p. 154).

Em termos semióticos, a noção se amplia e passa a designar, segundo Bertrand (2003), a propriedade que a linguagem, seja verbal ou não-verbal, possui de produzir ou restituir parcialmente significações semelhantes àsquelas produzidas pelas nossas experiências perceptivas mais concretas, permitindo, assim, localizar no discurso esse efeito de tornar sensível a realidade sensível.

Grosso modo, representa a presença de elementos concretos, do mundo natural na superfície do texto — como, por exemplo, um texto cujo *tema*, “fuga da prisão”, foi construído a partir das seguintes figuras: *muro, grade, corda, homem, noite*, dentre outras —, entretanto, em alguns casos, as figuras se apresentam também através dos mundos fictícios, criados pela imaginação humana, como *marciano e gnomos*, por exemplo.

Sendo assim, a figuratividade estabelece significação para tudo o que se liga a nossa percepção do mundo exterior (pelos cinco sentidos: visão, tato, olfato, audição e gustação) por meio do discurso (verbal ou não-verbal). Com isso, passa a ser um processo – a figurativização – que articula “propriedades sensíveis” a “propriedades discursivas”. Greimas, contudo, adverte:

A figuratividade não é mera ornamentação das coisas; é essa tela do parecer cuja virtude consiste em entreabrir, em deixar entrever, em razão de sua

imperfeição ou por culpa dela, como que uma possibilidade de além sentido. Os humores do sujeito reencontram, então, a imanência do sensível (GREIMAS 2002, p. 74).

Depreendemos da citação acima que a figurativização de um texto não implica uma remissão imediata e displicente do discurso à referência ou à representação do real. Aliás, no *Dicionário de Semiótica*⁴³ consta que o conceito de *referente*, compreendido como realidade extralinguística designada pelas expressões linguísticas de uma língua natural, não é pertinente para o quadro teórico da análise semiótica do texto. Significa dizer que o mundo natural, do “senso comum”, na medida em que é, inicialmente, condicionado pela percepção, constitui em si mesmo um universo significante, isto é, uma semiótica. Sendo assim, não podemos adotar uma visão extensional de referência, na qual as palavras apenas designam as coisas. Em vez disso, consideramos a significação como o resultado da correlação de duas semióticas: a do mundo da percepção e a das manifestações discursivas de uma língua. Nas palavras de Bertrand:

Ver não é apenas identificar objetos do mundo, é simultaneamente apreender relações entre tais objetos, para construir significações. As percepções fazem sentido na medida em que os objetos percebidos se inserem em cadeias inferenciais que os solidarizam, como se infere o fogo da fumaça (BERTRAND 2003, p. 159).

Devemos, portanto, reconhecer a figurativização como a “tela do parecer”; uma espécie de “arena do sentido”, a fachada mais concreta do discurso, aquela que faz surgir na língua as imagens da experiência sensível do mundo.

Nesse processo, a *iconização* constitui o mecanismo responsável por criar essa ilusão referencial que transforma as figuras em “imagens do mundo” já acabadas. Ou seja, estabelece-se e representa-se, na leitura, uma relação imediata, uma semelhança entre as figuras semânticas que desfilam sob os olhos do leitor e as do mundo, que ele experimenta sem cessar em sua experiência sensível (cf. BERTRAND, 2003).

⁴³ GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu D. Lima et alii. São Paulo: Cultrix, s/d.

Os títulos das notas jornalísticas analisadas em nosso trabalho, por exemplo, podem fazer com que o leitor entre no mundo da figuratividade ao imaginar ou recriar todos os elementos que o compõem: tempo, espaço, atores, objetos, valores e outros.

Sob o plano figurativo, cria-se, portanto, o “crer compartilhado”, a *cooperação textual* capaz de gerar o reconhecimento de um mundo comum na leitura e a ilusão de verdade do texto/discurso:

[...] Como se diz na semiótica, um ‘contrato de veridicção’, uma relação fiduciária de confiança e de crença entre os parceiros da comunicação, que especifica as condições de correspondência, um crer partilhável e partilhado no interior das comunidades linguísticas e culturais, que determina a habilitação dos valores figurativos e enuncia seu modo de circulação e validade (BERTRAND, 2003, p. 406).

Entretanto, para ser compreendido, o plano figurativo do texto precisa ser recoberto ou assumido por um *tema*, já que este determina o sentido e o valor das figuras. Embora seja um conceito amplamente usado nas teorias textuais, muitos estudiosos evitam a utilização do termo *tema*, considerando-o dúbio e difuso pelo fato de recobrir diversas acepções.

Em Semiótica Textual, *tema* diz respeito às palavras ou expressões que representam algo não existente no mundo natural, como *felicidade*, *humanidade* ou *feminilidade*, por exemplo. Expressa, assim, elementos abstratos, suscitados pela elasticidade semântica da figuratividade promovida pelo contrato de cooperação, cuja função seria explicar a realidade e representar o mundo através de um investimento conceptual. Os temas organizam, categorizam e ordenam a realidade significativa de modo a permitir sua interpretação.

De acordo com Bertrand é possível tornar a definição de *tema* ainda mais precisa; basta ligar um determinado tema ao seu suporte figurativo, por meio da tematização – processo pelo qual se dota uma sequência de figuras “de significações mais abstratas que têm por função alicerçar os seus elementos e uni-los, indicar sua orientação e finalidade, ou inseri-los num campo de valores cognitivos ou passionais” (BERTRAND, 2003, p. 213).

Conseqüentemente, a coerência semântica do texto/discurso é função tanto de isotopias figurativas quanto de isotopias temáticas: enquanto a isotopia figurativa

atribui ao texto/discurso uma imagem organizada e completa da realidade ou uma ilusão total do irreal, através da redundância de traços figurativos, a isotopia temática revela sua dimensão abstrata.

Visualizadas por meio da figurativização e tematização, as isotopias são, na maioria das vezes, complexas, assim como podem encontrar-se entrelaçadas dentro do texto. Ou seja, essencialmente figurativas em uma receita de culinária ou em um manual de instruções, podem perfeitamente se cruzar em um poema ou em textos socialmente partilhados, como as notas jornalísticas analisadas neste trabalho. Caberá à leitura hierarquizar, reconhecer e isolar uma ou mais isotopias que comandam a significação global do texto.

4.1.5.3 Isotopia e metaforização

No nível do texto/discurso, a metaforização ocorre por meio da solidariedade entre objetos do discurso, que geram cadeias inferenciais na superfície textual e delinham uma ou mais isotopias.

Sendo assim, a isotopia e sua manifestação figurativa ou temática aparecem como elementos fundamentais desse processo, uma vez que respondem pela semelhança entre objetos do discurso, ao reiterarem, na superfície textual, propriedades conceituais instáveis, discursivas, sobrevividas da constituição de um espaço figural instaurado pelas estratégias de cooperação e abdução.

De fato, na metaforização, a identificação de uma isotopia figurativa exige do leitor o estabelecimento da isotopia temática que a fundamenta, pois, esta, na maioria das vezes, não se encontra textualizada. Por isso, a escolha de determinados temas e figuras, durante a ação interpretativa, tanto expõe os valores socioculturais implícitos no texto para persuadir aquele que o interpreta quanto indica a estratégia adotada pelo leitor para multiplicar ou reduzir os sentidos metafóricos potencialmente contidos no texto. É o que observamos no exemplo abaixo:

Exemplo 16:

Chita

Atuante e empreendedora em Trancoso, paraíso de milionários no sul da Bahia, além de politicamente mais que correta, Elba Ramalho caiu nas graças do novo prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal. Ela foi convidada por ele e vai comandar a organização de todos os festejos de São João no eixo Trancoso-Arraial d'Ajuda-Porto Seguro (ÉPOCA, 31/01/2005).

O exemplo 16 pode ser interpretado sob a isotopia de *festas juninas*. A presença da expressão *festejos de São João* assegura a coerência semântica do texto e a referência ao termo *Chita* como sendo o tecido de algodão de pouco valor, estampado em cores, típico dos festejos juninos. Nesse caso, há uma espécie de relação metonímica entre as duas expressões linguísticas, já que *Chita* inclui-se no mesmo conjunto de propriedades a que pertence *festejos de São João*.

Essa relação conduz de imediato à *iconização textual*, já mencionada anteriormente. Trata-se de um cenário figurativo virtual de festejos juninos, com *tempo*, *espaço*, *atores*, *objetos* e *valores*, no qual o termo *Chita* é um desses elementos constituintes, juntamente com outros como, por exemplo, *o matuto nordestino*, *os vestidos de chita*, *as bandeirinhas*, *os fogos de artifício*, *as comidas típicas* e *a quadrilha*.

Concomitante à emergência desse cenário conceitual, ocorre a tematização, em que o campo figural comum à *Chita* e *festejos de São João* projeta suas propriedades sobre outras expressões figurativas do texto, tais como *Trancoso*, *Elba Ramalho* e *Jânio Natal*. Ocorre, então, a reiteração de traços semânticos, que finda por enriquecer o sentido dessas expressões, imputando-lhes a referência ao contexto de festejos juninos. No entanto, essa tematização direciona a interpretação somente para a isotopia *festas juninas* e negligencia outras possíveis relações de sentido entre os elementos textuais.

Defendemos, entretanto, a possibilidade de outras interpretações, em que se considera a dimensão discursiva, pluri-isotópica do texto. Assim, o leitor pode realizar uma abdução mais ousada, na qual a leitura do título pode recuperar mnemonicamente da enciclopédia o campo figural de *Chita*, o chimpanzé, companheira de Tarzan, o rei das selvas, do cinema e das histórias em quadrinhos, dando início à metaforização.

Caso seja respaldada pela estratégia de cooperação textual, essa abdução confirmará a configuração de outra isotopia, cuja natureza é, desta feita, metafórica, relacionada ao universo das histórias de *Tarzan*.

Tendo em vista que há, pelo menos, duas isotopias presentes no texto, e que uma delas, de natureza metonímica, exclui a interpretação metafórica, a passagem de um universo de significação (*festas juninas*) para outro (história de *Tarzan*) deve ser realizada por um *conector de isotopia*, no caso, a expressão *Chita*. Este termo cumpre o papel de estabelecer o conflito de sentido entre os elementos textuais capaz de permitir as relações metafóricas nessa nova configuração de sentido.

A presença do conector (*Chita*) na superfície do texto pode desencadear uma tensão entre expressões aparentemente dessemelhantes, no caso, entre o próprio termo *Chita*, *Elba Ramalho* e *novo prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal*. Destacamos o fato de que não há garantia da formação dessa tríade tensiva. Caberá ao trabalho inferencial abduutivo do leitor, juntamente com a estratégia de cooperação textual, a tarefa de identificar qual expressão linguística funciona como *conector de isotopia* de natureza metafórica nesse processo, bem como com quais ela estabelece a incongruência de sentido.

É interessante notar que o conflito entre as três expressões linguísticas difere daquele observado entre tópico e veículo, necessário para criar a metáfora no nível da palavra ou sentença. No exemplo em tela, a constituição do sentido metafórico requer a participação de mais de dois objetos do plano textual, de modo que se esvaem as definições diádicas clássicas de tópico e veículo, próprias das teorias da metáfora-palavra e metáfora-sentença.

Uma vez percebida, a tensão interpretativa entre os três elementos motiva o leitor a ir além dessa aparente incompatibilidade de sentido. Significa dizer que o plano figurativo passa a recobrir, agora, um novo tema, relacionado à história de *Tarzan*. Essa nova cobertura temática ocorre devido ao fato de que, simultânea às abduções, estabelece-se, a estratégia de cooperação, que provoca o efeito da crença compartilhada na superfície textual: a ilusão referencial cuja aceitação por parte do leitor/enunciário implica encontrar, nas figuras do texto, as marcas de persuasão do autor/enunciador para confrontá-las com suas crenças e convicções.

Diante desse fato, o leitor assume uma posição cognitiva socialmente situada em relação ao texto: passa a ser um elemento gerador de significação e não somente um decodificador das informações textuais. Desse modo, a leitura do texto suscita outros feixes de significação, que incluem a visão de mundo do leitor, estereótipos socioculturais, bem como a possibilidade do efeito de absurdidade ou irreabilidade.

Este é um dos motivos pelos quais a metaforização atinge vários elementos textuais, sobretudo *Elba Ramalho* e o *novo prefeito Jânio Natal*, fazendo com que aquela passe a ser vista como *Chita* e este como *Tarzan*. No entanto, a metaforização não se esgota nesse momento. É preciso descobrir em que medida *Elba Ramalho* assemelha-se a *Chita* e o *prefeito Jânio Natal* a *Tarzan*.

Supomos que o leitor realize uma abdução, na qual atualiza outras expressões linguísticas do plano textual, tais como *Trancoso, atuante, empreendedora, politicamente mais que correta e caiu nas graças, novo prefeito, convidada por ele e comandar a organização de todos os festejos*, com o propósito de estabelecer um novo sentido para o texto. Ocorre, por conseguinte, a constituição de um campo figural em que as propriedades são selecionadas não somente de *Chita, Elba Ramalho* ou *novo prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal*, mas também das outras expressões mencionadas acima.

Após o estabelecimento desse campo conceitual, dá-se o encadeamento isotópico dos elementos textuais. Frisamos que esse encadeamento acontece, agora, em um nível discursivo, de natureza figurativa ou temática, que ultrapassa a esfera das relações semânticas termo a termo, já codificadas e dicionarizadas.

Assim, o jogo interpretativo magnifica e reitera, na dimensão sintagmática do texto, algumas propriedades desse campo figural discursivo, enquanto mantém outras narcotizadas. Por conta dessa saliência e reiteração de traços de significação, gera-se uma cadeia inferencial solidária entre o conector de isotopia e as pistas textuais focalizadas pela abdução, que enriquece as propriedades conceituais destes, revelando, dessa forma, a semelhança entre os objetos de discurso.

Um detalhe importante, todavia, deve ser lembrado. É a competência enciclopédica do leitor, via abduções, que irá determinar quais objetos do discurso funcionam como pistas textuais para o surgimento da metaforização. Dessa forma, para que haja o encadeamento isotópico, não necessariamente devem participar todos os elementos textuais, porém, aqueles focalizados pela inferência abdutiva. Vejamos como isso acontece no exemplo sob análise.

Suponhamos que o encadeamento inicialmente estabeleça uma relação de semelhança entre os objetos do discurso *Chita e Trancoso*⁴⁴, em que este se metaforiza: de *Chita*, o leitor magnifica propriedades como *chimpanzé, vive na selva e mora em cima das árvores*, enquanto narcotiza, temporariamente, *companheira de Tarzan, esperta, inteligente e engraçada*; de *Trancoso*, o leitor magnifica *isolamento, mata atlântica, cipós, animais selvagens e casas de madeira em cima das árvores*, enquanto narcotiza outras como *cidade litorânea do sul da Bahia, ponto turístico, com praias, hotéis e mansões*, irrelevantes em uma isotopia relacionada a *Tarzan*. Essa metaforização permite que *Trancoso* passe a ser visto como uma *selva*, onde vivem chimpanzés como *Chita*.

Devemos observar que, para selecionar essas propriedades discursivas, o leitor deve mobilizar seu conhecimento enciclopédico de mundo, bem como o conhecimento socialmente partilhado com sua comunidade. Em outras palavras, deve possuir algum conhecimento prévio sobre a cidade de Trancoso, sob pena de achar a metaforização aberrante e quebrar a cooperação textual, ou, simplesmente, não perceber a isotopia.

Todavia, permitindo-se cooperar, o leitor, por meio de abduções, leva as propriedades discursivas de *Chita e Trancoso* a redundarem nas expressões seguintes, metaforizando-as. Ou seja, os objetos do discurso *atuante, empreendedora, politicamente mais que correta, Elba Ramalho, caiu nas graças, novo prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal, convidada e comandar a organização de todos os festejos*, solidarizam-se e passam a estabelecer entre si novas relações de sentido metafórico.

A redundância desses traços de significação faz com que a abdução focalize os objetos do discurso *Elba Ramalho e novo prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal*, determinando a semelhança entre ela e *Chita*, bem como entre ele e *Tarzan*. Ou seja, para suscitar a primeira relação de semelhança (entre a cantora e *Chita*), o leitor magnifica as propriedades do conector que estavam narcotizadas, *companheira de Tarzan, esperta e inteligente*, de modo a assemelhá-lo às expressões *atuante, empreendedora, politicamente mais que correta*, referentes a *Elba Ramalho*.

⁴⁴ Trancoso é um povoado pertencente ao município de Porto Seguro, no sul da Bahia. Conhecido como litoral verde, por possuir praia e mata atlântica em um mesmo cenário, foi refúgio de artistas alternativos e hippies, na década de 70, quando era somente uma pequena vila. Hoje é um cobiçado pólo turístico com hotéis de luxo, mas que, em sua maioria, preservam em sua decoração as características primitivas da natureza, como, por exemplo, casinhas de madeira em cima das árvores.

Contudo, a metaforização ainda não está completa, já que esse conjunto de propriedades nem traduz por completo a semelhança entre *Elba Ramalho* e *Chita*, nem é suficiente para alcançar a segunda relação metafórica (entre o prefeito e Tarzan), pois a redundância isotópica deve atingir também os objetos do discurso *caiu nas graças, convidada e comandar a organização de todos os festejos, novo prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal*.

É a partir daí que surgem outras inferências a fim de respaldar a metaforização. Por exemplo, pode-se inferir que *novo prefeito de Porto Seguro* relaciona-se a *Tarzan*, pelo fato de que aquele comanda *Trancoso*, já metaforizado como um local selvagem, isolado, com vasta natureza, habitado por *Chita* e de onde *Tarzan* seria o “rei”. Assim, estabelece-se a relação metafórica de *Elba Ramalho* como *Chita*, companheira de *Tarzan* e de *novo prefeito de Porto Seguro* como *Tarzan*, o rei das selvas. Daí a importância das pistas textuais *caiu nas graças, foi convidada e vai comandar*, já que colocam *Elba Ramalho* na posição de parceira do objeto *Tarzan*, além de imporem também um traço de subordinação, pois que *Chita*, na isotopia construída, pelo conhecimento das histórias de *Tarzan*, é sua fiel companheira, mas sempre tributária do rei das selvas.

A isotopia coloca, portanto, a metaforização como um procedimento discursivo de constituição do sentido. Nesse caso, a interação entre os dispositivos interpretativos possibilita o encadeamento isotópico dos objetos textuais, e, por conseguinte, a coexistência de, pelo menos, dois planos de significação na superfície textual. Assim, o plano textual funciona como um corredor isotópico que possibilita a criação de sentidos metafóricos originais, refletores das práticas culturais de uma comunidade.

Conforme vimos no decorrer do capítulo, a metáfora inscreve-se em alguns tipos de texto apenas como possibilidade, como processo discursivo, jamais como produto da palavra ou sentença. Do mesmo modo, a identificação das estratégias e dispositivos utilizados na interpretação só se torna possível em simultaneidade. Por isso falamos em *metaforização* como condição própria da metáfora, quando esta se submete ao leitor, ao texto e à cultura.

A seguir, analisamos o fenômeno em outros exemplos nos quais podemos observar a atuação simultânea dos dispositivos interpretativos descritos nas seções precedentes.

4.2 A METAFORIZAÇÃO TEXTUAL E SUA APLICAÇÃO

Eis a seção final deste estudo. Seu intuito é demonstrar, mais claramente, por meio de diferentes exemplos, o que já foi exposto no capítulo anterior: a integração dos dispositivos discursivos de interpretação na constituição do sentido metafórico, quando estes promovem na leitura a concomitância das dimensões cognitiva, linguística e sociocultural da significação. Assim, as categorias discursivas da metaforização serão aplicadas com a finalidade de aprofundarmos a descrição e análise do fenômeno. Começemos com um texto humorístico analisado por Lima (2003, p. 121-122):

Exemplo 17:

Mas nem todo marido é tão ingênuo como o seu Galhardo...
 A mulher do sujeito andava muito estranha: um dia, chega em casa com uma jóia caríssima! Num outro dia, aparece com um perfume francês, da melhor marca! E vestido novo, e anel de brilhante... o marido só de butuca! Um dia, ele a encosta na parede:
 - Eu quero saber como é que a senhora faz pra conseguir tanta coisa cara! Eu exijo uma explicação!
 - Calma, amor!... é que... bem, é que eu compro tudo no cartão de crédito!
 Nesse mesmo dia, a mulher está tomando banho, a água do chuveiro acaba bem na hora em que ela está toda ensaboada. Ela chama o marido:
 - Amor, traz um balde com água pra eu terminar meu banho?...
 Daí a pouco ele volta com uma canequinha de água. A mulher chia:
 - O que é isso, amor? Só esse tantinho de água não dá!
 - Lava só o cartão de crédito!...

Lima analisa o exemplo 17 como um caso de “anáfora indireta por recategorização metafórica não manifestada lexicalmente”, mas com repetição explícita do item lexical recategorizador (*cartão de crédito*) na superfície textual. Vale transcrever sua análise para, em seguida, comentarmos o exemplo sob o ponto de vista da metaforização:

Observe-se que, inicialmente, há a introdução do referente cartão de crédito, categorizando um documento utilizado para transações financeiras. Em seguida, essa expressão é (re)categorizada, metaforicamente, como genitália feminina, não aparecendo, porém, uma nova marca lexical para essa recategorização cognitiva, mas uma repetição do mesmo item lexical cartão

de crédito. Daí, a razão pela qual enquadrámos essa situação como (re)categorização metafórica não manifestada lexicalmente. É certo que há âncoras no texto que permitem a inferência de que a segunda ocorrência da expressão cartão de crédito traz subjacente a (re)categorização metafórica de cartão de crédito como genitália feminina. Por exemplo, a quantidade de água oferecida pelo marido para o banho da esposa e a intempestiva injunção “Lava só o cartão de crédito!” podem ser definitivas para a construção do sentido de que cartão de crédito está sendo recategorizado metaforicamente como genitália feminina, permitindo a comprovação do fato de que o marido não estava alheio ao comportamento promíscuo da esposa (LIMA, 2003, p.122).

A análise da autora ressalta a ocorrência da recategorização na esfera cognitiva porque há repetição do item lexical “cartão de crédito”. De fato, concordamos que uma recategorização é essencialmente cognitiva, sempre. Todavia, é preciso explicar, aprofundadamente, que aspectos linguístico-textuais colaboram para esse processo. Do contrário, findamos por não dar relevo nem às pistas textuais nem ao esforço inferencial do leitor. Compreendemos que o sentido metafórico do texto inaugura-se a partir da leitura do primeiro enunciado “... mas nem todo marido é tão ingênuo como o seu Galhardo...”, no qual já é possível haver a ativação dos dispositivos interpretativos da metaforização.

Ao iniciar com a adversativa *mas*, o enunciado pressupõe uma informação anterior contrária à de que *maridos são tão ingênuos como o seu Galhardo*, a qual não se encontra posta na superfície do texto. Essa informação leva à abdução de que *seu Galhardo é mais ingênuo do que grande parte dos maridos*, focalizando a relação entre *marido* e *ingênuo* e aventando, portanto, a hipótese de que o texto constitui uma piada sobre infidelidade feminina no casamento. E, sendo um gênero piada, sua interpretação solicita a mobilização de valores e crenças arraigados na cultura, ou seja, depende das experiências dos sujeitos em seu entorno físico, social e cultural.

Basta-nos atentar para a ativação do conhecimento socialmente partilhado motivada pelo nome da personagem, “seu Galhardo”, que remete a *galha*, um termo sinônimo de *chifre*, símbolo da infidelidade na cultura popular. Tal constatação é abalizada pelos próximos enunciados como, por exemplo, “a mulher do sujeito andava muito estranha”, “um dia chega em casa com uma jóia caríssima”, “num outro dia, aparece com um perfume francês, da melhor marca!”, “o marido só de butuca” e “um

dia, ele a encosta na parede”⁴⁵. Estes enunciados sugerem a condição financeira do casal, a qual não permite a aquisição de jóias ou perfumes caros, bem como o estranhamento do marido diante da justificativa da esposa em dizer que comprou tudo no cartão de crédito.

Ora, nesta altura, também já se nos revela uma isotopia discursiva que recobre o tema *infidelidade no casamento*. Por isso, quando o termo “cartão de crédito” surge no texto – “é que eu compro tudo no cartão de crédito!” –, a metaforização já está em andamento. Lima (2003) afirma, em sua análise, que há pistas mais salientes – “ele volta com uma canequinha de água” e “lava só o cartão de crédito” – a ancorarem o sentido metafórico da expressão recategorizadora, contudo, a constatação dessa maior saliência entre os objetos do discurso presentes no plano textual não nos parece adequada.

O fato é que a metaforização incide não só sobre a expressão *cartão de crédito*, mas também sobre outros objetos textuais. Em outras palavras, esta expressão, por si só, não se recategoriza em *genitália feminina*, visto que as propriedades selecionadas para que se estabeleça essa relação de semelhança discursiva não são exclusivas de *cartão de crédito*, mas pertencem a um campo discursivo, constituído por vários objetos de discurso, suscitados pelo ato interpretativo. Por exemplo, a informação de que, em alguns casos de infidelidade, o dinheiro (recategorizado no texto como *cartão de crédito*) pode ser instrumento de sedução e servir como moeda de câmbio pelo sexo, não se encontra codificado no texto, mas é sugerida pelo contexto discursivo favorecido pelas pistas textuais. A mobilização dessa informação socialmente partilhada é de suma importância para que se entenda o sentido da piada, todavia não é considerada na análise de Lima, tampouco o seria sob uma interpretação tradicional, fincada na metáfora-palavra ou metáfora-sentença.

Na verdade, vemos ocorrer o encadeamento isotópico dos objetos textuais, propiciado por outras abduções do leitor e pelas expectativas criadas pela estratégia de cooperação em manter a leitura sob uma isotopia metafórica. Assim, à medida que a leitura prossegue, o encadeamento isotópico do plano figurativo confere aos objetos do discurso propriedades semânticas enriquecidas socioculturalmente em que vemos surgir

⁴⁵ Uma das acepções da expressão “só de butuca” é “ficar desconfiado”, enquanto “encostar na parede” significa “pressionar alguém”.

a metaforização de *cartão de crédito* em *genitália feminina*. Esse encadeamento se confirma tanto pela projeção das propriedades do verbo *lava* e do advérbio *só* sobre o complemento *o cartão de crédito* (na expressão “lava só o cartão de crédito”) quanto pela consideração às pistas textuais relacionadas ao contexto de *banho* – *traz um balde com água para eu terminar meu banho e só esse tantinho de água não dá!* – antecedentes àquela expressão. Ou seja, é pela atenção ao fato de que a esposa estava toda ensaboada, e era preciso muita água para terminar o banho e à reclamação de que a água era insuficiente, que podemos interpretar a expressão “lava só o cartão de crédito” como se referindo à genitália feminina. A propósito, o advérbio *só* exerce importante papel nessa metaforização, pois permite a pressuposição de que existem outras partes do corpo, minimizando a focalização do sentido metafórico somente sobre a expressão *cartão de crédito*.

O termo *cartão de crédito*, logo, funciona como um *conector de isotopias*, cuja função consiste em possibilitar a leitura do texto em outro plano de significação, no caso, na isotopia *infidelidade feminina no casamento* e não na isotopia *transações financeiras*, referente a *cartão de crédito*.

É preciso esclarecer que a metaforização textual não anula a análise de Lima, mas a amplia, pois permite compreender a recategorização metafórica como uma evidência da construção de referentes no discurso, sem que se anule a possibilidade de recategorização de outros objetos de discurso do plano textual; ou seja, de que a metaforização possa incidir *ad hoc* sobre quaisquer desses objetos. Sob esse ponto de vista, é possível uma aproximação entre os pressupostos da referenciação e a idéia de metaforização textual proposta em nosso trabalho. Tanto na recategorização quanto na metaforização, os referentes textuais deixam de ser tomados como expressões da língua e passam a ser concebidos como objetos de discurso, passíveis de transformação, de modo que o leitor pode lançar mão de vários recursos para elaborar e fazer evoluir esses referentes. Contudo, a recategorização, por si só, não explica satisfatoriamente o modo como os objetos de discurso solidarizam-se para construir determinado referente, nem como se constituem por meio do conjunto de informações inclusas no saber compartilhado pelos leitores.

Observemos outro texto:

Exemplo 18:**Pôr-do-sol**

O romance de Luana Piovani e Ricardinho Mansur — que começou cercado de flashes há quase dois anos — terminou discretamente, sem alarde nem fotos, em Paris. A decisão partiu do jogador de pólo, que foi até a França — onde a atriz passa temporada de estudos — para finalizar a história. O motivo nenhum dos dois comenta. De lá, Ricardinho seguiu para Aspen, nos Estados Unidos, para esquiar com amigos. Já Luana preferiu ir até a Espanha... para dar aquela arejada (ÉPOCA, 21/02/2005).

Este é um caso de metaforização em que a abdução, ao focalizar uma determinada expressão, convoca, de imediato, a presença do leitor-observador: o título *pôr-do-sol*, por ser uma figura de alta densidade sêmica – possui traços conceituais mais concretos, o que a aproxima do mundo natural –, faz surgir uma espécie de imagem, a qual induz o leitor-observador a deslocar-se para uma posição perceptiva na qual visualiza o ocaso. Desse modo, na leitura do título, magnificam-se as propriedades do universo conceitual de *pôr-do-sol* como, por exemplo, *sol*, *horizonte*, *céu*, *redução da luminosidade*, *término do dia*, *desaparecimento lento no horizonte*, *diminuição da cor*, dentre outras. Contudo, por ora, ainda não é possível determinar quais dessas propriedades estabelecerão relações metafóricas no texto.

No decorrer da leitura, no entanto, a expectativa de manter uma isotopia relacionada a *pôr-do-sol* é, aparentemente, quebrada. Ou seja, o leitor depara-se com um texto que não fala em *pôr-do-sol*, mas no *fim de um relacionamento amoroso* (basta observamos os enunciados *o romance de Luana Piovani e Ricardinho Mansur e para finalizar a história*), vendo-se obrigado a redimensionar a interpretação com o propósito de identificar uma isotopia na qual o título deve manter alguma relação com o restante do texto.

Nisto, lança outras abduções, realiza um vai e vem interpretativo: formula hipóteses e tenta confirmá-las através de retomadas inferenciais entre o título *pôr-do-sol* e os objetos de discurso presentes na superfície do texto. Interessante notar o fato de que, nesse exemplo, a expressão *pôr-do-sol* não funciona como um conector de isotopia, mas como um *desencadeador de isotopias*. De acordo com Barros, “considera-se que um elemento desencadeia uma isotopia quando não pode ser integrado a uma dada

leitura já reconhecida. Os resíduos de isotopias obrigam, assim, a propor-se um novo plano isotópico” (BARROS, 2001, p. 126).

Com efeito, quando a abdução focaliza as expressões *começou cercado de flashes e terminou discretamente, sem alarde nem fotos*, instala-se a isotopia *pôr-do-sol*, com a qual será possível, por meio do encadeamento isotópico, estabelecer a relação metafórica entre *término de um romance* e *pôr-do-sol*. Lidas, agora, sob uma isotopia metafórica, essas expressões magnificam algumas propriedades do campo figural de *pôr-do-sol* – como, por exemplo, *redução da luminosidade, término do dia, desaparecimento lento no horizonte e diminuição da cor*. Vemos, por conseguinte, a semelhança entre o final do dia (o pôr-do-sol) e o fim de um relacionamento amoroso.

Cumpra dizer, no entanto, que a metaforização não confere ao texto somente a mera semelhança conceitual entre o pôr-do-sol e o fim de um romance. Além disso, imprime implicitamente no texto opiniões e julgamentos do leitor sobre um acontecimento do mundo das celebridades do meio artístico. Daí ser possível atribuir valores discursivos ao começo do relacionamento de duas celebridades do mundo televisivo – um acontecimento social importante, valorizado pela mídia e coberto de flashes – e o nascer do sol – cheio de brilho e luminosidade –, bem como ao término dessa relação amorosa – sem destaque da mídia, feito com discrição – e o “pôr-do-sol” – término do dia, redução da luminosidade e da cor etc..

O sentido revelado nesse processo reflete, assim, a mobilização por parte do leitor de saberes socioculturais na interpretação, alcançados a partir do encadeamento dos objetos do discurso, cujo papel é enriquecer e investir de valores e estereótipos socioculturais as propriedades semântico-conceituais desses objetos. Vejamos como isso acontece no texto abaixo:

Exemplo 19:

Vaca louca

Se já era desequilibrado, George W. Bush piorou muito após a vitória eleitoral. Agora, ele ameaça invadir o Irã, que já pregou aviso, no melhor estilo da Jovem Guarda: ‘Pode vir quente que eu estou fervendo’. Carnificina à vista! (Jornal Diário do Nordeste, 20/01/05)

O exemplo acima pode ser lido sob duas isotopias metafóricas. Em uma delas, o leitor pode interpretar o título como concernente ao mal da vaca louca⁴⁶, a depender de sua competência enciclopédica em estabelecer essa relação. Se assim o for, a abdução confirmará essa hipótese, ao focalizar a expressão *carnificina à vista* e magnificar as propriedades *grande massacre, extermínio, matança*. Nesse caso, temos uma isotopia na qual o tema *invasão do Irã* é metaforizado no *mal da vaca louca* por meio da reiteração dessas propriedades no plano textual.

Em outra, temos a metaforização de *George W. Bush*, presidente dos Estados Unidos, em *Vaca louca*. Poderíamos indagar se este não seria, de fato, o sentido metafórico mais saliente do texto, sob o argumento de que *Vaca louca* é uma metáfora explícita usada para se referir ao presidente dos Estados Unidos. Entretanto, a leitura sob a isotopia *mal da vaca louca*, referente à *invasão do Irã*, pode esvair a inferência abdutiva de que a referência ao presidente norte-americano aparece já no primeiro enunciado *se já era desequilibrado, George W. Bush piorou muito após a vitória eleitoral*.

Certamente, é razoável admitir que os leitores podem recuperar de suas memórias discursivas o contexto sócio-histórico da doença e assemelhá-la à invasão do Irã: da mesma forma que o *mal da vaca louca* vitimou milhares de animais e seres humanos, a invasão do Irã também poderia matar milhares de pessoas, pelo fato de ser comandada por George W. Bush, que, como sabemos, pelo nosso conhecimento socialmente partilhado, costuma promover a invasão de outros países nos quais milhares de vidas humanas são sacrificadas. A expressão *carnificina à vista*, por exemplo, é uma pista textual que ancora essa interpretação.

Ademais, é preciso considerar que a referência a *George W. Bush*, através dessa suposta metáfora (*Vaca louca*), não é tão clara como aparenta ser. Ou seja, temos como recuperar em que medida *louca* refere-se ao presidente por meio das pistas

⁴⁶ Doença também conhecida como BSE - Bovine Spongiform Encephalopathy - (sigla em inglês para encefalopatia bovina espongiforme), que surgiu no Reino Unido, em 1986, e se disseminou para outros países da Comunidade Européia, devido à reciclagem, sem controle, de carne, ossos, sangue e vísceras usados na fabricação de ração animal.

textuais *se já era desequilibrado e piorou muito*, mas não a semelhança entre *Bush e Vaca*.

É lícito afirmar que há duas isotopias metafóricas concorrentes no texto – uma delas recobrando o tema *matança* e outra recobrando o tema *loucura* –, porém, o sentido metafórico se completa somente ao desvendarmos essa “metáfora discursiva” em que *George W. Bush* é uma *vaca*. Se observarmos que *George W. Bush* nasceu no estado americano do Texas, onde predomina a pecuária, e que o caubói é uma figura típica, podemos explicar o fato de *Vaca* referir-se ao presidente norte-americano. Isto é, essa informação socialmente partilhada pode desencadear a inferência na qual *George W. Bush* é uma *vaca louca* por ser um caubói texano (Bush cria cavalos e possui fazendas de gado) que comete atrocidades contra a humanidade como um louco comete loucuras, de forma inconsequente, impensada.

Outro aspecto que merece a nossa atenção é a opção do enunciador pelo título *vaca louca*, em vez de *boi louco* ou *caubói louco*, por exemplo. Supomos que essa escolha confirma o julgamento depreciativo do texto a respeito da conduta do presidente norte-americano, uma vez que o termo *vaca* adquire uma conotação pejorativa em alguns contextos de uso do português brasileiro, principalmente quando se refere ao estilo de vida devasso de algumas mulheres, que sob essa alcunha são desvalorizadas moralmente perante a sociedade.

Com a finalidade de deixar implícita essa informação depreciativa, o texto permite ao leitor configurar duas isotopias discursivas distintas, mas concorrentes, reguladoras do grau de adesão do leitor a uma leitura argumentativa do texto. Por isso, o modo como o leitor identifica, organiza e significa os objetos de discurso do plano textual, determinará os limites de sua interpretação: ver *George W. Bush* como uma *Vaca louca* ou a *invasão do Irã* como o *mal da vaca louca*.

Os dois exemplos analisados a seguir são casos mais complexos de metaforização textual, haja vista exigirem maior esforço inferencial do leitor, bem como razoável competência interpretativa para mobilizar o conhecimento sociocultural implicitamente presente no plano textual.

Exemplo 20:

Cetim

A atriz Liz Hurley está sendo aguardada no Brasil. Ela vem, ainda neste primeiro semestre, para lançar uma marca de cosméticos poderosíssima, com um investimento tão poderoso quanto. (ÉPOCA, 18/04/2005)

Constrói-se, neste exemplo, uma relação metafórica entre a marca de cosméticos da atriz *Liz Hurley* e *Cetim*. No entanto, o modo como isso ocorre não é tão simples assim. Alguns leitores poderiam apostar na interpretação na qual *Cetim* associa-se à *marca de cosméticos poderosíssima*, pelo fato de ambos serem um *alto investimento financeiro*. Com efeito, a pista textual *investimento tão poderoso quanto* permite essa leitura isotópica. Teríamos, dessa maneira, a magnificação e a reiteração de propriedades como *nobre, caro, de boa qualidade e lucratividade* na superfície do texto.

No entanto, embora resulte em uma interpretação possível, a leitura sob esse plano isotópico, por si só, não esgota as possibilidades de compreensão nem satisfaz por completo as condições de adequação contextual. Cremos haver a construção de uma isotopia metafórica na qual *Cetim* assemelha-se a *pele*. Isto ocorre pelo fato de que a estratégia abduativa aciona, na esfera cognitiva, o esquema metafórico culturalmente estabilizado “pele macia é cetim”, tendo em vista uma relação de cunho metonímico entre *marca de cosmético* e *pele*. Assim, o leitor magnifica as propriedades *tipo de tecido, maciez, brilho e beleza*, comuns tanto a *Cetim* quanto a *pele*, enquanto ficam narcotizadas outras propriedades como, por exemplo, *nobre, caro, lucratividade*, pertencentes a outra isotopia.

Vale dizer que as duas interpretações são legítimas. Alcançar uma ou outra interpretação, bem como recuperar outros feixes de sentido suscitados pelo encadeamento isotópico do plano textual, dependerá da competência enciclopédica e do esforço inferencial abduativo de cada leitor. Por exemplo, a metaforização de *Cetim* em *pele* pode sugerir uma avaliação positiva por parte do enunciador sobre a *marca de cosméticos* da atriz *Liz Hurley*, considerando-a uma novidade ou referência na área de cosméticos. No entanto, isto não está lexicalizado na superfície do texto, mas o modo como o leitor coopera e atualiza o plano figurativo do texto, ao selecionar algumas propriedades como *nobre, caro, de boa qualidade, maciez, brilho e beleza*, e, imprimir-lhes valores socioculturais, pode conduzi-lo a essa interpretação.

Para finalizar, examinaremos um exemplo que demonstra o desafio imposto ao leitor quando o texto parece não fornecer indício algum da possibilidade de metaforização:

Exemplo 21:

Espelho

A Prefeitura de Maracanaú mantém há dois anos um laboratório de informática para portadores de necessidades especiais. São oito computadores com programas adaptados para deficientes auditivos, visuais e psicomotores, além de uma impressora em Braille. É uma ação que supera, e muito, os conceitos de inclusão digital (Diário do Nordeste, 21/05/2007).

Diferentemente dos casos anteriores, a metaforização no exemplo 21 impõe ao leitor maior esforço interpretativo, pois a presença do termo *Espelho* parece divergir completamente do texto. Exclui-se, de antemão, qualquer relação metafórica formulada sob uma semântica lexicalista ou de projeção foco/quadro na cadeia sintagmática de um enunciado, haja vista não ser possível apreender relações de semelhança entre as palavras e as sentenças do texto. O sentido metafórico deve, por conseguinte, ser tecido no texto.

Veja-se, nesse caso, a importância da estratégia de cooperação textual, pois, em situações como esta, é comum o leitor arriscar interpretações absurdas ou idiossincráticas, sem que haja respaldo dos objetos do plano textual, ou, até mesmo, desistir da interpretação. Como não bastasse, não há marcas linguísticas explícitas que evidenciem o enunciador e nem a orientação argumentativa por ele tomada.

A cooperação textual, por outro lado, instaura um contrato fiduciário entre leitor e texto, o qual mantém as abduções circunscritas às pistas textuais, bem como a crença de que há uma relação entre o título e o restante do texto.

Embora essas pistas não estejam aparentes, o leitor, confiante na estratégia de cooperação, passa a realizar abduções na tentativa de focalizar alguma figura no texto com a qual o título mantenha relação e que possa desencadear um plano isotópico de significação.

Se observarmos com atenção o plano textual, veremos que as figuras *laboratório de informática, portadores de necessidades especiais e computadores com*

programas adaptados para deficientes auditivos, visuais e psicomotores recobrem o tema *ação política de inclusão social*. De fato, o último enunciado – *É uma ação que supera, e muito, os conceitos de inclusão digital* – confirma essa hipótese. É sobretudo fundamentando-se nessa isotopia que se constituirá o sentido metafórico do texto.

Certamente, essas pistas ainda não são suficientes para desencadear alguma relação metafórica com *Espelho* ou determinar o que está sendo inferencialmente metaforizado. Faz-se necessário, então, que a abdução do leitor alcance outro nível de interpretação no qual o plano figurativo textual se transformará na *tela do parecer*: a antecena do sentido, ativada pela percepção dos sujeitos observadores, que lhes permite entrever possibilidades de significação ocultas no texto. Com o surgimento dessa moldura conceitual, ativam-se as estratégias de interpretação da metaforização pelas quais as crenças e os valores socialmente compartilhados serão veiculados nas figuras ou objetos de discurso do texto.

Assim, uma abdução focalizada sobre *Espelho* localiza o leitor na posição perceptiva do observador que se encontra frente a um *Espelho*. Magnificam-se as propriedades *objeto refletor, duplicador de imagens*, pertencentes a esse objeto figural, que passam a ser reiteradas na superfície textual, na tentativa de ter presente quais objetos de discurso podem assemelhar-se a *Espelho*, acentuando a propriedade de refletir ou duplicar algo.

Ao considerar a isotopia *inclusão social* – mais precisamente o enunciado “É uma ação que supera, e muito, os conceitos de inclusão digital” – o leitor é levado a relacioná-la a *espelho*, pois ações de *inclusão social* constituem, em nossa sociedade, algo que deve ser repetido, reproduzido. Vê-se, portanto, em que medida *Espelho* desencadeia uma isotopia metafórica na qual sua metaforização corresponde a um ato injuntivo, *espelhe-se, faça o mesmo*.

Outras abduções sobre o plano figurativo irão ancorar essa interpretação: primeiramente, as ações sociais dirigidas aos portadores de necessidades especiais (*deficientes auditivos, visuais e psicomotores*) e a inclusão digital ainda são minoria no Brasil, dessa forma, supomos ser preciso promover sua multiplicação; em segundo lugar, a pista textual *oito computadores com programas adaptados* tanto remete a *Espelho*, pela referência metonímica à tela do computador (que reflete imagens), bem

como acentua a injunção, tendo em vista que os programas (*softwares*) são criados para suprir as necessidades dos deficientes; finalmente, quando se diz no texto que a ação *supera, e muito*, os conceitos de inclusão digital, valorizam-se seu caráter pioneiro e merecedor de duplicação, como o faz um *Espelho*.

Com a análise desses exemplos, esperamos ter cumprido o papel de confirmar a presença da metaforização no nível textual/discursivo, bem como descrevê-la através de seus elementos constituintes. Percebemos, principalmente no último exemplo, que a metaforização pode ser compreendida como um processo em que referir-se a algo nada mais é do que ressignificar o texto a cada movimento interpretativo ocorrido durante a leitura. Assim, a problemática da verdade referencial perde importância para o *parecer*, o afigurar-se do sentido e seus efeitos de realidade, irrealidade e absurdidade manifestados no texto. Na medida em que são categorias discursivas, atualizadas em ato, durante a leitura, os dispositivos interpretativos da metaforização transformam formas linguísticas conceitualmente delimitadas e estaques em espelho das crenças e valores socioculturais, em simulacros de significação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição desta tese pode ser assim enunciada: é possível conceber a metáfora como um fenômeno discursivo, revelador das práticas socioculturais imbricadas na linguagem no momento da interpretação. Daí propormos seu deslocamento do nível da palavra para o nível textual/discursivo: ao ultrapassar os limites da palavra e da sentença, a metáfora enquadra-se na dinâmica do texto, em um contexto discursivo, no qual vemos a possibilidade de multiplicarem-se os sentidos metafóricos a cada movimento interpretativo ocorrido durante a leitura.

No entanto, isso não implica eximirnos a possibilidade de manifestação do sentido metafórico na palavra ou sentença. Como dissemos nos capítulos precedentes, a palavra – seja ela reconhecida como uma unidade lexical ou sintagma – ainda responde pela identidade sêmica mínima, capaz de lançar a metáfora no nível textual /discursivo. Do mesmo modo, a isotopia discursiva alicerça seu funcionamento na cadeia sintagmática da sentença.

Por isso, não podemos abandonar totalmente as teorias tradicionais, pois o fundamento da metáfora – a emergência de um novo significado mediante uma relação de semelhança – permanece, na maioria dos casos, parcialmente preservado. Em vez disso, deveríamos *estender*, quando necessário, o sentido metafórico além das relações lexicais e predicativas. Com efeito, quando interpretamos uma metáfora a partir de uma expressão recategorizadora, como defendem os estudos de Referenciação, não estamos, de algum modo, submetidos à palavra? Mesmo na metaforização, o que chamamos conector de isotopia não consiste, em última instância, em uma palavra? E a reiteração sêmica da isotopia não reflete, em alguma medida, o mecanismo da projeção do foco na predicação sentencial?

Compreendemos que o problema não reside em definir o que seria metáfora, se uma palavra ou sentença, nem em preterir uma determinada teoria em favor de outra, mas no fato de não admitirmos a existência de diferentes níveis de interpretação metafórica, todos passíveis de análise. Por exemplo, sob uma ótica exclusivamente linguística, não vemos razão para abandonarmos as teorias da metáfora-palavra e da

metáfora-sentença. Os limites das teorias da metáfora-palavra e metáfora-sentença surgem quando nos confrontamos com o mundo linguístico socialmente partilhado.

Nesses casos, os textos são plurissignificantes por natureza, já que se impõem, no texto, a subjetividade inerente às práticas socioculturais significadas através da linguagem, bem como a presença de um leitor/intérprete sócio-cognitivamente situado. Como consequência, o sentido metafórico não se encontra codificado na palavra ou sentença, porém precisa ser desvendado em outro plano de análise, no nível textual/discursivo.

Nessa nova dimensão de análise, vemos o conceito tradicional de metáfora diluir-se, e ceder lugar à *metaforização*. Renuncia-se, pois, à ilusão de que uma linguagem literal, da qual a metáfora seria um desvio, subjaz à interpretação, assegurando a objetividade linguística na descrição da realidade. Em outros termos, de uma maneira particular de representação linguística do mundo, a metáfora passa a ser vista como um *processo de ressignificação* do real, mediado pela díade leitor/texto, em conformidade com as práticas socioculturais de uma dada comunidade.

Eis, por conseguinte, um dos fundamentos da metaforização: não há, em determinados tipos de textos, metáforas “prontas”, materializadas na superfície do texto, sob a forma de itens lexicais ou sentenças atributivas, cujo sentido é prenunciado por relações de semelhança fundadas em uma semântica de designadores rígidos, que amputa a criatividade da metáfora.

Na metaforização textual, a indeterminação do significado das formas linguísticas responde pela constituição do sentido. As expressões linguísticas assumem, agora, o estatuto de objetos de discurso e passam a veicular informações socialmente partilhadas, que, sob a análise do leitor, revelam múltiplos efeitos de sentido metafóricos. Produz-se, por conseguinte, uma configuração de objetos de discurso que, sob a chancela dos mecanismos de interpretação, estabelecem entre si relações de semelhança, as quais refletem estereótipos socioculturais, simulam discursos e perspectivam visões diversas da realidade que nos rodeia.

Diante disso, entendemos que o horizonte da metaforização não é a metáfora refletida no plano da expressão, mas a construção do sentido metafórico no texto, pois, conforme pudemos atestar, os exemplos aqui analisados não se ajustam às

várias concepções de metáfora existentes na literatura. Isto nos levou a realizar uma aproximação teórica entre Semiótica Textual, Linguística Cognitiva e Sócio-Cognitivismo, na qual é possível pensar em metáfora como um fenômeno cognitivo dinâmico, flexível, capaz de emergir e de se organizar na interação social. Reconhecemos o risco de tal aproximação, já que essa integração teórica supõe embates epistemológicos e diferentes posicionamentos metodológicos, principalmente no que diz respeito a um conceito de cognição que possa ser aplicado à metaforização, bem como a descrição aprofundada e a aplicação das categorias de análise propostas. Contudo, esperamos ter definido para cada disciplina sua devida contribuição para explicar o fenômeno, sem resvalarmos numa discussão infecunda a respeito de questões teórico-metodológicas próprias a cada uma delas.

Convém ressaltar, mais uma vez, a contribuição do trabalho de Lima (2003) sobre *Recategorização Metafórica* para a nossa tese, pois ele constitui a reflexão inicial sobre a dimensão sócio-cognitiva da metáfora. Todavia, embora os nossos exemplos reforcem alguns pressupostos dos estudos de Referenciação, como a noção de anáfora indireta, vista sob o prisma da recategorização, expõem, em concomitância, a insuficiência de categorias de análise aptas a fornecerem uma descrição aprofundada dos fatores linguísticos, cognitivos e socioculturais envolvidos na sua interpretação. Tal fato parece deixar à margem as evidências do principal elemento desse processo: o leitor sócio-cognitivo, gerador de significação.

Isto justifica a nossa concepção de que a recategorização metafórica e suas propostas classificatórias não parecem suficientes para explicar determinadas manifestações textuais da metáfora, como, por exemplo, a metaforização de algumas notas jornalísticas, apresentadas no decorrer deste estudo. Isso porque, nesses casos, o conceito de recategorização se torna bastante fluido e nebuloso, agregando funções textuais/discursivas que se encontram além de uma simples retomada anafórica, da semelhança entre expressões referenciais ou da intersecção de domínios conceituais, recuperados a partir de uma única expressão.

Percebemos, assim, uma diferença entre metaforizar e recategorizar metaforicamente. Na recategorização metafórica, a expressão recategorizadora parece sempre ser dada pelo texto, e não construída no texto. Isto é, o objeto de discurso escolhido para funcionar como expressão recategorizadora está sempre posto (*a priori*)

no texto, servindo apenas de elemento desencadeador da recategorização, já que o sentido metafórico elabora-se, de fato, na esfera cognitiva. Isto faz com que as pistas textuais e o trabalho inferencial do leitor tenham papel secundário na interpretação.

Como vimos nos exemplos analisados, a aposta em uma única expressão recategorizadora não determina, necessariamente, a constituição do sentido metafórico do texto, uma vez que, a depender da estratégia interpretativa mobilizada pelo leitor, podemos ter a metaforização de outros objetos de discurso do plano textual. Basta observarmos que a identificação de uma figura ou do conector de isotopia é deflagrada pelas abduções do leitor, em concomitância com a crença compartilhada. Da mesma maneira, a discursivização do sentido metafórico por meio da isotopia, depende, sobretudo, da solidariedade entre vários objetos de discurso ao longo da tessitura textual. Com isso, as relações metafóricas dentro do texto se estabelecem entre isotopias figurativas que recobrem temas, e não mais entre palavras ou sentenças isoladas, nem entre um único objeto de discurso e a sua configuração cognitiva ou conceitual.

Portanto, o sentido surge da determinação das relações vigentes entre as várias isotopias figurativas e temáticas afloradas na superfície do texto pelas estratégias interpretativas mobilizadas pelo leitor. Podemos assumir que grande parte das divergências na interpretação de textos metafóricos deve-se a diferentes seleções de isotopias regentes. Aliás, este é o motivo pelo qual as possibilidades de sentido ou os conflitos de interpretação de uma suposta metáfora só podem ser resolvidos no processo da leitura, pela negociação das isotopias construídas na interação leitor/texto.

Devido a particularidade de seu mecanismo, a metaforização possibilita visualizarmos a transformação das figuras semânticas da expressão em figuras semânticas do discurso, pelo fato de haver, agora, relações de semelhança entre *figuras* que recobrem *temas*. É por esta razão que analisar a presença figurativa da metáfora no texto, através da mera similaridade ou associações de figuras da expressão, permite-nos antever apenas parcialmente as possibilidades de significação textual.

Daí a importância da concatenação dos dispositivos interpretativos aqui estudados, pois é a partir dela que se instaura a “tela do parecer”, na qual as imagens do mundo, refletidas pela figurativização dos objetos textuais, se mostram agora como *efeitos de sentido*, representações de outra ordem, temática, abstrata. Trata-se de um tipo

de raciocínio figurativo fundado na cooperação textual e na estratégia abdutiva, que gera um modo particular de organização dos objetos de discurso no plano textual, em cujo processo se coloca de modo singular a questão da enunciação, mais precisamente, o papel do leitor.

Insistimos no fato de que a metaforização não requer a presença de um leitor concreto, empírico, tampouco de uma entidade abstrata, totalmente à mercê do texto. Como bem diz Bertrand (2003, p.24), “o leitor é sobretudo um ‘centro do discurso’, que constrói, interpreta, avalia, aprecia, compartilha ou rejeita as significações”. A metaforização reintroduz, assim, o sujeito do discurso na leitura, na medida em que sua evidência ou atuação é confirmada a partir da configuração textual: o texto suscita o leitor, mas, ao mesmo tempo, o leitor atualiza a significação textual, pois interpretar significa sempre, sob algum aspecto, reconhecer e formular hipóteses sobre algo percebido.

Logo, ao se dispor a interpretar o texto metafórico, o leitor deve construir algum tipo de relação por meio da qual se permita reconhecer os objetos do discurso nas suas inúmeras virtualidades. Interpretar, nesse caso, pressupõe metaforizar, abduzir, antecipar a significação de tais objetos.

O leitor da metaforização é, como se vê, uma categoria fenomênica, criada pelo texto, mas que resente a significação, uma vez que preserva sua capacidade perceptiva diante das modulações de sentido percebidas no plano textual. Este é o motivo pelo qual, em alguns exemplos, a metaforização pressupõe um leitor-observador que precisa ser projetado para uma determinada posição enunciativa (seja actorial, temporal ou espacial), de modo a perceber e avaliar o objeto a ser interpretado.

Mediante essa sensibilidade perceptual aos objetos textuais, esse leitor-observador incorpora-se ao texto: amplia seu campo de presença na interpretação, com o intuito de orientar o perfil dos valores figurativos (concretos) e temáticos (abstratos) selecionados durante a metaforização. Essa função pode ser ativada, como já dissemos, pela disposição dos objetos de discurso no texto, pela escolha de um determinado título ou, ainda, pela presença de uma expressão linguística escolhida propositadamente, como um verbo ou um adjetivo.

Em outras palavras, ao se deparar com as representações dos objetos textuais, o leitor faz uso de inferências abduativas e as legitima ou não no interior de um dado texto. Com isso, adquire a capacidade de projetar propriedades conceituais adequadas a representar, de modo coerente, esses objetos. Disto resulta sempre uma configuração de relações de sentido cuja atualização na leitura se dá pelo encadeamento das propriedades ou traços dos objetos de discurso sob um determinado plano isotópico de significação, que remetem a contextos sócio-culturais específicos, habilitados a revelarem a metaforicidade do texto.

Qualificar a metaforização como um *fenômeno discursivo* significa, pois, realizar uma prática semiótica da leitura na qual interpretar significa gerar significação: a aplicação dos dispositivos interpretativos, por parte do leitor, provoca a arquitetura de algum tipo de mundo possível, metafórico, que irá revelar códigos culturais restritos a uma comunidade social e histórica, simbolizados nos objetos de discurso do plano textual. Estes, por sua vez, alicerçados em bases contextuais e interacionais, são postos à prova cada vez que um novo contexto se configura na interação linguística.

Enfim, apostar na metaforização como um fenômeno gerador e atualizador da significação textual durante a interpretação significa ultrapassar o nível da mera textualidade e entender tanto o texto quanto o leitor como simulacros projetados por um devir de sentido.

Um comentário final merece ser feito. Inicialmente, o fato de que, neste estudo, apesar de a metaforização textual ter sido observada maiormente em notas jornalísticas e piadas, sua ocorrência não se limita a esses gêneros. Fazem-se necessários outros estudos que investiguem a manifestação da metaforização textual em outros tipos de texto socialmente compartilhados como, por exemplo, os textos publicitários, bem como será muito produtivo que se encare o desafio de estudá-la no texto poético. Muito embora entendamos que os achados aqui expostos também estejam presentes em outros gêneros textuais, é muito provável que se encontrem outros aspectos mercedores de atenção científica nesses outros textos, dos quais não demos conta neste estudo.

Finalmente, é bom realçar que tomamos a responsabilidade pela escolha e adaptação dos conceitos emprestados da semiótica de Eco e Bertrand, que serviram de

critérios de análise, bem como pelas possíveis críticas a respeito da conjunção teórica entre Linguística Cognitiva, Referenciação e Semiótica, utilizada para justificar o deslocamento da metáfora para a metaforização. Porém, é preciso considerar que o nosso objeto de estudo ainda não foi explorado e sua análise envolve ao mesmo tempo questões linguísticas, cognitivas, textuais e discursivas – daí termos lançado mão da interdisciplinaridade.

Creemos, após todo o exposto, que este estudo tenha contribuído para esclarecer mais uma dimensão do fenômeno metafórico — a *metaforização textual*, seus elementos, seu modo de organização, sua sistematicidade e seu funcionamento —, bem como para acentuar a interdisciplinaridade entre as disciplinas da Linguística que estudam a metáfora e seus mecanismos de significação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E., LAKS, B. Conexionismo, representações e níveis. In: SILVA, A. S. **Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva**. Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 2ª ed, 2003.

ANGENOT, M. **Glossário da Crítica Contemporânea**. Lisboa: Comunicação, 1984.

ANTONINI, E. P. Da ampliação do modelo semiótico textual à la Umberto Eco. INTERCOM. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador/BA, 2002. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1904/18625>>. Acesso em: 15 de novembro de 2006.

ANTONINI, E. P. Em Busca do Sujeito Perdido. INTERCOM. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. BH /MG 2003. Disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/> acesso em: 05 de outubro de 2006.

APOTHÉLOZ D., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (eds.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores**. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995, p. 227-71,.

ARIEL M. The demise of a unique concept of literal meaning. **Journal of Pragmatics**. 34, 2002, p.361-402,.

ARISTÓTELES. **Arte Poética**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BARROS, D. L. **Teoria do discurso**. Fundamentos semióticos. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, E. A forma e o sentido na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1988.

- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- BLACK, M. Metaphor. In: **Models and Metaphors**. New York: Ithaca, 1962, p. 25-47.
- BLACK, M. More about Metaphor. In: ORTONY, A. (ed.) **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 19-45.
- BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- BUDIU, R. & ANDERSON, J.R. Comprehending Anaphoric metaphors. **Memory and Cognition**. 30, 2002, p.158-165.
- CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 44, p. 105-118, jan/jun, 2003.
- CAVALCANTE, M. M. O processo de recategorização sob diferentes parâmetros. In: Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (Org.). **XX JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS - GELNE - ANAIS**. 1 ed. João Pessoa: Idéia, 2004, v. 1, p. 1-14.
- COHEN, J. **Estrutura da linguagem poética**. Trad.Álvaro Lorencini e Anne Arnichand. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974.
- COHEN, L. J. The Semantics of Metaphor. In ORTONY, A. (ed.), **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- ECO, U. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- ECO, U. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Trad. Maria rosaria Fabris e José Luiz Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.
- ECO, U. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ECO, U. **Kant e o ornitorrinco**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ECO, U. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ECO, U. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FINGER, I. **Metáfora e Significação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2002.

FONTANIER, P. **Les figures du discours**. Paris, Flammarion, 1968.

FRAWLEY, W. **Vygotsky e a Ciência Cognitiva** - Linguagem e integração das mentes social e computacional. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GIBBS Jr, R. **The Poetics of Mind**: figurative thought, language, and understanding. New York: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, R. W. Literal meaning and psychological theory. **Cognitive Science**, v. 8, p. 275-304, 1984.

GIBBS, R. W. How do you know when you have understood: psycholinguistic criteria for understanding verbal communication. **Communication & Cognition**, 21, 201-225, 1988.

GIBBS, R.W. Comprehending figurative referential descriptions. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, & Cognition**, 16, 56-66, 1990.

GIBBS, R. W. Semantic analyzability in children's understanding of idioms. **Journal of Speech and Hearing Research**, 34, 613-620, 1991.

GIBBS, R. W. The new look at literal meaning in understanding what is said and implicated. **Journal of Pragmatics**, 34. 457- 486, 2002.

GIORA, R. Understanding figurative and literal language: The graded salience hypothesis. **Cognitive linguistics**, 7, 183-206, 1997.

GIORA, R. Literal vs. Figurative Language: Different or Equal? **Journal of Pragmatics**, 34 (202. p. 487-506, 2002.

GRADY, J. E. **Foundations of Meaning: Primary Metaphors and Primary scenes**. Thesis doctoral. University of California, Berkeley, 1997.

GRADY, J.; OAKLEY, T. & COULSON, S. Blending and metaphor. In STEEN, G. & GIBBS, R. (Eds.). **Metaphor in Cognitive Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

GREIMAS, A. J. Os atuantes, os atores e as figuras. In BREMOND, Claude et alii. **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 179-195.

GREIMAS, J.A. **Da Imperfeição**. Trad. Ana Cláudia M.A.Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.

GRICE, P. Lógica e conversação. In: Dascal, M. (org). **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. Campinas: UNICAMP, 1982.

GRUPO μ . **Retórica Geral**. Editora Cultrix, São Paulo, 1974.

GRUPO μ . **Retórica da poesia: leitura linear, leitura tabular**. São Paulo: Cultrix, 1977.

HASELAGER, W. F. G.; GONZALEZ, M. E. Q. Conhecimento comum e auto-organização. In: RABOSI, Eduardo (Org.). **La Mente y sus Problemas: temas actuales de filosofia de la psicologia**. Buenos Aires: Catálogos, 2004, v. 1, p. 95-105.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. Izidoro Blinkstein e José Paulo Paes. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

JOHNSON, C. R. **Constructional grounding: the role of interpretational overlap and constructional acquisition**. PhD Dissertation. Berkeley: University of California, Berkeley, 1999.

JOHNSON, M. **The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KLINKENBERG, J. M. A figura retórica pode desempenhar um papel argumentativo?. **Significação**, 19, p. 201-222, 2003.

KOCH, I. G. V. Linguagem e Cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. **Veredas**, vol. 6, n. 1. Juiz de Fora: Editora da UFJF. p. 29-42, 2002.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. G. V. & CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: Mussalin, F. & Bentes, A.C. (orgs.) **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. 2 ed.. New York: Cambridge University Press, 1994.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metaphors We Live By**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G., & JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh: The embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Book, 1999.

LEMAIRE, B. & BIANCO, M. Contextual Effects on Metaphor Comprehension: Experiment and Simulation. In: DETJE, F; DÖRNER, D; SCHAUB, H. (Eds). **Proceedings 5th International Conference on Cognitive Modeling (ICCM)**. Bamberg, p. 153-158, Germany, 2003.

LEVORATO, M. C. & CACCIARI, C. The effects of different tasks on the comprehension and production of idioms in children. **Journal of Experimental Child Psychology**, 60, p. 261-283, 1995.

LIMA, S. M. C. **(Re)categorização metafórica e humor: trabalhando a construção dos sentidos**. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2003.

LOPES, E. **Metáfora: da retórica à semiótica**. São Paulo: Atual, 1987.

MARCUSCHI, L. A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. **Veredas, Revista de Estudos Linguísticos**. Juiz de Fora: Editora da UFJF. 6, nº 1, 29-42, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Interação e sentido literal**. Reunião Anual da Anpoll, GT-Análise da Conversação e Linguística de Texto. Maceió –Al: não publicado, 2004.

MARTINS, H. Sobre linguagem e pensamento no paradigma experiencialista. **Veredas. Revista de Estudos Linguísticos**, 6, p. 75-90, 2003.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MENEGASSI, R. J. & CHAVES, M. I A. O título e sua função estratégica na articulação do texto. **Linguagem & Ensino**, Vol. 3, No. 1, p. 27-44, 2000.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de L'Espace et Fabrication du Savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours**. Lausanne, Université de Lausanne, 1994.

MONDADA, L. Cognition et parole-en-interaction. **Veredas**. Vol. 6, n.1, jan/jun 2002. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003, p. 9-27.

MONDADA, L. E DUBOIS, D. Construção de objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.M. et al (Orgs.) **Referenciação**. Campinas: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, R. P. 'A manhã é uma esponja': um estudo sobre a engenhosidade semântica. **DELTA** vol.13 n.2 São Paulo, 1997.

PARRET, H. **A estética da comunicação: além da pragmática**. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PEIRCE, C. S. **Antologia filosófica**. Tradução, prefácio e notas de Antônio Machuco Rosa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

PEIRCE, C.S. **Semiótica**. 3ª ed. Perspectiva: São Paulo, 2003.

POERSCH, J. M. Contribuições do paradigma conexionista na obtenção do conhecimento linguístico. **Letras de Hoje**. v. 33 n. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 35-62, 1998.

POERSCH, J. M. A apropriação do conhecimento linguístico: uma abordagem conexionista. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM, 1. Anais**. Porto Alegre: CEALL, 2001. p. 399-432.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. Curitiba: Criar, 2004.

POTTIER, B.. Vers une sémantique moderne. In: **Travaux de linguistique et de littérature**, 2,1964, p.107-137.

RICHARDS, I. A. **The Philosophy of Rhetoric**. London: Oxford University press, 1936.

RICOEUR, P. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000.

RUMELHART, D. E.; MCCLELLAND, J. L. On learning the past tenses of English verbs. In: **Parallel distributed processing**. Cambridge: MIT Press, 1986. V.2, p. 216-271.

SANTAELLA, L.. **A Assinatura das Coisas**. Rio de Janeiro: Imago,1992.

SANTAELLA, L. **Metodologia Semiótica: Fundamentos**. Tese de livre docência inédita, São Paulo: ECA/USP, 1993.

SEARLE, J. R. Metaphor. In: DAVIS, S. **Pragmatics: a reader**. New York: Oxford University Press, 1991.

SEARLE, J. Metaphor. In ORTONY, A. (ed.). **Metaphor and thought**. N. York: Cambridge University, 1994.

SILVEIRA, J. & FELTES, H.. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SPERBER, D. & WILSON, D. **Relevance: communication and cognition**. Cambridge: Blackwell, 1986.

SPERBER, D. & WILSON, D. **Relevance**: communication & cognition. 2ª edição. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1995.

TATIT, L. **Musicando a Semiótica**: Ensaios. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

TAVARES, D. P. F. **Processos de recategorização** - uma proposta classificatória. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2003.

TEIXEIRA, J. F. **Mentes e máquinas**: uma introdução à ciência cognitiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

TEIXEIRA, J. F. **Filosofia e Ciência Cognitiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ULLMANN, S. **Semântica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VAN GELDER, T. Making Conceptual Space. In DAVIS, S. (Ed.) **Connectionism, Theory and Practice**. Oxford University Press, 1992, p.179-194.

VARELA, F. **Conocer**. Las Ciencias Cognitivas: Tendencias y Perspectivas. Cartografía de las Ideas Actuales. Barcelona: Gedisa, 1998.

VARELA, F., THOMPSON, E., ROSCH, E. **A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana**. Trad. Maria Rita Secco Hofmeister. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VEREZA, S. C. O que esta palavra quer dizer?: o sentido literal como metáfora cognitivo-pragmática. **Gragoatá**, 8, pp 97-111, 2000.

WILSON, M. Six views of embodied cognition. **Psychonomic Bulletin and Review**. 9 (4): 625-36, 2002.

ZIEMKE, T. Situated and embodied cognition, In: ZIEMKE, T. (Eds). **Special issue of Cognitive Systems Research**, Vol. 3 No.3, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)